



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIA FERNANDA DA SILVA

**POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PARA O SETOR SUCROALCOOLEIRO: UMA
CRÍTICA AOS LIMITES DO ESTADO MODERNO**

Maceió - AL
2012

MARIA FERNANDA DA SILVA

**POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO PARA O SETOR SUCROALCOOLEIRO: UMA
CRÍTICA AOS LIMITES DO ESTADO MODERNO**

Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Edna de Lima Bertoldo.

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S586p Silva, Maria Fernanda da.
Política de qualificação para o setor sucroalcooleiro: uma crítica aos limites do Estado moderno / Maria Fernanda da Silva. – 2012.
177 f. : il.

Orientadora: Maria Edna de Lima Bertoldo.
Dissertação (mestrado em Educação Brasileira) – Universidade Federal de Alagoas. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Maceió, 2012.

Bibliografia: f. 174-177.

1. Educação e trabalho. 2. Estado. 3. Plano Setorial de Qualificação. 4. Setor sucroalcooleiro. I. Título.

CDU: 37:331

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dedico:

Aos trabalhadores cortadores de cana da minha terra, Alagoas, que me mostraram, diante da visão da brutal ofensiva capitalista contra os verdadeiros produtores da riqueza, o quão urgente é a revolução socialista.

Aos meus pais, José e Nazete, e à minha tia, Rose, por todo o zelo e cuidado que tem comigo desde meus primeiros dias de vida.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Edna Bertoldo, por tantos anos de valiosíssima contribuição para a minha formação.

Aos companheiros e companheiras do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana, pelos ricos momentos de estudo.

A Ivo Tonet, à Cristina Paniago e à Belmira Magalhães, que diretamente ajudaram na compreensão do meu objeto de estudo.

A Ademir Quintílio Lazarini, por toda a gentileza do tratamento e pelas contribuições ao meu trabalho.

Ao meu marido, Jhonny, que me acompanhou em todo o processo de construção desta pesquisa e formulou questões que amadureceram minhas convicções; ao meu marido Jhonny, que me acompanha na vida.

RESUMO

Este trabalho analisa o PLANSEQ - Plano Setorial de Qualificação, voltado para o Setor Sucroalcooleiro Nacional, criado pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva em 2007 como parte do conjunto de ações do PNQ - Plano Nacional de Qualificação (2003). A escolha por este tema foi motivada por nossa pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (2009), a qual constatou que o grau de escolaridade dos trabalhadores cortadores de cana, em Alagoas, é baixíssima, geralmente se mantendo entre os primeiros anos do Ensino Fundamental e, ainda, que a maior parte dos trabalhadores que diziam ter frequentado a escola por alguns anos eram analfabetos funcionais. Diante disto, resolvemos investigar em nossa pesquisa no Mestrado em Educação Brasileira qual a contrapartida do Estado frente à lamentável situação educacional destes trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Pois bem, o PLANSEQ representa esta contrapartida e em decorrência de sua análise, pretendemos demonstrar os limites e as (im)possibilidades do Estado Moderno frente às demandas da classe proletária. Para dar curso à nossa investigação, no primeiro capítulo faremos um apanhado do contexto histórico que dá origem à criação do PLANSEQ: crise estrutural do capital, crise do fordismo e neoliberalismo. No segundo capítulo passaremos à análise documental do PLANSEQ, antes verificando as diretrizes do plano que a ele dá origem, o PNQ. Por fim, no terceiro capítulo, apontaremos quais os limites que as políticas estatais contém em si mesmas quando se trata de atender aos interesses da classe proletária. Nossa metodologia foi a pesquisa bibliográfica e documental e nosso método de análise do real foi a ontologia marxiana.

Palavras-chave: Plano setorial de qualificação. Estado. Classe proletária.

ABSTRACT

This paper analyses the PLANSEQ - Sector Qualification Plan, created by the Luiz Inácio Lula da Silva Government in 2007, targeted at the National Sugar and Alcohol Sector, as part of the action set of PNQ - National Qualification Plan (2003). The choice of this topic was motivated by the research of our undergraduate thesis (2009), which found that the education level of sugar cane cutter workers in Alagoas is very low, generally staying within the first year of elementary school and, further, that the majority of workers who said they had attended school for some years were functionally illiterate. Given this, we decided to investigate in the research for our Master's Degree in Brazilian Education, which is the response of the State for the deplorable situation of education of the sugar and alcohol sector's workers. Well, the PLANSEQ represents this response and as a result of his analysis, we intend to demonstrate the limits and the (im)possibilities of the Modern State to meet the demands of the proletarian class. To give direction to our investigation, we will present in the first chapter an overview of the historical context that gives rise to the creation of PLANSEQ: capital's structural crisis, the crisis of Fordism and neoliberalism. In the second chapter we will analyse the document of PLANSEQ, but checking before the guidelines of the plan that gives rise to it, the PNQ. Finally, in the third chapter, we will identify which limits that state policies contain in themselves when it comes to serve the interests of the proletarian class. Our methodology was bibliographical and documentary research and our method of analysis of the real was Marxian ontology.

Keywords: Sector qualification plan. State. Proletarian class.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 O TRABALHO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	14
1.1 A crise estrutural do capital	18
1.2 A reestruturação produtiva como resposta do capital à crise	27
1.2.1 As mudanças nos processos de trabalho	33
1.2.2 A reestruturação produtiva no Brasil	44
1.3 A virada neoliberal	47
1.4 O Governo FHC	55
1.5 O Governo Lula	63
2 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR DO SETOR SUCROALCOOLEIRO	69
2.1 O Plano Nacional de Qualificação (PNQ)	69
2.1.1 O PNQ e o Plano Plurianual de Ações	69
2.1.2 Os sentidos do PNQ	72
2.1.3 Diretrizes, Público-alvo e Gestão do Plano	81
2.2 O Setor Sucroalcooleiro no Brasil e em Alagoas: uma contextualização introdutória	87
2.2.1 Dos números representativos do setor	87
2.2.2 Do fim da queima da palha da cana	88
2.2.3 Da preocupação do setor com os danos ao meio ambiente	92
2.2.4 Do compromisso para melhorar as condições de trabalho	94
2.3 O Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ) do Setor Sucroalcooleiro	98
2.3.1 O que é o PLANSEQ?	98
2.3.2 Implementação e operacionalização do PLANSEQ	100
2.4 O Plano Setorial de Qualificação do Setor Sucroalcooleiro Nacional	103

2.4.1	Estados participantes, demandas e objetivo	104
2.4.2	Recursos, Público-alvo e Cursos	109
2.4.3	Normas definidas para implantação do PLANSEQ sucroalcooleiro	118
2.4.4	A formação integral e a participação social no PLANSEQ	120
3	O ESTADO MODERNO CAPITALISTA E A CLASSE TRABALHADORA	124
3.1	Retomando o conceito de Estado em Marx	124
3.1.1	Para a Questão Judaica (1843)	125
3.1.2	Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano (1844)	131
3.1.3	Manifesto do Partido Comunista (1848)	134
3.1.4	As lutas de classe na França de 1848 a 1850 (1850)	138
3.1.5	O 18 Brumário (Dezembro de 1851 a Março de 1852)	141
3.1.6	A Guerra Civil em França (1871)	143
3.2	Os limites da ação Estado em favor da classe proletária	146
3.2.1	Trabalho: categoria fundante do ser social	147
3.2.2	Natureza, trabalho e ser social	149
3.2.3	O surgimento do Capital e do Estado	151
3.2.4	O funcionamento da engrenagem Economia-Política	157
3.2.5	O horizonte que se põe para a classe proletária	162
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
	REFERÊNCIAS	174

INTRODUÇÃO

Esta dissertação se propõe a fazer a análise de um programa de qualificação profissional criado pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva, durante seu segundo mandato (2007-2010). O referido programa é o Plano Setorial de Qualificação - PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional, criado em 2007, o qual faz parte do conjunto de ações de um plano de qualificação maior, o Plano Nacional de Qualificação - PNQ (2003). O objetivo do PLANSEQ do setor sucroalcooleiro é qualificar cerca de 12.600 trabalhadores em 11 unidades da federação: Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

A escolha por este programa específico de qualificação profissional, o PLANSEQ, como instrumento de coleta de dados empíricos foi motivada pelos resultados obtidos por meio de nosso TCC¹ (Trabalho de Conclusão de Curso), defendido em 2009.

A referida pesquisa investigou a relação entre a modernização por que vem passando o setor sucroalcooleiro nacional e a escolaridade dos trabalhadores cortadores de cana de uma usina no Estado de Alagoas. Com base nos dados obtidos em pesquisa realizada na usina alagoana,² constatamos que os cortadores de cana que constituíram os sujeitos da pesquisa (sessenta e seis, ao todo) apresentavam baixíssimos graus de escolaridade, sendo a maior parte analfabetos funcionais,³ enquanto a usina em que trabalhavam empregava recursos modernizadores sofisticados, tendo em vista o aumento da produtividade. Entre estes recursos utilizados estavam as máquinas colheitadeiras, as quais podem substituir o trabalho de até cem homens no corte da cana, necessitando apenas de um homem em seu comando. Assim, ficou-nos claro que a tendência de modernização da indústria sucroalcooleira pesquisada não foi acompanhada pela elevação da escolaridade dos cortadores de cana que ali trabalhavam.

Ao término da investigação, concluímos que, sendo a modernização das usinas uma tendência no setor sucroalcooleiro, requisitada pelo processo de reestruturação produtiva no

¹ Trabalho intitulado A modernização do setor sucroalcooleiro e a escolaridade de trabalhadores rurais cortadores de cana: algumas considerações, de autoria nossa e de Jane Marinho da Silva.

² Estes dados também são apresentados com mais detalhes em: BERTOLDO, Edna; BORBA, Fernanda; SILVA, Jane Marinho da; SILVA, Maria Fernanda da. Trabalho e Educação dos trabalhadores do corte cana: uma análise do contexto da modernização do setor sucroalcooleiro em Alagoas. (p.131-155), artigo publicado no livro Trabalho e Capitalismo Contemporâneo, da editora EDUFAL.

³ Considerados aqui como aqueles indivíduos que frequentaram os primeiros anos do Ensino Fundamental, mas não conseguiram desenvolver as habilidades de leitura e escrita.

qual todo o setor industrial vem se inserindo, desde a década de 1970, em busca de novos padrões de acumulação, a redução do emprego dos cortadores de cana se configura como um prognóstico, já que a colheita da cana está sendo progressivamente mecanizada.

Além disso, a recolocação destes trabalhadores dispensados no mercado de trabalho será dificultada, uma vez que, com o surgimento da maquinaria e o desenvolvimento tecnológico, o capital vivo (trabalho) é reduzido e o capital morto (maquinaria) se amplia. Um verdadeiro exército de trabalhadores desempregados é criado e o capital passa a ter mais condições de escolher a força de trabalho que quer empregar; criam-se, então, processos seletivos cada vez mais excludentes para a entrada no mercado de trabalho e graus cada vez maiores de escolaridade e de qualificação acabam sendo requisitos exigidos, ainda mais quando se trata do capitalismo em crise. Contudo, temos visto com maior evidência que a elevação da escolaridade dos trabalhadores não tem sido garantia de emprego, visto que muitos são qualificados e ainda se encontram fora do mercado de trabalho.

Diante de todas estas constatações advindas do nosso TCC, passamos a nos indagar sobre como poderia (e se poderia) ser solucionado o problema da redução de empregos gerado pela tendência geral das indústrias de utilização de novas tecnologias no processo produtivo, as quais, inevitavelmente, acabam por substituir parcelas cada vez maiores de trabalho vivo. Mais de perto, interessa-nos saber qual o posicionamento do Estado frente aos problemas sociais causados por esta tendência de dispensa de trabalhadores da produção.

Decidimos, então, investigar no âmbito da pesquisa no Mestrado⁴ a existência de políticas de qualificação profissional formuladas pelo Estado para os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, e elegemos o PNQ e o PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional, os quais se propõem ao enfrentamento do problema do desemprego, resultante dos novos processos produtivos empreendidos não só pelo setor sucroalcooleiro, mas pelo setor industrial em geral. Vale ressaltar que nesta nova pesquisa o campo de investigação passa a ser os documentos que regulamentam a política de qualificação (PNQ e PLANSEQ), não mais a pesquisa no interior das usinas com os trabalhadores, visto que isto já foi feito em ocasião anterior, fornecendo-nos dados os quais estão sendo utilizados na pesquisa ora apresentada.

Em decorrência da análise dos referidos programas de qualificação, pretendemos, por fim, demonstrar os limites e as (im)possibilidades do Estado Moderno no tocante ao

⁴ Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas.

atendimento das demandas apresentadas pela classe proletária - aqui traduzida pela demanda por qualificação profissional - no contexto atual de crise por que vem passando o sistema produtor de mercadorias em âmbito mundial. Tais limites e (im)possibilidades derivam, como pretendemos demonstrar, do caráter classista intrínseco à natureza do Estado, impedindo que as políticas estatais contemplem, de fato, os proletários.

O método adotado na pesquisa foi a ontologia marxiana, o qual busca conhecer o que o ser é e por que não pode ser diferente. Esse método nos forneceu a chave analítica necessária para apreender a origem, a natureza e a função social do Estado Moderno. Já o referencial bibliográfico utilizado se pautou nos estudos ontológicos que o pensador alemão Karl Marx (1818-1883) empreendeu no século XIX acerca do sistema do capital e do Estado, cujos resultados alcançados ainda hoje se revelam válidos. Isto porque a função apontada por Marx como sendo a do Estado Moderno, qual seja, a de gerir dentro de seu campo de atuação (a política) ações socioeconômicas que em seu âmago estão voltadas para a defesa dos interesses de uma determinada classe (a dos capitalistas), tendo em vista a manutenção de sua dominação, em detrimento da submissão e penúria da outra classe (a dos trabalhadores) dentro do sistema do capital, não apenas continua sendo exercida como foi ampliada paulatinamente desde a época de Marx até os nossos dias, tendo em vista que as relações capitalistas de produção se tornaram mais abrangentes e complexas, e, conseqüentemente, também mais contraditórias.

O referido objetivo deste trabalho, qual seja, analisar o plano de qualificação profissional do Governo Lula para o Setor Sucroalcooleiro Nacional, o PLANSEQ, para, a partir desta análise, revelar o caráter classista do Estado e sua (im)possibilidade de agir em favor da classe proletária, será perseguido ao longo de três capítulos, os quais visam discutir questões que consideramos ser imprescindíveis para que o objeto seja tratado com o grau mínimo de coerência necessário.

Vale ressaltar os limites que o formato desta pesquisa imprime à consecução dos resultados pretendidos, tendo em vista ser o espaço de uma dissertação muito limitado para expor a complexidade do problema que ora discutimos. Por isso mesmo é que reconhecemos que neste trabalho não esgotaremos o objeto estudado, sendo necessário e recomendado que o mesmo seja aprofundado em estudos futuros.

Vejamos, então, a sequência dos capítulos: o primeiro capítulo traz à tona a discussão

do panorama geral em que se circunscreve o capital, o trabalho e o Estado nestes últimos quarenta anos, considerados, por Mészáros (2009), como sendo o período que vem abrigando uma crise estrutural do capital, a qual passa a requerer que novos processos produtivos, novas formas de gestão da força de trabalho e novas ações por parte dos Estados sejam postas em prática, tendo em vista a recuperação das taxas de acumulação de capital, seriamente comprometidas com a crise. Consideramos este capítulo do trabalho importante porque o PLANSEQ criado pelo Governo Lula pretende direcionar suas diretrizes para o enfrentamento deste novo momento da economia. Por meio de políticas de qualificação, como o PLANSEQ, o Governo brasileiro legitima a ideia de que por meio da educação os trabalhadores poderão enfrentar o problema do desemprego, uma vez que, com qualificação supostamente seria possível ingressar no mercado de trabalho. Sendo assim, o estudo da crise estrutural do capital recupera neste trabalho a noção de totalidade em que o PLANSEQ se localiza, ou seja, é o contexto histórico em que ele surge e que a ele dá origem. Estudar o PLANSEQ sem conectá-lo com a sua historicidade seria o mesmo que desconectá-lo do real.

Assim, no primeiro capítulo são apresentados alguns dos elementos que caracterizam esta crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), o processo de reestruturação produtiva empreendido pelo setor industrial - com suas consequências nefastas para a classe trabalhadora (TEIXEIRA, 1998; ALVES, 2000), o surgimento do neoliberalismo e seu receituário para a ação estatal e, por fim, um balanço sucinto dos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, demonstrando a inserção destes Governos no ideário neoliberal (ANTUNES, 2006).

No segundo capítulo faremos a análise documental do PLANSEQ – Plano Setorial de Qualificação. Achamos por bem começar apresentando antes o Plano Nacional de Qualificação - PNQ, criado pelo Governo Lula da Silva em 2003, enquanto iniciativa nacional de qualificação, e financiado pelo FAT - Fundo de Amparo do Trabalhador. O PNQ foi implementado por meio de duas linhas de ações diferentes: o PLANTEQ – Plano Territorial de Qualificação e o PROESQ – Projeto Especial de Qualificação e Certificação Profissional. O PLANSEQ, nosso objeto de análise, foi criado em 2007, constituindo-se como um instrumento complementar ao PLANTEQ. O intuito deste segundo capítulo é demonstrar como as diretrizes do PLANSEQ revelam o novo posicionamento assumido pelo Estado brasileiro, o qual se conecta e visa responder muito mais às exigências dos novos processos produtivo, inseridos no contexto do capital em crise estrutural, do que efetivamente às

demandas da classe proletária.

No terceiro e último capítulo, após a análise do PLANSEQ, explicitaremos a base teórica e conceitual que vem justificar a posição assumida pelo Estado sempre em favor dos interesses do capital. Para isto, num primeiro momento, traremos uma retomada do arcabouço teórico formulado por Marx acerca do conceito de Estado em algumas de suas obras. Foram analisados os textos: Para a questão judaica (2009); Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano (2010); Manifesto da Partido Comunista (MARX; ENGELS, 1998), As lutas de classes na França de 1848 a 1850 (19-); O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1978) e A guerra civil em França (1984).

Depois de assentada esta conceituação teórica marxiana acerca do Estado, passaremos, finalmente, a expor os limites e as (im)possibilidades das ações do Estado Moderno em favor da classe proletária (MARX, 2010; ENGELS, 2011; MESZÁROS, 2009b; NETTO; BRAZ, 2009; TONET, 2009; BERTOLDO, 2009). Por fim, explicitaremos nossas considerações finais e as referências utilizadas.

Esperamos com este trabalho fornecer mais um instrumento de luta para a classe proletária, trazendo mais elementos para a discussão acerca da verdadeira função do Estado Moderno dentro da sociedade capitalista. Contamos, ainda, com a possibilidade de que este trabalho seja estimulador de novas pesquisas a serem realizadas, assumindo o mesmo propósito, ou seja, a defesa dos interesses daquela classe de trabalhadores que é a verdadeira produtora de toda a riqueza apropriada e desfrutada por uma quantidade cada vez menor de pessoas num mundo de desigualdades sociais crescentes.

1 O TRABALHO NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Para darmos início, neste primeiro capítulo, à busca pelos caminhos que desvendem nosso objeto de investigação, qual seja, o Plano Setorial de Qualificação - PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro, acreditamos ser necessário trazer à luz elementos que representam o contexto mais geral onde se localiza a criação deste Plano pelo Governo Lula da Silva, em 2007. Este contexto, para nós, é o da crise por que vem passando o sistema global do capital já desde a década de 1970, a qual, concordando com a conclusão do filósofo húngaro István Mészáros, acreditamos não ser mais uma crise cíclica do capitalismo, mas, sim, uma crise "estrutural" do capital (MÉSZÁROS, 2009).

Antes de entrarmos na explicação da sua crise estrutural, vejamos mais de perto a lógica de funcionamento do capital e o que são as crises cíclicas do capitalismo.

No século XVI, com o surgimento das manufaturas inglesas e do mercado mundial, emerge a produção mercantil capitalista.

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. A produção de mercadorias e o comércio, forma desenvolvida da circulação de mercadorias, constituem as condições históricas que dão origem ao capital. O comércio e o mercado mundiais inauguram no século XVI a moderna história do capital. (MARX, 2011, p.177).

O século XVIII foi o momento histórico de seu predomínio decisivo na sociedade. A condição para o desenvolvimento das modernas relações capitalistas era a expropriação dos meios de produção de uma massa considerável de seres humanos que, destituídos desses meios, foi impelida a vender a sua força de trabalho. Estes homens e mulheres destituídos de meios de produção começaram a realizar uma produção de caráter especificamente capitalista nas manufaturas, onde um número significativo de trabalhadores passa a trabalhar sob o comendo de um único capitalista, o capitalista manufatureiro. Segundo Marx,

A cooperação fundada na divisão do trabalho adquire sua forma clássica na manufatura. Predomina como forma característica do processo de produção capitalista durante o período manufatureiro propriamente dito, que, grosso modo, vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII. (MARX, 2011, p.391, grifo do autor).

A produção capitalista de mercadorias pressupõe, portanto, a propriedade privada dos meios de produção sob a tutela do capitalista e não do produtor direto (o trabalhador). O capitalista passa a ser comprador de uma força de trabalho que, operando com os meios de

produção, produzirá mercadorias, recebendo em troca um salário. No interior do processo de produção de mercadorias é que reside o lucro do capitalista, já que parte da riqueza que é produzida pelos trabalhadores é apropriada pelo capitalista sob a forma de mais-valia.⁵ Assim, temos que a circulação mercantil capitalista se exprime pela fórmula: D - M - D' (que significa: dinheiro (D) investido na produção de mercadorias (M) que, acrescidas de valor pela força de trabalho [mais-valia], gera lucros (D') para o capitalista, ou seja, mais dinheiro do que ele investiu). Para que a acumulação capitalista aconteça, é necessária uma reprodução ampliada do capital, em que uma parte da mais-valia apropriada é reinvestida na produção de mercadorias. Portanto, para que a acumulação possa se dar em bases cada vez mais ampliadas é preciso um quantum cada vez maior de mais-valia a ser reinvestida no novo ciclo produtivo.

Dentro do movimento descrito de desenvolvimento do capitalismo, há um obstáculo fundamental que o empurra para as crises, uma espécie de "fantasma" que assombra a expansão deste sistema produtivo permanentemente: a tendência à queda da taxa de lucro. Isso significa que:

[...] o mesmo movimento que atende ao interesse particular de cada capitalista é o que colide com o interesse do conjunto dos capitalistas (da classe capitalista). Um capitalista inovador introduz um método produtivo que reduza seus custos e, assim, ao vender sua mercadoria ao preço de mercado, apropria-se de uma mais-valia adicional: o novo método, reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir a mercadoria, reduz-lhe o valor, mas os capitalistas que não dispõem desse método mantêm o preço de mercado acima daquele valor - e é desse diferencial que se aproveita o capitalista inovador. Mas a pressão da concorrência obriga os outros capitalistas a adotarem o novo método; assim que ele está generalizado, cai o preço de mercado e desaparece a vantagem obtida pelo capitalista inovador.

Em suma: na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. [...] uma queda da taxa de lucro para todos os capitalistas. (NETTO; BRAZ, 2009, p.152-153, grifo do autor).

A queda da taxa de lucro é, pois, o detonador das demais contradições capitalistas. Ademais, as crises capitalistas surgem diante de uma perturbação naquele movimento já descrito de reprodução ampliada do capital:

⁵ O conceito de mais-valia será melhor esboçado no decorrer deste capítulo.

Retornemos, mais uma vez, à fórmula geral do movimento do capital: D - M - D': o capitalista investe dinheiro para produzir mercadorias com o único objetivo de obter mais dinheiro do que investiu - a mercadoria produzida só se realiza quando pode ser convertida em (mais) dinheiro. A crise, imediatamente, é a interrupção desse movimento: a mercadoria produzida não se converte em (mais) dinheiro. O movimento do capital fica em suspenso: a reprodução ampliada - isto é, a acumulação - não pode prosseguir; crise, como disse Marx [1980, II: 939], 'é justamente a fase de estorvo e interrupção do processo de acumulação'. (NETTO; BRAZ, 2009, p.158, grifo do autor).

A história do capitalismo vem mostrando ao mundo uma sucessão de crises na economia (primeira crise 1825, na Inglaterra; depois 1873 e 1929 em âmbito mundial), revezando períodos de expansão e de depressões. Segundo Netto e Braz:

A análise teórica e histórica do MPC⁶ comprova que a crise não é um acidente de percurso, não é aleatória, não é algo independente do movimento do capital. Nem é uma enfermidade, uma anomalia ou uma excepcionalidade que pode ser suprimida no capitalismo. Expressão concentradora das contradições inerentes ao MPC, a crise é constitutiva do capitalismo: não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise. (2009, p.157, grifo do autor).

Após estas crises capitalistas, mecanismos como novas políticas, criação de instituições nacionais e supranacionais, redimensionamentos no papel do Estado e a cooptação a nível global das direções burocratizadas dos movimentos de defesa de trabalhadores surgem com o objetivo de reduzir o impacto destas depressões, sem que, com isso, elas sejam eliminadas. Sobre a intervenção do Estado nos momentos de crise, Arcary nos esclarece que:

[...] o papel preventivo do Estado pôde neutralizar a tendência a ajustes catastróficos, fosse pela ação política-econômica com os planos de obras públicas, a seguridade social, a ampliação do lugar do crédito com estímulo ao consumo, fosse pela ação política-institucional, a iniciativa de construção de blocos, pactos, frentes, enfim o esforço consciente de integração à defesa do regime político - o campo da república, ou da democracia, ou da nação, ou até somente do crescimento econômico - das direções moderadas do movimento operário. (2011, p.4).

O termo crise cíclica advém do fato de que entre estes períodos de declínio financeiro se localizam fases ou ciclos econômicos que, segundo Netto e Braz, são: (1) a própria crise, (2) a depressão, (3) a retomada e (4) o auge.

A crise é deflagrada num determinado momento histórica, resultado da tendência do sistema capitalista à queda da taxa de lucros. Após ela, vem a depressão, na qual empregos e salários caem, a produção fica estagnada e as empresas buscam soluções tecnológicas para manter algum nível de produção. A retomada do crescimento se dá com o fortalecimento das

⁶ MPC - Modo de Produção Capitalista

empresas a partir da compra daquelas que faliram com a crise, e ainda, e sobretudo, com um aumento da exploração do trabalho; com isso, o comércio se reanima, as mercadorias passam a ser vendidas e o desemprego diminui. Finalmente, no auge econômico, os capitalistas investem mais em suas empresas, a produção é ampliada e são lançadas no mercado quantidades cada vez maiores de mercadorias. A prosperidade volta até que um novo detonador faça uma nova crise surgir.

Este ciclo econômico do capitalismo, que acaba sempre desembocando numa nova crise, é, segundo Netto e Braz (2009), "resultado da dinâmica contraditória do MPC" (2009, p.160, grifo do autor). Essa dinâmica, lembremos, envolve de modo determinante a queda da taxa de lucro (o lucro de um capitalista significa a queda da taxa de lucros de outros, ou seja o que é bom para o capitalista individual é ruim para o conjunto dos capitalistas), e, de modo consequente, a anarquia da produção (nenhum planejamento ou controle global da produção) e o subconsumo das massas trabalhadoras (enquanto o mercado está inundado de mercadorias, as massas de trabalhadores não dispõem de meios para comprá-las). Segundo Netto e Braz, indubitavelmente, as crises cíclicas tem a função de impor a lei do valor:

Esclareçamos: uma vez iniciado um ciclo, à medida que ele avança, as mercadorias postas à venda pelos capitalistas não têm o mesmo valor - as produzidas pelos capitalistas que modernizaram as suas indústrias (reduzindo o tempo de trabalho socialmente necessário para fabricá-las) têm um valor menor, mas continuam sendo vendidas pelos preços daquelas produzidas por capitalistas cujas indústrias incorporam mais tempo de trabalho que o socialmente necessário. Enquanto persiste esta situação, na qual se registra uma desproporção entre o tempo de trabalho efetivamente despendido para a produção de mercadorias e o tempo de trabalho socialmente necessário, há superlucro para os capitalistas que se valem de métodos mais avançados; ora, a crise põe fim, transitoriamente, àquela desproporção: a brutal queda nos preços estabelece a quantidade de trabalho socialmente necessário, o que significa, em outros termos, a imposição da lei do valor. (2009, p.162, grifo do autor).

As inelimináveis crises do MPC - que acabam por penalizar, em proporções diferentes, obviamente, capitalistas (onerados pela crise por meio de falências) e trabalhadores (desemprego, miséria) - e sua já demonstrada dinâmica remetem à contradição fundamental do MPC, que segundo Netto e Braz (2009) reside na produção socializada e apropriação privada.

[...] a produção torna-se socializada; mais: essa socialização é progressivamente aprofundada, envolvendo o conjunto das atividades econômicas em escala mundial; a apropriação, porém, permanece privada: o conjunto dos produtores diretos (os trabalhadores) cria um enorme excedente que é apropriado pelos donos dos meios de produção (os capitalistas). (NETTO e BRAZ, 2009, p.165, grifo do autor).

É preciso ter claro que grandes destruições são resultantes dos processos de retomada da lucratividade após os períodos de crise. Isto porque "Não vingando uma alternativa histórica, o capitalismo sempre encontrou uma saída para as suas crises, mesmo se ao custo de terríveis sofrimentos." (ARCARY, 2011, p.9).

Após estes esclarecimentos iniciais da lógica de funcionamento do capital e das crises cíclicas, passemos agora para o estudo do movimento atual do capital, o qual nos mostra uma crise que o mundo enfrenta já desde a década de 1970 e que, segundo Mészáros (2009), não é uma das crises cíclicas próprias do capitalismo. Conforme veremos, a crise enfrentada tem um caráter estrutural⁷ e é desencadeada pela forma mesma como funciona o sistema do capital.

1.1 A crise estrutural do capital

O Plano Setorial de Qualificação - PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional estabelece diretrizes para a qualificação dos trabalhadores deste setor, diretrizes estas que acreditamos estar diretamente atreladas ao momento por que vem passando a economia mundial. Nossa investigação acerca deste Plano não poderia se dar sem antes adentrarmos no estudo da crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2009), a qual configura a totalidade em que está imerso o mundo, as sociedades, os governos e as políticas públicas nos últimos 40 anos. A necessidade de abordar a crise se justifica porque a política de qualificação profissional aqui investigada, o PLANSEQ, no nosso entender, representa um novo posicionamento do Estado para enquadrar a qualificação do trabalhador brasileiro aos ditames dos novos processos produtivos engendrados pela crise, na tentativa de fornecer aos capitalistas condições de recuperação de suas taxas de acumulação de capital.

Ao contrário do que muitos pensadores proclamaram décadas atrás, a atual crise estrutural do capital demonstra que o capitalismo não foi capaz de superar com êxito seus estágios anteriores de crise e, segundo Mészáros (2009), a depressão de 1929 teve proporções muito menores que a crise que o mundo experimenta desde a década de 1970.

As violentas rebeliões que explodiam em âmbito mundial no final da década de 1960 (por exemplo, a de Maio de 1968 na França)⁸ e a reestruturação produtiva que o capital teve

⁷ Vale deixar claro que a postura assumida por Mészáros ao concluir que a crise atual é uma crise estrutural do sistema do sistema do capital não é um consenso entre os teóricos.

⁸ O maio de 68 francês foi uma grande onda de protestos que teve início com manifestações estudantis para pedir reformas no setor educacional. O movimento cresceu tanto que evoluiu para uma greve de

que engendrar a partir de 1973, revelam indicativos de que o quadro que se instaurava na economia mundial a partir de então tinha proporções nunca dantes vistas pela humanidade.

Com o esgotamento do modelo de Estado de Bem Estar Social (Welfare State)⁹ e dos regimes pós-capitalistas soviéticos¹⁰ (MÉSZÁROS, 2009), o mundo capitalista entra definitivamente num período de recessão e crise que vem se estendendo até os dias atuais.

A crise estrutural do capital surge, então, no final dos anos de 1960 e início dos anos de 1970, encerrando o longo período em que o sistema capitalista vinha funcionando sob a forma de uma sistemática cíclica que, conforme já vimos, revezava períodos de expansão e prosperidade e de posterior crise e recessão.

Lembremos que as crises são periódicas porque são intrínsecas ao capitalismo; tendo em vista que este é um sistema sociometabólico (totalitário) não passível de controle por um sujeito autônomo,¹¹ isto acarreta uma tendência do capitalismo de agravar suas contradições, dentre as quais a principal é a necessidade de reduzir o trabalho vivo,¹² o qual ao mesmo

trabalhadores que balançou o governo do então presidente da França, Charles De Gaulle. "Os universitários se uniram aos operários e promoveram a maior greve geral da Europa, com a participação de cerca de 9 milhões de pessoas. Isso enfraqueceu politicamente o general De Gaulle, que renunciou um ano depois", diz o historiador Alberto Aggio, da Universidade Estadual Paulista (Unesp), de Franca (SP). Fonte: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/o-que-foi-o-movimento-de-maio-de-68-na-franca>>.

Acesso em: 16 Nov 2011

⁹ O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, Welfare State. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

Fonte: <<http://educacao.uol.com.br/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-crise-do-welfare-state.jhtm>> Acesso em: 16 Nov 2011

¹⁰ Para Mézáros, os regimes soviéticos (URSS) são considerados pós-capitalistas e não socialistas. Isto porque aqueles regimes conseguiram romper com a lógica capitalista, mas não com o sistema do capital. O sobretrabalho continuava sendo apropriado, mesmo que agora pela estrutura política. Sob o sistema de tipo soviético, a dominação do capital sobre o trabalho continuou, na forma de extração do trabalho excedente pela via política, através de um órgão hierarquicamente distinto, e não por sua extração econômica e conversão em valor excedente a ser atribuídos através das "personificações do capital econômico" e do mercado. Assim, tendo o político como o regulador da produção, o sistema soviético não deu passos em direção ao encolhimento do Estado, portanto, o que se viu ali não foi o socialismo. (MÉSZÁROS, 2002).

¹¹ Sobre a tese da incontrolabilidade do sistema do capital, Mézáros (2002, p.96, grifo do autor) explica que: "A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa - na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa - estrutura 'totalizadora' de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua 'viabilidade produtiva', ou perecer, caso não consiga se adaptar". E acrescenta: "[...] o Estado moderno imensamente poderoso - e igualmente totalizador - se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais." (MÉSZÁROS, 2002, p.98, grifo do autor). Sendo assim, a possibilidade de controle humano só pode vir por meio da transição para uma nova forma histórica que se baseie na superação do capital e erradicação de todas as suas tendências destrutivas.

¹² A constatação de que postos de trabalho vem sendo reduzidos ao redor do mundo tem levados vários autores, como os alemães Claus Offe (1940) e Robert Kurz (1943) e o polonês Adam Schaff (1913-2006) a decretarem a perda da centralidade do trabalho na vida social, a crise do trabalho abstrato e o fim do trabalho

tempo em que produz, também consome as mercadorias. Como, então, serão realizadas (vendidas) as mercadorias se os principais compradores, os trabalhadores, estão perdendo seus empregos? Hoje, entretanto, o que vemos é uma crise do sistema do capital e não somente do capitalismo. Para entender melhor isto, comecemos por esclarecer o que é o capital:

Capital é uma categoria histórica dinâmica e a força social a ela correspondente aparece - na forma de capital 'monetário', 'mercantil' etc. - vários séculos antes de a formação social do capitalismo enquanto tal emergir e se consolidar. (MÉSZÁROS, 2009, p.76).

Vale, então, diferenciar o capital do capitalismo. Bottomore (2001, p.44), esclarece que o "Capital poderia, então, significar uma soma de dinheiro a ser investida de modo a assegurar uma taxa de retorno, ou poderia indicar o próprio investimento [...]".

[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação de produção definida, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, que se configura em uma coisa e lhe empresta um caráter social específico [...] São os meios de produção monopolizados por um certo setor da sociedade, que se confrontam com a força de trabalho viva enquanto produtos e condições de trabalho tornados independentes dessa mesma força de trabalho, que são personificados, em virtude dessa antítese, no capital. Não apenas os produtos dos trabalhadores transformados em forças independentes - produtos que dominam e compram de seus produtores - mas também, e sobretudo, as forças sociais e a (...) forma desse trabalho, que se apresentam aos trabalhadores como propriedades de seus produtos. Estamos, portanto, no caso, diante de uma determinada forma social, à primeira vista muito mística, de um dos fatores de um processo de produção social historicamente produzido. (O Capital, III, cap. XLVIII apud BOTTOMORE, 2001, p.44).

Já o capitalismo, segundo Bottomore é a

Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção. O capital pode tomar a forma de dinheiro ou de crédito para a compra da força de trabalho e dos materiais necessários à produção, a forma de maquinaria (capital em sentido estrito), ou, finalmente, a forma de estoques de bens acabados ou de trabalho em processo. Qualquer que seja a sua forma, é a propriedade privada do capital nas mãos de uma classe, a classe dos capitalistas, com a exclusão do restante da população, que constitui a característica básica do capitalismo como modo de produção. (2001, p.51).

O capital se configura pela relação de acumulação do excedente obtida por meio da exploração do trabalho, a qual já existia antes do capitalismo sem que isto fosse o núcleo das relações sociais. No capitalismo, sob a forma do trabalho assalariado, dito "livre", a relação de

abstrato na sociedade informática, respectivamente. O educador Gaudêncio Frigotto (1947) trava um debate com estes autores em sua obra Educação e a Crise do Capitalismo Real (Cortez, 2006). Segundo o autor: "A crise da forma mercadoria de trabalho, do trabalho abstrato, portanto, não significa o fim da centralidade do trabalho enquanto processo criador do humano na sua dupla e inseparável dimensão de necessidade e liberdade." (FRIGOTTO, 2006, p.132)

exploração é mais obscurecida do que no trabalho escravo e no trabalho servil.

Com efeito, para o escravo, a identificação da exploração pode ser quase imediata: nada do que produz lhe pertence; quanto ao servo, o fato de produzir em lugares diferentes (nas terras do senhor e na gleba, donde retirava a parte que lhe cabia da produção) facilitava a percepção de que o senhor lhe extraía partes do produto do seu trabalho. Ademais, tanto no caso do escravo como no do servo, a apropriação do excedente que produziam era assegurada pelo uso da violência extra-econômica. (NETTO; BRAZ, 2009, p.107).

No capitalismo, a exploração do trabalho para a produção de mercadorias se torna o motor vital de funcionamento do sistema produtivo (produção mercantil capitalista). Vale ressaltar que o capital e a produção de mercadorias são anteriores ao capitalismo (produção mercantil simples) e podem sobreviver mesmo após a sua supressão.¹³

Sendo a crise do capital estrutural, tem, por este seu caráter, força para se alastrar potencialmente para todos os domínios da vida social. Segundo Mészáros (2009a), muitos porta-vozes do sistema capitalista argumentam que o problema da economia mundial se traduz numa crise de confiança no sistema bancário; outros afirmam mais categoricamente que se trata, no momento atual, de uma crise ancorada nas dificuldades contemporâneas de salvamento do sistema produtivo capitalista.

À medida que os sintomas de crise se multiplicam e sua severidade é agravada, parece muito mais plausível que o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos limites estruturais do capital, ainda que seja excessivamente otimista sugerir que o modo de produção capitalista já atingiu seu ponto de não retorno a caminho do colapso. (MÉSZÁROS, 2009, p.41, grifo do autor).

Quando o sistema do capital entra em crise, é de se esperar que o seu centro financeiro mundial já esteja enfrentando problemas há algum tempo. A altíssima dívida pública dos EUA representa um entrave que vem obrigando o restante do mundo a preencher o imenso buraco do financiamento desta dívida que, mesmo tendo o mundo como fiador, não conseguiu evitar a crise hipotecária e bancária norte-americana, a qual serviu de gatilho para a depressão no resto do mundo.

¹³ A produção de mercadorias tem sua origem já no modo de produção escravista e se desenvolveu no modo de produção feudal. Nestes dois momentos, tinha-se a produção mercantil simples, que se "assentava em dois pilares: o trabalho pessoal e o fato de artesãos e camponeses nela envolvidos serem os proprietários dos meios de produção que empregavam. Originalmente, esse tipo de produção não implicava relações de exploração [...]" (NETTO e BRAZ, 2009, p.81, grifo do autor). Já na produção mercantil capitalista, a propriedade dos meios de produção não cabe ao produtor direto, mas ao capitalista: "Aqui, desaparece o trabalho pessoal do proprietário: o capitalista é proprietário dos meios de produção, mas não é ele quem trabalha - ele compra a força de trabalho que, com os meios de produção que lhe pertencem [ao capitalista], vai produzir mercadorias." (Idem, p.83, grifo do autor). Tanto o comerciante (da produção mercantil simples) quanto o capitalista tem como objetivo o lucro; o comerciante o obtém na esfera da circulação, com a venda da mercadoria; já o capitalista, obtém lucros da esfera da produção, por meio extração da mais-valia.

Não obstante, precisamos encarar a perspectiva de complicações muito sérias quando o calote dos Estados Unidos reverberar na economia global com toda sua força num futuro não muito distante. [...]

Se US\$ 188,52 bilhões de déficit comercial anual, ao lado de astronômicos déficits orçamentários, podem ser considerados como 'saudável prosseguimento da expansão econômica', é arrepiante imaginar como serão as condições doentes da economia quando as atingirmos. (MÉSZÁROS, 2009, p.42, grifo do autor).

O que vemos acontecer com a crise é também o colapso de uma série de mecanismos que cumpriam a imprescindível função de dar algum grau de segurança à ordem social do capital. Assistimos à ruptura da cadeia de crescimento imperialista norte-americana.

O momento da verdade chega, porém, quando as 'desventuras' da explosão social ocorreram ainda mais misteriosamente do que nas 'áreas de desenvolvimento recente', no verdadeiro país da 'suprema modernização' e de nível mais alto que o do 'alto consumo de massa', nomeadamente os Estados Unidos. Assim, não é apenas o modelo de crescimento e modernização sem transtorno que se despedaça, mas, ironicamente, é também o slogan do 'crescimento sustentado sobre uma base política e social que preserva as possibilidades de um progressivo desenvolvimento democrático' que dá, ideologicamente, um tiro pela culatra, numa época em que se multiplicam os protestos contra a violação das liberdades básicas e a privação dos direitos políticos das massas. Não é preciso dizer que não estamos nos referindo a um futuro remoto, hipotético, mas aos dias atuais. Importa, no entanto, enfatizar que o dramático colapso dessas racionalizações pseudocientíficas da força bruta demarca o fim de uma era: não a era do 'fim da ideologia', mas a do fim do quase completo monopólio da cultura e da política pela ideologia antimarxista, que se autoproclamava com sucesso, até recentemente, como a supressão final de toda ideologia. (MÉSZÁROS, 2009, p.50-51, grifo do autor).

Apesar de a atual face do capitalismo se mostrar com as feições da especulação financeira, a crise que o sistema vivencia não se circunscreve aos limites das instituições bancárias, nem se restringe somente do sistema financeiro. Na realidade, há uma crise na própria realização do valor, no âmbito da produção e da distribuição das mercadorias.

Os setores produtivos da indústria capitalista se encontram mergulhados em sérios problemas porque as mercadorias, agora produzidas em escala global, não encontram mais a realização proporcionalmente necessária nos mercados mundiais, o que acarreta uma letargia na acumulação de capital. Esta superprodução sem possibilidades de escoamento é que vai motivar uma mudança nas técnicas produtivas. Trataremos disso mais adiante.

O sistema capitalista, com sua lógica expansionista incontrolável e destrutiva, voltada para a acumulação e sujeição dos produtores da riqueza - os trabalhadores - aos desígnios do capital, começa a dar sinais de esgotamento com consequências brutais a nível global, mas, sobretudo e mais intensamente para a classe trabalhadora dos países periféricos.

Os trabalhadores vem sendo profundamente atingidos por este processo de crise

estrutural. Dois fatores são mais graves: a precarização do trabalho e altos índices de desemprego crônico. Aliados, os dois problemas trazem degradação e barbárie social.

Os cada vez menos numerosos postos de trabalho relativamente regulamentados estão sendo substituídos por terceirização, empreendedorismo, cooperativismo e voluntarismo, responsáveis pela superexploração e auto-exploração da força de trabalho.

Com o capitalismo mergulhado em grave situação, o desemprego vem sendo uma ameaça cada vez maior para contingentes populacionais em todo o mundo. Vale lembrar que um novo padrão de desemprego vem se delineando. Antes o desemprego atingia principalmente os trabalhadores que não eram qualificados e era justificado pela modernização pretendida para os processos produtivos. O problema é que a modernização tornou o desemprego maciço, o que resulta da subordinação da tecnologia e do trabalho aos estreitos ditames do capital.

Muito embora, no que concerne à tecnologia propriamente dita, não haja, em princípio, razão para que a tendência de modernização e a transferência do trabalho não-qualificado para o trabalho qualificado não possam prosseguir indefinidamente, há de fato uma excelente razão por que essa tendência tenha de se reverter sob as relações capitalistas de produção: os critérios desastrosamente restritivos da lucratividade e da expansão do valor de troca aos quais tal 'modernização' está necessariamente subordinada. (MÉSZÁROS, 2009. p.68-69, grifo do autor).

Com isso, o desemprego, que antes atingia diretamente os não-qualificados, agora se torna o fantasma que assombra também os trabalhadores super qualificados, tendo estes igualmente que disputar os poucos postos de trabalho disponíveis. E, vale ressaltar, verifica-se a tendência da perda dos postos de trabalho até mesmo nos ramos da produção mais desenvolvidos, como a indústria naval e a tecnologia espacial. Segundo Mézáros,

[...] não estamos mais diante dos subprodutos 'normais' e voluntariamente aceitos do 'crescimento e do desenvolvimento', mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos 'bolsões de subdesenvolvimento', mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do 'desenvolvimento', da 'racionalização' e da 'modernização' em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas 'desprivilegiadas', mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados: ou seja, obviamente, a totalidade da força de trabalho da sociedade. (MÉSZÁROS, 2009, p.69, grifo do autor).

Outro fator é que quando o sistema do capital de determinado país não consegue adentrar em novos mercados consumidores para poder sanar seus pontos de saturação, é a própria força de trabalho daquele país quem paga o preço da queda das taxas de lucro, sob

pena do comprometimento da competitividade tendo em vista o caráter do capital social total.

Sob o sistema de controle social capitalista, não pode haver outra forma de escapar de tais 'distúrbios e disfunções de curto prazo' a não ser pela intensificação das taxas específicas de exploração, o que só pode conduzir, tanto em termos locais como globais, a uma explosiva intensificação do antagonismo social fundamental a longo prazo. (MÉSZÁROS, 2009, p.71).

Além do desemprego, os grandes contingentes populacionais em âmbito mundial vem sendo submetidos ao pagamento de cargas tributárias cada vez maiores (o aumento no preço dos alimentos é um exemplo disto) para que somas astronômicas de recursos possam ser captados pelo Estado e empregados na operação de "salvamento do sistema".

Na tentativa de salvaguardar seu domínio como sistema produtivo global, o capitalismo, através de suas personificações,¹⁴ vem implementando "soluções" que tem se mostrado insuficientes para conter a depressão até mesmo nos países capitalistas centrais.

Uma das saídas encontradas é a colocação do peso do altíssimo endividamento global tanto de países quanto de capitalistas individuais nas contas do Estado (inclusive das que ainda serão inventadas). O aparato estatal age sob a forma de nacionalização de empresas falidas e de investimento em empresas capitalistas em processo de falência, sem, contudo, conseguir solucionar o problema da bancarrota capitalista. Não raro, estas operações de "salvamento" multimilionárias envolvendo Estados e capitalistas estão pautadas em práticas corruptas.

A fraudulência, numa grande variedade das suas formas, é a normalidade do capital. [...] Na verdade, a cada vez mais densa selva legislativa do Estado capitalista passa a ser o legitimador 'democrático' da fraudulência institucionalizada nas nossas sociedades. (MÉSZÁROS, 2009, p.26, grifo do autor).

Os serviços públicos também são atingidos, pois vem sendo destruídos sob a forma da privatização e os direitos civis vivenciam uma forte desregulamentação, isto porque a ação política volta-se com exclusividade para as demandas do capitalismo em crise. Por essas e por outras razões já citadas, "Esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão" (MÉSZÁROS, 2009, p.25).

Outra grave questão é a produção (destrutiva) de mercadorias que vem sendo agora pautada, nos países centrais, pela lógica do consumo supérfluo esbanjador e destruidor em

¹⁴ As personificações do capital são os capitalistas privados, os quais devem obedecer e impor aos trabalhadores os imperativos da lógica do capital.

larga escala dos recursos naturais. Uma verdadeira anarquia é verificada na produção. Assim, a taxa de utilização do valor de uso¹⁵ das mercadorias vem decrescendo. O que se busca é o consumo desenfreado de mercadorias para que as taxas de lucros dos capitalistas possam voltar a crescer. Nunca o valor de uso foi tão subsumido ao valor de troca.¹⁶ E para que esta lógica seja alimentada, a natureza vem pagando um preço altíssimo sob a forma de destruição dos recursos naturais. Mészáros (2002, p.670) nos mostra que há também uma taxa de utilização decrescente não só das mercadorias, mas dos bens e serviços, das instalações e da maquinaria e da própria força de trabalho.

A adoção em escala cada vez maior do alto consumo de massa de padrão norte-americano e a expansão da produção de supérfluos resultou na exaustão dos recursos naturais. Isto ocorreu de tal modo que nem um fundo financeiro criado com recursos do crescimento excedente (agora em tempos de baixo crescimento) é capaz de arcar com os custos da despoluição do planeta. Tampouco o crescimento controlado (pelo capital) ou a ciência e a tecnologia (circunscritas na necessidade do lucro) poderão tomar para si a tarefa de salvar o planeta da destruição ecológica.

Não obstante, o capitalismo vem se utilizando agora do discurso da defesa do meio ambiente. A questão da ecologia, não podendo mais ser ignorada, é colocada sob um disfarçado e súbito interesse ecológico universal que, sendo exagerado e grotescamente desfigurado, consegue desviar a atenção das pessoas dos cada vez mais aparentes problemas políticos e sociais. Por meio da preocupação com a natureza, deve-se esquecer as astronômicas cifras gastas com armamentos e a queda considerável no padrão de vida da população em geral. Assim, tem-se

¹⁵ Expressando um valor de uso temos uma mercadoria que é um objeto externo ao homem, algo que, pelas suas propriedades, satisfaz uma necessidade humana qualquer, material ou espiritual - sendo a sua utilidade, determinada pelas suas propriedades. Mas, nem tudo que possui valor de uso é mercadoria, adquirindo este caráter somente aquilo que pode ser reproduzido e produzido para a troca. (NETTO e BRAZ, 2009, p.79)

¹⁶ Sobre o valor de troca, temos que "Como mercadoria é qualquer coisa produzida com destino á TROCA, a mercadoria tem um 'valor de troca', definido como a proporção quantitativa pela qual valores de uso de um tipo se trocam por valores de uso de outro tipo. As mercadorias são, portanto, valores de uso e valores de troca. Mas essa pode ser uma afirmação enganosa. Os valores de troca são sempre contingentes em relação a tempo, lugar e circunstâncias, e a mercadoria tem tantos valores de troca quanto as diferentes mercadorias que são por ela trocadas. Portanto, cada mercadoria pela qual é trocada deve, de alguma maneira, ser-lhe equivalente, havendo dessa forma alguma coisa que torna equivalentes todas as mercadorias que são trocadas entre si." (BOTTOMORE, 2001, p.397)

[...] a vantagem adicional que constitui o fato de se compelir a população em geral a custear, sob o pretexto da 'sobrevivência da espécie humana', a sobrevivência de um sistema socioeconômico que se defronta agora com deficiências derivadas da crescente competição internacional e de uma mudança crescente na sua própria estrutura de produção, em favor dos setores parasitários. (MÉSZÁROS, 2009, p.52).

Com o acirramento da crise, o mundo capitalista tem de lidar com suas contradições de modo ainda mais agravado, sendo bastante remota a possibilidade de solução positiva dessas contradições para a humanidade. Fato que exemplifica apenas em parte o acirramento dos problemas reside no dilema em que ou o desemprego chega a níveis insustentáveis ou o crescimento econômico é retomado, mas, com a necessidade de penalizar brutalmente a natureza, extraindo desenfreadamente seus recursos, o que pode chegar a impossibilitar sobrevivência da vida humana na terra.

As contradições expostas pela crise acabam inevitavelmente por ecoar no campo do controle social exercido pelo capital. Assim, a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital encontra-se ironicamente abalada sob as impactantes e crescentes socialização do trabalho e concentração do capital. De acordo com Mézáros (2009), vários fatores concorrem para isso, como por exemplo: a vulnerabilidade progressiva da atual organização industrial, a qual possibilita a paralisação de todo um ramo industrial; a inter-relação econômica dos variados ramos da indústria, que favorecem as reações em cadeia; o crescente montante de "tempo socialmente supérfluo", que leva até mesmo intelectuais ao desemprego, tornando problemática a manutenção da tradicional subordinação dos intelectuais ao sistema do capital; a divisão socialmente estratificada do trabalho, que continua excluindo o trabalhador consumidor do controle da produção e da distribuição das mercadorias por ele produzidas; a impossibilidade de o capitalismo, sendo um sistema econômico mundial, conseguir erguer uma estrutura de controle social e político também a nível mundial, tendo em vista que o poder político se estabelece sob a forma de Estados nacionais.

[...] a tendência objetiva inerente ao desenvolvimento do capital em todas as esferas traz consigo resultados diametralmente opostos ao interesse do capital, já que a propensão é da fragmentação mecânica do processo de trabalho à criação de sistemas automatizados; da acumulação local de capital à sua concentração na forma de um sistema mundial em contínua expansão; da divisão parcial e local do trabalho à vasta divisão internacional do trabalho; do consumo limitado ao consumo de massa artificialmente estimulado e manipulado a serviço de um ciclo de reprodução cada vez mais acelerado da sociedade de mercado; e do 'tempo livre' restrito a poucos privilegiados à produção em massa de uma bomba social, na forma de 'lazer', em escala universal. Pois, nesse processo de expansão e concentração, o poder do controle conferido ao capital vem sendo de fato transferido novamente ao campo social como um todo, mesmo que de uma forma necessariamente irracional, graças à irracionalidade inerente ao próprio capital. (MÉSZÁROS, 2009, p.55, grifo do autor).

Diante da impossibilidade de total controle social e da incapacidade de promover uma mudança social substantiva, em tempos de crise (quando as contradições sociais se encontram em constante ampliação) o sistema do capital aposta ora na tolerância repressiva, ora na intolerância repressiva, conforme o exigir o calor do momento. Tem-se no final das contas, um tempo histórico em que a intolerância institucionalizada está na ordem do dia.

[...] o problema é muito mais grave: trata-se de uma tentativa ameaçadora de colocar os órgãos políticos de controle em sintonia com as necessidades da articulação atual da economia capitalista, ainda quando tal ajustamento exija uma transição 'liberal' da 'tolerância repressiva' à 'intolerância repressiva'. (MÉSZÁROS, 2009, p.62).

Diante de um sistema que tem a contradição no seu âmago e cuja solução é impossível, esperar que o capital se humanize é uma utopia de fato. Só resta à humanidade encontrar as mediações necessárias para criar uma alternativa hegemônica que se contraponha radicalmente a este sistema.

1.2 A reestruturação produtiva como resposta do capital à crise

As mudanças que vem sendo enfrentadas pelo sistema extrator de excedentes e produtor de mercadorias tem sido encaradas por muitos teóricos¹⁷ como sendo a própria morte do capitalismo e a emergência de um novo paradigma social pós-capitalista, uma vez que se entendeu que os referenciais utópicos trazidos pela modernidade estavam esgotados. Quanto a isto, o historiador Valério Arcary é quem nos alerta: "Mas não nos iludamos, o capitalismo não vai morrer de morte natural" (2011, p.10).

A história das revoluções do século XX revela que a crise definitiva de uma forma de organização social depende, fundamentalmente, das disputas entre os sujeitos sociais, as classes em luta e a sua capacidade de construir mobilizações e alianças para os seus objetivos. As dores de parto de uma nova ordem econômica são resolvidas na arena dos conflitos políticos e das lutas sociais, fermentados pela crise econômica e, portanto, pelos sacrifícios materiais que são impostos às massas pela preservação tardia do Capital. Mas não há evidência de limites intransponíveis, em si, à reprodução ampliada do capitalismo. A transição histórica depende da derrota do imperialismo, e só pode ser construída por uma mobilização revolucionária. (ARCARY, 2011, p.9)

A análise do movimento atual (de crise) do sistema do capital, mostra-nos o surgimento de mecanismos novos de extração de mais-valia¹⁸ ou seja, "[...] novas formas de

¹⁷ Como exemplo, temos o sociólogo e professor universitário norte-americano Immanuel Wallerstein (Universidade de Yale), que escreveu em 2003 o livro *Decline of American Power: The U.S. in a Chaotic World - O Declínio do Império Americano* (New York: New Press), onde defende que chegou o momento do fim da hegemonia americana, e mais ainda, que estamos diante da desintegração do sistema capitalista.

¹⁸ Segundo Bottomore, "A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o

produção de mercadorias, postas pela reestruturação produtiva, [que] são, na verdade, formas sociais engendradas pelo capital para administrar suas contradições internas". (TEIXEIRA, 1998, p.67, grifo nosso).

Este novo quadro que vem se esboçando imerso no processo de crise econômica é corroborado por Teixeira (1998) como sendo de uma crise do modelo fordista de produção, inserido dentro do contexto maior de crise estrutural do capital, o qual, por sua vez, passa a ser substituído a nível internacional pelo modelo japonês - toyotismo - de contratação e gerenciamento da força de trabalho. Assim, para Teixeira,

Não há dúvidas de que o modelo japonês de relações salariais, para falar de acordo com os regulacionistas, traz todas as condições ideais requeridas para superar a crise de acumulação fordista: flexibilização da produção, intensificação do trabalho, modelo cooperativo de organização sindical, desverticalização da produção etc. E, o que é mais interessante: essas condições objetivas de reestruturação das relações de produção enfraquecem a resistência da classe trabalhadora em sua luta contra a exploração do trabalho pelo capital. De fato, as modernas formas de contratação (subcontratação, trabalho domiciliar, trabalho por tarefas, trabalho em tempo parcial etc.) e de gerenciamento (trabalho de equipes, just-in-time, círculos de controle de qualidade etc.) da força de trabalho criam novas condições extremamente favoráveis para um maior domínio e controle do trabalho pelo capital. Com efeito, como essas formas de organização do processo de trabalho só funcionam se os trabalhadores estiverem dispostos a participar das atividades de grupo e assumir a responsabilidade pelo seu próprio trabalho, elas são, na verdade, mediações criadas pelo capital para quebrar a resistência da classe trabalhadora e, assim, ganhar a confiança dos trabalhadores. (TEIXEIRA, 1998, p.64-65, grifo do autor).

A partir dos anos de 1980, o toyotismo passou a responder como a técnica produtiva predominante (mas, não exclusiva) no processo de reestruturação do capital em âmbito global. Toda essa projeção do toyotismo deveu-se ao sucesso, nos anos de 1950, da indústria manufatureira japonesa que o empregava como técnica de produção. As novas exigências do capitalismo mundial, a partir dos anos 1970, com novas condições de concorrência e valorização do capital, fizeram com que o toyotismo, agora com uma significativa diferença da postura assumida em sua gênese histórica, assumisse um valor universal para o capital.

capitalismo, a diferencia específica do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. Lucro e salário são as formas específicas que o trabalho excedente e o trabalho necessário assumem quando empregados pelo capital. (2001, p.227).

Isso significa dizer que o toyotismo não pode mais ser reduzido às condições históricas de sua gênese, tornando-se adequado, sob a mundialização do capital, não apenas à nova base técnica do capitalismo, com a presença de novas bases tecnológicas microeletrônicas na produção - o que exige um novo tipo de envolvimento operário, e, portanto, uma nova subordinação formal-intelectual do trabalho ao capital - , mas à nova estrutura da concorrência capitalista no cenário de crise de superprodução, em que está colocada a perspectiva de 'mercados restritos' [...]. (ALVES, 2000, p.30).

Tendo em vista um novo modo de capturar a subjetividade operária, o toyotismo pode ser compreendido como sendo uma renovada articulação para a produção de mercadorias, atrelada a novos modelos de administração da produção e da gestão da força de trabalho, almejando sua maior racionalização. "Ao assumir valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se, em maior e menor proporção, a suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade." (ALVES, 2000, p.32).

Em relação ao taylorismo-fordismo,¹⁹ o aspecto de continuidade encontrado no toyotismo é a racionalização do trabalho, agregada agora às novas necessidades apresentadas pelo atual estágio de acumulação capitalista.

Desse modo, tanto o taylorismo-fordismo [...] como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (a utilização 'científica da matéria viva, o trabalho vivo') - todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista [...]. (ALVES, 2000, p.33).

A novidade trazida pelo toyotismo é o elemento de controle subjetivo da produção, reforçando a subsunção real²⁰ do trabalho ao capital, requerida pela introdução da nova

¹⁹ O Fordismo é um "Conjunto de métodos de racionalização da produção elaborado pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado no princípio de que uma empresa deve dedicar-se apenas a produzir um tipo de produto. Para isso, a empresa deveria adotar a verticalização, chegando a dominar não apenas as fontes das matérias-primas, mas até os transportes de seus produtos. Para reduzir custos, a produção deveria ser feita em massa, e dotada de tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade de cada trabalhador. O trabalho deveria ser também altamente especializado, cada operário realizando apenas um tipo de tarefa. E para garantir a elevada produtividade, os trabalhadores deveriam ser bem remunerados e as jornadas de trabalho não deveriam ser muito longas. (Dicionário de Economia do Século XXI, p.353, grifo nosso)
O Taylorismo é um "Conjunto de teorias para aumento da produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor. Abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção, incluindo propostas de pagamento pelo desempenho do operário (prêmios e remuneração extra conforme o número de peças produzidas). O sistema foi muito aplicado nas medidas de racionalização e controle do trabalho fabril, mas também criticado pelo movimento sindical, que o acusou de intensificar a exploração do trabalhador e de desumanizá-lo, pois procura automatizar seus movimentos. (Dicionário de Economia do Século XXI, p.822, grifo nosso)

²⁰ Falando acerca dos processos de trabalho nas condições do Capitalismo ao longo dos séculos XVI ao XIX, Netto e Braz (2009) nos mostram que, num primeiro momento, o capitalista concentrava os trabalhadores num mesmo espaço físico e as operações eram feitas sob o formato de cooperação, com as técnicas produtivas, advindas ainda das tradições artesanais, sendo inteiramente dominadas pelos trabalhadores. Isto

maquinaria (Terceira Revolução Tecnológica e Científica).²¹

As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigiriam, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista. (ALVES, 2000, p.34-35).

Com o toyotismo, a intensificação do ritmo de trabalho é conseguida através da maximização da taxa de utilização de ferramentas e da força de trabalho. Com isso, tem-se a polivalência operária (não há mais a velha repetitividade do trabalho) e a conseqüente desespecialização. O que se verifica, entretanto, é que com a polivalência o trabalho não passou a ser mais qualificado já que, ao final de tudo, o trabalho acaba perdendo seu conteúdo concreto.

Desse modo, a uniformização que o toyotismo realiza é apenas a expressão organizacional da coletivização do trabalho, sob a forma de trabalho abstrato (que permite a ampliação das tarefas). O trabalho ampliado, dos operários 'pluriespecialistas', resulta tão vazio e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado. (AGLIETTA, apud ALVES, 2000, p.36).

O que impulsionou a valorização universal do toyotismo enquanto técnica para a produção de mercadorias foi o fato de que desde os anos de 1980, tal qual no momento de gênese do toyotismo no capitalismo japonês dos anos de 1950, tem-se novas condições de mercado restrito e, ainda, uma crise de superprodução, ocasionando novos patamares concorrenciais. Assim, a crise, com suas características, produziu a necessidade dos novos padrões de produção toyotistas.

O toyotismo assume nestes tempos de crise a tarefa de propiciar as bases ideológicas para o apelo à administração participativa (incluindo aí o sindicalismo de participação),

reduzia em larga medida o poder do capitalista sobre o trabalhador, configurando-se uma subsunção apenas formal do trabalho ao capital. Já na segunda metade do século XVIII, a manufatura e a especialização do trabalho substituí o trabalho cooperado. Os trabalhadores não estão mais reunidos num mesmo espaço, o que origina uma divisão específica - capitalista - do trabalho no interior das unidades produtivas. O trabalhador não tem mais conhecimento do conjunto das operações. Resulta disto um aumento da produtividade e uma diferenciação da força de trabalho (pequena parcela de trabalhadores altamente especializados e grande massa de trabalhadores desqualificados, abrindo espaço para a superexploração de mulheres e crianças). Com isso, o processo de trabalho passa a ser realmente comandado pelo capital. "Esse comando efetivo - a subsunção real do trabalho ao capital, nas palavras de Marx - vai operar-se com a consolidação dos processos produtivos possibilitados pela Revolução Industrial, que dá seus primeiros passos no último terço do século XVIII." (p.112)

²¹ O processo de desenvolvimento tecnológico passou por três grandes revoluções: a primeira revolução tecnológica, no final do século XVIII, foi a revolução ligada à máquina à vapor tendo o carvão como fonte de energia; a segunda revolução tecnológica, ocorrida no final do século XIX, teve o motor de explosão como um dos principais vetores e a eletricidade como fonte de energia. Essa tecnologia tornou outras possíveis, como transportes e moldagem do aço; a terceira revolução tecnológica, começou na segunda metade do século XX, notadamente após a II Guerra, e ainda está em processo, se trata da revolução digital. Essa revolução integrou a ciência e a tecnologia aos processos produtivos.

traduzida, sobretudo, no maior envolvimento e engajamento do trabalhador no processo produtivo. A difusão entre os trabalhadores da ideia de polivalência ou plurifuncionalidade em muito serve a este propósito.

Desse modo, uma característica central do toyotismo é a vigência da 'manipulação' do consentimento operário, objetivada em um conjunto de inovações organizacionais, institucionais e relacionais no complexo de produção de mercadorias, que permitem 'superar' os limites postos pelo taylorismo-fordismo. É um novo tipo de ofensiva do capital na produção que reconstitui as práticas tayloristas e fordistas na perspectiva do que poderíamos denominar uma captura da subjetividade operária pela produção do capital. (ALVES, 2000, p.38, grifo do autor).

Tem-se assim que, no atual momento da acumulação do capital, é de fundamental importância a tônica do toyotismo baseada na coerção feita pelo capitalista no sentido de obter o consentimento (ou submissão) operário, baseado em variáveis psicológicas de comportamento.

No plano da gestão da produção, o toyotismo apresenta alguns protocolos organizacionais que visam à racionalização do trabalho pretendido pelo capital em crise, sobretudo, voltado para o engajamento do trabalho assalariado. Tais protocolos são a automatização, o just-in-time/kan ban e a polivalência. Estes protocolos

[...] instauram uma 'flexibilidade interna', constituída no coletivo de trabalho, no espaço (e na cadeia) de produção, capazes de contribuir para os ganhos de produtividade buscados pela nova gestão da produção. [...] É por isso que o toyotismo surge como a expressão maior da acumulação flexível no complexo de reestruturação produtiva. A categoria da flexibilidade assume, para ele, uma fundamentação inédita, ainda pouco desenvolvida, mas presente, em alguns aspectos, no taylorismo e no fordismo. (ALVES, 2000, p.41-42).

Pela automatização, o trabalho interage com os processos de produção automatizados, em que o operário pode parar a produção, inclusive de várias máquinas ao mesmo tempo e automaticamente em caso de defeitos no funcionamento. A produção passa a ser linearizada e o trabalho polivalente.

O princípio da linearização da produção consiste em instalar máquinas de tal maneira que elas se tornem o suporte de operações sucessivas, levadas a cabo pelos operários polivalentes. Para isso, elas seriam dispostas em 'círculos abertos', achando-se uma diante das outras. Os operários podem assim se ver designados a realizar trabalhos em várias máquinas sucessivas, e os padrões de trabalho que lhes são impostos seriam diariamente reconfiguráveis em função da qualidade e quantidade de encomendas. (CORIAT, 1993 apud ALVES, 2000, p.44).

A polivalência nestes moldes se resume às tarefas voltadas para o controle de qualidade (diagnóstico, reparo e manutenção) dos processos produtivos. Os trabalhadores também recebem incentivos para participar da formulação e do aperfeiçoamento dos projetos de produtos e dos processos produtivos, o que acaba sendo uma forma de apropriação gratuita da força de trabalho pelo capital e um aumento da responsabilidade do trabalhador no tocante aos resultados do processo produtivo.

O just-in-time/kan ban vincula-se à lógica da automatização e consiste num dos mais famosos dispositivos organizacionais do toyotismo, ao qual se articula também o envolvimento da subjetividade do trabalhador num reagrupamento de funções produtivas, voltado, principalmente, para a gestão de estoques.

Ante os modelos produtivos renovados, tem-se que a produção passa a ser determinada pela demanda e não mais pela oferta, sendo assim, o kan ban,²² o just in time e a terceirização ditam as regras do jogo da produtividade.

Pelo kan ban, estabelece-se um fluxo de informações que permitem conhecer a quantidade exata de mercadorias necessárias às encomendas, a serem produzidas pelo mecanismo do just-in-time, ou seja, só o que será vendido. Os dois métodos utilizados simultaneamente tendem a eliminar o que é supérfluo (no tocante aos custos, produção e força de trabalho).

A introdução dos dispositivos organizacionais como o just-in-time/kan ban seria apenas os meios operativos para realizar um novo patamar de racionalização do trabalho, cujo impacto principal se daria sobre a força de trabalho. (ALVES, 2000, p.46).

Vale salientar a contradição existente entre este movimento de acumulação capitalista e a esfera social, uma vez que dentro da fábrica há um enxugamento dos supérfluos e na sociedade há um desperdício configurado na produção destrutiva.

[...] a exacerbação da racionalidade intrafirma contrasta [...] com a irracionalidade social, o 'dualismo' do mercado de trabalho, o desemprego estrutural, a 'produção destrutiva', que permanecem como a lógica dominante do sistema produtor de mercadorias. A sua expressão contingencial é a própria crise de superprodução, que atinge o capitalismo desenvolvido [...]. (ALVES, 2000, p.50).

²² Kan Ban é uma técnica japonesa que significa a reposição de produtos somente após a sua venda, mantendo um fluxo contínuo, evitando assim que estoques sejam mantidos. Nos novos processos produtivos, o Kan Ban se combina com o Just-in-time, ou seja, produzir somente aquilo que está sendo requerido pelo mercado. A conjugação das duas técnicas permite a redução da força de trabalho, o aumento da produtividade e a redução dos custos.

Para que o toyotismo possa colocar todas estas técnicas produtivas em funcionamento é necessário que algumas condições institucionais estejam pressupostas, configuradas na cooptação dos sindicatos e no controle social renovado dos trabalhadores (por meio das promoções por tempo de serviço, bonificações etc.), que os estimulam ao individualismo e à lealdade a seus empregadores. "O essencial é instaurar um elo entre o desempenho do negócio e o comportamento dos operários [...]" (ALVES, 2000, p.52).

Vale ainda ressaltar os mecanismos de controle exercidos entre os próprios operários, os quais em associação com outros mecanismos toyotistas demonstram, segundo Alves (2000), uma máxima densidade manipulatória jamais vista.

Diante da crise de acumulação do capital, o sistema produtivo deve passar por todo tipo de reestruturações. O modelo fordista entra em crise (mas não é em definitivo tirado de cena) e o toyotismo ganha espaço, já que suas diretrizes se encaixavam nas exigências no novo quadro econômico: captura da subjetividade operária, racionalização e intensificação do trabalho, responsabilização dos trabalhadores pelo sucesso ou insucesso da empresa, exigência da polivalência por parte dos empregadores. É interessante apreendermos bem estes novos parâmetros tendo em vista perceber a conexão que a política de qualificação do governo brasileiro para o setor da indústria sucroalcooleira - o PLANSEQ - faz com eles. Os impactos diretos deste novo cenário produtivo para a classe trabalhadora é o que veremos em mais detalhes a seguir.

1.2.1 As mudanças nos processos de trabalho

Ante o seu quadro de crise, o capital só pode estabelecer seu domínio reestruturando em novas bases o processo produtivo em todas as suas partes, conseguindo assim as novas condições para que a extração de mais-valia esteja assegurada. Diante disto, o que se vê é uma racionalização brutal do trabalho vivo.

Nos processos produtivos de novo tipo, o mesmo trabalhador pode ser posto no comando de máquinas diferentes num espaço curto de tempo e sem a necessidade de formação específica para esta rotatividade.

O processo de trabalho agora passa a ser horizontalizado e as figuras exclusivas de liderança, vigilância e inspeção tendem a se reduzir. O trabalhador se vê diante de processos de trocas compensatórias, onde seus ganhos dependerão diretamente de seu compromisso e

produtividade. Seu salário é determinado por sua capacidade de produção em quantidade determinada de tempo. Verifica-se, com isso, que a extensão da jornada de trabalho passa a ser um interesse pessoal do trabalhador para poder aumentar seus ganhos salariais.

Estas novas formas de trabalho que estão sendo esboçadas dentro da reestruturação produtiva, a qual, lembremos, está inserida no quadro maior de crise estrutural do capital, inclui ainda uma espécie de arrendamento do trabalho, de terceirização dentro da terceirização, uma vez que um trabalhador ao ser contratado pelo capitalista para produzir uma quantidade x de mercadorias, pressionado pelo contrato firmado, passe a contratar outros trabalhadores para que a produção seja feita em tempo hábil e os ganhos dela advindos estejam garantidos. Consta-se aí um fenômeno que não é novo na história do capitalismo: a relação de exploração estabelecida não mais somente entre capitalista e trabalhador, mas, também entre os próprios trabalhadores.

A fragmentação, a heterogeneização e a complexificação também se situam dentro do rol de consequências que tem de ser assumidas pela classe trabalhadora diante do processo de reestruturação produtiva.

No que diz respeito à fragmentação, percebe-se, sobretudo nos países desenvolvidos, o que Teixeira (1998) considera uma “desproletarização” do trabalho industrial, ou seja, a classe proletária industrial passa a se empregar no setor de serviços.²³ Isso acarreta um desmantelamento dos sindicatos, uma vez que a participação sindical dos trabalhadores da indústria é mais intensa e mais organizada que a dos trabalhadores do setor de serviços.

²³ Acerca destas atuais mudanças no cenário do trabalho em âmbito mundial há um debate entre os autores Sérgio Lessa e Ricardo Antunes, exposto no livro *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*, de Sérgio Lessa (Cortez, 2007), onde se discute a possibilidade ou não de uma nova classificação ou conceituação para a classe trabalhadora, menos rígida que a que Marx propôs (entre trabalho produtivo e improdutivo), diante da diferenciação entre proletários e assalariados e de uma possível imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo. Para Antunes: "Na interpretação que aqui estou oferecendo, as novas dimensões e formas de trabalho vêm trazendo um alargamento, uma ampliação e uma complexificação da atividade laborativa, de que a expansão do trabalho imaterial é exemplo" (ANTUNES apud LESSA, 2007, p.84). E conclui: "a chave analítica para a definição de classe trabalhadora é dada pelo assalariamento e pela venda da sua própria força de trabalho. Por isso a denominamos classe-que-vive-do-trabalho, uma expressão que procura captar e englobar a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho." (ANTUNES apud LESSA, 2007, p.86). Lessa se contrapõe a Antunes e afirma que: "A centralidade do proletariado, o reconhecimento dos serviços como sendo também em parte composto por trabalho produtivo e a distinção entre os assalariados proletários e os assalariados não proletários, questões decisivas para as teorizações de Antunes, apenas podem ser solidamente fundamentadas pelo critério ontológico que distingue as classes sociais, não pelo salário, mas pela função social que exercem: com isto, contudo, estaria imediatamente revogada a nova 'chave analítica' proposta por Antunes e nem faria mais qualquer sentido a categoria 'classe-que-vive-do-trabalho'." (LESSA, 2007, p.89).

Outro fator constatado é que a diminuição quantitativa do proletariado em países centrais vem sendo acompanhada pelo aumento do número de proletariados nos países periféricos trabalhando direta ou indiretamente para o capital de países centrais, com condições diferenciadas de empregabilidade e exploração.

Aqui é relevante abrir um sintético parêntesis para a questão que se situa em torno do termo proletário. Acerca deste termo há posicionamentos teóricos divergentes. Não elucidaremos aqui todos eles, apenas exporemos aqui a posição que assumimos. Para expo-la, consideramos indispensável trazer o pensamento de Marx para a discussão. Começemos por perceber que, no livro 1 (volume 2) d'O Capital, o autor considera o trabalho produtivo como aquele que produz mais-valia:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso, não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais-valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este invista seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais-valia. (MARX, 2011, p.578, grifo nosso).

Sérgio Lessa comenta esta passagem de Marx argumentando que um exame pouco profundo pode fazer parecer que há uma identidade entre os trabalhadores que produzem mais-valia. O autor afirma que o trecho da obra de Marx citado acima indica que: "A riqueza pessoal de um dado capitalista pode ter sua origem na exploração do trabalho proletário que transforma a natureza numa 'fábrica de salsichas', como também na exploração do professor em uma 'fábrica de ensinar' " (2007, p.164). Diante disso, o autor argumenta que:

[...] uma análise mais superficial apenas consiga captar a identidade dos trabalhadores que, enquanto assalariados, produzem mais-valia para seus patrões. Esta verdade parcial corresponde ao fato de que, para o capitalista individual, pouca diferença faz se a sua mais-valia teve origem na 'fábrica de ensinar' ou na 'fábrica de salsichas'. (LESSA, 2007, p.164).

Voltemos a Marx. Ainda n'O capital, livro 1 (volume 2, nota de rodapé 70), o autor afirma que: "Por 'proletário' deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão do 'monsieur capital', como o chama Pecqueur." (2011, p.717, grifo nosso). Surge em Marx

uma conceituação mais rica, baseada nos parâmetros da produção e expansão do capital.

Lessa, dando continuidade à discussão, afirma algo que consideramos fundamental para o entendimento do que diz Marx quando se refere ao proletariado, colocando-o como aquela classe de trabalhadores que realiza diretamente o intercâmbio com a natureza produzindo um novo quantum de riqueza:

Em se tratando do trabalho proletário que realiza o intercâmbio com a natureza nas condições históricas da sociedade burguesa desenvolvida, apenas ele produz o capital. Ao seu final, dotou a sociedade de um novo quantum de riqueza expresso no meio de produção ou de subsistência que produziu. O capital social global se amplia ao final do trabalho proletário pelo acréscimo da nova riqueza plasmada em um meio de subsistência ou produção; isto é, em um objeto que é natureza transformada e que, por isso, continua a existir após o término do processo de trabalho. Ao final do trabalho proletário, a sociedade conta com mais carros, mais prédios, mais comida, mais roupas, mais energia, mais tijolos, mais ferro, alumínio, cobre, etc. etc. (LESSA, 2007, p.166, grifo nosso).

Concordamos com Lessa quando ele afirma que o trabalho do professor é de natureza diferente daquele realizado pelo proletário:

Algo distinto ocorre com o trabalho do professor na 'fábrica de ensinar'. Nesta, a relação de exploração não inclui a produção de um novo quantum do 'conteúdo material da riqueza', mas apenas a produção de mais-valia. O dono da escola vende aos pais dos alunos as aulas que ele comprou dos professores; retirado o trabalho dos professores e os custos da escola do montante recebido sob a forma de mensalidades, resta sua mais-valia. O dono da escola se enriqueceu, tal como ocorre com o proprietário da 'fábrica de salsichas'. Mas a semelhança termina aí. Pois o trabalho do professor não produz qualquer meio de subsistência ou de produção. Ao terminar a aula, esta já foi consumida, nada restando dela para ser acrescida ao montante total do 'conteúdo material da riqueza' já existente. (LESSA, 2007, p.167, grifo nosso).

E é fechando a discussão que Lessa explica a diferença entre o proletariado e o trabalhador produtivo não proletário:

É esta complexa relação entre mais-valia e o capital social total que leva Marx a afirmar que 'por proletário só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza capital' (Marx, 1985: 188) O proletário cumpre uma dupla função: produz e valoriza o capital; o trabalhador produtivo não proletário cumpre apenas uma destas duas funções, a valorização do capital. O assalariado que não é um proletário, quando produtivo não 'produz' o capital, apenas serve à 'auto-valorização do capital' como é o caso do professor na 'fábrica de ensinar'. (LESSA, 2007, p.171, grifo do autor).

Assim, em resumo, temos os trabalhadores improdutivos, que não produzem mais-valia e os trabalhadores produtivos, que produzem a mais-valia. Entre os trabalhadores produtivos há os proletários, aqueles que produzem mais-valia e valorizam o capital ao produzir um quantum de riqueza que antes não existia e os trabalhadores não proletários, que

apenas produzem mais-valia.

Após estas breves considerações sobre o proletariado, voltemos para a discussão acerca da reestruturação produtiva. Como uma de suas consequências, temos a subproletarização, velha conhecida também dos países emergentes, a qual revela um aumento do número de vagas para os trabalhos parciais, temporários, subcontratados, terceirizados, enfim, precarizados. E isso tanto na economia formal, como na economia informal.

No tocante à heterogeneização, é possível notar o incremento da força de trabalho feminina em setores cada vez mais amplos da economia, aumentando também o grau de exploração infringido às mulheres, já que suas condições de trabalho não melhoraram junto com sua maior inserção no mercado de trabalho.

No que tange à complexificação, verifica-se que, diante da fragmentação e da heterogeneização, a forma como o trabalhador se percebe, sua auto-imagem e sua consciência de classe ficam mais comprometidas diante destas formas atuais de que se revestem o trabalho.

No quadro da reestruturação capitalista, os direitos trabalhistas, assim como a produção, também são flexibilizados graças à desregulamentação de que os capitais industriais desfrutam agora. E aí, quando a flexibilização do processo de produção de mercadorias se alia a uma também flexibilização das relações trabalhistas, o capitalismo consegue conformar numa precarização ainda maior a força de trabalho.

Mesmo este quadro complexo e abrangente de exploração verificado consegue ser mistificado pelo capital diante dos trabalhadores através das ideias amplamente difundidas de liberdade, igualdade e, sobretudo de cidadania. O trabalhador não estando mais diante de um processo verticalizado de hierarquia e fiscalização do seu trabalho acaba tendo a falsa impressão de que está mais livre, dependendo apenas do seu próprio empenho no ritmo da produção. Passa a se considerar seu próprio patrão, sendo assim igualmente um proprietário. Um cidadão usufruindo o direito de vender sua mercadoria, assim como o proprietário da indústria, admitindo mesmo a parceria com este último, como se todos juntos estivessem a caminho de um final feliz.

Desse modo, essa nova forma de organização do trabalho re-põe, em novas bases, as leis da circulação simples de mercadorias. Se antes essa esfera se apresentava como o reino ideal de compra e venda da força de trabalho, agora ela se torna um verdadeiro paraíso para o capital porque, doravante, os parceiros dessa relação, o capitalista e o trabalhador, foram transformados em vendedores de mercadorias propriamente ditas. (TEIXEIRA, 1998, p.72, grifo do autor).

Se o que existe, então, é uma relação entre iguais, se não há mais as figuras do patrão e do empregado, a figura do sindicato se torna supérflua e perfeitamente dispensável. O capital consegue então “deitar e rolar”. Mas, há vida (ou luta ferrenha pela sobrevivência?) lá fora. Mais uma vez Teixeira nos faz um sério alerta:

[...] essa lua-de-mel não é eterna. Fora dessa sociedade de produtores independentes existem milhões de desempregados e um enorme exército de famintos, todos batendo às portas dessa sociedade. Quanto tempo esse 'mar de rosas' do capital vai durar não se pode saber. Não se trata de uma questão teórica. (TEIXEIRA, 1998, p.74).

No quadro de mudanças que se apresenta entra o domínio da ciência²⁴ e da tecnologia na produção e uma nova divisão do trabalho, em que os trabalhadores devem ser planejadores e também executores da produção. Esta cientificização, no entanto, não dispensou o trabalho vivo como fonte imprescindível da produção de riqueza.

[...] para se restringir apenas aos efeitos imediatamente diretos das inovações por que passaram os processos de produção, pode-se argumentar que o domínio das ciências sobre os processos produtivos não dispensou o trabalho vivo como fonte produtora de valor de mais-valia. É claro que as grandes unidades de capital transformaram o layout de suas estruturas produtivas num gigantesco esqueleto mecânico, onde se pode caminhar por suas vértebras, metros e mais metros sem encontrar uma 'viva alma'. Embora esse esqueleto possa se automovimentar, tenha nele mesmo a fonte de seu movimento mecânico, ele, contudo, precisa de uma fonte 'externa' que o alimente. A subcontratação é essa fonte. As grandes corporações contam hoje com uma rede de pequenas e microempresas espalhadas ao seu redor,

²⁴ Acerca da inserção da ciência no processo produtivo, faz surgir um debate em torno da tese da ciência como força produtiva, a qual tem como base a ideia do trabalho como princípio educativo. Em parte, este debate está exposto no livro *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo* (Cortez, 2007), de Sérgio Lessa. No texto, Lessa traz o posicionamento do professor Dermeval Saviani, defensor desta tese segundo a qual: “[...] na sociedade moderna, o saber é força produtiva. A sociedade converte a ciência em força material. [...] Se os meios de produção são propriedade privada, isto significa que são exclusivos da classe dominante, da burguesia, dos capitalistas. [...] Aí está a contradição que se insere na essência do capitalismo: o trabalhador não pode ter meio de produção, não pode deter o saber, mas, sem o saber, ele também não pode produzir, porque para transformar a matéria precisa dominar algum tipo de saber. Sim, é preciso, mas em 'doses homeopáticas', apenas aquele mínimo para pode operar a produção.” (SAVIANI apud LESSA, 2007, p.116-7). Para Lessa, em última instância a tese da ciência como força produtiva e, em última instância, do trabalho como princípio educativo abre caminho para contradições que “têm uma origem comum na perda do solo ontológico que distingue o trabalho das outras práxis sociais. Ao perder de vista que o que faz do trabalho a categoria fundante do ser social é ter por função o intercâmbio orgânico com a natureza, Saviani também fica impossibilitado de explicar por quais articulações o trabalho e a totalidade social se conectam enquanto aquilo que funda e aquilo que é fundado.” (LESSA, 2007, p.118).

que têm como tarefa fornecer os inputs necessários para serem transformados em outputs, por aquele monstro mecânico. Além disso, essas grandes unidades de produção contam com um enorme contingente de trabalhadores domésticos, artesanais, familiares, que funcionam como peças centrais dentro dessa cadeia de subcontratação. (TEIXEIRA, 1998, p.69).

Como variante do processo de reestruturação da produção, o uso intensivo de maquinaria no processo produtivo acaba por oferecer a possibilidade de substituição cada vez em escala maior do trabalho vivo por trabalho morto. Verifica-se com isso que

[...] as modificações operadas nos processos de produção se fizeram em nome do capital. Por conta disso, o desenvolvimento da ciência, que se tornou a primeira força produtiva²⁵, não redundou na criação de um tempo livre de trabalho, como possibilidade concreta para o pleno desenvolvimento das capacidades intelectuais e espirituais dos indivíduos. Enquanto o desenvolvimento das forças produtivas for mediado pela forma capital, o saber técnico e científico permanece uma mercadoria-chave e fundamental na concorrência capitalista. (TEIXEIRA, 1998, p.68-69).

Assim, temos que a tecnologia empregada na produção passa a ser fator de redução²⁶ dos postos de trabalho e de intensificação da exploração do trabalhador.

No processo de reestruturação produtiva, o desemprego crescente está envolto numa representação naturalizada, justificado como sendo somente o resultado de um ajuste estrutural na esfera produtiva por meio da utilização de novas tecnologias. A consequência desta visão mistificadora é a difusão entre os operários da ideia de que não há solução possível para a tendência mundial da perda de postos de trabalho e que a conservação dos seus empregos depende, em larga escala, do aumento de seu nível de qualificação.

O que não pode ser dito é que o desemprego, na verdade, é expressão do exército industrial de reserva que, conforme nos mostra Marx n'O Capital, livro 1, nasce com a acumulação capitalista:

Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente. (MARX, 2011, p.733).

O Dicionário do Pensamento Marxista deixa ainda mais claro para o entendimento o

²⁵ Ver nota 24.

²⁶ O sociólogo Ricardo Antunes, em seu livro Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho (Editora Cortez), discute as transformações ocorridas no mundo do trabalho e seus impactos sobre classe trabalhadora. No livro o autor mostra que houve uma diminuição do emprego no setor fabril e dos postos de trabalho em tempo integral, mas, por outro lado, um crescimento do trabalho em tempo parcial, precário e subcontratado. Com isso, Antunes nega que o trabalho tenha desaparecido. O que o autor afirma é que presenciamos a constituição de uma classe trabalhadora cada vez mais complexa e heterogênea.

fenômeno do exército industrial de reserva descrito por Marx:

A existência de uma reserva de força de trabalho desempregada e parcialmente empregada é uma característica inerente à sociedade capitalista, criada e reproduzida diretamente pela própria acumulação do capital, a que Marx chamou exército de reserva do trabalho ou exército industrial de reserva. A acumulação de capital significa o crescimento deste, mas significa também novos métodos de produção, de maior escala e mais mecanizados, que a concorrência obriga os capitalistas a adotar. O crescimento do capital aumenta a demanda por trabalho, mas a mecanização substitui os trabalhadores por máquinas e, com isso, reduz essa demanda. A demanda líquida por trabalho depende, portanto, da força relativa de cada um desses dois efeitos, e são precisamente essas forças relativas que variam de modo a manter o exército industrial de reserva. Quando o efeito do emprego é mais forte do que o efeito da dispensa da força de trabalho e atua por tempo suficiente para esgotar o exército industrial de reserva, a escassez de força de trabalho disso resultante e a aceleração dos salários fortalecerão automaticamente a tendência à dispensa em detrimento do emprego. Uma elevação dos salários reduz o crescimento do capital e, portanto, do emprego, e juntamente com a escassez do trabalho, intensifica o ritmo da mecanização e, portanto, de dispensa de trabalhadores. Dessa forma, a acumulação de capital reabastece automaticamente o exército industrial de reserva [O Capital, I, cap. XXIII; Mandel, 1976: 63-64]. (BOTTOMORE, 2001, p.144).

Esse exército, inerente à acumulação capitalista, cresce quantitativamente com a crise do modelo de acumulação fordista (1970), quando se sentiu a necessidade de renovação da economia capitalista. A Inglaterra é o primeiro palco no mundo onde as transformações tomaram relevo. Após sua criação e desenvolvimento no Japão pelo japonês Taiichi Ohno (1912-1990), é para a Inglaterra que o toyotismo é primeiramente expandido, servindo de exemplo para o resto do mundo. Neste país também se encontravam de forma clássica tanto a força operária contrária aos novos modelos de produção, como a agressividade do pensamento liberal.

Na Inglaterra de Margaret Thatcher (1979-1990), a classe operária e o sindicato eram tidos como empecilhos para a acumulação capitalista. O neoliberalismo foi o signo das mudanças voltadas para a reestruturação global do capitalismo. Dentro deste arcabouço, entram os condicionantes tecnológicos que, tidos como inevitáveis e naturais, serviram para alavancar em bases renovadas o controle do capital sobre o trabalho. O jogo capitalista foi composto ainda pela fragilização dos sindicatos operários. Sobre isto nos fala Meneleu Neto:

Isso se verificou no Japão da Toyota, na Inglaterra de Thatcher e no Brasil de Collor. Em todos esses casos o poder sindical começou a ser questionado a partir da reposição da 'lei da oferta e da procura', do mercado livre e desregulado contra os 'monopólios sindicais'. (1998, p.79).

A retomada da acumulação estava ancorada na criação de um novo tipo de organização empresarial, mais enxuta, a qual envolveria programas de modernização e a liberalização do mercado de trabalho, que deveria, por sua vez, estar livre dos sindicatos.

A desregulamentação do mercado de trabalho significou, em última instância, a precarização das relações trabalhistas e, ainda, o desemprego em massa que serviu para pressionar para baixo os salários dos trabalhadores e para enfraquecer a resistência da classe.

O exército industrial de reserva se torna, no contexto global de reestruturação capitalista, uma recolocação da pauta histórica da luta de classes.

Se a moderna sociedade do capital não se apoia exclusivamente em puras relações mercantis, é porque contém determinações sociais que permitem ao sistema seguir mantendo a dominação de classe. De tal modo que a produção não é só produção material e processo de valorização, é também reprodução histórica dos pressupostos da dominação [...]. (MENELEU NETO, 1998, p.83).

O crescimento do exército industrial de desempregados como consequência da crise de acumulação capitalista faz emanar a urgência de estratégias de enfrentamento por parte da classe trabalhadora. Isto porque a existência de um sem-número de desempregados, neste contexto histórico de crise, mostra-se como uma condição de superação da crise do modelo fordista de acumulação.

O controle automático da produção (que reduz o tempo de trabalho vivo e, portanto, o número de trabalhadores) e a flexibilização daí resultante (os trabalhadores são alocados em um plano coletivo de produção, gerando a ilusão da polivalência) são novas determinações do processo de trabalho que permitem a neutralização dos conflitos pelo capital.

[...] na regulação fordista o ritmo da acumulação perdeu autonomia, passando a depender de externalidades políticas pactuadas. O ajuste neoliberal busca a autonomia do mercado frente ao poder do trabalho organizado, e para isso tem que repor o EIR²⁷ através da política econômica. (MENELEU NETO, 1998, p.87).

A nova configuração do trabalho inaugurada pós 1970 traz consigo características que apontam unicamente na direção do enfraquecimento das relações trabalhistas organizadas. O crescente desemprego, o aumento das mulheres na população economicamente ativa, o aumento dos contratos de trabalhos parciais, o desmonte dos sindicatos, a exacerbação do individualismo em contraste com a ética coletiva, o crescente desemprego juvenil, e a informalidade configuram o quadro de mercado de trabalho flexível, o qual para salvaguardar a reestruturação capitalista, torna-se pré-condição da elevação da lucratividade baseada na brutal intensificação do trabalho.

Nos lugares em que há maior força de trabalho disponível e pouca maturidade na luta

²⁷ EIR - Exército Industrial de Reserva.

operária, verifica-se um atrativo para empresas capitalistas em busca de melhores condições de adaptação e submissão aos ditames da exploração. Assim, os lucros se elevam sem a necessidade de maiores investimentos. Dá-se, então, uma relação bastante feliz para o capitalismo que é a do desemprego gerando a fragilização das relações de trabalho. Meneleu Neto nos dá um exemplo bastante elucidador sobre isto:

No estado do Ceará, por exemplo, no início da década de noventa, instalou-se em Baturité, uma região estagnada e sem nenhuma tradição industrial, um complexo têxtil vindo de Taiwan: a Yamacon. Este complexo é baseado em um regime de galpões cooperativados, onde a exploração da força de trabalho, predominantemente feminina, retorna às condições dos primórdios da Revolução Industrial. Submetidas a pesados contratos financeiros para a compra das máquinas da própria Yamacon, as operárias pagam seu débito com a produção por peça para a mesma Yamacon. Com praticamente nenhum capital fixo, que é bancado pelas trabalhadoras, sem encargos trabalhistas evitados pelo disfarce da 'cooperativa', com controle absoluto sobre a produção, a Yamacon tornou-se proprietária de uma força de trabalho obediente e cativa. (MENELEU NETO, 1998, p.90-91).

Não basta para o atual processo de recuperação capitalista a existência de um desemprego moderado, em que os trabalhadores ainda conseguem manter algum grau de resistência. É preciso que condições de extrema adversidade no mercado de trabalho estejam presentes, pois são essas que geram no trabalhador o medo e a subserviência. A busca do controle dos trabalhadores se utiliza de estratégias as mais variadas, podendo ser empregada por meio da severidade ou do consenso.

No Brasil, o problema do desemprego deve ser pensado levando-se em consideração que no país, este mesmo desemprego crescente permitiu ampliar a produtividade e a taxa de crescimento. Isto porque o desemprego no Brasil se tornou um instrumento poderoso nas mãos da política econômica em favor da reestruturação produtiva capitalista. Como o discurso propagado²⁸ é o de que sobram empregos e falta força de trabalho qualificada, fica muito mais fácil inserir as políticas de qualificação dentro dos ditames da reestruturação produtiva.

O país possui uma característica peculiar em relação a outros países industrializados que é o fato de que aqui o desemprego está vinculado à informalidade, sendo aí que o exército industrial de reserva brasileiro se encontra localizado.

²⁸ Reportagem do Jornal Nacional (Rede Globo - 11/07/2011): "A Federação das Indústrias do Rio fez uma pesquisa em mais de 600 fábricas de todo o país: 60% informaram que querem aumentar o quadro de funcionários nos próximos meses, mas 53% das firmas disseram que tentaram e não conseguiram preencher postos de trabalho nos últimos seis meses e as vagas ficaram ociosas. A pesquisa comprovou com números o que já se percebia: há empregos no Brasil sobrando, mas não existe mão de obra qualificada. Há um desencontro entre o que a indústria procura e o trabalhador que quer a vaga. Como resolver este impasse? Só voltando para a sala de aula". Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/07/pesquisa-comprova-ha-empregos-mas-falta-mao-de-obra-qualificada.html>> Acesso em: 17 Nov 2011.

Alguns autores consideram que, em comparação com os países industrializados, a taxa de crescimento do desemprego no Brasil ainda é modesta. Contudo, deve ser ressaltado que não se deve confundir a característica de 'flexibilidade externa' ou informalidade, que marca historicamente nosso mercado de trabalho, como um fenômeno desvinculado do desemprego, ou como pretexto para considerar este último como sendo de pouca importância. Ou seja, a precarização do trabalho, que se alastra sob a condição de informalidade, não é um fenômeno desvinculado do desemprego, mas é produzido através dele. O fato de a 'informalidade' das relações de trabalho amortecer os impactos sobre as taxas de desemprego aberto, apenas expõe as formas 'ocultas de desemprego'. Essa é uma consideração crucial, quando se faz comparações entre países. (MENELEU NETO, 1998, p.102-103).

Outro fator que merece destaque é o fato de que o desemprego no Brasil vem atingindo, sobretudo, o trabalhador de fábrica no auge de sua atividade (MENELEU NETO, 1998, p.105).

O atual estágio está demonstrando que o processo de reestruturação no Brasil se revela contraditório e que o clima estratégico produzido pelo neoliberalismo, pelo desemprego massivo da classe operária e pelos 'novos modos de vida' não esgota o processo; apenas coloca as condições favoráveis para a reestruturação no chão da fábrica. Mas é lá, no chão da fábrica que se decidirá em última instância a tendência da luta de classes e o futuro do movimento sindical no país. Embora os pressupostos para a reestruturação tenham sido fornecidos apenas no início dos anos noventa, a reestruturação capitalista em curso no Brasil já expõe suas principais consequências para a classe trabalhadora. (MENELEU NETO, 1998, p.107).

O sindicalismo, conforme já aludido anteriormente em várias passagens do texto, sofre impactos muito duros ante a reestruturação do capitalismo. Um dos problemas que atingem o sindicalismo é o próprio enfraquecimento da luta dentro dos partidos políticos de esquerda que, conforme assinala o professor Ivo Tonet em seu livro *Descaminhos da Esquerda* (Editora Alfa-Ômega), tem deixado de se pautar na centralidade do trabalho para o processo transformação social e passam a transitar pela centralidade das lutas apenas na esfera da política. Outros fatores também vem concorrendo para a capitulação mundial dos sindicatos que vimos assistindo. Vejamos alguns deles.

Com a fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora, vê-se que os sindicatos demonstram uma incapacidade de conglomerar as novas formas de ser do trabalho dentro do contexto de reestruturação produtiva. Percebe-se, com isso, uma diminuição das taxas de sindicalização nos países desenvolvidos (SILVA, 2001, p.56).

Os sindicatos mostram sinais de dificuldade em aglutinar uma classe aos interesses de uma classe trabalhadora tão segmentada, o que acaba por refrear os movimentos grevistas.

Há ainda problemas no tocante à articulação supranacional dos sindicatos, que não

conseguem ir para além do âmbito nacional.

Baseado em Antunes,²⁹ Silva (2001) argumenta que cinco tendências concorrem para a crise do sindicalismo:

[...] 1) a individualização das relações de trabalho, que pulveriza a força do coletivo de trabalhadores em formas desfavoráveis de negociação com o patronato, como por exemplo a negociação por empresa ou por local de trabalho; 2) a forte pressão no sentido de se flexibilizar ao máximo o mercado de trabalho, suprimindo ou revertendo direitos trabalhistas; 3) o crescimento do sindicalismo de participação, cujos dirigentes sindicais limitam-se cada vez mais à negociação com os patrões, estipulando-se, não raras vezes, a quantidade de trabalhadores a serem demitidos ou afastados do emprego formal, e que não procura organizar ou abarcar os trabalhadores terceirizados e desempregados; 4) a intensificação da burocratização e institucionalização das entidades sindicais, distanciando-se dos movimentos sociais autônomos, assumindo uma moderação que é devida aos seus esforços por legitimarem-se institucionalmente, o que é o mesmo que dizer que optam por ser organismos defensivos e muito distantes de ações anticapitalistas; e, finalmente, 5) culto ao individualismo exacerbado que, aliado a um estado de resignação social implementado pelo regime do capital, isola e coíbe os movimentos de esquerda, especialmente os anti-capitalistas, incutindo no inventário social uma hostilidade contra a esquerda. (SILVA, 2001, p.57-58, grifo do autor).

Vimos que as mudanças nos processos de trabalho advindas da reestruturação produtiva convergem, de modo geral, para diversos fatores: a ocupação de várias máquinas pelo mesmo trabalhador (máxima racionalização do trabalho); com o domínio da tecnologia, os trabalhadores passam a ocupar cargos de planejamento e execução de ações; as políticas de compensações se baseiam na produtividade do trabalhador; forte tendência de terceirização; fragmentação da classe trabalhadora (muitos são dispensados do setor industrial e migram para o setor informal, trabalho parcial, temporários, subcontratados), comprometimento da consciência de classe dos trabalhadores, desemprego crescente mistificado e justificado pelo argumento da falta de qualificação, desregulamentação das relações trabalhistas; adversidade tamanha no mercado de trabalho capaz de enfraquecer a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho; e, finalmente, crise do sindicalismo. Vejamos, de maneira sucinta o quadro da reestruturação produtiva encontrado no Brasil.

1.2.2 A reestruturação produtiva no Brasil

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva se insere num quadro social favorável para o capitalismo. Isso porque a economia do país traz as marcas da colonização que resultou num capitalismo periférico, onde as tecnologias de produção e a engenharia mais

²⁹ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

moderna vem do exterior. Além disso, a demanda por produtos ou o consumo nacional não se universalizou no país, ficando restrita a alguns segmentos da classe operária e à classe capitalista.

O Estado brasileiro surge neste cenário como grande patrocinador do desenvolvimento industrial, conforme veremos mais adiante, e ainda como "organizador de estruturas corporativas que mantiveram o movimento sindical atrelado ao oficialismo estatal" (SILVA, 2001, p.39).

Com tímidos enfrentamentos por parte dos sindicatos de trabalhadores, a industrialização pode seguir caminho pagando salários muito baixos, enquanto os trabalhadores dispõem de escassos benefícios sociais.

A crise do modelo fordista no Brasil deriva, segundo Silva,

[...] da capacidade do Estado em manter o padrão de acumulação sustentado no modelo de substituição de importações. Nesse contexto, em que o Estado, tomado por um grande endividamento interno e externo, ressentido-se cada vez mais da falta de recursos, as políticas governamentais de orientação neoliberal vêm a alimentar o quadro de crise do padrão fordista brasileiro. (2001, p.41).

Na reestruturação produtiva brasileira, que não foi nem abrangente nem total, coexistem o modelo japonês e outros modelos de produção flexível. Isso foi constatado pela socióloga Márcia de Paula Leite, num texto³⁰ escrito juntamente com a também socióloga Cibele Rizeq, ao pesquisar a experiência brasileira de reestruturação nos setores automotivo e químico (voltado para higiene bucal e para a produção de cosméticos). Vejamos o que as pesquisadoras afirmam:

A constatação de que nos encontramos frente a um novo paradigma produtivo - hoje difícil de ser contestada - não significa, entretanto, que o mundo da produção caminhe inexoravelmente em direção a um modelo único de reestruturação. Pelo contrário, a bibliografia tem insistido no fato de que, embora estejamos frente ao domínio de novos conceitos de produção que se difundem rapidamente pelos quatro cantos do mundo, os caminhos que vêm sendo seguidos pelas empresas na busca da competitividade não são homogêneos. Com efeito, há já um conjunto não desprezível de estudos que têm sublinhado a existência de diferentes trajetórias, os quais têm chamado a atenção para a possibilidade de convivência de estratégias muito diferentes. Nesse contexto, novos conceitos têm sido criados buscando elucidar a diversidade da realidade. (LEITE; RIZEQ, 2011, p.3).

A reestruturação produtiva brasileira se insere dentro de um momento de forte

³⁰ O texto foi publicado em 2007, na Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA - Latin American Studies Association).

recessão, instabilidade econômica e desemprego.

No Brasil, a introdução de vários elementos do modelo japonês (JIT, kanban, kaizen, trabalho em grupo etc.) aprofunda um desemprego que já possuía grandes proporções, inclusive em parcelas significativas do trabalho semiqualeficado e qualificado, e concorre para uma forte redução tanto do emprego industrial, quanto do número de trabalhadores com carteira assinada. Com isso, ocorre uma redução do poder dos sindicatos, sobretudo dos mais organizados, uma vez que esses exigem justamente nos ramos industriais mais modernos e organizados da economia. (SILVA, 2001, p.42).

Outro marcador da reestruturação produtiva no Brasil foi a flexibilização da contratação do trabalho. Vale ressaltar que este traço se ancora nos seguintes fatos: o padrão industrial brasileiro é historicamente pautado na exploração de uma força de trabalho barata e pouco qualificada e numa legislação trabalhista já bastante flexível. A forte pressão sobre os trabalhadores pauta-se igualmente num restrito sistema de proteção social.

A produção flexível repousa ainda no estreito mercado interno brasileiro, o qual abre espaços de consumo e lucratividade muito disputados. Por fim, no Brasil se verifica um fator decisivo de exploração da força de trabalho, qual seja:

[...] as experiências de terceirização da produção e dos serviços, o que intensifica cada vez mais o processo de precarização do trabalho. A prática de grandes empresas em transformar as casas de seus funcionários em minifábricas é um exemplo disso, revelando, por um lado, um processo de reapropriação do trabalho doméstico pelas empresas e, por outro lado, um severo golpe nas já combalidas legislação trabalhista e representatividade sindical. (SANTANA; DELUIZ, 1999 apud SILVA, 2001, p.43, grifo do autor).

A precarizada classe trabalhadora brasileira serviu como uma luva para que os novos processos produtivos advindos da reestruturação produtiva pudessem se instalar sem maiores contestações. O Estado brasileiro, em larga medida, apoiou o desenvolvimento industrial, sobretudo, cerceando as ações do sindicalismo. Com isso, o traço mais marcante da economia brasileira em tempos de reestruturação produtiva foi a flexibilização das contratações de trabalho. Por fim, o ideário neoliberal encontrou no Brasil, nos governos Collor, FHC e Lula o terreno fértil que precisava para dar curso a uma série de políticas, inclusive educacionais, favorecedoras dos novos processos de acumulação do capital. Como veremos no próximo capítulo, a análise do PLANSEQ mostrará que este plano setorial de qualificação se enquadra bem nas diretrizes do paradigma neoliberal. Antes disto, percebamos melhor as ideias do pensamento neoliberal.

1.3 A virada neoliberal

O movimento neoliberal nasce, segundo Teixeira (1998), logo após a Segunda Guerra Mundial nos países de capitalismo avançado e sua principal característica é a oposição à interferência do Estado nas diretrizes da economia.

Para o pensamento neoliberal, o mercado por si é capaz de solucionar os problemas sociais, sejam eles de origem econômica ou política, sem a necessidade de intervenção estatal.

Com a mundialização da acumulação capitalista, o neoliberalismo acaba se estendendo para todos os países do globo e não somente para aqueles onde vigorava o Estado intervencionista ou de Bem-Estar Social. Antes de analisarmos mais detidamente o neoliberalismo, faz-se necessário antes estudar a teoria liberal que lhe deu origem.

A forma original do liberalismo traz um corpo teórico defensor da ideia de Estado constitucional, ou Estado jurídico, que possa assegurar por meio de leis a liberdade de todos e de cada um. Nas formulações em que se fundamentavam o pensamento clássico liberal residem algumas concepções teóricas basilares. São elas: a teoria dos direitos naturais, o constitucionalismo e a economia política clássica.

De acordo com o jusnaturalismo, ou a teoria dos direitos naturais, os indivíduos possuem direitos naturais inatos, os quais conferem um limite externo ao Estado, uma vez que suas ações não podem ir contra estes direitos naturais; ao contrário, a ação estatal deve assegurar que estes direitos sejam garantidos.

Os indivíduos, tidos pela doutrina liberal como egoístas por natureza, empenhados na tarefa de buscar a realização dos seus próprios interesses, podem instaurar um estado de guerra permanente uns contra os outros. Para que estes conflitos sejam evitados, alguns teóricos, como Thomas Hobbes (1588-1679) e John Locke (1632-1704), defendem a criação de uma instância política capaz de reger a vida dos indivíduos em sociedade, fazendo-os abandonar o estado de natureza em que se encontravam. Tal instância política será capaz, ainda, de garantir a propriedade que cada indivíduo conseguir para si. Em troca da segurança que esta instância política poderia promover, os homens, segundo Hobbes, em comum acordo se submeteriam ao poder regulador de um ou de vários homens.

O Estado aparece, assim, como resultado da vontade dos indivíduos. São eles que, por consentimento voluntário, criam o poder político para protegê-los e preservar suas vidas. Como se trata de uma ação voluntária, os súditos julgam-se os verdadeiros autores da construção deste poder [...]. (TEIXEIRA, 1998, p.200).

Pela instauração de um poder soberano, os indivíduos terminam por transferir todos os seus direitos para esta instituição (o Estado moderno), a qual passa a atuar dentro de normas jurídicas preestabelecidas, as constituições.

Em se tratando da economia política clássica, tem-se que esta, representada pela figura de Adam Smith (1723-1790), considera que uma sociedade civilizada - ao contrário de um tipo de organização sem nenhuma autoridade externa, um rude e primitivo estado de natureza, onde os indivíduos estariam voltados apenas para seus interesses pessoais - só pode se constituir por intermédio de um conjunto de relações de compra e venda, que estabelecem uma recíproca dependência entre os indivíduos, todos em busca do lucro. Tendo em vista o próprio ganho, os indivíduos se esforçariam o quanto pudessem para acumular e, sendo isto feito por todos, acabaria por ensejar a riqueza e o desenvolvimento das nações.

Assim, se a cada indivíduo for garantida a liberdade de agir por conta própria, e o Estado não interferir na economia, cada país poderá atingir o pleno desenvolvimento econômico e com ele o bem-estar geral da sociedade. É isso que revela o princípio da mão invisível. Trata-se de um princípio que procura demonstrar que a economia deve funcionar sem qualquer regulamentação social direta. (TEIXEIRA, 1998, p.208-209).

Após esta breve explicitação dos fundamentos do pensamento liberal clássico, passemos para a exposição da teoria neoliberal, abordando, primeiramente, as origens históricas do neoliberalismo.

Somente a partir de meados do século XIX, o programa liberal pôde, enfim, encontrar terreno para sua efetiva realização. Isso aconteceu porque somente a partir deste momento histórico a produção de mercadorias se tornou a relação social predominante. Já no século XX, o liberalismo se torna um dogma obrigatório para que o desenvolvimento do capital.

Entre os anos de 1920 e 1930, a Grande Depressão mundial pôs um fim aos tempos áureos do liberalismo. A queda nas taxas de lucro, a crise do emprego, as bancarrotas empresariais, a superprodução de mercadorias, a queda dos preços e a crise do sistema político pareciam ser evidências do fim do capitalismo e da doutrina liberal. Mas, não foi isto que aconteceu.

Diante da crise vivida pela economia, ou seja, da queda do padrão de acumulação fordista, o Estado, ao contrário do que pregava o liberalismo, é obrigado a intervir tanto a favor da acumulação capitalista, como na promoção de políticas sociais para os trabalhadores atingidos pela crise capitalista. Aqui vale destacar que o termo políticas sociais nasce no capitalismo. Vejamos o que nos diz Saviani a respeito disto:

[...] essa denominação decorre das características da sociedade capitalista cuja forma econômica se centra na propriedade privada dos meios de produção, o que implica a apropriação privada dos bens produzidos coletivamente. [...]

Na medida em que este tipo de sociedade constitui, como seu elemento regulador, um Estado, conseqüentemente capitalista, a 'política econômica' impulsionada por este Estado, tendo em vista o desenvolvimento e consolidação da ordem capitalista, favorecerá os interesses da coletividade. Configura-se, assim, o caráter anti-social da 'política econômica' cujos efeitos, entretanto, contraditoriamente, atuam no sentido de desestabilizar, em lugar de consolidar a ordem capitalista. Para contrabalançar esses efeitos é que se produz, no âmbito do Estado, a 'política social', abrangendo ações nas áreas da saúde, previdência, e assistência social, cultura, comunicações e educação[...]. (SAVIANI, 1998, p.1-2).

As políticas sociais também justificam o surgimento da regulação estatal do capitalismo. "Desde então, assiste-se a uma inversão fundamental entre a esfera da economia e do político: este último se transforma em condição de possibilidade para o funcionamento da economia." (TEIXEIRA, 1998, p.212).

Da Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970, vigorava com bastante sucesso o modelo de desenvolvimento social-democrata, no qual o Estado aparece como protagonista da regulação do sistema de produção. O ideário político-econômico da social-democracia se baseava na produção de mercadorias em massa, voltada para um consumidor ávido e passivo.

Neste momento, uma espécie de "acordo" foi firmado entre capital, trabalho e Estado, pelo qual a consecução de salários e lucros crescentes deveria ser condicionada pela produtividade e intensidade máxima do trabalho.³¹ As entidades representantes de cada classe estabeleciam suas lutas na busca por sua parcela na distribuição da riqueza socialmente produzida, sempre mediadas pelo Estado. Essa instituição de controle político do capital tinha força, pois sua

³¹ É preciso ressaltar que mesmo esse "acordo" entre capital e trabalho não foi capaz de evitar as crises nos países capitalistas centrais no período compreendido entre 1945 e 1970. A esse respeito ver o livro *Os limites do irracional: globalização e crise econômica mundial*, de José Martins (Editora Fio do Tempo).

[...] legitimação era assegurada, por um lado, mediante uma política de subsídios à acumulação de capital e, por outro, através de uma política de bem-estar social, fundada em medidas compensatórias: seguro-desemprego, transporte subsidiado, educação e saúde gratuitas, entre outras coisas. (TEIXEIRA, 1998, p.214).

Ao fim dos anos 1970, mais uma crise atinge o mundo, não obstante a parceria inédita feita entre capital, trabalho e Estado, a qual jogou a economia capitalista num fosso do qual ela ainda não conseguiu sair, já que, como vimos em Mészáros (2009), não se trata mais de uma crise conjuntural do capitalismo, mas de uma crise estrutural do capital.

As crescentes reivindicações operárias, a crise fiscal do Estado e a forte instabilidade financeira acabaram por minar o ciclo de crescimento inaugurado pela social-democracia.³²

O enfrentamento da crise capitalista dos anos 1970 vem sendo feito desde então através de um processo de reestruturação econômica e produtiva, a qual teve de ser combinada, conforme já vimos, com novas formas de contratação e gerenciamento da força de trabalho.

Cumprir assinalar que a doutrina neoliberal encontra na crise dos anos 1970 e no contexto de reestruturação produtiva o terreno fértil para semear seu ideário político-econômico. Assim é que, neste novo cenário mundial, um novo (velho) cenário sociopolítico e econômico começa a se delinear, com o ressurgimento da dominação do mercado.

No Brasil, antes da década de 1930, também era o Estado o principal financiador da acumulação capitalista brasileira, criando os mecanismos necessários para que a indústria se desenvolvesse, já que a burguesia industrial nascente ainda não dispunha de capital suficiente para, sozinha, alavancar a economia.

A partir daí a ação estatal assume uma nova forma: além de garantir os pré-requisitos estruturais (defesa da propriedade privada, intervenções cíclicas para corrigir as disfunções do sistema etc.) para a reprodução do sistema enquanto sistema produtor de mercadorias, sua função clássica, por excelência, passa a criar e recriar, permanentemente, através dos fundos públicos, as condições para o processo de acumulação de capital. (TEIXEIRA, 1998, p.220, grifo do autor).

No entanto, apesar de toda a intervenção estatal, ao contrário do que aconteceu nos países centrais onde alguns ganhos para a classe trabalhadora foram concedidos, a economia brasileira não foi capaz de dar melhores condições de vida para grande parte da população.

³² As características e consequências desta crise já foram por nós tratadas anteriormente, com base em Mészáros (2009).

Longe de minorar as desigualdades sociais, o Estado interventor, no Brasil, aprofundou-as cada vez mais. Isto porque ele nasce no Brasil sob uma base econômica herdada do período colonial e, por isso, com uma estrutura extremamente brutal de concentração de renda, o que não aconteceu com os seus congêneres do mundo industrializado. Além disso, aqui, o estado nasce para criar um modelo de acumulação industrial que não existia e que, por isso mesmo, surge desde o princípio sob uma dupla pressão: criar as condições para o nascimento-desenvolvimento da indústria e promover uma política social voltada para atenuar as desigualdades sociais. Esta é a principal razão que diferencia o estado interventor no Brasil dos seus parceiros do 'mundo desenvolvido'. Aqui o Estado nasce para criar uma sociedade capitalista industrializada; lá, surge quando o capitalismo ingressava em sua terceira revolução tecnológica e, assim, como um modelo de distribuição de renda entre capital e trabalho mais equitativo, não marcado pelas desigualdades de renda de um país onde o grosso da população era egresso da escravidão. (TEIXEIRA, 1998, p.221-222).

De modo geral, tem-se, então, que tanto no Brasil, como nos países capitalistas centrais, a capitulação do Estado interventor se deu pelas mesmas razões: crise fiscal e crise das bases legitimadoras do Estado, essa resultante da crescente desigualdade social.

Passa-se, diante disto, a defender, sobretudo pelos partidos da direita política, medidas contrárias à gerência estatal da economia e favoráveis à desestatização da sociedade. No Brasil, os governos de Fernando Collor de Melo e de Fernando Henrique Cardoso se desenvolveram nesse espírito. De formas diferenciadas, seguiu-se a tendência à desestatização também nos Governos de Lula da Silva e Dilma Rouseff.

No plano nacional e no plano internacional a lógica é a mesma: "desmantelamento do aparato burocrático do Estado, desverticalização produtiva, flexibilização do mercado de trabalho e desregulamentação da economia." (TEIXEIRA, 1998, p.224).

Em nome da redução da intervenção do Estado e da abertura da economia, lideranças americanas e representantes de organismos econômicos se reuniram em novembro de 1989, em Washington, onde fizeram avaliações acerca das reformas econômicas na América Latina. Ali nasceu o Consenso de Washington, o qual propunha medidas em várias áreas, todas visando à soberania do mercado nas relações econômicas internas e externas.

A teoria que dá sustentação ao neoliberalismo baseia-se na velha máxima da concepção individualista da sociedade (o indivíduo precede a sociedade, portanto, a sociedade é criada pelos indivíduos). A sociedade tem como base, então, os interesses individuais, pois, ao cuidar de si próprios, todos estarão cuidando do bem comum. A lógica que medeia estas relações é o mercado, espaço que surge "naturalmente" para realizar a liberdade dos indivíduos. O Estado deve, portanto, interferir o mínimo possível. "É daí que parte a teoria

neoliberal para defender a idéia de que o mercado é o único meio para a obtenção da liberdade política [...]" (TEIXEIRA, 1998, p.229 sic).

Para a teoria neoliberal, o mercado assume as funções de garantir a liberdade econômica e a busca da liberdade política, sendo por isso considerado um mecanismo intransponível.

A defesa desta ideia assume a forma do entendimento do mercado perfeito ou concorrência perfeita, o que compreende

[...] um modelo de concorrência, em que cada agente econômico é tão pequeno em relação ao mercado que não pode exercer nenhuma influência sobre o preço das mercadorias ofertadas. Além disso, pressupõe-se que o produto de qualquer vendedor seja homogêneo quando comparado ao produto de qualquer outro vendedor, de tal forma que os consumidores são indiferentes à empresa na qual eles compram suas mercadorias. A essas características ideais do mercado perfeito somam-se duas outras: livre mobilidade dos recursos, de tal sorte que qualquer empresa possa entrar e sair do mercado como resposta aos impulsos monetários; e perfeito conhecimento, da parte dos consumidores, produtores e proprietários de recursos, do fato de um mercado ser perfeitamente competitivo, de modo que obedeça às características delineadas anteriormente. Um perfeito conhecimento do mercado exige que não só se conheça o presente, como também o futuro. Sem esse conhecimento onisciente, a concorrência não poderá prevalecer. (TEIXEIRA, 1998, p.231).

Com estes argumentos, a teoria neoliberal advoga que qualquer mecanismo de controle consciente do mercado que não seja feito pelo próprio mercado é incapaz de promover o desenvolvimento e a distribuição da riqueza, levando a sociedade ao caos.

Ademais, os neoliberais consideram que as sociedades modernas são complexas ao ponto de ser impossível coordenar de forma centralizada milhões de pessoas. Cumprindo o mercado sua função reguladora, cabe ao Estado apenas preservar juridicamente a liberdade de propriedade, deixando a cargo do mercado o bem-estar geral da sociedade. Teixeira chama a atenção para uma contradição neste raciocínio:

Para admitir que essa função vigilante do Estado é suficiente para garantir o automatismo auto-regulativo do mercado e, assim, o equilíbrio geral dos preços e qualidades ofertadas, os neoliberais teriam que demonstrar as condições automáticas de possibilidade deste equilíbrio. Isto eles não conseguem fazer. E não o conseguem porque sua teoria é autocontraditória. Com efeito, o equilíbrio só pode se realizar na medida em que todos os agentes econômicos possuam um perfeito conhecimento do mercado. Entretanto, para criticar qualquer tipo de coordenação imposta de fora à economia, os neoliberais alegam que ninguém pode deter um conhecimento dessa natureza, e que, por esta razão mesma, só o mercado poderá coordenar as atividades econômicas de milhões de pessoas, de sorte que, assim, para que seja possível o

equilíbrio de mercado, pressupõe-se o que ninguém é capaz de possuir: um perfeito conhecimento do mercado. Desse modo, a teoria neoliberal se autodestrói; desdiz o que diz. (TEIXEIRA, 1998, p.233).

Apesar de suas contradições, o ideário neoliberal continua exercendo sua influência sobre os representantes da direita e também de parte da esquerda política, possivelmente por causa da decepção causada pelo fim do chamado socialismo real. Isso abriu mais espaço para a difusão da tese do mercado solucionador dos problemas sociais.

A base normativa da teoria neoliberal é substanciada por meio de alguns pressupostos éticos, derivados da Economia Política Clássica. Um destes pressupostos é o de que o homem é um animal predestinado à produção de mercadorias, das quais são proprietários, a serem permutadas na sociedade.

Se esta capacidade de produzir mercadorias é imanente a todos os homens, então todos os indivíduos que formam uma sociedade são iguais, já que todos são possuidores de mercadorias, as quais possuem valor equivalente.

É assim que o princípio da equivalência se transforma no fundamento que legitima a própria existência da sociedade produtora de mercadorias. Com efeito, é este princípio que dá ao indivíduo certa segurança de que ele encontrará, no mercado, um equivalente, em valor, para o que produziu; ele poderá continuar a produzir para o mercado, porque aqui, como ele, encontrará outros compradores e vendedores dispostos a permutarem os produtos de seu trabalho com o dele. Consequentemente, todos, portanto, se apresentam como iguais porque o que cada um possui, conseguiu-o na extensão do valor do que deu em troca. (TEIXEIRA, 1998, p. 237).

Além da igualdade, a relação de troca requer ainda a condição de liberdade entre os proprietários de mercadorias para fazerem as trocas que julgarem necessárias para seu proveito próprio. Assim, o mercado é considerado como lugar por excelência onde se dão as relações sociais. A troca de mercadorias aparece como sendo o que fundamenta a sociabilidade.

Não lhe importa a cor, a raça, o sexo, a origem social, ou qualquer outra diferença. O que conta é o que ele traz na carteira: seu dinheiro. Assim, o dinheiro apaga todas as diferenças entre as pessoas, para considerá-las unicamente como consumidoras/vendedoras. E não só isto. É necessário que todos sejam livres e que possam gozar de sua liberdade de comprar e vender, de poder dispor do que possuem para exercerem suas funções mercadológicas e, assim, obedecer unicamente às leis de mercado. (TEIXEIRA, 1998, p.240).

Para os neoliberais, a sociedade mercantil é um campo privilegiado para a igualdade e a liberdade, uma vez que os sujeitos não estariam mais subordinados a nenhuma autoridade externa a eles; suas ações somente devem se pautar em seus próprios interesses.

O que a teoria neoliberal não reconhece é que o homem é um ser que está sempre se constituindo na história e pela história, não sendo, portanto, um ser com características determinadas. A trajetória humana na história consiste, em primeiro lugar, na luta por condições materiais que lhe garantam a reprodução biológica. Essa luta é feita por meio de atividades laborativas, ou seja, do trabalho. O conjunto destas atividades laborativas com vistas à reprodução da vida humana é o que constitui a atividade econômica.

Isto significa dizer que o sentido originário do agir econômico é estar a serviço da satisfação das necessidades básicas do ser humano: enquanto tal, ele é mediação no processo de antropogênese. A economia tem assim de estar a serviço da efetivação do ser livre, que, enquanto tal, pode pôr-se, em relação com suas próprias contradições de vida e desenvolver aqui um espaço para suas ações. Isto significa dizer que o homem pode determinar a ordem econômica, e, enquanto tal, ele é por ela responsável. Portanto, a ação econômica, enquanto situada na esfera das ações do sujeito livre, tem uma dimensão ética insuperável. (OLIVEIRA,³³ 1990, p.43 apud TEIXEIRA, 1998, p.248).

Uma vez que a atividade econômica volta-se, no capitalismo, para a produção de mercadorias, esta atividade não pode cumprir sua função de criadora das condições de satisfação das necessidades humanas e, portanto, estabelecer a igualdade e a liberdade entre os homens, já que se pauta por interesses mercantis e não humanos.

Continuando nossa análise, faremos a partir de agora menção aos governos brasileiros de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, no intuito de situar sua inserção num cenário político e econômico pautado pelo neoliberalismo. A referência feita ao Governo FHC se justifica porque o mesmo se constitui num caso emblemático de como o neoliberalismo foi operado em larga medida na história recente das políticas públicas do Brasil, incluindo a criação também de um Plano Nacional de Formação, o PLANFOR, voltado para as novas demandas dos setores produtivos. Já o Governo Lula será mencionado porque neste Governo foi criado o PNQ (substituto do PLANFOR) e, dentro dele, o PLANSEQ, nosso objeto de estudo.

Nossa intenção é demonstrar que, se no cenário econômico mundial, a tônica neoliberal ditava os rumos a serem seguidos, no plano político, os Estados dão seguimento, no que lhes compete, às normativas neoliberais, fornecendo aos seus capitais nacionais as condições necessárias para o enfrentamento da crise e, ainda, sendo subservientes aos organismos internacionais para, em última instância, manter os capitais centrais em ascensão.

³³ TEIXEIRA, Francisco José Soares. Trabalho e Valor em Marx. Fortaleza: EDUECE, 1990.

Faremos ainda uma resumida menção às políticas de formação e qualificação profissional promovidas pelos dois Governos, PLANFOR e PNQ. O PNQ, instituído no Governo Lula, o qual compreende o PLANSEQ - Plano Setorial de Qualificação do Setor Sucroalcooleiro, nosso objeto de investigação, será mais detidamente estudado no segundo capítulo desta dissertação.

1.4 O Governo FHC

O sociólogo Fernando Henrique Cardoso, nascido no Rio de Janeiro em junho 1931, assumiu a presidência da República Federativa do Brasil em 1º de Janeiro de 1995 e governou durante dois mandatos, encerrando sua atuação como Presidente da República em 1º de Janeiro de 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o cargo.

A maior parte dos mandatos de FHC ocorreram durante a década de 1990, período que ficou conhecido na história brasileira como o momento privilegiado de implantação de políticas de cunho neoliberal, o que não ocorreu somente no Brasil.

A década iniciada com Collor, em 1990, legou-nos um brutal processo de privatização, um amplo leque de desregulamentação, um intenso processo de reestruturação, um vasto movimento de financeirização e um enorme e desmesurado ritmo de precarização social. Se ela iniciou de modo aventureiro, foi, entretanto, com FHC que a década do social-liberalismo deslanchou, ao comandar o país por oito anos sob a batuta do tucanato. (ANTUNES, 2006, p.12).

O Governo FHC, sendo subserviente à cartilha neoliberal, levou a cabo a subordinação das mais diversas políticas públicas aos ditames dos organismos internacionais.

O conjunto de pressupostos assumidos e partilhados pelo projeto econômico-social do Governo Cardoso é extraído da cartilha neoliberal do Consenso de Washington e pode ser resumido nos seguintes: primeiramente que acabaram as polaridades, a luta de classes, as ideologias, as utopias igualitárias e as políticas de Estado nelas baseadas. A segunda idéia-matriz é a de que estamos num novo tempo – da globalização, da modernidade competitiva, de reestruturação produtiva, de reengenharia –, do qual estamos defasados e ao qual devemos ajustar-nos. Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estatistas, mas de acordo com as leis do mercado globalizado, mundial. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.105-106).

O conservadorismo direitista, em graus diferenciados, foi a tônica da política nos países centrais e nos países periféricos, como o Brasil, o que permitiu a implementação - e a resistência por parte dos movimentos sociais - do ideário de “modernização conservadora”. Vale lembrar que toda forma de modernização, sob o capitalismo, é conservadora, pois, em essência, todas elas tem o objetivo de manter e dar novos patamares para a acumulação

capitalista.

O primeiro mandato de FHC (1995-1998) ocorreu em meio a um processo de crise econômica no Brasil e também de abertura da economia brasileira para o mercado externo, e ainda, de acirramento da competição inter-empresarial dentro e fora do Brasil. Este período refletia os impactos de uma crise maior, estrutural, por que vinha passando já desde a década de 1970 o sistema do capital em âmbito global. O Governo FHC, conforme Ciavatta e Trein, cumpriu de forma eficaz sua função de apoio ao capital em crise. Isto porque:

No Brasil, Cardoso construiu um governo de centro-direita e, sob a ortodoxia monetarista e do ajuste fiscal, no contexto da rígida doutrina dos organismos internacionais, efetivou as reformas que alteraram profundamente a estrutura do Estado brasileiro para “tornar o Brasil seguro para o capital”. Este ajustamento deve dar-se não mediante políticas protecionistas, intervencionistas ou estatais, mas de acordo com as leis do mercado globalizado, mundial, política que se mantém no governo Lula. O ajuste traduz-se em três estratégias articuladas e complementares: desregulamentação, descentralização/autonomia e privatização.³⁴ (CIAVATTA; TREIN, 2011, p.6).

Com FHC no poder, deu-se curso a uma política de desnacionalização e desmantelamento do Estado brasileiro, tendo como pano de fundo a aliança à economia global, ou melhor dizendo, aos ditames dos países ricos, sobretudo, dos EUA

A política econômica do Governo FHC consolidou-se, de maneira geral, em algumas medidas que, em seu conjunto, trouxeram problemas desastrosos, sobretudo para as camadas pobres do o país. Tais medidas refletiam o alinhamento do Governo às diretrizes impostas por organismos financeiros internacionais, como o FMI - Fundo Monetário Internacional.

A tentativa de estabilização da moeda brasileira pelo Governo FHC se deu através da oferta de dólares no mercado, intencionando equiparar o real ao dólar. Isto acabou por impedir investimentos internos, retraindo o número de empregos e aumentando o endividamento externo.

A desestatização dos serviços públicos foi outra tônica do Governo de FHC. Com isso, empresas estatais importantes, como a Companhia Vale do Rio Doce (mineração e siderurgia) e a Telebrás (telecomunicação), foram vendidas para a iniciativa privada, fazendo com que o Governo, não obstante a criação das agências reguladoras (como a ANATEL - Agência

³⁴ A desregulamentação consiste na contenção de leis e de direitos adquiridos pelos trabalhadores em favor do livre mercado. Pela descentralização, os agentes estatais transferem para os agentes econômicos e educacionais a responsabilidade pelas melhorias sociais. Por meio da privatização, empresas estatais são vendidas e passam a ser geridas pela iniciativa privada, bom como serviços essenciais como saúde e educação.

Nacional de Telecomunicações, a ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e a ANP - Agência Nacional do Petróleo), perdesse o controle sobre a qualidade e o preço dos serviços oferecidos (que já aumentam pela cultura inflacionária do país).

Acontece que, no afã irresponsável de vender as empresas estatais, engajando para esse fim a nossa igualmente irresponsável mídia, o Governo de FHC não tomou os cuidados indispensáveis para que os serviços, próprios do Estado, fossem prestados de boa qualidade e a preços justos para os consumidores, resultando em 'apagões' (falta de energia elétrica), além de preços aviltantes, com reajustes constantes e de acordo com o valor do dólar, que, para as empresas compradoras e para os exportadores, além dos Bancos, não deixa de ser um bom negócio. (ROCHA, 2003, p.23).

Tendo em vista a entrada do Brasil no processo de globalização da economia, o Governo FHC submeteu a economia do país aos ditames dos EUA, entregando os recursos naturais e a capacidade produtiva industrial. Como resultado disso, criou-se a ALCA (Aliança do Livre Comércio das Américas).

Dando um passo adiante, os Estados Unidos concebeu a ALCA, com dois propósitos principais: acabar com o MERCOSUL (Mercado Comum do Cone Sul), que considerava lesivo aos seus interesses comerciais, e impor uma política de comércio em que só o beneficiará, pois quem é detentor das forças econômicas e bélicas, poderá ditar o que seja subsidiar produtos e mercadorias e quem poderá fazê-lo. (ROCHA, 2003, p.30, sic).

O Governo FHC também permitiu em larga escala a entrada do capital especulativo estrangeiro no Brasil, com o suposto intuito de atrair investidores externos e estabilizar a moeda. O fato é que a especulação financeira internacional, que se retira ao menor sinal de fraqueza da economia brasileira, não trouxe benefícios para a classe trabalhadora e para os setores não proprietários dos meios de produção; o Real se desvalorizou e a inflação aumentou. Para contê-la, a solução posta em prática foi o aumento dos juros, que por sua vez, diminuiu o poder de compra e, conseqüentemente, a produção e os investimentos. Adotando o modelo econômico proposto pelo FMI, o Governo FHC acabou por levar parte da população brasileira ao desemprego.

Outro alvo do Governo FHC foram os servidores públicos, atingidos pelo achatamento salarial e pela reforma previdenciária.

No Governo FHC foi possível, ainda, que as empresas estrangeiras instaladas em território brasileiro pudessem fazer remessas incontroladas de lucros para seus países de origem, deixando de reinvestir parte dos lucros conseguidos em investimentos dentro do Brasil. Além da parca regulação da remessas de lucros, houve ainda brechas para a remessa

ilícita de bilhões de dólares para fora do país.

O BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), no Governo FHC, passou a financiar somente os grandes capitais e a compra de estatais, incluindo grupos estrangeiros, deixando de lado o financiamento do pequeno e médio setor produtivo. O intuito da criação do BNDES, ou seja, o desenvolvimento econômico baseado no investimento nos mais variados setores produtivos, acaba por ser desvirtuado.

Ainda neste Governo foi criada a CPMF - Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira,³⁵ que deveria ser um imposto provisório, mas, acabou se tornando definitivo, sob a justificativa de arrecadar fundos para a área da saúde, o que não aconteceu. O resultado foi que o sistema de saúde continuou caótico, o dinheiro da CPMF foi desviado para outros fins (como o pagamento dos juros da dívida pública, o que acabou por beneficiar os proprietários de títulos dessa dívida) e a população trabalhadora brasileira teve que suportar o peso de mais um imposto.

FHC em seu Governo também concedeu forte incentivo à exportação de gêneros alimentícios, fazendo com que da produção de alimentos no Brasil fosse destinada apenas uma pequena parte para o consumo interno. Assim, com a exportação, os empresários exportadores foram beneficiados pelas ações governamentais, enquanto o povo teve que se contentar em pagar preços mais altos pelos alimentos.

Percebe-se, pela sintética análise do Governo FHC, que este, em suas políticas

³⁵ A CPMF foi uma cobrança realizada sobre quase todas as operações bancárias, com última alíquota de 0,38% (2007). A contribuição foi criada em 1993, com outro nome: IPMF – Imposto provisório sobre Movimentação Financeira. A alíquota era de 0,25%. Obedecendo à previsão estabelecida na sua criação, o então IPMF foi extinto em dezembro de 1994. Em 1996, o imposto voltou à pauta do Governo. A proposta de retorno do imposto era para arrecadar fundos para a saúde. A proposta foi votada e aprovada duas vezes pelo Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal), pela Emenda Constitucional 12, a qual previa algumas condições: a cobrança não poderia durar mais de dois anos, a alíquota não ultrapassaria 0,25% e a arrecadação deveria ser toda destinada ao Fundo Nacional de Saúde. Nascia ali a CPMF, através da Lei 9.311, de 24 de outubro de 1996, com uma alíquota de 0,2%, sendo que passou a vigorar em 1997, e deveria durar até 1999. Porém, em junho de 1999, por meio da Emenda Constitucional de nº 21, a cobrança da CPMF foi prorrogada por mais 36 meses e foi estipulada uma nova alíquota a ser cobrada: 0,38% no primeiro ano e 0,30% nos dois anos seguintes. A diferença no valor da alíquota seria investida na Previdência Social, e o restante continuaria tendo como destino o Fundo Nacional de Saúde. Outra “utilidade” da CPMF foi o cruzamento da declaração de imposto de renda com as informações bancárias (quanto maior o valor da CPMF paga, maior o valor movimentado). Informações declaradas no Imposto de Renda, ou na declaração de Isento, que destoassem das movimentações financeiras eram encaminhadas para a “malha fina” da Receita Federal. Por meio de mais duas Emendas Constitucionais, a de nº. 37 e a de nº. 42, a cobrança da CPMF foi prorrogada até 2007. Finalmente, em janeiro de 2008, a CPMF deixou de ser cobrada dos brasileiros, e segundo informações do Governo, a arrecadação diminuiu cerca de R\$ 40 bilhões em 2008.

Fonte: <<http://www.infoescola.com/economia/contribuicao-provisoria-sobre-movimentacao-financeiracpmf/>>

promovidas, alinhou-se completamente ao ideário neoliberal, agindo de forma clara em defesa dos interesses das classes capitalistas, demonstrando sua posição de classe.

Já vimos que a maneira utilizada pelo capital para recuperar as taxas de lucro no novo contexto de acumulação capitalista, além da nova estratégia da especulação financeira, que emerge no fim da década de 1990, não poderia ser outra a não ser a mudança nos processos de gestão e organização do trabalho no interior das unidades produtivas - uma vez que o motor da acumulação capitalista é a exploração cada vez maior da força de trabalho - isto com ampla participação dos organismos internacionais (FMI, BIRD, BID, PNUD, OMC). Assim, a reestruturação produtiva nada mais é que uma articulação renovada de controle sobre o trabalho exercido pelo capital no âmbito das unidades empresariais.

Além das mudanças nos processos de trabalho, a flexibilização das formas de contratação da força de trabalho se converte também em estratégia para a recuperação do capital. O Governo FHC foi marcado por uma ampla flexibilização das relações de trabalho e pela incapacidade de geração de empregos, o que ocasionou uma piora ainda maior no quadro de desemprego crônico que vinha assolando o país. Vale ressaltar que:

Segundo o discurso neoliberal, a impossibilidade de arranjar um emprego é consequência de as pessoas não terem aglutinado qualificações e competências capazes de lhes possibilitar a inserção ou permanência no mercado de trabalho. (VIEIRA, 2005, p.137).

É este discurso que vai servir de inspiração para os Governos na criação de Programas de Qualificação, como o PNQ do Governo Lula, incluindo aí os Planos Setoriais de Qualificação, o PLANSEQ, nosso objeto de estudo. Enquanto políticas públicas para o emprego, estes planos pretendem fornecer a qualificação necessária para que o trabalhador possa se inserir dentro do mercado de trabalho. E o PLANSEQ é ainda mais claro, conforme veremos mais adiante, pois em seu documento o Governo afirma que suas ações se voltam para a preparação do trabalhador para um mercado de trabalho impactado pela reestruturação produtiva a qual, inevitavelmente, reduz os postos de trabalho. Sendo assim, se faz mister a busca por qualificação para tentar conseguir um posto de trabalho num mercado cada vez mais escasso e disputado.

O empresariado brasileiro, como forma de resposta à crise instaurada, começa a difundir junto à classe trabalhadora ideias como a de que a nova conjuntura econômica que se instaurou no país requer maior qualificação da força de trabalho para que maiores graus de

desenvolvimento possam ser alcançados. Tem-se, então,

[...] um insidioso projeto ideológico substanciado em práticas pedagógicas que manejam a afetividade, a esfera dos desejos e da vontade das pessoas com o fim de conectar estas dimensões humanas aos objetivos de lucratividade do capital. (MACÁRIO, 2005, p.209).

A tônica que deveria, a partir de então, estar presente no ideário da classe trabalhadora era a da polivalência, "[...] ou seja, uma formação polivalente, onde o trabalhador seja capaz de realizar diversas funções com dinamismo, empreendedorismo, espírito de iniciativa e alta qualificação técnica" (MORATO, 2005, p.103). A suposta necessidade de polivalência na formação dos trabalhadores vem sendo conjugada com a ideologia da empregabilidade, que sob o manto do ideário neoliberal, está sendo largamente difundida em vários documentos de programas de qualificação formulados pelo Governo Federal. Assim é que o crescimento econômico do país vai sendo cada vez mais atrelado à necessidade de surgimento de um novo perfil da força de trabalho.

É, dessa forma, que a categoria empregabilidade assume um caráter profundamente ideológico, legitimando como natural o mal social do desemprego e colocando a responsabilidade pela culpa ou solução de um problema estrutural para o âmbito do indivíduo. (MORATO, 2005, p.125).

Uma ampla resposta por parte do Estado Brasileiro, representado pela figura de FHC, foi dada ao setor industrial no tocante à formação de um novo perfil de trabalhador que respondesse às novas demandas postas pelo capital. "É o Governo Cardoso que, pela primeira vez, em nossa história republicana, transforma o ideário empresarial e mercantil de educação escolar em política unidimensional do Estado." (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.15).

A política de formação profissional reformada e engendrada nos dois mandatos de FHC foi propulsora em larga medida da conformação da força de trabalho aos ditames do setor produtivo.

A reforma da educação profissional brasileira está inserida em um conjunto de estratégias determinadas pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que, estruturadas na teoria do capital humano, explicitavam o estoque de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores que dariam força ao trabalho, estabelecendo-se uma relação de causa e efeito entre o aumento do nível educacional e ganhos em produtividade, e instituindo-se esta concepção como um mecanismo fundamental para garantir a conquista de um desenvolvimento econômico com maior equidade social. (VIEIRA, 2005, p.132).

As políticas de qualificação profissional do Governo FHC foram bastante incisivas porque atingiram a força de trabalho tanto de forma direta, como de forma indireta. A

incidência direta das novas diretrizes se deu com a criação, em 1996, do Plano Nacional de Formação do Trabalhador (PLANFOR), com as reformas do ensino médio, que culminaram na separação entre formação acadêmica e profissional³⁶, e com os vários programas de financiamento da qualificação dos trabalhadores. Indiretamente, o governo FHC agiu no âmbito da Educação Básica, aprovando a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e criando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM).

Assim é que o perfil e as qualidades delineadas pelo discurso empresarial respeitantes ao trabalhador adaptado às novas demandas do mundo da produção apresentam-se também como os elementos formais norteadores das iniciativas do Estado no referido campo educativo-formativo. Também se pretende através de tais iniciativas não só apenas a formação de futuros sujeitos produtivos no campo econômico mas também, concomitantemente, a de futuros sujeitos capazes de exercer uma “cidadania competente e responsável” no cotidiano de sua vivência social. (ANDRADE, 2011, p.3).

Vale ressaltar que as políticas de formação da força de trabalho tornam-se mais eficazes porque são formuladas pelo Ministério da Educação em consonância com o Ministério do Trabalho, uma vez que muitos recursos para os programas de qualificação profissional são provenientes do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador.³⁷

Vários mecanismos de avaliação da aprendizagem dos alunos foram criados no Governo FHC com o intuito de verificar se os resultados obtidos estão de acordo com os requisitos funcionais (formação de nível técnico e comportamental) indispensáveis ao setor produtivo em processo de reestruturação e quais as medidas a serem tomadas para que

³⁶ Chamemos atenção aqui para o fato de que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, de 1996, estabelece que "A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional." (Seção IV, Art.36, Parágrafo único). O Decreto n.2.208 de 1997, criado no Governo FHC, em seu Art 5º estabelecia que "A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio." O Decreto se mostrou ilegal porque contrariava uma determinação da LDB. Após intensos debates, já no Governo Lula, o Decreto 2.208 foi revogado e em seu lugar foi promulgado um novo decreto, o 5.154, de 2004 que dispunha em seu Art 4º: "A educação profissional técnica de nível médio, nos termos dispostos no § 2º do art. 36, art. 40 e parágrafo único do art. 41 da Lei nº9.394, de 1996, será desenvolvida de forma articulada com o ensino médio."

³⁷ O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. A principal fonte de recursos do FAT é composta pelas contribuições para o Programa de Integração Social - PIS, criado por meio da Lei Complementar nº 07, de 07 de setembro de 1970, e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP, instituído pela Lei Complementar nº 08, de 03 de dezembro de 1970. As principais ações de emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno de dois programas: o Programa do Seguro-Desemprego (com as ações de pagamento do benefício do seguro-desemprego, de qualificação e requalificação profissional e de orientação e intermediação do emprego) e os Programas de Geração de Emprego e Renda. Fonte: <<http://portal.mte.gov.br/fat/historico.htm>>

"melhores resultados" sejam alcançados.

Os sistemas de avaliação criados abrangeram desde a educação básica, com o Sistema de Avaliação do Ensino Básico - SAEB, o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM até o Ensino Superior, com o Exame Nacional de Cursos - o "provão" e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. "Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação (...)" (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.16).

Substitutas do modelo de qualificação (enquanto relação social conflitiva estabelecida entre capital e trabalho), as competências (noção que surge recentemente do discurso empresarial) a serem verificadas na aprendizagem dos alunos devem estar em acordo com o que os empresários defendem como desejáveis.

[...] o conceito de competência representa a atualização do conceito de qualificação, segundo as perspectivas do capital, tendo em vista adequá-lo às novas formas pelas quais este se organiza para obter maior e mais rápida valorização. (FERRETTI, 1997, p.34).

O Sistema S (SESI, SENAI, SESC, SENAC) esteve entre as instituições ligadas ao Governo FHC que promoveram vários cursos de qualificação profissional. Sindicatos e ONGs também estiveram presentes nestas parcerias. Acerca do alarmante crescimento das ONGs, Montañó (2002, p.14) mostra os seguintes dados: "Estima-se que hoje, no Brasil, existam cerca de 400 mil organizações não-governamentais (ONGs) registradas e cerca de 4 mil fundações [...]. Segundo dados da Receita Federal, em 1991 havia cerca de 220 mil entidades registradas como 'sem fins lucrativos' [...]". E acrescenta:

Com isto, se nos anos 80 as ONGs cresceram como hongos [cogumelos], nos anos 90 elas crescem como uma bolha. Efetivamente, na década de 90, processa-se um efeito de aumento de ONGs, produto das 'parcerias' com o Estado, que mostra uma aparência de enormes dimensões, mas que é, na verdade, vazio por dentro. (MONTAÑO, 2002, p.225)

No plano educacional, o programa de qualificação da força de trabalho do Governo FHC foi o PLANFOR - Plano Nacional de Formação Profissional:

a reestruturação produtiva pela introdução de novas tecnologias e da nova organização do trabalho e, conseqüentemente, o crescimento do número de subempregados e desempregados nos anos 1990 teve como contrapartida governamental, um programa seletivo de formação dos trabalhadores – o PLANFOR (Plano Nacional de Formação Profissional, atual Plano Nacional de Qualificação). (CIAVATTA; TREIN, 2011, p.9).

Em seu programa de metas e ações em âmbito nacional, o PLANFOR se instituiu voltado para populações em desvantagem social; as ações estaduais foram direcionadas a beneficiários do seguro-desemprego³⁸ na intenção de transformá-los em micro-empresendedores. Havia, ainda, ações emergenciais, com o objetivo de atenuar situações de crise provocadas pelos processos de reestruturação produtiva.

Após esta breve incursão nos acontecimentos que marcaram o Governo de FHC, passemos agora à sintética análise do Governo que o sucedeu.

1.5 O Governo Lula

O pernambucano Luiz Inácio Lula da Silva, nascido em outubro de 1945, assumiu a presidência da República Federativa do Brasil em 1º de janeiro de 2003 e governou durante dois mandatos, encerrando sua função como Presidente da República em 1º de janeiro de 2011, quando Dilma Rousseff assumiu o cargo.

A eleição para a Presidência da República de um ex-metalúrgico gerou na classe trabalhadora brasileira a esperança de que dias melhores estavam por vir, sobretudo para a classe trabalhadora, afinal, Lula representava um partido político nascido do movimento sindical, o PT - Partido dos Trabalhadores.

Quando da sua posse, o discurso de Lula trazia o espírito de uma esquerda democrática que pretendia respeitar os mecanismos republicanos da democracia formal. Este discurso, pretendendo se contrapor ao governo anterior, revelava a intenção de seguir o rumo da social-democracia europeia (e não do socialismo), em que o Estado deveria se colocar como mediador social para correção das desigualdades sociais, personificada no Brasil pela miséria em que grande parte da população de baixa renda se encontrava. Ao assumir o governo, o quadro deixado por FHC e encontrado por Lula foi de deterioração:

[...] os investidores retirando seus dólares, os empréstimos externos aumentando

³⁸ O Seguro-Desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art. 7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal, e tem por finalidade promover a assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado, em virtude da dispensa sem justa causa. Foi introduzido no Brasil no ano de 1986, por intermédio do Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986 e regulamentado pelo Decreto n.º 92.608, de 30 abril de 1986. A assistência financeira é concedida em no máximo cinco parcelas, de forma contínua ou alternada, a cada período aquisitivo (limite de tempo que estabelece a carência para recebimento do benefício) de dezesseis meses. A apuração do valor do benefício tem como base o salário mensal do último vínculo empregatício. O valor do benefício não poderá ser inferior ao valor do Salário Mínimo. Fonte: <http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/seguro-desemprego.htm>

continuamente, o FMI ditando as normas e as políticas que o Brasil deveria seguir para concessão de empréstimos, o real se desvalorizando, a inflação aumentando; ou seja, o governo do Sr. FHC tinha perdido o controle da economia e, com isso, agravando os problemas sociais [...]. (ROCHA, 2003, p.71).

Diante deste quadro pouco animador, o que se verificou foi que na esfera econômica a postura adotada pelo Governo Lula foi conservadora e no que tange às políticas públicas, o cunho foi mais reformista que transformador.

Na montagem de seu quadro de Ministros, o Governo Lula fez alianças com representantes de setores capitalistas, convidando empresários da indústria e do agronegócio para assumirem diversas pastas do Governo. Isto mostra a conciliação do Governo com os setores capitalistas. "O governo Lula, portanto, tem base popular na origem, é social-democrata na natureza de sua ação, pluripartidário na composição e conectado com o setor privado na formulação estratégica." (CAVALCANTI, 2003, p.19).

Optando pela postura conservadora na economia, o Governo Lula conseguiu garantir o apoio de organismos internacionais de crédito (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial), obtendo financiamento para as exportações e para as obras de infraestrutura e moradia, que marcaram os seus dois mandatos, e, ainda, mantendo abertas as portas do Brasil para o capital estrangeiro. Foi assim que o Governo Lula se aliou com o mercado financeiro e com entidades empresariais.

A corrupção dentro dos ministérios foi um dos tantos atoleiros com que se deparou Lula e que fez sua popularidade inicial minguar, fazendo o Governo entrar numa grave crise política. Envolveram-se em escândalos os seguintes Ministros: Benedita da Silva (Ministra da Assistência e Promoção Social), Romero Jucá (Previdência Social), José Dirceu (Casa Civil), Antônio Palocci (Fazenda), Luiz Gushiken (Comunicação), Orlando Silva (Esportes), Altemir Gregolin (Pesca), entre outros.

Muitas greves foram deflagradas (bancários, docentes e técnicos-administrativos de universidades federais) durante o Governo petista e as reivindicações foram respondidas, invariavelmente, com a pura e simples desconsideração.

A primeira reforma do Governo Lula, agendada pelo FMI, voltou-se contra o funcionalismo público, antigo sustentáculo do PT, tal qual fez a política econômica de FHC. Isto mostra que:

Se em 2002 essa vitória da esquerda sinalizava, em alguma dimensão, o principiar da desmontagem da fase neoliberal, um ano e meio depois pode-se constatar que os elementos de continuidade suplantaram completamente os traços de descontinuidade, abafando e finalmente ceifando as possibilidades de mudança com o cenário anterior. (ANTUNES, 2006. p.13).

Com a Reforma da Previdência, em 2003, o Governo Lula anulou vários direitos dos funcionários públicos, obrigando-os a recorrer aos fundos de pensão³⁹ (entidades privadas de previdência complementar), tudo isso seguindo ainda a cartilha do FMI e do BM. À época Sérgio Lessa (2011, p.2) mostrou que "O projeto, aprovado no Congresso Nacional, significará a transferência de cerca de 650 bilhões de dólares dos assalariados ao capital especulativo nos próximos 10 anos".

No âmbito das políticas sociais, o caráter reformador do Governo Lula se mostrou com força no fato de que seu plano de ação foi mais enfático no combate à miséria, sobretudo no Nordeste, tendo o Programa Fome Zero como o grande destaque das ações políticas. Com muito menos força o Governo atuou na melhoria do padrão de vida da população. Para combater a miséria dos trabalhadores brasileiros, o Governo fez alianças com entidades da sociedade civil, ONGs e movimentos sociais, o que se configurou numa espécie de transferência de responsabilidades ou mesmo terceirização das ações político-sociais. Com isso, o Governo buscou a legitimação social e o estabelecimento do consenso no que diz respeito aos problemas e soluções no que diz respeito ao desenvolvimento do Brasil.

Como corolário desse processo, afirma-se uma tendência de crescimento do chamado 'terceiro setor', particularmente das ONGs. Com isso pretende-se justificar que as perdas das respostas estatais à 'questão social' seriam compensadas pela intervenção deste setor, manifestando que não é hora de enfrentar o fato do 'encurtamento do Estado', mas sim de concentrar esforços por reforçar o 'crescimento da sociedade civil'. Argumento claramente resignado a um suposto 'fato inalterável' [a crise fiscal estatal e sua incapacidade de resposta efetiva à 'questão social'] e mistificado por pensar esta 'sociedade civil' como representante homogêneo dos interesses populares [em oposição ao Estado e ao mercado, supostamente tidos como representantes oriundos do capital]. (MONTAÑO, 2002, p.215, grifo do autor).

A tônica do Governo Lula foi a mudança sem ruptura, o que, segundo Cavalcanti (2003), ocasionou confrontos do Governo com os funcionários públicos (que reivindicavam

³⁹ Pesquisas como a de Osvaldo Coggiola demonstram a falência de vários fundos de pensão pelo mundo. Sobre a Reforma Previdenciária no Brasil, o autor afirma: "Nós concluímos, ao contrário, que a reforma ora em pauta é ditada pelas necessidades do grande capital em crise, inspirada pelo Banco Mundial, e situada na contramão da História, pois adota um modelo que está demonstrando ou já demonstrou sua inviabilidade na maior parte do mundo, inclusive nos países tomados como modelo pelos 'neo-reformadores'. A adoção das reformas em pauta, se concretizada, só deixam entrever um futuro sombrio para a nossa e as futuras gerações". Ver: A Falência Mundial dos Fundos de Pensão. Disponível em: <http://www.adur-rj.org.br/5com/pop-up/falencia_fundos_pensao.htm> Acesso em: 14 nov. 2011.

melhores salários e condições de trabalho) e com os movimentos sociais, especialmente com o MST, que em muitos momentos protestou contra a proteção dada pelo Governo Lula à propriedade privada⁴⁰. Sobre isso é emblemática a impunidade dada pelo Governo Lula aos casos de assassinatos de representantes populares que lutaram contra a altíssima concentração fundiária no Norte do país, onde segundo Antunes,

[...] preservou-se uma estrutura altamente concentradora da propriedade fundiária, predatória, sob comando ou forças do Sudeste, ou dos interesses forâneos, combinando com o abandono histórico e secular do Estado cartorial, todo privatizado. (ANTUNES, 2006, p.61).

Nos mandatos petistas, as taxas de desemprego foram pouco diminuídas, muito aquém do que era esperado. Dados do IBGE demonstram que a taxa de desemprego total registrada no primeiro mandato do Governo Lula oscilou entre 12% (em 2003) e cerca de 10% (em 2007).⁴¹ A taxa total de desocupação no final de 2002 - último ano de FHC no poder - foi de 10,5%. No começo de 2007 - início do segundo mandato do Governo Lula - a taxa foi de 9,3%. Em 2002 havia cerca de dois milhões e meio de pessoas desempregadas no país, enquanto que em 2007, esse número caiu para cerca de dois milhões e cem mil desempregados.⁴²

Além disso, o salário mínimo, apesar das promessas de que seria duplicado, obteve ganhos muito modestos, mesmo sendo o Brasil a maior potência econômica da América Latina. Vejamos o quadro abaixo:

Quadro 1 - Variação do salário mínimo entre 2002 e 2007

Período	Abril de 2002 (último ano do Governo FHC)	Abril de 2007 (início do segundo mandato de Lula)	Janeiro de 2010 (último ano do Governo Lula)
Variação do salário mínimo	R\$200,00	R\$380,00	R\$510,00

Fonte: <http://www.gazetadeitauna.com.br/valores_do_salario_minimo_desde_.htm>

O que se presenciou nos mandatos de Lula foi a classe trabalhadora acumulando perdas, enquanto os capitalistas acumulavam lucros.

⁴⁰ Ver exemplo na reportagem disponível em:
<http://www.vermelho.org.br/pe/noticia.php?id_noticia=33726&id_secao=8>.

⁴¹ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/trabalho07.htm>. Acesso: em 26 out. 2011.

⁴² Ver: Pessoas Desocupadas (PD) e Taxa de Desocupação. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm>.
Acesso em: 26 out. 2011.

É algo entre a ironia e a tragédia constatar, sob o Governo Lula, o político metalúrgico que prometeu para quem quisesse ouvir dez milhões de empregos [...] que presenciamos, um ano e meio depois de sua posse, um recorde nacional e insuportável, com um milhão de desempregados a mais. E um salário mínimo que oscila entre o contingente e o indigente. (ANTUNES, 2006, p.8).

O verdadeiro desmonte contra a classe trabalhadora promovido pelo Governo Lula incluiu ainda, quem diria, uma reforma sindical (Proposta de Emenda Constitucional 369/2005) e trabalhista, a qual, no âmbito sindical, impôs limites de ação. Em primeiro lugar, segundo Antunes (2006), a reforma restringiu o poder de negociação somente para as centrais sindicais excluindo os sindicatos e assembleias de base. Ou seja, o que for negociado pelas centrais sindicais⁴³ deve ser aceito pelo conjunto dos trabalhadores. As centrais sindicais, por sua vez, deveriam obedecer a um critério de representação, com o limite mínimo de 20% estabelecido. Por fim, o imposto sindical⁴⁴ é substituído pela Contribuição de Negociação Coletiva, a qual prevê a retirada de 1% da renda líquida dos trabalhadores no ano anterior, contrariando o princípio da cotização livre e voluntária dos trabalhadores. A respeito da reforma sindical, Antunes considera que

Se cabe ao Governo Lula fazer mais esta (contra) reforma, devemos acrescentar: triste o país em que um governo burguês (Vargas) criou, sob pressão operária, a nossa legislação social e um governo de origem operária (Lula), sob pressão burguesa, parece servilmente disposto a destruí-la. (ANTUNES, 2006, p.47).

Pudemos ver que as esperanças quanto ao Governo Lula naufragaram, uma vez que as políticas promovidas na sua gestão deram continuidade às políticas neoliberais que vinhas sendo postas em práticas já desde o Governo Collor. Com sua postura conservadora na esfera econômica e reformista na esfera social, Lula se aliou a empresários e fez de seu Governo uma casa onde os organismos internacionais e seus ditames eram muito bem-vindos. Lula abriu as portas do Brasil para o capital internacional em troca de ajuda financeira para seus programas de redução da miséria.

⁴³ No Brasil as centrais sindicais revelam uma história de contradições e reviravoltas. Uma das principais centrais sindicais, a Central Única dos Trabalhadores - CUT, criada em agosto de 1983 como marco histórico do movimento sindical no Brasil, já foi um campo de lutas ferrenhas em defesa dos interesses da classe trabalhadora. No entanto, nos últimos 20 anos, a estratégia de confrontação deu lugar a uma estratégia defensiva. Sobre isto, Giovanni Alves mostra que: "mais do que a incorporação de valores neoliberais, a tendência majoritária da CUT passa a adaptar-se à institucionalidade sindical vigente no país, incorporando a sua inércia estrutural, que, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, tenderia a disseminar, como excreção ideológica, um novo tipo de "egoísmo de fração", ou seja, o neocorporativismo setorial." (p.5). Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocp/n15/a08n15.pdf> Acesso em: 18 Nov 2011.

⁴⁴ O Imposto ou Contribuição Sindical é uma contribuição anual compulsória (obrigatória) equivalente a um dia de trabalho, que todo trabalhador, filiado ou não, paga anualmente ao sindicato de sua categoria. O desconto é feito na folha de pagamento. Geralmente o imposto é descontado no mês de março, e para os empregados admitidos após o mês de março, o desconto deve ser feito no mês seguinte ao de sua admissão. Este imposto é regulamentado pela Consolidação das leis do Trabalho, artigo 578. Fonte: <http://www.sindiconet.com.br/455/Informese/Contribuicao-sindical>

Com políticas privatistas, conservadoras e reformistas, o Governo Lula atingiu em cheio a classe trabalhadora, como vimos, com a Reforma da Previdência, com a Reforma Sindical e com um salário mínimo muito aquém das promessas de campanha. E no que diz respeito à educação nacional, de modo geral, podemos afirmar que a problemática que envolveu a educação brasileira no governo Lula ancorou-se em algumas questões fundamentais com consequências muito negativas, em se tratando dos interesses da classe trabalhadora. A mercantilização e privatização da educação em todos os níveis, o aligeiramento dos currículos e dos cursos e o caráter ideológico manipulador que adquiriu a educação (JIMENEZ, 2005) estão entre os males que afligiram a educação pública brasileira na gestão de Lula.

No que tange à formação profissional, em 2003, o Governo Lula lançou o Plano Nacional de Qualificação (PNQ), que substituiu o PLANFOR, da gestão de FHC. O PNQ, a exemplo do PLANFOR, também tinha como meta a diminuição das taxas de desemprego e a melhoria das condições de vida das classes populares.

O referido plano é parte integrante do Sistema Nacional de Emprego – SINE, recebendo financiamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. O objetivo a que se propõe o PNQ é o de estabelecer uma relação entre trabalho, educação e desenvolvimento. Sua implantação se deu por meio dos PLANTEQS – Planos Territoriais de Qualificação (e dentro destes os PLANSEQS – Planos Setoriais de Qualificação) e PROESQS – Projetos Especiais de Qualificação e Certificação Profissional.

Em nossa pesquisa, nosso interesse se volta para o PLANSEQ do setor sucroalcooleiro nacional, tendo em vista a análise de como este programa do Governo Lula trata a questão da formação do trabalhador do setor canavieiro. É o que faremos no capítulo a seguir.

2 A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO TRABALHADOR DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

Neste momento do trabalho, nosso campo empírico de investigação será trazido para a discussão. Trata-se, como já dito, do Plano Setorial de Qualificação, o PLANSEQ, no nosso caso, o PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional, que será analisado com vistas a perceber como esta política de qualificação promovida pelo Estado brasileiro se vincula com o momento econômico de crise e com os novos modelos produtivos instituídos e como o texto do seu documento traz as marcas que denunciam um Estado limitado frente às necessidades proletárias. Antes de adentrarmos à leitura e análise do documento oficial do PLANSEQ, faremos um exame crítico do Plano Nacional de Qualificação, o PNQ, uma vez que o PLANSEQ foi implementado como parte das ações deste Plano.

2.1 O Plano Nacional de Qualificação (PNQ)

Ao examinar o PNQ a seguir, faremos menção à sua inserção dentro do Plano Plurianual de Ações do Governo Lula (o qual estava à frente da implementação do PNQ e do PLANSEQ); além disso, mostraremos os sentidos contidos nas ideias defendidas no documento regulador do PNQ (MTE, 2003) e, por fim, apresentaremos as diretrizes, o público-alvo e o gerenciamento do PNQ, tudo isso tendo em vista a vinculação do Plano com os limites de ação intrínsecos ao Estado.

2.1.1 O PNQ e o Plano Plurianual de Ações

Já no seu primeiro ano de mandato, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva começou a organizar o Plano Plurianual de Ações - PPA do seu Governo (2004/2007) envolvendo todos os Ministérios e, ainda, segundo o próprio Governo, com ampla participação da sociedade:

A ampliação da participação da sociedade na construção do PPA é um dos mais importantes aspectos que o caracterizam e diferenciam de procedimentos anteriores. O caráter participativo significa um enriquecimento permanente do planejamento e da gestão das Políticas Públicas e marca uma nova relação entre Estado e Sociedade. (MTE, PNQ, 2003, p.17, grifo nosso).

Juntamente com o anúncio desta "nova relação", o Governo, através do documento do PNQ, afirma que "De um lado, consolida um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos, um Estado adaptado às exigências do novo ciclo de desenvolvimento." (MTE, PNQ,

2003, p.17, grifo nosso). Diante deste primeiro trecho, pensamos se seria mesmo o Estado uma instituição passível de ser controlada pelos cidadãos? O que é o Estado afinal? Para responder inicialmente a essa questão (que será mais tarde tratada com ênfase), vejamos o que Gruppi (1998) nos mostra acerca da concepção de Estado do economista alemão Karl Marx (1818-1883).

Através da crítica à democracia burguesa contida em A questão judia, Marx chega em 1845 às conclusões de sua obra A ideologia alemã, que não foi publicada na época. Aqui ele elaborou a essência de seu método/concepção e descobriu a correlação existente entre o desenvolvimento das relações econômicas, o Estado e as ideologias.

No famoso segundo prefácio de 1859, acima citado, Marx define essa relação de maneira límpida, embora sumária: "O conjunto dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, isto é, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, à qual correspondem formas determinadas da consciência social".

Uma vez afirmada assim a relação de determinação entre relações econômicas e formas políticas, Estado, Direito e a própria cultura, temos um método que permite entender o que é o Estado, como e por que ele surge. Isso permite fundamentar cientificamente uma teoria do Estado. Não é o Estado que determina a estrutura econômica, e sim o contrário.

Dizer que o Estado é uma superestrutura não significa afirmar que seja uma coisa acessória ou supérflua. Tampouco significa separar o Estado da sociedade civil. Na verdade a sociedade civil, isto é, as relações econômicas, vivem no quadro de um Estado determinado, na medida em que o Estado garante aquelas relações econômicas. Pode-se dizer que o Estado é parte essencial da estrutura econômica, é um elemento essencial da estrutura econômica, justamente porque a garante.

O Estado escravista garante a dominação sobre os escravos, o Estado feudal garante as corporações; e o Estado capitalista garante o predomínio das relações de produção capitalistas, protege-as, liberta-as dos laços de subordinação à renda fundiária absoluta (ou renda parasitária), garante a reprodução ampliada do capital, a acumulação capitalista. (GRUPPI, 1998, p.32, grifo do autor).

Tendo em vista essa explicação principiante sobre o Estado, a qual nos mostra que a instituição aparece determinada pela estrutura econômica, parece-nos que existe uma impossibilidade na intenção manifestada pelo Governo, no documento do PNQ, de construir um Estado controlado pelos cidadãos. Se entendemos que os cidadãos de que fala o documento também são os trabalhadores, e que então eles também estariam no controle do Estado, as exigências do desenvolvimento econômico de novo tipo (lembramos: perpassado por uma forte crise econômica que se arrasta desde a década de 1970)⁴⁵ não deveriam ser a forma na qual se conformaria o Estado, já que, no capitalismo, a única forma da economia se desenvolver é conseguindo cada vez maiores padrões de acumulação, os quais só podem ser alcançados por meio de maiores taxas de expropriação de mais-valia (excedente produzido pelos trabalhadores), em última instância, da exploração dos trabalhadores.

⁴⁵ Esta crise, conforme vimos, é considerada por Mészáros (2009-b) como sendo uma crise estrutural do capital.

Mészáros (2009-a) nos explica melhor esta lógica de funcionamento da ordem sociometabólica do capital, a qual se baseia fundamentalmente na radical separação entre a produção de riqueza e o controle desses bens produzidos. Segundo o pensador húngaro, o controle exercido pelo capital sobre a produção se estende a todos os demais campos sociais.

[...] para poder funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, o sistema do capital deve ter sua estrutura de comando historicamente singular e adequada para suas importantes funções. Consequentemente, no interesse da realização dos objetivos metabólicos fundamentais adotados, a sociedade toda deve se sujeitar - [...] - às exigências mais íntimas do modo de controle do capital [...].

Sob um de seus principais aspectos, esse processo de sujeição assume a forma da divisão da sociedade em classes sociais abrangentes mas irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas e, sob o outro dos aspectos principais, a forma da instituição do controle político total. E, como a sociedade desmoronaria se esta dualidade não pudesse ser firmemente consolidada sob algum denominador comum, um complicado sistema de divisão social hierárquica do trabalho deve ser superposto à divisão do trabalho funcional/técnica [...].

Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho [...] vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se estruturar de maneira antagônica e específica, já que as funções de produção e de controle do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. (MÉSZÁROS, 2009-a, p.98-99, grifo do autor).

Refletindo sobre o que é dito no documento do Governo à luz do que nos explica Mészáros, podemos depreender que "um Estado eficiente, ágil e controlado pelos cidadãos" não pode existir no sistema capitalista, já que a forma encontrada pelo capital para se desenvolver é exercer seu domínio em todos os aspectos da vida social, inclusive mantendo um "controle político total". Sendo assim, neste aparato político totalizador parece não haver brechas para que todos os cidadãos, incluindo os trabalhadores, possam controlar o Estado, já que a direção do mesmo é inteiramente exercida pelo capital e em função de seus interesses.

No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE,⁴⁶ então sob a tutela do Ministro Jaques Wagner, o PPA lançou o desafio de uma "(...) articulação estratégica das políticas de emprego, trabalho e renda com a política de desenvolvimento econômico (...)" (MTE, PNQ, 2003, p.5, grifo nosso). Nesse trecho, a articulação defendida pelo Estado entre a política de desenvolvimento da economia (leia-se: maior acumulação de capital para os capitalistas) e a política de emprego e trabalho faz parecer que entre o trabalhador e o capitalista há uma relação harmônica e equilibrada, paritária, passível de ser conciliada. O que

⁴⁶ Em de Novembro de 1930, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, assumindo a pasta o Ministro Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor. Em 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE completou 81 anos de existência. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/institucional/a-historia-do-mte/>> Acesso em: 06 Dez 2011.

o documento não revela e não pode revelar é que, na realidade objetiva, entre capitalistas e trabalhadores há um fosso imenso, de onde emerge o trabalho alienado. Aqui, consideramos pertinente os esclarecimentos que nos são dados por Marx quando escreve os Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844:

O que constitui a alienação do trabalho? Primeiramente, ser o trabalho externo ao trabalhador, não fazer parte de sua natureza, e por conseguinte, ele não se realizar em seu trabalho mas negar a si mesmo, ter um sentimento de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolver livremente suas energias mentais e físicas mas ficar fisicamente exausto e mentalmente deprimido. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade em seu tempo de folga, enquanto no trabalho se sente contrafeito. Seu trabalho não é voluntário, porém imposto, é trabalho forçado. Ele não é a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio para satisfazer outras necessidades. Seu caráter alienado é claramente atestado pelo fato de, logo que não haja compulsão física ou outra qualquer, ser evitado como uma praga. O trabalho exteriorizado, trabalho em que o homem se aliena a si mesmo, é um trabalho de sacrifício próprio, de mortificação. Por fim, o caráter exteriorizado do trabalho para o trabalhador é demonstrado por não ser o trabalho dele mesmo mas trabalho para outrem, por no trabalho ele não se pertencer a si mesmo mas sim a outra pessoa. (MARX, 2012-a, n.p., grifo nosso).

Aquela ligação ou "articulação" defendida pelo Governo entre os entes fundamentais do sistema capitalista - capital, trabalho e Estado - em um grau mínimo possível de equilíbrio acontece e deve acontecer pelo fato de a mesma ser vital para o funcionamento do capitalismo, mas, está longe de ser estabelecida sobre bases de igualdade. O Estado, no entanto, quer nos fazer crer que a função da articulação que defende é outra: a inclusão social.

Só teremos uma inclusão social eficaz à medida que combinarmos a Qualificação Profissional com o conjunto das Políticas Públicas de Emprego e com um processo de gestão participativa permanente de todos os atores sociais [governo, empresário e trabalhadores]. (MTE, PNQ, 2003, p.7, grifo nosso).

Para compor o PPA, o MTE lançou em julho de 2003 o Plano Nacional de Qualificação Social e Profissional, o PNQ, com previsão de vigência para os anos de 2004 a 2007, contemplando ações de qualificação e políticas de emprego.

2.1.2 Os sentidos do PNQ

De acordo com o Estado brasileiro, o PNQ "(...) enseja mais uma ação política do Governo em conceber a qualificação profissional como direito, como política pública, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável (...)" (MTE, PNQ, 2003, p.6, grifo nosso). Este fragmento revela, primeiramente, que o Governo quer fazer parecer que a política de qualificação é algo feito pensando nos interesses do trabalhadores, como um direito dele. Nossa hipótese aqui defendida é a de que, na verdade,

a política de qualificação traz os aportes de que necessita o processo produtivo capitalista, extrator de mais-valia, para se desenvolver.

Em outra parte, o mesmo trecho mostra como o Governo atribui responsabilidades à qualificação profissional (ela deve ser capaz de dar ao trabalhador condições de negociar e ainda de fomentar de modo sustentável a economia); isto faz suscitar mais algumas importantes questões: primeiro, será mesmo esta qualificação oferecida pelo Estado capaz de dar ao proletariado condições de negociar com os capitalistas? Achamos que não, já que o que temos visto é a principal via de negociação dos verdadeiros produtores da riqueza com os capitalistas, ou seja, os sindicatos ou centrais sindicais, adotando paulatinamente uma postura de coadunação e subserviência aos interesses capitalistas. E o fortalecimento das ações sindicais não está na pauta do dia da qualificação profissional oferecida pelo Governo, no máximo, o que se propõe é a abertura de espaços de negociação (e não de enfrentamento) coletiva entre trabalhadores e empresários.

Um segundo questionamento pertinente é: um sistema econômico que visa à produção desenfreada de mercadorias pode mesmo alcançar a sustentabilidade? É Marx mais uma vez quem nos ajuda, afirmando que: "A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista apresenta-se como uma 'imensa acumulação de mercadorias' ". (MARX, 2012-b, n.p.). Marx segue nos dando esclarecimentos acerca do que é a mercadoria:

A primeira vista, uma mercadoria parece uma coisa trivial e que se compreende por si mesma. Pela nossa análise mostrámos que, pelo contrário, é uma coisa muito complexa, cheia de sutilezas metafísicas e de argúcias teológicas. Enquanto valor-de-uso, nada de misterioso existe nela, quer satisfaça pelas suas propriedades as necessidades do homem, quer as suas propriedades sejam produto do trabalho humano. É evidente que a actividade do homem transforma as matérias que a natureza fornece de modo a torná-las úteis. Por exemplo, a forma da madeira é alterada, ao fazer-se dela uma mesa. Contudo, a mesa continua a ser madeira, uma coisa vulgar, material. Mas a partir do momento em que surge como mercadoria, as coisas mudam completamente de figura: transforma-se numa coisa a um tempo palpável e impalpável. Não se limita a ter os pés no chão; face a todas as outras mercadorias, apresenta-se, por assim dizer, de cabeça para baixo, e da sua cabeça de madeira saem caprichos mais fantásticos do que se ela começasse a dançar. (MARX, 2012-b, n.p., grifo nosso).

Pelo que nos explica Marx, a mercadoria é antes de tudo um valor-de-uso, produzido pelo homem por meio do trabalho, ou seja, da transformação consciente da natureza com vistas à satisfação de necessidades humanas de qualquer espécie (seja do estômago ou da fantasia). O que nos interessa aqui é mostrar que a produção de mercadorias sob a forma de bens requer a transformação da matéria natural, melhor dizendo, a utilização dos recursos

encontrados na natureza. Se no capitalismo, conforme nos mostrou Marx, a riqueza é produzida sob a forma de uma “ 'imensa acumulação de mercadorias' ”, isso implica numa exploração brutal e degradante dos recursos naturais, o que vem despertando contemporaneamente um sentimento de preocupação na população mundial, justificado pelo prenúncio de exaustão desses recursos a ponto de ameaçar a continuidade da vida na terra. No documento do PNQ, o Governo afirma que a política de qualificação integra o desenvolvimento sustentável. Pois bem, diante do que discutimos, fica claro para nós que nem a política de qualificação, nem qualquer outra política do Estado será capaz de dar ares de sustentabilidade ao sistema capitalista, visto que a produção desenfreada de mercadorias, diariamente alimentada por esse sistema, faz uso da natureza de um modo cada vez mais insustentável.

Dentro do PNQ, as políticas de qualificação e de emprego foram pensadas numa perspectiva de articulação entre Estados e Municípios, tendo em vista o trabalho com o público jovem de baixa renda e a elevação da escolaridade de jovens e adultos.

Uma das prioridades do PNQ é o público do Programa Primeiro Emprego, destinado aos jovens de 16 a 24 anos de baixa renda e baixa escolaridade. O novo PNQ nasce também casado com a proposta de combinar permanentemente a elevação de escolaridade de jovens e adultos. (MTE, PNQ, 2003, p.7).

É interessante notar como a realidade material tem uma prevalência sobre as ações estatais. As ações promovidas pelo Estado, através de suas políticas, surgem para amenizar problemas que já existem e emanam da objetividade e não para evitá-los. Vejamos alguns dados divulgados pela Associação Brasileira de Tecnologia Educacional:

Os jovens estão atrasando seu ingresso no mercado de trabalho para buscar uma maior qualificação, mas continuam sendo os mais atingidos pelo desemprego. Entre 1995 e 2003, a taxa de desemprego na população economicamente ativa entre 15 e 19 anos pulou de 13% para 23% - mais do que o dobro da média nacional - apesar de o contingente de jovens que tentam trabalhar ter caído de 57% para 49%. De acordo com o Ipea, a explicação mais provável para esse segundo fenômeno é que os jovens estão dando preferência a continuar estudando antes de entrar no mercado de trabalho. 'Em alguma medida, isso é consequência de o mercado ter ficado mais exigente do ponto de vista da qualificação', diz o Radar Social. Em tese, esse fato deveria ter contribuído para reduzir a taxa de desemprego nessa faixa da população, porque a mesma é calculada pela relação entre a quantidade de pessoas que procura emprego e não consegue e o total da população economicamente ativa, a PEA. Se a proporção de jovens que estão na PEA encolheu, nada mais natural do que esperar que, proporcionalmente a ela, o desemprego caísse. Mas os dados mostram que

ocorreu justamente o contrário. Tomando o universo total de jovens entre 15 e 19 anos, apenas metade deles está empregada, mesmo que a taxa de desemprego oficial seja de 23%, porque é calculada em relação a PEA.⁴⁷

O PNQ tem como um de seus públicos prioritários os jovens e isso, entendemos, está ligado ao fato de que boa parte desta população se encontrava (e a situação não mudou muito até aqui) fora do mercado de trabalho no momento em que foi criado o plano de qualificação.

Seguindo com nossa análise, temos que no Prefácio do documento do PNQ há algumas afirmações interessantes que mostram contraditoriedades presentes no discurso do Estado. Primeiro, o Governo admite que a máquina estatal não é capaz de solucionar os problemas sociais e atribui à democracia o papel de fazer pressão para que mudanças significativas possam ocorrer.

Caso se continue imaginando que o “Estado provedor” resolverá todos os problemas, ou as mudanças serão muito poucas e tímidas ou não acontecerão. Somente a mobilização popular pode garantir que de fato irão ocorrer mudanças neste País. Somente com o fortalecimento do campo democrático poderá acontecer o tipo de transformação mais profunda e radical de que o Brasil precisa. (MTE, PNQ, 2003, p.9, grifo nosso).

No trecho acima, o Governo brasileiro reconhece, por meio do documento do PNQ, sua incapacidade para solucionar sozinho os problemas que afligem a sociedade. Marx (2010), nas suas Glosas Críticas, mostra-nos que a raiz dos males sociais reside no próprio Estado, mas, que o mesmo é incapaz de reconhecer este fato:

O Estado jamais encontrará no "Estado e na organização da sociedade" o fundamento dos males sociais, [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado. (MARX, 2010, p.58-59).

A afirmação colocada no documento do PNQ nos revela que o intelecto político se limita apenas a reconhecer a existência dos problemas sociais, sem, contudo, buscar sua origem, a qual está intimamente ligada ao surgimento do próprio Estado. E mais, declarando-se incapaz de solucionar aqueles problemas, o Estado declara a impotência de sua burocracia. É Marx mais uma vez quem nos esclarece a questão:

⁴⁷ Disponível em:
<http://www.abtbr.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=92:desemprego&catid=16:cidadania&Itemid=80> Acesso em: 06 Dez 2011.

Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela. Mas nenhum ser vivo acredita que os defeitos de sua existência tenham a sua raiz no princípio da sua vida, na essência da sua vida. O suicídio é contra a natureza. Por isso, o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma e tentar remediá-los. (MARX, 2010, p.61).

Em outro trecho do documento do PNQ aparece a contradição apontada, pois, o Estado continua afirmando que não pode ser o "provedor" de ações para a resolução dos problemas sociais, mas também nega a transferência de suas responsabilidades para terceiros (o que efetivamente é feito quando o Estado concede autorização para que ONGs e outros tipos de instituições do terceiro setor implementem os cursos dos planos de qualificação).

Outra questão fundamental é a compreensão do papel do Estado no processo, ele não pode ser visto nem como o provedor, como o grande saco de dinheiro que todo mundo mete a mão, mas, também, não pode ser visto como um Estado mínimo que transfere suas responsabilidades para que terceiros passem a executá-las. Torna-se importantíssima essa compreensão do equilíbrio do papel do Estado democrático, pois pensar o Estado também implica pensar a democracia e a participação. (MTE, PNQ, 2003, p.10-11, grifo nosso).

O Governo também expõe no documento do PNQ a noção de desenvolvimento a ser perseguida pelo PPA (2004-2007), a qual aparece pautada na distribuição de renda e na geração de postos formais de trabalho.

[...] uma visão de desenvolvimento que o compreende não como um crescimento qualquer, meramente econômico, mas como inseparável da distribuição de renda, da geração de trabalho e renda. Não qualquer trabalho, mas o trabalho decente, de qualidade. Não o trabalho precário, não o "bico", mas a formalização do trabalho. (MTE, PNQ, 2003, p.10, grifo nosso).

O que é afirmado no documento se assemelha com promessas de campanha, já que o que vimos acontecer na gestão do Governo Lula foram muito mais ações políticas que se detiveram na distribuição de bolsas⁴⁸ para a população mais pobre; este é que, a nosso ver, foi o grande mote do Governo Lula e continua sendo no Governo Dilma Rouseff.

Por meio do documento do PNQ, o Estado brasileiro também afirma que o trabalho

⁴⁸ Quando se fala em bolsa, logo vem à mente o Programa Bolsa Família, principal destaque nas ações do Governo Lula, foi criado em 2004, visando ao atendimento de famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza por meio da transferência de renda. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda per capita de até R\$ 70,00 por mês. As famílias pobres são aquelas que têm a renda per capita entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00 por mês, e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. O Bolsa família incorporou outros programas como o Bolsa Escola; Cartão Alimentação; Auxílio Gás; Bolsa Alimentação. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar entre R\$ 32 a R\$ 306.

não perdeu sua centralidade enquanto categoria explicativa do social, apenas passou por mudanças, as quais não lhe retiraram esta sua essência:

[...] o novo PNQ discute que é fundamental retomar a idéia do trabalho. Não se aceita a idéia do trabalho perder sua validade como categoria de explicação da sociedade. De fato, estamos reforçando o sentido desse trabalho, que é múltiplo e plural, mas que muda e continua sendo, em sua essência, um trabalho. (MTE, PNQ, 2003, p.11, grifo nosso).

Pensamos que no documento do PNQ, o trabalho é entendido como sendo o trabalho assalariado e o principal traço da mudança citada pelo documento nesta forma de trabalho é o enorme crescimento na informalidade no Brasil,⁴⁹ em que as transformações sofridas pelas formas de trabalho foram de consequências drásticas para a classe trabalhadora mais precarizada, aqui considerada aquela com menor grau formação e, portanto, com ainda menores chances de ser incorporada ao mercado de trabalho.

No texto de apresentação do PNQ, o Estado brasileiro revela que a "A Política Pública de Qualificação encontra-se em um novo momento de sua trajetória no país" (MTE, PNQ, 2003, p.15, grifo nosso), este novo momento, conforme consta no documento, deve "colocar em evidência a questão social de uma maneira inédita na história do planejamento público no País" (MTE, PNQ, 2003, p.15, grifo nosso). Consideramos relevante aqui abrir um parêntesis para a investigação do termo "questão social". Vejamos o que diz Santos (2004):

O surgimento de uma denominada questão social diz respeito aos problemas econômicos, sociais e políticos ocorridos durante o processo de industrialização com o aparecimento da classe operária e a ampliação dos mercados na Europa durante o século XIX. Desse modo, ela está diretamente vinculada ao conflito existente entre capital e trabalho. Nesse momento, observa-se uma transformação radical nos processos e nas relações de produção com o ingresso da máquina no interior do processo produtivo o que implicará numa nova dinâmica no desenvolvimento da indústria, concentrando a mão de obra nas cidades, ao mesmo tempo exigindo uma rigorosa disciplina no interior da fábrica, atingindo o operário no que se refere às suas condições de vida e trabalho em termos materiais e políticos. (...) Assim, submetida a esse processo de exploração, a classe operária, massacrada por uma ordem econômica que a empurra para a miséria, torna-se uma ameaça constante para o capital na medida em que as tensões e os conflitos gerados por esse processo de industrialização representam um perigo à paz e à ordem econômica, social e moral

⁴⁹ O Portal de Notícias Terra divulgou em abril de 2009 a seguinte notícia: "Mais da metade dos empregos nos países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, estão no setor informal, o que significa falta de proteção social e obstáculos para a competitividade, segundo relatório divulgado nesta quarta-feira pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com o estudo, o Brasil tem 51,1% de sua força de trabalho na informalidade. Segundo o documento, escapar deste círculo vicioso exige que os governos proponham empregos mais produtivos e ofereçam uma proteção social adequada ao reforçar os incentivos do trabalho e os mecanismos de controle de fraudes. No mundo em desenvolvimento, mais de 900 milhões de trabalhadores carecem de um emprego formal e, caso sejam incluídos os do setor agrícola, o número chega perto dos 2 bilhões, o que representa dois terços do total." Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/interna/0,,OI3691978-EI8177,00.html>> Acesso em: 07 Dez. 2011.

estabelecida naquele determinado momento. (...) Esse fenômeno que se originou com o pauperismo constitui uma das expressões primeiras daquilo que se convencionou denominar de questão social, considerando a dimensão imanente ao conflito de classes no capitalismo manifesta na desigualdade social. (SANTOS, 2004, p.2, grifo nosso).

Assim, posto o que foi esclarecido acima, quando o Governo afirma que pretende lidar de forma diferente com a questão social, entendemos que sua preocupação é encontrar uma nova maneira de tratar as consequências dos conflitos sociais que surgem do empobrecimento da classe trabalhadora brasileira. Tal empobrecimento pode ser traduzido, por exemplo, no fato de ser o Brasil a 6ª economia do mundo⁵⁰ e, ao mesmo tempo, encontrar-se na 84ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano, medido em 187 países⁵¹. Ou seja, em se tratando de riqueza produzida, o Brasil fica atrás apenas de grandes potências como Estados Unidos, China, Japão, Alemanha e França, mas, toda esta riqueza fica concentrada já que cerca de 8% da população brasileira vive em situação de extrema pobreza; quase 60% da população do Nordeste do Brasil é extremamente pobre.⁵²

O Governo afirma que o PNQ segue "(...) apontando na direção da cidadania e da autonomia dos/as trabalhadores/as (...)" (MTE, PNQ, 2003, p.15, grifo nosso). Tal autonomia é ainda relacionada no documento do PNQ com a possibilidade de participação e ação na transformação social, a qual contribuiria para a minimização da exclusão social. Diante do que foi visto até aqui, perguntamo-nos: é mesmo possível que o Estado possa conceder aos trabalhadores meios para serem autônomos frente aos ditames capitalistas? Vejamos o que nos diz Mézáros (2009-b) sobre isso:

Naturalmente, a consequência necessária da crise sempre em aprofundamento nos ramos produtivos da 'economia real' - [...] - é o crescimento do desemprego por toda parte numa escala assustadora, e a miséria humana a ele associada. Esperar uma solução feliz para esses problemas vinda das operações de resgate do Estado capitalista seria uma grande ilusão. (MÉSZÁROS, 2009-b, p.25).

Entendemos que os trabalhadores, justamente por esta sua impossibilidade de autonomia dentro do sistema do capital, são o lado mais frágil da corda, o qual sempre é de alguma forma "arrebentado" na incessante busca pela acumulação capitalista, ainda mais em tempos de crise.

⁵⁰ Ver: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/12/brasil-ja-e-sexta-maior-economia-do-mundo-segundo-consultoria-britanica.html>> Acesso em: 01 Fev 2012.

⁵¹ Ver: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/11/brasil-ocupa-84-posicao-entre-187-paises-no-idh-2011.html>> Acesso em: 01 Fev 2012.

⁵² Ver:<<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/brasil-tem-1627-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-extrema-pobreza.html>> Acesso em: 01 Fev 2011.

Na introdução do documento do PNQ, são colocadas as principais dimensões sob as quais o Plano se fundamenta e que, segundo o Governo, marcam um novo momento da política pública de qualificação. São elas:

(1) a dimensão política (compreendendo a qualificação profissional como direito e lugar da negociação coletiva);

(2) a dimensão ética (tendo em vista a utilização de diversos mecanismos para garantir transparência na utilização dos recursos públicos alocados para os programas de qualificação);

(3) a dimensão conceitual (envolvendo noções como formação integral, participação social, qualidade pedagógica e reconhecimento dos saberes dos trabalhadores);

(4) a dimensão institucional (com a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas em relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento, e ainda, com a inserção dos municípios no acesso aos recursos para a qualificação profissional);

(5) a dimensão pedagógica (voltada para uma maior organização dos elementos que compõem a política de qualificação: carga horária, articulação com a educação básica, maiores exigências para as instituições contratadas implementarem os cursos, formação de gestores e professores, certificação, etc.); e

(6) a dimensão operacional (com ações de planejamento, monitoramento dos egressos, mecanismos de continuidade dos cursos, adoção de critérios objetivos de distribuição de recursos do FAT entre os Planos de qualificação, desenvolvimento de instrumentos de prestação de contas).

Além das dimensões fundamentais do Plano, no documento do PNQ também estão expressas as bases dessa política de qualificação que se afirma renovada. O Governo que a implementa deixa claro que concebe a qualificação como (1) construção social, como (2) direito e como (3) política pública. Vejamos o que diz o documento do PNQ acerca do primeiro ponto.

Uma Política Pública de Qualificação, que venha a se afirmar como um fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda, deve nortear-se por uma concepção de qualificação entendida como uma construção social, de maneira a fazer um contraponto àquelas que se fundamentam na aquisição de conhecimentos como processos estritamente individuais e como uma derivação das exigências dos postos de trabalho. (MTE, PNQ, 2003, p.23, grifo nosso).

Segundo o que está posto no texto do documento, a qualificação deve ser formulada por meio de uma construção social, instituída com a participação de todos, não sendo somente uma ação de sujeitos isolados (técnicos do Governo, por exemplo); além disso, o documento se contrapõe à noção de política de qualificação que se coloca apenas como um atendimento estrito das demandas do mercado. O Governo não deixa claro, entretanto, quais serão os mecanismos utilizados para garantir esta efetiva participação social o que, para nós, é um indício de que a mesma não ocorrerá de fato, ficando mesmo a política à mercê do que os capitalistas para ela ditarem.

Seguindo com a análise do PNQ, temos que o documento do Plano reconhece a inevitável vinculação que as políticas de qualificação profissional devem manter com as posições que a economia mundial vem assumindo desde a década de 1970 (crise econômica), em especial, com o modelo econômico neoliberalista adotado:

No contexto do País das últimas décadas, a qualificação profissional ganhou novos significados e importância. Isso se deve, por um lado, à introdução de novas tecnologias e novas técnicas gerenciais, inerentes aos processos de reestruturação produtiva, e, de outro, ao crescimento do desemprego e da heterogeneização das formas de trabalho, decorrentes do modelo econômico [Neoliberalista] adotado no País, a partir do início dos anos 90. (MTE, PNQ, 2003, p.24, grifo nosso).

Ante o que está dito no documento, temos que fatores como a introdução de novas tecnologias e novos modelos de gestão da produção (reestruturação produtiva), o desemprego e as novas formas de trabalho que vem surgindo, todos fenômenos próprios das relações econômicas, inevitavelmente interferem nos rumos que as ações políticas tomarão. Os planos de qualificação, portanto, devem ser inseridos neste contexto de mudanças, conforme o próprio Governo afirma no documento do PNQ. O que deve ser questionando é se os ditames da economia concederão espaço para aquela defendida participação social na formulação da qualificação a ser oferecida aos trabalhadores.

Segundo consta em seu documento, a intenção do PNQ é a de integrar a política de qualificação com outras políticas, como as de trabalho, emprego e renda, no intuito de "[...] favorecer efetivamente a construção de um sistema público de trabalho, emprego e renda no

País [...]” (MTE, PNQ, 2003, p.25), e ainda, promover o intercâmbio da política de qualificação com as políticas públicas de educação (fazendo a junção entre a educação básica e a qualificação profissional) e de desenvolvimento (na tentativa de superar as políticas compensatórias). Neste âmbito, o Governo coloca outras questões importantes:

O nexo entre trabalho, educação e desenvolvimento, no âmbito das Políticas Públicas de Qualificação, pressupõe a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável; a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação sobre a relação trabalho-educação-desenvolvimento. Possibilita com tudo isso a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população. (MTE, PNQ, 2003, p.25-26, grifo nosso).

Esse trecho do documento do PNQ emprega termos como emancipação e trabalho como princípio educativo, ambos (embora em níveis diferentes) indicativos de um discurso de crítica ao sistema do capital. Entretanto, o que vemos é o Governo colocando a emancipação nos limites da cidadania, da emancipação política e não da emancipação humana, o trabalho como princípio de uma educação para a inclusão e não para a libertação dos grilhões capitalistas, tudo isto ainda arrematado pela noção do cidadão capaz de, por meio de sua participação consciente, dar ao sistema capitalista ares de sustentabilidade. Diante disto, não dá, pois, para se ludibriar com o possível teor crítico do Estado. Seus limites estão postos já nas linhas de suas políticas.

Em se tratando dos objetivos do PNQ, o documento do Plano estabelece a formação integral dos trabalhadores (definida como sendo uma formação intelectual, técnica, cultural e cidadã), o aumento das chances de conseguir um emprego, a elevação da escolaridade dos trabalhadores, a inclusão social, a elevação da produtividade do trabalhadores com possíveis ganhos de salários que daí derivem, a articulação do Sistema Nacional de Formação Profissional com o Sistema Público de Emprego e com o Sistema Nacional de Educação. A questão da formação integral será amplamente discutida mais à frente.

2.1.3 Diretrizes, Público-alvo e Gestão do Plano

O documento do PNQ apresenta as diretrizes do Plano. Essas se consolidam em quatro pontos: (1) Desenvolvimento Político-Conceitual; (2) Articulação Institucional; (3) Efetividade Social e Política; e (4) Qualidade Pedagógica.

Em se tratando do Desenvolvimento Político-Conceitual, o documento do PNQ defende que a política de qualificação deve ser construída socialmente, mas reconhece que sua formulação é também espaço de disputa:

[O Desenvolvimento Político-Conceitual] Pressupõe o amadurecimento social e político, nos termos de um novo contrato social, dos segmentos mais diretamente relacionados com o trabalho e a qualificação profissional. Baseia-se na consolidação da Política Pública de Qualificação como construção social e, ao mesmo tempo, no reconhecimento público dos conflitos de interesses. (MTE, PNQ, 2003, p.27, grifo nosso).

O Governo, através do documento do PNQ, reconhece que a educação formal, e em específico, a qualificação profissional é lugar de disputas no interior da sociedade, mas, não atrela essa disputa à existência de classes sociais. Entendemos aqui que o Governo, ao anunciar este "novo contrato social", queira dar a entender que, apesar dos "conflitos de interesses", os segmentos da sociedade que se colocam ao redor da política de qualificação não são classes sociais antagônicas, mas entes paritários, sendo o conflito encarado como algo que surge normalmente em todo e qualquer tipo de relação social.

Gaudêncio Frigotto, em seu livro *Educação e a Crise do Capitalismo Real* (1996), faz uma assertiva que, para nós, desnuda o caráter real do Plano Nacional de Qualificação:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 1996, p.26, grifo nosso).

Segundo o documento do PNQ, alguns referenciais comuns são estabelecidas no que concerne ao Desenvolvimento Político-Conceitual do Plano: a qualificação profissional como direito do cidadão, orientada por objetivos sociais e de sustentabilidade nos âmbitos nacional, regional, estadual e municipal; e ainda, qualificação profissional voltada para a formação integral dos trabalhadores e atenta à diversidade social e econômica dos mesmos.

Chama-nos atenção a proposta do Governo de, por meio da política de qualificação, oferecer aos trabalhadores uma formação integral, já que, ao descortinar estas políticas, o que percebemos é uma formação de caráter cada vez mais parcelar, especializada em apenas uma função do processo produtivo. Veremos isto com maior clareza quando estivermos investigando o documento do PLANSEQ.

Tentando identificar a essência do pensamento de Karl Marx e constatando a

ontológica radicalidade crítica e revolucionária nas obras do autor, o professor doutor em educação Ivo Tonet (2012) percebe em Marx que o que caracteriza o ser social é o ato do trabalho, radicalmente histórico e social e síntese entre objetividade e subjetividade realizada pela atividade prática. Tonet (2012) ressalta ainda que o trabalho, responsável pela produção dos bens materiais necessários à existência humana, é apenas um dos momentos da realidade social, a qual é composta também por outros momentos, como a educação e a linguagem, cada um com uma função própria, mas todos fundados pelo trabalho. Seguindo sua linha de investigação, Tonet chega à Educação, caracterizando-a como "um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc., que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente [mesmo que essa consciência seja limitada] da vida social" (2012, p.9). Este processo é que configura a integralidade da prática educativa, a qual se torna impossível na sociedade burguesa. Segundo Tonet: "Dito de outro modo, onde há divisão social do trabalho, onde há desigualdade social, exploração e dominação do homem pelo homem, é impossível uma educação voltada para a formação integral do ser humano." (2012, p.14, grifo nosso). Conforme dissemos, a visão do Governo acerca do que é uma formação integral virá à tona ainda neste capítulo do trabalho, corroborando com o que já aqui estamos demonstrando.

No que diz respeito à Articulação Institucional, o PNQ concebe que a política de qualificação deve estar articulada com as políticas de trabalho, emprego e renda, com políticas de desenvolvimento, com políticas mais amplas de educação; deve haver, ainda, uma articulação das políticas de qualificação com novos atores sociais que atuem de forma descentralizada na oferta de qualificação e com instituições internacionais "para responder às necessidades decorrentes da integração por meio do MERCOSUL, África e em ambientes multilaterais, como a OIT." (MTE, PNQ, 2003, p.29).

Acerca da Efetividade Social e Política, o documento do PNQ coloca que a eficácia da política de qualificação deve ser avaliada através da preparação do trabalhador para lidar com as intensas transformações por que vem passando o trabalho; da colocação dos sujeitos aprendizes na posição de trabalhadores assalariados, autônomos ou cooperados; do fortalecimento do controle social da política de qualificação; fomentação das pautas de negociação coletiva entre empresários e sindicatos; utilização responsável dos recursos destinados os programas do PNQ.

No âmbito da Qualidade Pedagógica, o PNQ mais uma vez pressupõe a educação

integral do trabalhador, postulando que isto requer: valorização dos saberes e identidades sociais; eixos de discussão que articulem os temas trabalho e a cidadania; currículo envolvendo as dimensões técnico-científica, sociopolítica, metodológica e ético-cultural; "planos de formação de formadores que possibilitem a capacitação de agentes multiplicadores, na perspectiva das novas diretrizes do PNQ" (p.3); articulação entre formação profissional e aumento da escolaridades dos trabalhadores; sistema de certificação articulado à classificação da qualificação adquirida; e orientação dos trabalhadores que participaram das qualificações quanto às demais oportunidades colocadas pelas políticas de trabalho, emprego e renda.

Operacionalizado nacionalmente com procedimentos institucionais e diretrizes comuns, o PNQ será conduzido de forma descentralizada, através dos PlanTeQs⁵³ - Planos Territoriais de Qualificação, os ProEsQs⁵⁴ - Projetos Especiais de Qualificação e os PlanSeQs - Planos Setoriais de Qualificação, que darão seguimento aos objetivos antes listados. A carga horária mínima dos projetos de qualificação deve ser de 200 horas, das quais é estabelecido que, no mínimo, 40 horas devem ser destinadas às ações formativas enquanto cursos e, no mínimo, 16 horas devem ser ocupadas com ações formativas na modalidade seminários, oficinas, laboratórios e outros.

O documento do PNQ estabelece ainda quem será o público alvo prioritário da política de qualificação, sendo tal prioridade justificada pelo processo de exclusão social que atinge a população a que o PNQ deve se direcionar. São estes os segmentos populacionais priorizados pelo PNQ: 1) trabalhadores desempregados; 2) trabalhadores rurais; 3) trabalhadores

⁵³ Os PlanTeQs - Planos Territoriais de Qualificação são "ações de educação profissional [...] que se definam em função da realidade local, das necessidades dos/as trabalhadores/as, do desenvolvimento do território, do mercado de trabalho e do perfil da população a ser atendida" (MTE, PNQ, 2003, p.31). Em linhas gerais, os PlanTeQs devem estar voltados para o desenvolvimento dos territórios/Estado onde ocorra a sua implantação. "Os objetivos dessa proposta são: agregar iniciativas aos Planos de Desenvolvimento Locais; incentivar as comunidades a pensarem saídas de desenvolvimento local, regional e mesorregional; consolidar a perspectiva do desenvolvimento sustentado; e incentivar ações intermunicipais de desenvolvimento." (MTE, PNQ, 2003, p.37, grifo nosso). Neste último trecho, vemos o Estado transferindo para a comunidade o desafio de encontrar formas de desenvolvimento em meio aos problemas causados pela acumulação capitalista.

⁵⁴ Os ProEsQs são ações de estudos, pesquisas e desenvolvimento de materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação, abrangendo prioritariamente os seguintes temas: educação profissional, certificação profissional e orientação profissional de populações específicas; gestão participativa de sistemas e Políticas Públicas de Qualificação; memória e documentação sobre qualificação. (MTE, PNQ, 2003, p.31). "O objeto, as ações e outras informações pertinentes dos ProEsQs deverão ser disponibilizados pelo DEQ/SPPE/MTE à(s) Comissão(ões)/Conselhos Estadual(ais) ou Municipal(ais) de Trabalho/Emprego, para que esta(s) possa(m) acompanhar o desenvolvimento dos projetos e utilizar posteriormente as metodologias e tecnologias desenvolvidas, tendo como referência as formulações de prioridades para o desenvolvimento local, adaptando e/ou ampliando a escala pela sua inserção, no âmbito do seu território, nos PlanTeQs correspondentes." (MTE, PNQ, 2003, p.39)

autônomos; 4) trabalhadores domésticos; 5) trabalhadores afetados pelos processos de reestruturação produtiva; 6) beneficiários de programas sociais; 7) trabalhadores egressos do sistema penal; 8) trabalhadores egressos de regimes de trabalhos semelhantes à escravidão; 9) familiares de egressos do trabalho infantil; 10) trabalhadores do SUS, da Educação, da proteção ao Meio Ambiente, do Sistema de Segurança e da Administração Pública; 11) trabalhadores de setores estratégicos da economia, visando o desenvolvimento sustentável; e 12) gestores e gestoras em Políticas Públicas e representantes em fóruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de Políticas Públicas e Sociais. O documento define, ainda, que:

Em quaisquer dos segmentos citados acima, terão preferência de acesso aos programas do PNQ pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, particularmente os/as trabalhadores/as com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho (desempregados de longa duração, negros/as e afro-descendentes, índio-descendentes, mulheres, jovens, portadores de necessidades especiais, em particular os portadores de deficiência, pessoas com mais de 40 anos etc.). (MTE, PNQ, 2003, p.34, grifo nosso).

De acordo com o que é afirmado pelo Governo, através do documento do PNQ, a política de qualificação proposta visa atingir com prioridade a população colocada à margem dos setores produtivos, o que do nosso ponto de vista caracteriza uma espécie de política de cunho compensatório, já que o Estado se ocupa em dar qualificação para os marginalizados dos mercado de trabalho, que se encontram na situação de pobreza exatamente em razão da própria dinâmica excludente do sistema capitalista, em que circunstâncias dignas de vida não podem ser universalizadas, havendo sempre uma parte da população (desempregados, negros, índios, mulheres, jovens, deficientes físicos, pessoas maiores de 40 anos) que permanece sem acesso aos meios que lhe darão condições mínimas de sobrevivência.

No entanto, esta desigualdade engendrada pela forma de funcionamento cada vez mais desumanizada do capitalismo, verdadeira causa da pobreza, não pode ser corrigida pelo Estado, que, como vimos, repousa sobre a desigualdade. As políticas estatais seguem, então, tentando minimizar os efeitos e não eliminar as causas dos problemas sociais, sendo, por isso mesmo, por nós consideradas políticas compensatórias. O Governo segue, entretanto, afirmando o contrário no documento do PNQ:

[...] o novo PNQ se constitui num grande desafio de empoderamento dos espaços públicos de gestão participativa e de controle social, a partir do fortalecimento do CODEFAT e das Comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego, buscando a superação da condição de política compensatória [...] (MTE, PNQ, 2003, p.6, grifo nosso).

Na sua tentativa de superar as políticas compensatórias, o Estado não faz nada além de criar ações voltadas para a redução da pobreza no país. País este que, conforme vimos, é a sexta economia do mundo, mas, que mantém mais da metade da população nordestina em situação de extrema pobreza, situação que, sabemos, não é nova, mas, que, ao que parece, está muito longe de encontrar saída dentro do sistema capitalista.

Na estrutura de gestão do PNQ, entram a União, os Territórios e as Entidades Conveniadas. No âmbito da União, o Ministério do Trabalho e Emprego entra como gestor e co-elaborador do PNQ, as Delegacias Regionais do Trabalho atuam como fiscalizadoras dos planos de qualificação e os Ministérios serão os co-autores dos termos de referência das populações a serem priorizadas pela política de qualificação. A atuação em âmbito territorial se dará por meio dos Governos Estaduais e Municipais, os quais serão responsáveis pela gestão local dos planos de qualificação e, ainda, pelo co-financiamento das ações. Já as entidades conveniadas (todas partindo da sociedade civil: centrais sindicais, confederações patronais, instituições educacionais, Sistema "S" e ONGs) devem ser responsáveis pela implantação e desenvolvimento dos projetos de qualificação.

O Governo também prevê um sistema de planejamento participativo, monitoramento contínuo e avaliação qualitativa e comprometida para o PNQ, no intuito de promover o aperfeiçoamento constante e de "[...] aumentar a efetividade social dessas ações e sua integração às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento Econômico e Social." (MTE, PNQ, 2003, p.45). A metodologia de planejamento, aperfeiçoamento e avaliação prevê as seguintes ferramentas: análise documental, aplicação de questionários e entrevistas, pesquisa nacional com egressos das ações (domiciliar, amostral) e estudos de caso de experiências bem-sucedidas de qualificação.

Os recursos para realização das ações de qualificação e para a sustentação (avaliação, supervisão, divulgação) dessas ações advém do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, além da possibilidade prevista de fontes complementares de recursos. Os convênios firmados com as instituições executoras devem ser anuais.

Após estes esclarecimentos iniciais acerca do PNQ, sigamos em direção à análise do

Plano Setorial de Qualificação - PLANSEQ, fazendo antes uma contextualização acerca do setor sucroalcooleiro no Brasil e em Alagoas na contemporaneidade.⁵⁵

2.2 O Setor Sucroalcooleiro no Brasil e em Alagoas: uma contextualização introdutória

Compõe esta parte do trabalho uma síntese de dados relativos ao setor sucroalcooleiro no Brasil e em Alagoas. Nosso objetivo com isto é apresentar o panorama geral em que se insere o Plano Setorial de Qualificação do Setor Sucroalcooleiro Nacional.

2.2.1 Dos números representativos do setor

Os maiores produtores de cana-de-açúcar no mundo são o Brasil, a Índia a Tailândia e a Austrália (UNICA). No Brasil, todas as regiões abrigam plantações de canaviais, mas, as principais produtoras são Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Na região Norte, produzem cana os Estados do Amazonas, Pará e Tocantins. Todos os Estados das Regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste produzem cana. No Sul do Brasil os Estados produtores de cana são: Paraná e Rio Grande do Sul⁵⁶. Da cana-de-açúcar produzida nos vinte e um Estados do país resultam como produtos o açúcar, o etanol e a bioeletricidade, consumidos nos mercados interno e externo. Com a produção de bioeletricidade, o setor deixou de ser chamado de sucroalcooleiro e passou a ser denominado sucroenergético.

Em cerca de 2% de toda a terra arável do Brasil é cultivada a cana-de-açúcar. São aproximadamente sete milhões de hectares⁵⁷ de terra dedicados à lavoura canavieira. Os maiores produtores de cana no país são: São Paulo, Paraná, Alagoas, Minas Gerais e Pernambuco. Em 2011 a safra canavieira produziu 634.846.36 milhões de toneladas de cana. A safra de cana esperada para 2012 é de 690.844.516 milhões de toneladas, um aumento previsto de 8,8%.⁵⁸ Os números são mesmo bastante expressivos:

Levantamento realizado pela USP de Ribeirão Preto mostra que o PIB do setor

⁵⁵ Um apanhado histórico mais abrangente acerca do surgimento e desenvolvimento do setor canavieiro no Brasil e em Alagoas está presente na já citada pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso que desenvolvemos em 2010, no curso de Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas.

⁵⁶ Fonte: IBGE - Estatística da Produção Agrícola Janeiro 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/defaulttab.shtm>> Acesso em: 14 Fev 2012.

⁵⁷ Hectare: medida agrária equivalente a cem ares ou dez mil metros quadrados.

⁵⁸ Ver: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/lspa_201201_2.shtm> Acesso em: 14 Fev 2012.

atingiu US\$ 28,1 bilhões em 2008, cerca de 2% do PIB brasileiro, gerando uma arrecadação de impostos (IPI, ICMS, PIS e COFINS) da ordem de US\$ 9,86 bilhões. Em 2008, movimentou 14% das vendas de fertilizantes do país, realizando gastos da ordem de US\$ 2,3 bilhões, representando o terceiro maior mercado atrás apenas da soja e do milho. Além disso, foi responsável por 9,5% da movimentação de defensivos agrícolas com gastos da ordem de US\$ 768,4 milhões. Representou 9% das compras de tratores em 2008, além de adquirir 5% dos caminhões acima de 40 toneladas. Na área industrial o setor movimentou cerca de US\$ 6,4 bilhões em insumos industriais. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.46).

Em todo o país, há cerca de 434 usinas e destilarias (produção de açúcar e álcool) em operação (EDITAL PLANSEQ). No tocante à geração de empregos, "O setor tem uma importante função social sendo um grande gerador de emprego e renda. Segundo os dados da RAIS, em 2008 foram mais de 1,2 milhões de trabalhadores envolvidos na produção de cana, açúcar e etanol no Brasil." (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.46).

Em Alagoas, Estado que é o maior produtor de cana do Nordeste, existem cerca de 26 usinas e destilarias. Dados de 2010 revelam que foram produzidas 24.352.340 milhões de toneladas de cana no Estado, numa área plantada de 434.370 mil hectares de terra. O valor total em reais produzido foi de R\$1.245.712 bilhão.⁵⁹ O setor sucroalcooleiro é também o principal gerador de empregos no Estado. Segundo o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas - SINDAÇÚCAR-AL: "As 24 indústrias de açúcar e álcool do Estado são responsáveis pela geração de mais de 90 mil empregos diretos e até 270 mil empregos indiretos."⁶⁰ Na Quadro 2 seguem mais detalhes:

Quadro 2- - Estimativa de empregos gerados pelo setor sucroenergético de Alagoas em 2007

Funcionários	Safra	Entressafra
Urbanos	21.000	17.500
Rurais	70.000	25.200
Total	91.000	42.700

Fonte: SINDAÇÚCAR-AL, 2007.

Vale ressaltar neste momento do trabalho que os anos de 2002 e 2009 foram importantes para o setor sucroalcooleiro, pois, o mesmo passou a seguir novas regulamentações para as suas atividades.

2.2.2 Do fim da queima da palha da cana

⁵⁹ Ver: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=al&tema=lavouratemporaria2010>> Acesso em: 14 Fev. 2012.

⁶⁰ Ver: <<http://www.sindacucar-al.com.br/gerempregdiret.htm>> Acesso em: 14 Fev. 2012.

Em Setembro de 2002 foi aprovada a Lei Estadual nº 11.241⁶¹, a qual regula a eliminação gradativa da queima da palha da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (maior produtor de cana-de-açúcar no Brasil). Esta Lei é de fundamental importância para compreendermos o problema do desemprego em massa causado pelo uso de colheitadeiras dentro do setor sucroalcooleiro. A nosso ver, a Lei é uma forma de o Estado legitimar a introdução de novas tecnologias no setor produtivo sob a justificativa da preservação ambiental. No texto da Lei há, inclusive, uma orientação para que o poder público possa providenciar medidas de requalificação dos trabalhadores a serem dispensados. Vejamos a seguir uma síntese do que está colocado na Lei nº 11.241.

São estabelecidas condições para o gradativo fim da queima da palha da cana-de-açúcar, as quais obrigam os plantadores de cana a seguirem a seguinte recomendação:

Quadro 3 - Previsão para o fim da queima da palha da cana-de-açúcar

ÁREAS MECANIZÁVEIS áreas com mais de 150 hectares e/ou com declividade até 12% que permitam o uso da mecanização		ÁREAS NÃO-MECANIZÁVEIS com declividade superior a 12% e/ou área menor que 150 hectares, que inviabilizem o uso da mecanização	
ANO	QUEIMA ELIMINADA	ANO	QUEIMA ELIMINADA
2002	20%	2011	10%
2006	30%	2016	20%
2011	50%	2021	30%
2016	80%	2026	50%
2021	100%	2031	100%

Fonte: Lei Estadual nº 11.241, 2002

O que está disposto nesta Lei se aplica às unidades rurais independente das mesmas estares vinculadas a agroindústrias. Os canaviais plantados, mesmo sob a forma de expansão, a partir da publicação da Lei devem se sujeitar ao que ela dispõe.

De acordo com a Lei 11.241, a queima da cana deve ser feita: a 1(um) quilômetro do perímetro das áreas urbanas e das reservas indígenas; a 100 (cem) metros dos limites das áreas de subestações elétricas; a 50 (cinquenta) metros dos limites das áreas de parques e de unidades de conservação; a 25 (vinte e cinco) metros do limite das áreas de estações de telecomunicações; a 15 (quinze) metros dos limites das faixas de segurança das linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica; e a 15 (quinze) metros dos limites contínuos de

⁶¹ O documento da Lei está disponível em: <www.al.sp.gov.br/legislacao/norma.do?id=217> Acesso em: 22 Fev 2012.

ferrovias e rodovias estaduais e federais. Ao redor da área de queimada devem ser preparados aceiros⁶² de 3 (três) metros no mínimo.

Está colocado nesta lei que os responsáveis pela queima da cana devem: realizá-la de preferência à noite, minimizando os incômodos à população; avisar formalmente aos confrontantes sobre a data, a hora de início e o local da queima da cana; avisar formalmente com 96 (noventa e seis) horas de antecedência a data, a hora e o local da queima às autoridades locais do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais – DEPRN; se for o caso, sinalizar a queima nas estradas municipais e nas que ligam povoações próximas; e manter, durante as queimadas, equipes treinadas para acompanhá-las e para evitar a propagação do fogo. A lei proíbe o uso do fogo na operação de queima da cana nas áreas superiores a 500 hectares.

A autoridade ambiental deve, segundo a Lei 11.241, decretar a suspensão da queima quando forem comprovados: riscos à vida humana e de danos ambientais ou em condições atmosféricas desfavoráveis. Segundo ordenamento legal vigente, os níveis de fumaça originados da queima estão comprometendo as operações aeronáuticas rodoviárias e de outros meios de transporte.

Está disposto na Lei que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento manterá um cadastro das colheitadeiras (tipo, capacidade, idade, etc.), assim como das novas colheitadeiras e de outros equipamentos necessários à mecanização.

O Poder Executivo em parceria com os sindicatos rurais e com as prefeituras dos municípios onde estão instaladas as agroindústrias criarão programas com vistas à/ao: requalificação profissional dos trabalhadores; apresentação de alternativas aos impactos sócio-político-econômicos e culturais decorrentes da eliminação da queima da palha da cana; desenvolvimento de novos equipamentos que não impliquem dispensa de elevado número de trabalhadores; aproveitamento energético da queima da palha da cana-de-açúcar.

Está disposto na Lei que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, através dos órgãos e dos Conselhos Municipais e Câmaras Setoriais da Cana-de-Açúcar, acompanhará a modernização das atividades e a avaliação dos impactos da queima sobre a competitividade e ocorrências na cadeia produtiva. O não cumprimento dos dispostos na Lei implica em sanções

⁶² Aceiros: área de limpeza destinada a impedir o acesso do fogo a cercas, árvores, casas etc., mediante roçada, carpa, desobstrução.

e penalidades previstas na legislação.

Disposições Transitórias da Lei

Os plantadores de cana que não atingirem o percentual estabelecido de 30% de redução da queima na área mecanizável deverão apresentar à Secretaria do Meio Ambiente plano de adequação para elaboração do Compromisso de Ajustamento de Conduta, de modo a atender à meta estabelecida na Lei, resguardados os impactos sociais, políticos, econômicos e ambientais.

O cumprimento dos prazos para eliminação da queima em áreas não mecanizáveis fica sujeito à disponibilidade de máquinas para o corte mecânico nas áreas cultivadas sem restrições de declividade superior a 12% ou de estruturas de solos.

A partir de 2006, a cada cinco anos, deverão os prazos constantes na lei, referentes às áreas não mecanizáveis, serem reavaliados de acordo com a viabilização de novas máquinas para a colheita mecânica, sem descuidar do aspecto sócio-econômico, preservando-se a competitividade da agroindústria canavieira paulista.

Com a queima da palha da cana sendo proibida no Estado de São Paulo, esse se vê diante da "necessidade" de empregar outros mecanismos de colheita da cana. Assim, a colheita vai sendo progressivamente mecanizada e cana passa a ser cortada por meio da colheitadeira, máquina que pode substituir em produtividade até cem homens. Outra vantagem produtiva da colheitadeira é que mesma pode funcionar 24 horas por dia, necessitando para seu ininterrupto funcionamento apenas do revezamento de trabalhadores que estarão no comando da máquina. Fica bastante claro que o uso da colheitadeira, entre outros incrementos tecnológicos à produção, aumenta a produtividade da indústria que a utiliza, diminui os gastos com força de trabalho e, conseqüentemente, as condições de competitividade passam a ser melhores. Diante desta vantagem competitiva da indústria paulista, as demais unidades produtivas, para se manterem em condições de competitividade, acabam também por aderir ao movimento de fim da queima da palha da cana e de inserção das máquinas colheitadeiras nos canaviais. Segundo o Edital do Planseq (2010, p.54), na Paraíba, 10% da área plantada na safra de 2010/2011 seria mecanizada. No Rio Grande do Norte, a mecanização já alcança 40% do processo produtivo na área agrícola (p.57). Dados estimam que em 2015, 80% da área plantada de cana em São Paulo deverá ter a colheita

mecanizada. A previsão também se estende para o Centro/Sul e para o Norte/Nordeste, que em 2015 devem ter 80% e 50%, respectivamente, da área de seus canaviais mecanizados.⁶³

2.2.3 Da preocupação do setor com os danos ao meio ambiente

Já em Junho de 2007, o Governo do Estado de São Paulo, e as Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura e Abastecimento, juntamente com a União da Indústria Canavieira de São Paulo (UNICA), ao constatarem a relevância da atividade sucroalcooleira para o Estado de São Paulo, o agravamento das condições ambientais e a necessidade de planejamento da expansão da agricultura energética, resolveram celebrar o Protocolo Ambiental do Setor Sucroalcooleiro Paulista,⁶⁴ regido por cláusulas referentes a Diretrizes Gerais, Objeto, Diretivas Técnicas, Apoio Governamental, Obrigação das Partes e Prazo.

No que diz respeito às Diretrizes Gerais, as partes devem observar que: a transparência das ações é um fundamento democrático; os produtos do setor sucroalcooleiro devem ser ofertados com base num referencial de sustentabilidade e responsabilidade social; o etanol como fonte energética renovável é opção economicamente viável para corrigir e prevenir problemas ambientais.

Em se tratando do Objeto, o Protocolo tem por meta promover entre as partes a cooperação técnica e institucional de forma a criar as condições para o desenvolvimento sustentável do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo.

As Diretivas Técnicas devem ser respeitadas pelos produtores de cana, assinantes voluntários do Protocolo. São estes os seus termos:

- ▲ Antecipar os prazos para a eliminação da queima da palha da cana de 2021 para 2014 nos terrenos com declividade até 12% e de 2031 para 2017 nos terrenos com declividade acima de 12%;
- ▲ Não utilizar a queima da palha da cana nos terrenos de expansão dos canaviais;
- ▲ Adotar ações para impedir a queima a céu aberto de qualquer subproduto da cana;
- ▲ Proteger as áreas de matas ciliares e as nascentes de água das propriedades

⁶³ Ver: O futuro da ocupação na Agroindústria Canavieira no Brasil. Disponível em: <www.sucroethique.org/IMG/pdf/tec6-1107.pdf> Acesso em: 22 Fev 2012.

⁶⁴ O texto completo do Protocolo Ambiental está disponível em: <www.ambiente.sp.gov.br/cana/protocolo.pdf> Acesso em: 22 Fev 2012.

canavieiras;

▲ Implantar o Plano Técnico de Conservação do Solo e o Plano Técnico de Conservação dos Recursos Hídricos, com vistas, respectivamente, ao combate à erosão e à contenção de águas pluviais, e a favorecer o adequado funcionamento do ciclo hidrológico (controle de qualidade da água e re-uso da água nas atividades industriais);

▲ Adotar boas práticas de descarte de embalagens vazias de agrotóxicos, de minimização da poluição atmosférica pelos processos industriais e de reciclagem dos resíduos gerados pela produção de açúcar e etanol.

No tocante ao Apoio Governamental, a atuação se dará no sentido de: fomentar a pesquisa para o melhor aproveitamento da palha da cana;⁶⁵ apoiar a instalação de infraestrutura de logística voltada para a exportação de produtos da agroindústria da cana; conceder certificado de Conformidade Agro-Ambiental aos produtores que aderirem ao protocolo; e estimular a adequada transição da colheita da cana queimada para a colheita da cana crua, sobretudo nas áreas de até 150 hectares.

Em se tratando das Obrigações das Partes, o protocolo estabelece que a implementação do protocolo está condicionada ao cumprimento de todas as suas cláusulas conjuntamente: o apoio e oferecimento de transparência às ações de cumprimento do protocolo; participação conjunta na formulação e análise de possíveis convênios voltados para o cumprimento do protocolo; constituição de um grupo executivo de 3 técnicos e seus suplentes para zelar pela operacionalidade das ações previstas no protocolo, estabelecendo métodos de avaliação, propondo ajustes e adequações e definindo critérios para a expedição do Certificado de Conformidade Agro-Ambiental; e a desconsideração nas metas das queimadas criminosas ou acidentais, que deverão ser registradas junto às autoridades competentes por meio de boletim de ocorrência.

Finalmente, no que disserta sobre o Prazo, o Protocolo Ambiental entra em vigor na data de sua assinatura, 04 de Junho de 2007, com prazo de vigência 60 de meses (5 anos), que podem ser prorrogáveis por meio da assinatura de todas as partes.

⁶⁵ Estas pesquisa são realizadas também dentro das Universidade Federais, como a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), que desenvolve no seu Centro de Ciências Agrárias (CECA) o Programa de Melhoramento Genético da Cana-de-açúcar (PMGCA), considerado o maior projeto voltado para pesquisas na área da cana-de-açúcar no país, com cerca de 40 anos de pesquisas voltadas para o setor sucroalcooleiro no Estado. Os empresários da cana-de-açúcar são os maiores parceiros das universidades. São eles que disponibilizam recursos para a compra de equipamentos, manutenção de laboratórios de pesquisas e bolsas para os alunos que trabalham no PMGCA. Ou seja, a iniciativa privada injeta recursos nas universidades públicas para que essas desenvolvam pesquisas visando índices cada vez maiores de produtividade.

Pelo que podemos ver, os industriais aderem voluntariamente ao Protocolo Ambiental, ou seja, as medidas de proteção ambiental previstas podem ou não ser cumpridas pelos industriais. De maneira geral, juntamente com a anunciada preocupação com o agravamento da poluição ambiental causada pelas indústrias sucroalcooleiras, o Protocolo versa sobre a possibilidade de desenvolvimento sustentável e responsável do setor. Suas diretivas técnicas estão, entretanto, mais uma vez voltadas para o fim da queima da palha da cana nos canaviais paulistas e para a busca do apoio governamental no desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas para o aperfeiçoamento do setor. É o setor capitalista buscando no Estado capitalista a base de sustentação para que as mudanças que pretende empreender contem com o apoio governamental tanto no sentido econômico, como no desenvolvimento científico e na busca por legitimação política para as ações a serem empreendidas.

2.2.4 Do compromisso para melhorar as condições de trabalho

Em Junho de 2009, órgãos da Presidência da República, alguns Ministérios, Federação e Confederação de Trabalhadores Rurais, representantes da Agroindústria Canavieira paulista e o Fórum Nacional Sucroenergético, supostamente preocupados com a relevância da atividade sucroalcooleira para o desenvolvimento, o interesse de todos estes entes no aperfeiçoamento das condições de trabalho no cultivo da cana-de-açúcar, o avanço da mecanização da colheita da cana e seus impactos sobre a geração de emprego, o respeito à legislação trabalhista brasileira, a valorização das práticas empresariais exemplares, a valorização do diálogo como base da solução de conflitos e os debates ocorridos no âmbito da Mesa de Diálogo para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, instituíram o também voluntário Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar,⁶⁶ que se consubstancia nas seguintes cláusulas: do Objeto, das Práticas Empresariais, das Políticas Públicas, do Processo de Implantação e Monitoramento e das Condições Gerais.

Em se tratando do Objeto tem-se que o Compromisso Nacional visa à viabilização de diversas ações voltadas para melhorar as condições de trabalho no cultivo manual da cana, valorizando práticas empresariais "exemplares".

No tocante a essas Práticas Empresariais, ao aderirem ao Compromisso Nacional, os empresários devem:

⁶⁶ Disponível em: <www.secretariageral.gov.br/arquivos/.../Compromisso_port.pdf> Acesso em: 22 Feb 2012.

- ⤴ Contratar diretamente seus trabalhadores e registrá-los junto à Previdência Social;
- ⤴ Utilizar o critério de experiência na contratação para o cultivo da cana apenas uma vez para o mesmo trabalhador, na mesma empresa;
- ⤴ Não mais vincular a remuneração dos serviços de transporte, administração e fiscalização à remuneração dos trabalhadores do corte da cana;
- ⤴ Utilizar a intermediação do Sistema Público de Emprego na contratação de trabalhadores migrantes;
- ⤴ Protocolar junto ao Ministério do Trabalho e Emprego certidão que comprove a contratação regular dos trabalhadores e seu retorno ao local de origem quando do término da safra;
- ⤴ Assegurar alojamento de boa qualidade, em acordo com a NR 31⁶⁷, para trabalhadores migrantes;
- ⤴ Proporcionar o acesso nos alojamentos dos trabalhadores migrantes a meios de comunicação com sua família;
- ⤴ Dispor de mecanismos de aferição de produção previamente acertados com os sindicatos dos trabalhadores e divulgados amplamente entre os trabalhadores do corte da cana;
- ⤴ Informar aos trabalhadores antecipadamente e utilizar em sua frente para medição da cana cortada, compasso com ponta de ferro, respeitadas as normas constantes nas convenções coletivas;
- ⤴ Complementar o pagamento da diária dos trabalhadores que não alcançarem a meta de produção, de forma que estes recebam o piso salarial;
- ⤴ Adotar melhores práticas de saúde e segurança no trabalho, valorizando a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural- CIPATR;
- ⤴ Fornecer gratuitamente Equipamento de Proteção Individual- EPI de boa qualidade e com Certificação;
- ⤴ Esforçar-se, junto com trabalhadores, para adequação, melhoria e conscientização do uso do EPI no trabalho rural;
- ⤴ Garantir duas pausas coletivas por dia: pela manhã e pela tarde;

⁶⁷ A NR 31 é uma Norma Regulamentadora de 08 de Março de 2005 que visa estabelecer os preceitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquíicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho. Disponível em: <www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr31.htm> Acesso em: 22 Fev 2012.

- ▲ Ter rigor no exame admissional, utilizando, quando necessário, exames complementares;
- ▲ Promover junto aos trabalhadores do corte da cana campanhas informativas sobre a importância da reidratação durante o trabalho, fornecendo gratuitamente o soro hidratante indicado pelo médico da empresa;
- ▲ Adotar, orientar e difundir entre os trabalhadores do corte da cana a prática de ginástica laboral;
- ▲ Melhorar o atendimento médico aos trabalhadores do cultivo da cana em situações de emergência;
- ▲ Fornecer transporte seguro e gratuito aos trabalhadores, de acordo com a NR31, contemplando: condição material dos ônibus ou veículos adaptados, registro e licenças dos veículos, documentos e habilitação dos condutores, inspeção periódica dos veículos, sobretudo, antes do início da safra, boas práticas na utilização dos veículos e gestão de sistema de transporte;
- ▲ Adotar Plano de Auxílio Mútuo em Emergência, com pactuação e integração local/regional dos serviços privados e públicos.
- ▲ Fornecer gratuitamente recipiente térmico (marmitta) para a manutenção de condições de higiene e temperatura dos alimentos;
- ▲ Assegurar que as frentes de trabalho possuam mesas e bancos para a realização das refeições;
- ▲ Estabelecer com as entidades de trabalhadores negociação coletiva de trabalho com base no acordo e no cumprimento das normas;
- ▲ Assegurar o acesso aos locais de trabalho de dirigentes de sindicato, federação ou confederação da respectiva base territorial, desde que estejam previamente credenciados e seja a empresa comunicada de maneira simplificada e com antecedência, para verificar eventuais problemas e buscar soluções junto aos representantes da empresa;
- ▲ Orientar os líderes de equipe sobre a importância do respeito às atividades sindicais;
- ▲ Divulgar e apoiar ações voltadas à educação, saúde, cultura, esporte e lazer nas comunidades dos trabalhadores;
- ▲ Divulgar e orientar seus fornecedores de cana-de-açúcar sobre os termos deste instrumento e as boas práticas empresariais adotadas pela empresa.

Em relação às Políticas Públicas, o Governo Federal deve apoiar e divulgar ações

voltadas para: adequação dos Equipamentos de Proteção Individual- EPI utilizados pelos trabalhadores, ampliação progressiva dos serviços oferecidos pelo Sistema Público de Emprego na intermediação da contratação de trabalhadores, alfabetização e elevação da escolaridade dos trabalhadores, qualificação e requalificação dos trabalhadores com vistas a sua reinserção produtiva, fortalecimento de ações e serviços sociais em regiões de emigração de trabalhadores para atividades sazonais do cultivo manual da cana.

No que diz respeito ao Processo de Implantação e Monitoramento, os assinantes do Compromisso Nacional devem formar uma "Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional", cujas atribuições serão: estabelecer critérios e procedimentos para implementar, acompanhar e avaliar os resultados do Compromisso Nacional; divulgar este Compromisso Nacional e estimular a adesão das empresas sucroalcooleiras; propor e definir mecanismos para eventuais ajustes na adesão e permanência de empresas junto ao Compromisso Nacional; deliberar sobre o estabelecimento e divulgação de mecanismo de reconhecimento das empresas que aderirem e cumprirem o Compromisso Nacional; e propor e debater a revisão deste Compromisso Nacional.

No que concerne às Condições Gerais, o Compromisso Nacional deve entrar em vigor na data de sua assinatura, 25 de Junho de 2009, com prazo de vigência de dois anos, podendo ser prorrogado com a concordância todas as partes.

Não obstante a criação deste Compromisso Nacional em 2007, não foram poucas as denúncias transmitidas pela mídia oficial de transgressão das normas previstas na contratação dos trabalhadores por parte das indústrias sucroalcooleiras. Só à título de exemplo, vejamos a reportagem abaixo, datada de 10 de Fevereiro de 2012:

Entre os dias 23 e 27 de Janeiro, o Grupo de Fiscalização Rural ligado à Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Ribeirão Preto realizou uma fiscalização em quatro importantes usinas nesta região do interior de São Paulo, conhecida como a Califórnia Brasileira por sua pujança econômica. O foco foram denúncias de problemas trabalhistas relacionadas ao plantio e à aplicação de agrotóxico nos canaviais. De acordo com o auditor fiscal Antonio Avancini, já na primeira usina fiscalizada, Santa Rita S/A – Açúcar e Alcool, em Santa Rita do Passa Quatro, foram lavrados 37 autos de infração por irregularidades. Entre elas, o não recolhimento de FGTS; excesso de jornada de trabalho; não concessão de descanso regular entre jornadas (a empregadora não obedece ao intervalo mínimo de pelo menos 11 horas entre uma jornada de trabalho e outra); trabalho nos feriados; não fornecimento gratuito, como previsto em lei, de ferramentas adequadas ao trabalho, como enxadas e enxadões; transporte de agrotóxicos no mesmo compartimento que continha alimentos ou utensílios de uso pessoal dos trabalhadores; roupas, luvas e demais equipamentos utilizados pelos trabalhadores que aplicam os agrotóxico rasgados e danificados, expondo-os à contaminação; entre outros. A equipe verificou que, no

Livro de Inspeção da empresa, consta o registro de uma fiscalização do Grupo Rural Estadual realizada em Junho de 2007, com a emissão de nove Autos de Infração. “As mesmas irregularidades, exceto uma delas (realização de pausas), foram constatadas e autuadas na inspeção atual. Constam também no Livro diversas inspeções por auditor da Gerência Regional do Trabalho e Emprego de Ribeirão Preto, com autuações reiteradas por não recolhimento de FGTS, infração pela qual a usina foi novamente autuada”. Segundo os fiscais, os trabalhadores eram divididos entre os da “indústria” e os “rurais” e recebiam tratamento diferenciado. Os ônibus que transportam os empregados na indústria são muito melhores que os dos trabalhadores rurais, por exemplo. Os trabalhadores rurais também recebem em cheque (sem tempo para descontá-lo em horário bancário) e não em depósito bancário (conta salário), como os industriais. Com isso, são obrigados a trocar os cheques no comércio, que cobra uma “taxa de serviço”, causando perdas salariais. Na frente de plantio de cana, “enquanto os operadores de máquina recebiam alimentação quente (almoço) trazida por uma van do restaurante da usina, os plantadores de cana, na mesma frente, se alimentavam em marmitas já frias, de alimentos trazidos de casa, elaborados na noite anterior ou por volta de 4 ou 5 horas daquela manhã”, relataram os fiscais. (Repórter Brasil, 02/02/2012, grifo nosso).⁶⁸

Quase três anos depois de firmado o Compromisso Nacional, irregularidades como as descritas acima são encontradas constantemente nos diversos Estados brasileiros plantadores de cana, inclusive em Alagoas, onde, não raro, a mídia oficial noticia os trabalhadores canavieiros fechando rodovias em protesto contra as condições adversas de trabalho em que se encontram inseridos.

Após este panorama do setor sucroalcooleiro no Brasil e em Alagoas, passemos agora à análise do Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ), criado pelo Governo Lula em 2007 como parte das ações do Plano Nacional de Qualificação (PNQ), criado pelo mesmo Governo quatro anos antes.

2.3 O Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ)

Neste momento do trabalho, passaremos a analisar o documento oficial regulador do PLANSEQ, o qual estabelece as diretrizes para a elaboração desse Plano. Em seguida, buscaremos as especificidades do PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional.

2.3.1 O que é o PLANSEQ?

Na Apresentação que consta no documento analisado, é esclarecido que a resolução que institui o PLANSEQ data do ano de 2004 e que:

Os PlanSeQs são parte integrante do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, sendo instrumento complementar aos Planos Territoriais de Qualificação – PlanTeQs, orientados ao atendimento transversal e concertado de demandas emergenciais,

⁶⁸ Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=2003>> Acesso em: 22 Feb 2012.

estruturantes ou setorializadas de qualificação, identificadas a partir de iniciativas governamentais, sindicais, empresariais ou sociais, cujo atendimento não tenha sido passível de antecipação pelo planejamento dos entes federativos ou municipalizados. (MTE, PLANSEQ, 2007, p.3).

O fragmento acima revela algo que nos parece relevante destacar. Segundo o Governo, o PLANSEQ surge a partir da identificação de demandas da sociedade civil como um todo (governo, sindicatos, empresários, sociedade), o que vem fortalecer a máxima presente no documento do PNQ de uma política pública formulada com base na participação social. É de nosso interesse aqui perceber se esta participação social foi mesmo conseguida. De antemão, adiantamos que nossa hipótese é a de que as demandas atendidas pela política de qualificação executada pelo Governo são as dos empresários e não as dos trabalhadores.

A intenção expressa no documento do PLANSEQ, bem como no do PNQ, é a de articular as políticas de qualificação social e profissional e as políticas de emprego. O público alvo prioritário do PLANSEQ são "Trabalhadores/as desocupados/as e as populações socialmente vulneráveis (...)" (MTE, PLANSEQ, 2007, p.3), terão prioridade, ainda, os trabalhadores inscritos no Sistema Nacional de Emprego (SINE).

Conforme vimos no capítulo 1, uma das consequências da crise que vem sendo produzida pelo sistema do capital é a diminuição drástica dos postos de trabalho, a qual acrescenta um montante cada vez maior da população na situação acima referida de vulnerabilidade social.⁶⁹ O número cresce porque não somente a população de baixa escolaridade tem perdido seus postos de trabalho, mas, porque uma parcela cada vez maior da população escolarizada tem experimentado a dispensa de seus empregos. Estas pessoas tornam-se vulneráveis porque vão perdendo o controle sobre suas próprias vidas em razão das oscilações incontroláveis da economia que as impedem de planejar seu futuro e o de suas famílias. O Estado, ao propor políticas que focalizem os "vulneráveis", tudo o que faz é tentar corrigir os problemas gerados pelo atual estágio de crise do capital.

⁶⁹ O documento Aspectos Conceituais da Vulnerabilidade Social, produzido pelo MTE e pelo DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, define que "as situações de vulnerabilidade social estão associadas à capacidade de enfrentar determinadas situações de risco, referindo-se, portanto, à maior ou menor capacidade de um indivíduo, família ou grupos sociais 'controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade'." (2007, p.16). Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=o%20que%20significa%20vulnerabilidade%20social&source=web&cd=1&ved=0CDUQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mte.gov.br%2Fobservatorio%2Fsumario_2009_TEXTOV1.pdf&ei=2KwBT8z_McWCgwe_-szDBw&usg=AFQjCNHF6frKhIkawI4s2gN8Pp10NO-LBw&sig2=861W40RMA7LT5XTfCJIm3A&cad=rja> Acesso em: 02 Jan. 2012.

2.3.2 Implementação e operacionalização do PLANSEQ

Segundo o que está posto em documento, a demanda por qualificação em âmbito setorial deve ser avaliada com base em alguns critérios. São eles:

(a) dados do setor produtivo que demanda qualificação; (b) dados sobre existência/abertura de postos de trabalho no setor; (c) dados sobre empreendimentos do setor a serem instalados, com informações sobre postos de trabalho a serem criados, cronograma de instalação do empreendimento, etc.; (d) dados sobre a realidade social da região onde será instalado o empreendimento. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.33-34).

A operacionalização dos PLANSEQs deve ser feita pelas seguintes etapas: 1) Formalização da proposta de implementação do PLANSEQ, a qual será apreciada por uma comissão de concertação; e 2) Formalização do instrumento de convênio, com a aprovação do plano de trabalho da entidade conveniada.

Segundo o documento, nos projetos dos PLANSEQs devem constar: 1) a modalidade da demanda por qualificação, ou seja, se é uma demanda estruturante (de qualificação social e profissional associada a obras e empreendimentos de infra-estrutura e logística), setorial (associada a empreendimentos econômicos que não sejam estruturantes)⁷⁰ ou emergencial (associada a situação iminente de desocupação em massa, calamidade pública ou risco social); 2) a descrição da demanda ou situação, incluindo a apresentação detalhada do empreendimento, com ênfase na estimativa de geração de postos de trabalho diretos e indiretos. Nesse último ponto vemos mais uma vez a intenção do Governo de lançar a responsabilidade pela geração de postos de trabalho nas mãos da instituição que operacionaliza a política de qualificação, a qual deve não somente promover a qualificação dos trabalhadores, mas também, encaminhá-los para novos postos de trabalho. Há, inclusive, uma "Meta de no mínimo 75% de encaminhamento ao mercado de trabalho (...)" (MTE, PLANSEQ, 2007, p.35). Vale lembrar que a geração de empregos tem sido um desafio enfrentado até mesmo pelo Estado, que dispõe de meios diretos para o fazer. Serão mesmo capazes as instituições promotoras das políticas de qualificação de enfrentar o problema?

As entidades que estão habilitadas a implementar os PLANSEQs são as seguintes:

⁷⁰ Este é o tipo de modalidade na qual se insere o PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional, nosso objeto empírico de investigação.

1) órgãos da Administração Pública Federal, secretarias estaduais ou municipais de trabalho, arranjos institucionais municipais ou equivalentes de municipal que tenham a responsabilidade em seu território pelas ações de qualificação social e profissional; II – centrais e confederações sindicais, sindicatos locais, federações e confederações patronais e entidades representativas de movimentos ou setores sociais organizados; e III – empresas públicas ou privadas. (MTE, PLANSEQ, 2007, p.7).

No terceiro tipo de entidade, tem-se que as empresas privadas com capacidade técnica de qualificação também foram credenciadas pelo Governo como entidades que podem promover os planos de qualificação. Dessa forma é que o Estado vai estabelecendo "parcerias" nas quais ele paga a conta, mas transfere a responsabilidade pela implementação da política como um todo para entidades como empresas privadas, por exemplo.

As entidades que se autodeclararem como habilitadas a promover os cursos de qualificação devem se ater aos seguintes requerimentos do Governo: atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado⁷¹ de que prestam serviços compatíveis com os objetivos da política de qualificação; demonstração da existência de condições de instalação, aparelhamento e pessoal técnico adequados às finalidades da política de qualificação; declaração da Secretaria Estadual de Trabalho de que a instituição está ciente das condições requeridas para a execução das políticas de qualificação; comprovação por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado da existência permanente de responsável técnico que já tenha executado serviços com características semelhantes às das políticas de qualificação; histórico das principais atividades de qualificação executadas pela entidade, bem como do projeto político-pedagógico e da qualificação do corpo gestor e docente; descrição em cada curso contratado dos objetivos, conteúdos, metodologias, atividades realizadas, carga horária, cronograma, material didático; ações estruturantes (formação de formadores, sensibilização de público, avaliação do ensino aprendizagem, etc.); por fim, "parecer circunstanciado da equipe da Secretaria Estadual ou municipal relativo às entidades e cursos contratados." (MTE, PLANSEQ, 2007, p.38).

Podemos perceber pela descrição acima que a questão da qualificação do corpo

⁷¹ Pessoa Jurídica é uma entidade abstrata compreendida por uma entidade coletiva ou artificial, legalmente organizada, com fins políticos, sociais, econômicos e outros, com existência autônoma, sujeita à direitos e obrigações e responsabilidade devidamente fiscalizada, devendo ser autorizada pelos Estados Constitucionais de sua esfera de atuação. As pessoas jurídicas podem ser de direito público interno e externo e de direito privado. São pessoas de direito público interno a União, os Estados federados, o Distrito Federal e os Municípios. As pessoas jurídicas de direito público externo são os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional público. São pessoas jurídicas de direito privado as associações, as sociedades e as fundações. Esse tipo de pessoa jurídica é fundamentada num ato constitutivo no respectivo registro e, quando necessário, são autorizadas pelo poder executivo. Fonte: <www.jusbrasil.com.br> Acesso em: 23 Jan 2012.

docente está entre os itens requeridos das entidades demandantes pelo governo. No entanto, o tipo de qualificação não é especificado, sendo tratado no documento do PLANSEQ analisado com pouco detalhamento, assim como outros pontos, como a metodologia e o material didático. Não está sendo definido no documento que nível ou tipo de formação deve ter o docente que vai estar à frente do curso de qualificação, o que para nós representa uma desconsideração de consequências graves, podendo comprometer ou mesmo impedir a aprendizagem. Entendemos que a formação dos docentes é de relevância fundamental e imprescindível para os cursos de qualificação, não devendo ela ser tratada com a mesma (des)importância que os demais itens do projeto pedagógico do curso de qualificação, sob pena de que este curso acabe fazendo pouca ou nenhuma diferença na vida do trabalhador que busca a qualificação.

Além do que listamos antes como itens requeridos pelo Governo para a implantação de cursos de qualificação, os cursos do PLANSEQ devem ainda ser acompanhados por uma Comissão de Concertação,⁷² a qual submeterá ao DEQ/SPPE/MTE projetos que devem conter: apresentação do plano de qualificação, enfatizando a estimativa de geração de postos de trabalho; diagnóstico das demandas econômicas, sejam elas industriais, comerciais ou do setor de serviços, que justifiquem o tipo de qualificação a ser ofertada; matriz de qualificação (número de vagas, ocupações demandadas, carga horária, estratégias para elevação da escolaridade, custos e metas); cronograma; identificação de uma comissão de acompanhamento dos projetos.

Vemos por aquilo que está sendo documentado pelo Governo, que os PLANSEQs devem ser norteados e justificados pelas demandas da economia, ou seja, do setor capitalista. Não aparece no documento o espaço para as demandas sociais dos trabalhadores. Sendo assim, os cursos ofertados devem se adequar ao que o setor capitalista necessita no momento. Isto nos faz pensar que os trabalhadores que buscam a qualificação ofertada pelo governo, vale lembrar que o público alvo são os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, devem se conformar em cursos já previamente estabelecidos, voltados para o fortalecimento de ramos específicos do mercado, sendo vedada ao trabalhador a possibilidade de escolher um tipo de ocupação que se adeque aos seus interesses e habilidades; ao invés disso, ele deve se

⁷² Esta Comissão de Concertação deve ser "organizada no âmbito da Comissão Estadual de Trabalho, paritária e no mínimo tripartite, garantida a participação dos Governos Estadual/is e Municipal/is e de representante da Comissão Estadual de Trabalho da/s Unidade/s Federativa/s em que se pretende desenvolver o PlanSeQ." (MTE, PLANSEQ, 2007, p.42)

submeter ao que o Governo, em nome dos capitalistas, estabelece como sendo a prioridade da política de qualificação, sob o argumento de que isto levaria ao desenvolvimento social. Em que lugar entra a tão proclamada participação social na elaboração dos planos de qualificação? Ao que parece, em lugar nenhum.

Passaremos agora à análise do edital de chamada pública de parcerias para o Plano Setorial de Qualificação do Setor Sucroalcooleiro Nacional, publicado em Setembro 2010.

2.4 O Plano Setorial de Qualificação do Setor Sucroalcooleiro Nacional

A investigação acerca do PLANSEQ do setor sucroalcooleiro nacional se dará por meio da leitura do edital lançado em 2010 que visa à seleção de propostas de parcerias de associações sem fins lucrativos⁷³ com o MTE para a execução dos cursos de qualificação.

O edital do PLANSEQ esclarece quais são as modalidades deste plano específico de qualificação. De acordo com o documento, os Planos Setoriais de Qualificação podem ser do tipo Formal, Social ou Emergencial.

I. Formal: voltado ao atendimento de trabalhadores assalariados do setor produtivo; II. Social: destinados a qualificação de autônomos, empreendedores, agricultores familiares, integrantes da economia solidária, trabalhadores rurais, ou trabalhadores em situação de vulnerabilidade social; e III. Emergencial: quando atendem às vítimas do desemprego em massa causado por fatores ecológicos, econômicos, tecnológicos e/ou sociais relevantes. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.20-21).

O PLANSEQ que estamos analisando em nossa pesquisa, ou seja, o do setor sucroalcooleiro nacional, é de tipo Formal. Segue abaixo maiores informações sobre este tipo

⁷³ Segundo consta no site do SEBRAE-SP, a associação sem fins lucrativos "é uma entidade de direito privado, dotada de personalidade jurídica e caracterizada pelo agrupamento de pessoas para a realização e consecução de objetivos e ideais comuns, sem finalidade lucrativa. Uma associação sem fins lucrativos poderá ter diversos objetivos, tais como: a. associações de classe ou de representação de categoria profissional ou econômica; b. instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos etc.; c. entidades de benefício mútuo destinadas a proporcionar bens ou serviços a um círculo restrito de associados. Ex.: clubes esportivos; centrais de compras; associações de bairro, moradores etc.; d. associações com objetivos sociais que observam o princípio da universalização dos serviços. Ex.: promoção da assistência social; promoção da cultura, patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da saúde e educação; preservação e conservação do meio ambiente; promoção dos direitos humanos etc. As atividades previstas na letra "d" são atribuídas às ONGs, podendo ser qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público perante o Ministério da Justiça, a fim de firmar TERMO DE PARCERIA com o Poder Público e obter repasses de recursos para o fomento destas atividades, observados os dispositivos previstos na Lei nº 9.790, de 23/03/99 e Decreto nº 3.100, de 30/06/99." O site apresenta ainda as características deste tipo de entidade: "1. constitui a reunião de diversas pessoas para a obtenção de um fim ideal, podendo este ser alterado pelos associados; 2. ausência de finalidade lucrativa; 3. o patrimônio é constituído pelos associados ou membros;". Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/PortalSebraeSP/Biblioteca/Setores/Multissetorial/Paginas/Oque%C3%A9a%20associa%C3%A7%C3%A3osemfinslucrativosComoconstituirecomo%C3%A9tributada.aspx>> Acesso em: 30 Jan 2012.

de Plano Setorial:

§ 3o Os PlanSeQs Formais serão destinados a atender a um determinado setor da atividade econômica, a um projeto de ampliação ou de implantação de unidade produtiva em territórios circunscritos, quando o setor apresentar características que justifiquem o investimento, a partir de iniciativas por parte de governos, de empresas ou de entidades sindicais, empresariais ou sociais. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.21).

Segundo o que está posto no trecho acima, o PLANSEQ de tipo Formal é implantado mediante uma demanda já existente de trabalhadores para determinado setor produtivo. O investimento na política de qualificação setorial deve acontecer sob a apresentação de justificativa por parte dos governos, empresas ou entidades sindicais, empresariais ou sociais. Tendo em mente o que já vimos até aqui, afirmamos que ao que parece, a implantação do PLANSEQ do setor sucroalcooleiro acaba por atender a uma necessidade atual dos industriais canavieiros, qual seja, a de obter força de trabalho preparada para executar funções específicas dentro da produção e, ainda, por meio dos cursos de qualificação, estes industriais podem de alguma forma desviar a atenção da sociedade para o fato de que com a reestruturação produtiva milhares de postos de trabalho estão sendo eliminados. Os cursos servem, a nosso ver, como uma forma de camuflar o problema do desemprego em massa dentro do setor canavieiro. O usineiro pode se utilizar dos cursos para defender a ideia de que com qualificação, o trabalhador pode encontrar mais facilmente um novo posto de trabalho. Mais uma vez, vale lembrar que a participação social nas decisões que dizem respeito à política de qualificação, do nosso ponto de vista, ficaram vetadas.

2.4.1 Estados participantes, demandas e objetivo

A primeira informação que aparece no edital de chamada pública do PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro é a dos Estados brasileiros que devem receber os cursos para a qualificação de profissionais do referido setor. São eles: Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, totalizando 11 (onze) Estados.

O documento analisado também traz as demandas consideradas pelo Governo em cada um dos 11 Estados escolhidos para implantação do PLANSEQ sucroalcooleiro. São muitas as razões colocadas, mas, entre as principais estão:

- ♣ imigração de trabalhadores em busca de melhores salários (Alagoas);

▲ mecanização/modernização das usinas/atualização de conhecimento dos trabalhadores (Alagoas, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e São Paulo);

▲ expansão do setor sucroalcooleiro (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba).

Conforme exposto acima, a quase totalidade dos Estados demanda qualificação profissional para os trabalhadores do setor sucroalcooleiro por causa do processo de modernização tecnológica e mecanização da colheita, empregado já em larga medida nas usinas e responsável pela eliminação em massa de postos de trabalho. O próprio documento deixa mais uma vez isso claro:

A proposta de PLANSEQ nacional ora apresentada, tem por escopo a qualificação dos empregados das empresas do setor sucroenergético, e das comunidades diretamente atingidas por estes empreendimentos, preparando-os não somente para a modernização dos meios de produção, mas também para a realidade que se implementará após a completa mecanização das atividades de plantio de corte da cana de açúcar, realidade contemplada na resolução 575/2008 do CODEFAT. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.62).

As entidades envolvidas nos projetos de qualificação em cada um dos Estados, conforme mostra os dados abaixo, retirados do edital do PLANSEQ, resumem-se à sindicatos e federações de indústrias e de trabalhadores. Vejamos com mais detalhes:

(1) Alagoas - Federação das Indústrias do Estado de Alagoas (FIEA), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Alagoas (FAEAL), Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Açúcar no Estado de Alagoas (STIAA), Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Alagoas (SINDAÇÚCAR).

(2) Goiás - Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás e Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás.

(3) Mato Grosso - Sindicato das Indústrias Sucroalcooleiras do Estado do Mato Grosso (SINDALCO).

(4) Mato Grosso do Sul - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FTIMS), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Açúcar e Álcool do Estado de Mato Grosso do Sul, Fundação do Trabalho do Estado de Mato Grosso do Sul,

Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS), Sindicato da Indústria de Geração de Energia Elétrica de Pequeno e Médio Porte do Estado de Mato Grosso do Sul (SINEGIA MS), Sindicato da Indústria da Fabricação do Açúcar do Estado de Mato Grosso do Sul (SINDAÇÚCAR MS), Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool do Estado de Mato Grosso do Sul (SINDALMS) e Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (BIOSUL).

(5) Minas Gerais - Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de Minas Gerais, Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de Minas Gerais, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool do Estado de Minas Gerais (AIAA), Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool no Estado de Minas Gerais (SIAMIG) e Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado de Minas Gerais (SINDAÇUCAR).

(6) Paraíba - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado da Paraíba (STIQFARMA-PB), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado da Paraíba, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Paraíba (FETAG), Associação dos Plantadores de Cana do Estado da Paraíba (ASPLAN), Sindicato da Indústria da Fabricação do Álcool no Estado da Paraíba (SINDALCOOL), Federação da Agricultura do Estado da Paraíba (FAEPA) e Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP).

(7) Paraná - Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (ALCOPAR), Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado do Paraná (SIALPAR), e Sindicato da Indústria do Açúcar no Estado do Paraná (SIAPAR).

(8) Pernambuco - Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool no Estado de Pernambuco, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Açúcar e do Álcool, Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Pernambuco, Superintendência Regional do Trabalho/PE (M.T.E.), Secretaria Estadual de Juventude e Emprego de Pernambuco.

(9) Rio Grande do Norte - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte, Sindicato das Indústrias de Álcool dos Estados do Rio Grande de Norte, Ceará e Piauí.

(10) Rondônia - Sindicato Rural de Rolim de Moura, Fetagro, Contag, e representantes

Usina Boa Esperança.

(11) São Paulo - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (UNICA), Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP).

Com trabalhadores e, sobretudo, empresários (na figura de seus sindicatos) inseridos no movimento que demanda do Estado políticas de qualificação, fica mais claro ainda o fosso em que entrará o mercado de trabalho específico do setor canavieiro daqui a alguns anos. Da perspectiva dos trabalhadores, já é sabido que esses travam uma luta histórica em busca de formação e qualificação. Mas, o fato de os empresários se engajarem nesta luta é um sinal de que os impactos previstos pela mecanização completa do plantio e da colheita da cana são de proporções alarmantes. Por isso mesmo, a busca de legitimação para o processo de modernização, o que em parte pode ser conseguido por meio difusão de qualificação para os trabalhadores. O Estado, conforme entendemos, exerce sua função concedendo esta legitimação aos empresários:

A mecanização dos processos de colheita e plantio da cana de açúcar, tem sido implementada progressivamente vez que a legislação que obriga à sua adoção concede prazo até 2017 para sua adoção. Desta feita, a consequente dispensa de mão de obra se dará de forma gradual até a implementação do referido prazo e em intensidade diferenciada pelo país. É sabido que, ainda, 60% da cana é colhida manualmente, e, para melhor compreensão, destaca-se, em índices percentuais aproximados do número de desempregados no decorrer do tempo, a média de 15% gradativamente ao ano atingindo até 2014 em 100%. Do ponto de vista de um Estado que age estrategicamente, e que busca com suas ações agir eficientemente, a atribuição de prioridade progressiva aos trabalhadores sem ocupação e que estão nestas regiões se mostra a medida mais acertada. [...]Assim, o Estado estará agindo, eficientemente, para atingimento do interesse público, de modo estratégico e preventivo. À medida que o número de demissões for aumentando, a cota destinada aos desempregados deverá aumentar, sendo que neste momento inicial a maior urgência é permitir ao trabalhador que ainda está empregado no setor sucroenergético que possa ser reaproveitado no mesmo setor. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.62-63).

O edital analisado define ainda que as ações do PLANSEQ sucroalcooleiro estão em acordo com o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar; isso implica que as ações do PLANSEQ devem:

[...] assegurar a adequação dos EPI's utilizados pelos trabalhadores no cultivo da cana-de-açúcar, ampliar os serviços oferecidos pelo MTE na intermediação de contratação de trabalhadores para o cultivo manual da cana-de-açúcar, promover a alfabetização e elevação de escolaridade dos trabalhadores, promover a certificação e requalificação dos trabalhadores e fornecer ações e serviços sociais em regiões de emigração de trabalhadores para atividades relacionadas ao cultivo manual da cana-de-açúcar. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.45).

Concernente ao objetivo do PLANSEQ sucroalcooleiro, o documento define:

É qualificar trabalhadores(as) oriundos do setor Sucroalcooleiro, sejam trabalhadores desempregados que buscam entrar ou retornar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar, ou empregados que perderão seus postos de trabalho, devido à mecanização da colheita que, por conseguinte, necessitarão de qualificação para permanecer no setor supracitado. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.45).

Entendemos, pelo que está posto acima, que o PLANSEQ nada mais é que a resposta que o Governo pode dar aos trabalhadores diante da perda já concretizada ou iminente de seus postos de trabalho para a maquinaria utilizada amplamente no processo produtivo. Segundo o Governo, é possível empregar esta força de trabalho dispensada do campo em outros setores da produção. Será mesmo? Uma colheitadeira, por exemplo, pode substituir o trabalho de cem homens no corte da cana e requerer apenas um no seu controle. Ao que parece, o Governo defende a idéia de que este novo posto, ou seja, o do comando da colheitadeira, requer um tipo específico de conhecimento que os trabalhadores podem obter por meio da política de qualificação e, assim, preencherem o novo posto que surge. Mas, lembremos, a mecanização emprega numa escala muito menor do que desemprega. É sabido que os postos de trabalho perdidos jamais poderão ser totalmente recriados em outros setores da indústria. O desemprego nesta situação é, portanto, inevitável. Ainda assim, o Estado quer fazer crer que a política de qualificação será capaz de solucionar este problema criado pela dinâmica capitalista: a rearrumação dos arranjos produtivos em busca de maior acumulação.

O edital do PLANSEQ define, ainda, que: "Art. 10-A. Os executores dos PlanSeQs Formais e Sociais deverão cumprir meta de inserção dos beneficiários no mundo do trabalho equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da meta prevista nas ações de qualificação profissional do Plano." (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.21, grifo nosso).

Vale lembrar que o documento do Plano Nacional de Qualificação prevê que os Planos Territoriais de Qualificação - PLANTEQs, dentro do qual se insere o PLANSEQ, devem alcançar: "II – meta de no mínimo 75% de encaminhamento ao mercado de trabalho e de no mínimo 50% de encaminhamento à educação de jovens e adultos;" (MTE, PNQ, 2003, p.52). Vejamos que a meta do PLANSEQ Formal de encaminhamento ao mercado de trabalho cai muito em relação ao que é cobrado no documento do PNQ. Neste último, a meta a ser perseguida é a inserção de pelo menos 75% dos participantes dos cursos de qualificação no mercado de trabalho. Já para o PLANSEQ a meta definida é menor, no mínimo 30% dos participantes dos cursos devem ser encaminhados ao mercado de trabalho através da política

governamental de qualificação social e profissional. Entendemos que esta modesta meta definida pelo Governo para o PLANSEQ tem sua origem no reconhecimento por parte do Estado de que o mercado de trabalho impactado pela reestruturação produtiva não absorverá tantos trabalhadores. Podemos então depreender do que está expresso no documento que há a possibilidade de que 70% dos trabalhadores que participarem dos cursos de qualificação permanecerão sem um posto de trabalho formal. Situação lamentável que mostra os limites da ação do Estado em favor da classe trabalhadora. Já apontamos aqui que estes limites serão amplamente discutidos no Capítulo 3 desta dissertação.

2.4.2 Recursos, Público-alvo e Cursos

No que diz respeito aos recursos destinados pelo governo à política de qualificação social e profissional, estão dispostos no edital do PNQ os seguintes percentuais:

Art. 19. Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador aprovados e disponibilizados anualmente para as ações do PNQ e sua sustentação deverão apresentar a seguinte distribuição entre as modalidades dos Planos: I. no máximo, 70% (setenta por cento) para os PlanTeQs; II. no mínimo, 20% (vinte por cento) para os PlanSeQs; III. no máximo, 7% (sete por cento) para ProEsQs, Convênios de Gestão e Certificação Profissional; IV. no máximo, 3% (três por cento) para as ações de sustentação, implementadas mediante aplicação direta. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.23).

Lembremos que o documento do PNQ estabelece a quantidade total de recursos previstos para as ações de qualificação no ano de 2003: "Para 2003, o orçamento é de cerca de R\$ 184 milhões." (MTE, PNQ, 2003, p.48).

O montante de recursos do FAT destinados pelo MTE ao PLANSEQ seria de R\$10.987.200,00 (dez milhões novecentos e oitenta e sete mil e duzentos reais), sendo que deste valor seria destinado para as parcerias entre entidades e MTE a quantia de R\$10.437.840,00 (dez milhões quatrocentos e trinta e sete mil oitocentos e quarenta reais), o restante viria da contrapartida dos convênios. Estes recursos deveriam ser liberados para os cursos de qualificação em duas parcelas em conta a ser aberta no Banco do Brasil S.A. Segue abaixo, de acordo com o Edital, o montante de recursos destinados a cada Estado pelo MTE:

Quadro 4 - Recursos destinados aos Estados pelo MTE

ESTADO	MONTANTE DE RECURSOS	QUANTIDADE DE TRABALHADORES ATENDIDOS
Alagoas	R\$832.542,00	1005
Goiás	R\$1.469.582,00	1774
Mato Grosso	R\$846.625,00	1022
Mato Grosso do Sul	R\$743.075,00	897
Minas Gerais	R\$1.151.476,00	1390
Paraíba	R\$436.567,00	527
Paraná	R\$876.447,00	1058
Pernambuco	R\$1.486.150,00	1794
Rio Grande do Norte	R\$82.840,00	100
Rondônia	R\$165.680,00	200
São Paulo	R\$2.346.857,00	2833
Total	R\$10.437.840,00	12.600

Fonte: EDITAL PLANSEQ, 2010

A projeção inicial definida no edital é a qualificação de 12.600 (doze mil e seiscentos trabalhadores), com a previsão de valor para o custo-aluno de R\$4,36 (quatro reais e trinta e seis centavos) por hora aula. As 12.600 vagas serão distribuídas nos onze Estados mencionados da seguinte forma:

Quadro 5 - Número de vagas nos cursos de qualificação por Estado

Unidade Federativa	Lotes	Meta por Lote
(1) Alagoas	1 Setor Agrícola	450
	2 Setor Industrial	555
Total = 1005 educandos		
(2) Paraíba	1 Setor Agrícola	170
	2 Setor Industrial	357
Total = 527 educandos		
(3) Rio Grande do Norte	não há informação	100
Total = 100 educandos		
(4) Pernambuco	1 Setor Agrícola	695
	2 Setor Industrial	1099
Total = 1794 educandos		
(5) Goiás	1 Setor Agrícola	300
	2 Setor Industrial	1474
Total = 1774 educandos		
(6) Mato Grosso	1 Setor Agrícola	386
	2 Setor Industrial	636
Total = 1022 educandos		
(7) Rondônia	não há informação	200
Total = 200 educandos		
(8) Mato Grosso do Sul	1 Setor Agrícola	330
	2 Setor Industrial	567

Quadro 5 - Número de vagas nos cursos de qualificação por Estado (Continuação)

Total = 897 educandos		
(9) Minas Gerais	1 Setor Agrícola	480
	2 Setor Industrial	910
Total = 1390 educandos		
(10) São Paulo	1 Setor Agrícola	1294
	2 Setor Industrial	1539
Total = 2833 educandos		
(11) Paraná	1 Setor Agrícola	738
	2 Setor Industrial	320
Total = 1058 educandos		

Fonte: Edital PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional, 2010

Conforme segue abaixo, o edital do PLANSEQ traz detalhes no que tange à população que tem prioridade no alcance das políticas de qualificação social e profissional. Todas estas pessoas devem ter cadastro no Programa de Integração Social (PIS) ou no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), ou Número de Identificação Social (NIS) para poderem participar dos cursos de qualificação.

I. beneficiários do Programa do Seguro-Desemprego; II. trabalhadoras/es domésticos/os; III. trabalhadores/as em empresas afetadas por processos de modernização tecnológica e outras formas de reestruturação produtiva; IV. pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; inclusive do programa Bolsa Família, de ações afirmativas de combate à discriminação; de políticas de integração e desenvolvimento regional e local; V. trabalhadores/as internos e egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas sócio-educativas; VI. trabalhadores/as libertados/as de regime de trabalho degradante e de familiares de egressos do trabalho infantil; VII. trabalhadores/as de empresas incluídas em arranjos produtivos locais; VIII. trabalhadores de setores considerados estratégicos da economia, segundo a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda; IX. trabalhadores do setor artístico, cultural e de artesanato; X. trabalhadores autônomos, por conta própria, cooperativados, em condição associativa ou autogestionada; XI. trabalhadores de micro e pequenas empresas; XII. estagiários; XIII. trabalhadores/as rurais e da pesca; XIV. pessoas com deficiência. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.17, grifo nosso).

O trecho do edital citado acima traz uma informação que a nosso ver corrobora com a hipótese que levantamos neste trabalho. No nosso entendimento, as políticas promovidas pelo Estado servem para amortecer os conflitos inevitáveis provocados pela forma como funciona o sistema capitalista. Assim, temos que neste momento de crise econômica e de reestruturação dos processos produtivos como resposta a essa crise, o Estado passa a formular políticas que se articulam com o momento atual. Com a crise e a reestruturação dos processos produtivos engendrando o desemprego e o caos social, o Estado formula uma política de qualificação profissional que visa atingir exatamente as pessoas atingidas diretamente pelos problemas que

circundam o sistema econômico, como por exemplo, os desempregados e os beneficiários de programas sociais (que também estão à margem do mercado de trabalho).

Está previsto no edital do PLANSEQ que o Estado de Alagoas⁷⁴ terá os seguintes municípios como pólos para os cursos de qualificação: Coruripe, Marechal Deodoro e São Luiz do Quitunde. Estes municípios concentram 5 (cinco)⁷⁵ de cerca das 26 (vinte e seis) usinas em funcionamento no Estado. Entre elas estão a Usina Coruripe (município de Coruripe) - maior indústria produtora de açúcar e álcool do Norte/Nordeste, a Usina Santo Antônio (município de São Luiz do Quitunde) - 2ª (segunda) maior usina de Alagoas e a Usina Sumaúma, de propriedade do Grupo Toledo, dono de mais três usinas, uma delas localizada no Estado de São Paulo. Percebe-se por estes dados que os municípios escolhidos para sediarem os cursos de qualificação do PLANSEQ possuem relevância numérica no cenário canavieiro alagoano, talvez seja esta a razão da escolha por parte do MTE.

O edital do PLASEQ do setor sucroalcooleiro define também quais serão os cursos ofertados pela política de qualificação. O mesmo esclarece que:

Em todas as ações do PNQ, a definição dos conteúdos técnicos deverá basear-se na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, nas Diretrizes Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica, nos Catálogos Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica, no Repertório Nacional de Qualificações e nas demais disposições legais pertinentes, com a indicação das respectivas ocupações utilizadas como referência. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.30).

Na tabela a seguir estão colocadas todos os tipos de cursos/ocupações a serem ofertados pelo PLANSEQ sucroalcooleiro e suas respectivas funções, segundo a CBO:

Quadro 6 - Cursos de Qualificação do PLANSEQ (Continua)

CURSO	DEFINIÇÃO SUMÁRIA DA OCUPAÇÃO (Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações)
Aplicador Manual Costal e Pressurizado Costal - Manual e Motorizado	Colhem policulturas, derrçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratamentos culturais, além de preparar o solo para plantio.
APPCC (Análise de Controle e Pontos Críticos de Controle e BPF - Boas Práticas de Fabricação	Inspeccionam o recebimento e organizam o armazenamento e movimentação de insumos; verificam conformidade de processos; liberam produtos e serviços; trabalham de acordo com normas e procedimentos técnicos, de qualidade e de segurança e demonstram domínio de conhecimentos técnicos específicos da área.

⁷⁴ A partir de agora, faremos menção somente aos detalhes que disserem respeito ao Estado de Alagoas, por ser este nosso referencial mais próximo de análise e também porque a referência a todos os Estados tornaria muito extensa nossa investigação.

⁷⁵ Usinas Coruripe, Santo Antônio, Sumaúma, Guaxuma e Pindorama. Fonte: SINDAÇÚCAR-AL

Quadro 6 - Cursos de Qualificação do PLANSEQ**(Continuação)**

Auxiliar de Colheita Mecanizada	Mesmo de Máquinas Pesadas
Auxiliar de Eletrotécnico	Planejam atividades do trabalho, elaboram estudos e projetos, participam no desenvolvimento de processos, realizam projetos, operam sistemas elétricos e executam manutenção. Atuam na área comercial, gerenciam e treinam pessoas, asseguram a qualidade de produtos e serviços e aplicam normas e procedimentos de segurança no trabalho.
Auxiliar de Manutenção Elétrica e Hidráulica	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Auxiliar de Manutenção Mecânica	Realizam manutenção em componentes, equipamentos e máquinas industriais; planejam atividades de manutenção; avaliam condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas e equipamentos; lubrificam máquinas, componentes e ferramentas. Documentam informações técnicas; realizam ações de qualidade e preservação ambiental e trabalham segundo normas de segurança.
Caldeireiro	Preparam máquinas e equipamentos para operação e controlam o funcionamento das caldeiras e a qualidade da água. Operam sistemas de bombeamento e compressores de ar e controlam o funcionamento de máquinas fixas. Efetuam atividades para produção de gás de hulha e distribuem utilidades, identificando redes de distribuição, interpretando fluxograma de distribuição, elaborando procedimentos operacionais. Realizam manutenção de rotina em máquinas e equipamentos e trabalham segundo normas e procedimentos de segurança.
Caldeireiro Industrial	Confeccionam, reparam e instalam peças e elementos diversos em chapas de metal como aço, ferro galvanizado, cobre, estanho, latão, alumínio e zinco; fabricam ou reparam caldeiras, tanques, reservatórios e outros recipientes de chapas de aço; recortam, modelam e trabalham barras perfiladas de materiais ferrosos e não ferrosos para fabricar esquadrias, portas, grades, vitrais e peças similares.
Capacitação em Equipamentos Aplicadores de Herbicidas	Colhem policulturas, derriçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratos culturais, além de preparar o solo para plantio.
Cozedor	Operam moendas e tratam o caldo para fabricação do açúcar, utilizando processos de decantação. Concentram o caldo para fabricação do açúcar, cristalizam, centrifugam e preparam o açúcar para embalagem. Tratam o licor do açúcar, medindo a dosagem de produtos químicos, clarificando e filtrando. Mantêm máquinas e equipamentos em funcionamento, identificando falhas, realizando pequenos consertos e auxiliando na manutenção programada. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.
Desenho de Traçagem em Caldeiraria	Executam desenhos, projeções e corte utilizando meios manuais e eletrônicos e preparam diagramas detalhados de máquinas e peças e de projetos navais e aeronáuticos, definindo os meios de execução do desenho e coletando dados do projeto, tais como incluir dimensões, métodos de ajuste e outras informações de engenharia, sob a supervisão de um desenhista projetista ou de um engenheiro; acompanham o processo de execução e montagem.

Quadro 6 - Cursos de Qualificação do PLANSEQ (Continuação)

Destilador	Controlam variáveis de processos de destilação, evaporação e reação, operam aparelhos de destilação, de evaporação e reatores, realizam análises físico-químicas de produtos e mantêm máquinas e equipamentos em condições de uso. No desempenho das atividades utilizam-se de capacidades comunicativas e trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.
Educação Ambiental e Gestão de Resíduos Sólidos e Efluentes	Plantam e colhem gramíneas. Preparam sementes, mudas e insumos, condicionando o solo para tratamento de cultura. Realizam atividades de armazenamento e beneficiamento da colheita, como moagem, secagem e classificação dos grãos. Executam manutenção de máquinas e equipamentos agrícolas.
Eletricista de Autos / Injeção Eletrônica	Mesmo de Mecânico Eletricista de Automóveis
Eletricista de Colhedora	Mesmo de Mecânico Eletricista de Automóveis
Eletricista de Instalações Comerciais e Residenciais	Mesmo de Eletricista de Instalações Industriais
Eletricista de Instalações Industriais	Planejam serviços elétricos, realizam instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montam e reparam instalações elétricas e equipamentos auxiliares em residências, estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. Instalam e reparam equipamentos de iluminação de cenários ou palcos.
Eletricista de Instalações de Veículos Automotores	Mesmo de Mecânico Eletricista de Automóveis
Eletricista de Manutenção Industrial	Planejam serviços de manutenção e instalação eletroeletrônica e realizam manutenções preventiva, preditiva e corretiva. Instalam sistemas e componentes eletroeletrônicos e realizam medições e testes. Elaboram documentação técnica e trabalham em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.
Eletricista de Trator	Mesmo de Mecânico Eletricista de Automóveis
Eletricista Rede(distribuição) com Técnicas de Linha Viva	Planejam, constroem, instalam, ampliam e reparam redes e linhas elétricas de alta e baixa - tensão, linhas e redes de telecomunicação, rede de comunicação de dados e linhas de transmissão de energia de tração de veículos. Instalam equipamentos e localizam defeitos. O trabalho é realizado sob supervisão permanente de supervisores, técnicos e engenheiros.
Instrumentista e Operador de Processos Industriais	Reparam equipamentos e instrumentos de medição; realizam testes de funcionamento em equipamentos e instrumentos de medição; ajustam e adaptam equipamentos e instrumentos em função de projetos e elaboram documentação técnica. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade e segurança.
Instrumentista Industrial	Montam, desmontam, ajustam, testam e calibram instrumentos de precisão para medição e controle. Instalam sistemas mecânicos de precisão e fazem manutenção em linhas de produção industrial e laboratórios. Registram informações e ocorrências técnicas. Realizam o trabalho com segurança, cumprindo normas e cuidando da limpeza e higiene do local de trabalho.
Instrutor de Plantação de Mudas	Supervisionam diretamente uma equipe de trabalhadores agropecuários em sua lida no campo, na alimentação, reprodução e reposição de animais e nos tratos culturais; administram mão-de-obra e treinam a equipe de trabalho; planejam atividades e controlam qualidade e produtividade agropecuária; negociam insumos, produtos e equipamentos agropecuários e realizam manutenção em equipamentos.

Quadro 6 - Cursos de Qualificação do PLANSEQ**(Continuação)**

Lubrificador Mecânico	Lubrificam máquinas e equipamentos, sinalizando pontos de lubrificação, interpretando desenhos de máquinas, avaliando a situação de máquinas e equipamentos, selecionando material de limpeza e ferramentas para lubrificação, retirando excessos de lubrificantes, liberando máquinas e equipamentos lubrificados e preenchendo relatórios e registros de ocorrências. Monitoram o desempenho de máquinas e equipamentos, realizando inspeções preventivas, identificando anomalias, solicitando manutenções, verificando a ocorrência de impurezas em lubrificantes e retirando amostras para análises. Colaboram na elaboração de planos de lubrificação. Conservam ferramentas e materiais para lubrificação. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Mecânico de Caldeira	Mesmo de Caldeireiro Industrial
Mecânico de Colhedora	Realizam manutenção em máquinas pesadas e implementos agrícolas. Preparam peças para montagem de equipamento; realizam manutenções, inspecionam e testam o funcionamento de máquinas e equipamentos. Planejam as atividades de manutenção e registram informações técnicas. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de segurança, qualidade e de preservação do meio ambiente.
Mecânico de Equipamentos Hidráulicos e Pneumáticos	Mesmo de Mecânico Manutenção Industrial
Mecânico de Instrumento de Precisão	Montam, desmontam, ajustam, testam e calibram instrumentos de precisão para medição e controle. Instalam sistemas mecânicos de precisão e fazem manutenção em linhas de produção industrial e laboratórios. Registram informações e ocorrências técnicas. Realizam o trabalho com segurança, cumprindo normas e cuidando da limpeza e higiene do local de trabalho.
Mecânico de Manutenção Automotiva/ Mecânico de Tratores	Elaboram planos de manutenção; realizam manutenções de motores, sistemas e partes de veículos automotores. Substituem peças, reparam e testam desempenho de componentes e sistemas de veículos. Trabalham em conformidade com normas e procedimentos técnicos, de qualidade, de segurança e de preservação do meio ambiente.
Mecânico Eletricista de Automóveis	Planejam serviços de instalação e manutenção eletroeletrônicos em veículos, estabelecendo cronogramas e estimando prazos. Instalam sistemas e componentes eletroeletrônicos em aeronaves, embarcações e veículos, elaborando leiautes e esquemas, interpretando e corrigindo esquemas, conectando cabos aos equipamentos e acessórios e testando o funcionamento de máquinas, equipamentos e sistemas para operação. Realizam manutenções preventiva, preditiva e corretiva, inspecionando visualmente máquinas e equipamentos, diagnosticando defeitos eletroeletrônicos, desmontando, reparando, lubrificando, substituindo e montando componentes, ajustando componentes e peças e simulando o funcionamento de componentes e equipamentos. Elaboram documentação técnica, cumprem normas de segurança, meio ambiente e saúde e realizam com qualidade as instalações eletroeletrônicas.
Mecânico Manutenção Industrial	Realizam manutenção em componentes, equipamentos e máquinas industriais; planejam atividades de manutenção; avaliam condições de funcionamento e desempenho de componentes de máquinas e equipamentos; lubrificam máquinas, componentes e ferramentas. Documentam informações técnicas; realizam ações de qualidade e preservação ambiental e trabalham segundo normas de segurança.
Mecânico de Motor a Diesel	Mesma de Mecânico de Manutenção Automotiva

Quadro 6 - Cursos de Qualificação do PLANSEQ**(Continuação)**

Mecânico de Refrigeração	Avaliam e dimensionam locais para instalação de equipamentos de refrigeração, calefação e ar - condicionado. Especificam materiais e acessórios e instalam equipamentos de refrigeração e ventilação. Instalam ramais de dutos, montam tubulações de refrigeração, aplicam vácuo em sistemas de refrigeração. Carregam sistemas de refrigeração com fluido refrigerante. Realizam testes nos sistemas de refrigeração.
Mecânico Veicular	Avaliam e dimensionam locais para instalação de equipamentos de refrigeração, calefação e ar - condicionado. Especificam materiais e acessórios e instalam equipamentos de refrigeração e ventilação. Instalam ramais de dutos, montam tubulações de refrigeração, aplicam vácuo em sistemas de refrigeração. Carregam sistemas de refrigeração com fluido refrigerante. Realizam testes nos sistemas de refrigeração.
Metrologia	Realizam calibrações, ensaios e medições, asseguram rastreabilidade à medição, produzem padrão e materiais de referência, realizam pesquisa e desenvolvimento em metrologia; projetam, gerenciam e avaliam laboratórios de metrologia. Elaboram documentos técnicos e disseminam conhecimentos metrológicos.
Motorista	Dirigem e manobram veículos e transportam pessoas, cargas ou valores. Realizam verificações e manutenções básicas do veículo e utilizam equipamentos e dispositivos especiais tais como sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros. Efetuam pagamentos e recebimentos e, no desempenho das atividades, utilizam-se de capacidades comunicativas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Motorista Canavieiro Motorista de Caminhão	Transportam, coletam e entregam cargas em geral; guincham, destombam e removem veículos avariados e prestam socorro mecânico. Movimentam cargas volumosas e pesadas, podem, também, operar equipamentos, realizar inspeções e reparos em veículos, vistoriar cargas, além de verificar documentação de veículos e de cargas. Definem rotas e asseguram a regularidade do transporte. As atividades são desenvolvidas em conformidade com normas e procedimentos técnicos e de segurança.
Operador de Caldeira	Operam equipamentos de perfuração e de corte de rochas, equipamentos de escavação e carregamento de minérios e equipamentos de transporte de cargas. Inspeccionam as condições operacionais dos equipamentos e preparam o local de trabalho.
Operador de Cozimento de Açúcar	Mesmo de Cozedor
Operador de Cristalização na Refinação de Açúcar	Mesmo de Cozedor
Operador de Difusor	Mesmo de Operador de Cozimento de Açúcar
Operador de Empilhadeira	Preparam movimentação de carga e a movimentam. Organizam carga, interpretando simbologia das embalagens, armazenando de acordo com o prazo de validade do produto, identificando características da carga para transporte e armazenamento e separando carga não-conforme. Realizam manutenções previstas em equipamentos para movimentação de cargas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
Operador de Equipamento de Destilação de Alcool	Mesmo de Segurança Industrial com Planejamento e Programa de Prevenção e Combate a Incêndio
Operador de Máquina Agrícola - carregadeira	Operam, ajustam e preparam máquinas e implementos agrícolas. Realizam manutenção em primeiro nível de máquinas e implementos. Empregam medidas de segurança e auxiliam em planejamento de plantio.
Operador de Máquinas Pesadas	
Operador de Moagem	Mesmo de Operador de Cozimento de Açúcar.

Quadro 6 - Cursos de Qualificação do PLANSEQ (Continuação)

Operador de Processo	Realizam interfaces de turnos de trabalho, programam atividades de produção e monitoram funcionamento de equipamentos e sistemas. Controlam parâmetros do processo produtivo, operam suas etapas e movimentam materiais e insumos. Transformam polímeros em produtos intermediários ou finais e realizam manutenção de primeiro nível. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos de qualidade, segurança, higiene, saúde e preservação ambiental.
Operador de Processos Industriais	Mesmo de Cozedor
Operador de Processo de Fermentação e Destilação via COI	Mesmo de Segurança Industrial com Planejamento e Programa de Prevenção e Combate a Incêndio
Operador de Pulverizador de Autopropelido	Colhem policulturas, derruçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes através da construção de viveiros e canteiros, cujas atividades baseiam-se no transplante e enxertia de espécies vegetais. Realizam tratamentos culturais, além de preparar o solo para plantio.
Operador de Sistema de Irrigação	Controlam processo de irrigação. Verificam e reparam equipamentos de irrigação. Instalam e acionam sistemas de irrigação. Adubam plantação.
Operador de Tratamento de Caldo e Evaporação	Mesmo de Cozedor
Operador de Tubo Gerador	Mesmo de Segurança Industrial com Planejamento e Programa de Prevenção e Combate a Incêndio
Operador e Mantenedor de Colhedeira de Cana e Máquinas Agrícolas	Operam, ajustam e preparam máquinas e implementos agrícolas. Realizam manutenção em primeiro nível de máquinas e implementos. Empregam medidas de segurança e auxiliam em planejamento de plantio.
Operador e Mantenedor de Tratores Agrícolas	Mesmo de Operador de Máquinas Pesadas
Segurança Industrial com Planejamento e Programa de Prevenção e Combate a Incêndio	Controlam variáveis de processos de destilação, evaporação e reação, operam aparelhos de destilação, de evaporação e reatores, realizam análises físico-químicas de produtos e mantêm máquinas e equipamentos em condições de uso. No desempenho das atividades utilizam-se de capacidades comunicativas e trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e preservação ambiental.
Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade	Mesmo de Eletricista de Manutenção Industrial
Soldador	Unem e cortam peças de ligas metálicas usando processos de soldagem e corte tais como eletrodo revestido, tig, mig, mag, oxigás, arco submerso, brasagem, plasma.
Soldagem Industrial	Preparam equipamentos, acessórios, consumíveis de soldagem e corte e peças a serem soldadas. Aplicam estritas normas de segurança, organização do local de trabalho e meio ambiente.
Soldador de Solda Elétrica e Oxiacetileno	
Torneiro Mecânico	Preparam, regulam e operam máquinas-ferramenta que usinam peças de metal e compósitos e controlam os parâmetros e a qualidade das peças usinadas, aplicando procedimentos de segurança às tarefas realizadas. Planejam seqüências de operações, executam cálculos técnicos; podem implementar ações de preservação do meio ambiente. Dependendo da divisão do trabalho na empresa, podem apenas preparar ou operar as máquinas-ferramenta.
Tratorista	Planejam o trabalho, realizam manutenção básica de máquinas pesadas e as operam. Removem solo e material orgânico "bota-fora", drenam solos e executam construção de aterros. Realizam acabamento em pavimentos e cravam estacas.

Fonte: Edital PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional / Classificação Brasileira de Ocupações, 2010

Os cursos listados acima estão distribuídos de forma diferenciada pelos 11 (onze) Estados partícipes do PLANSEQ do setor sucroalcooleiro. Em Alagoas, os cursos ofertados

foram: Auxiliar manutenção mecânica, Lubrificador mecânico, Mec. manutenção automotiva/máquinas agrícolas/caminhões, Operador máquinas agrícola (op. carregadeira), Operador de máquinas agrícola (op. máquinas pesadas), Operador máquinas agrícola (tratorista), Auxiliar manutenção mecânica, Caldeireiro, Cozedor, Mecânico manutenção industrial (bombas, turbina, moendas), Soldador manutenção e Motorista.

2.4.3 Normas definidas para implantação do PLANSEQ sucroalcooleiro

No edital do PLANSEQ é estabelecido que os Planos de Trabalhos submetidos pelas entidades demandantes para SPPE/MTE devem obedecer aos seguintes critérios:

- ▲ Possuir carga horária média de 200 (duzentas) horas;
- ▲ Manter um custo aluno-hora-aula máximo de R\$4,36, o que deve incluir "(...) remuneração direta de educadores; encargos trabalhistas; material didático; auxílios ou bolsas de alimentação e transporte para os educandos; divulgação dos programas; e material de consumo (...)" (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.4);
- ▲ Respeitar um prazo máximo de 12 (doze) meses após a celebração do convênio para a execução física e financeira do projeto;
- ▲ Incluir no orçamento do Plano de Trabalho, somente despesas correntes, não podendo contemplar as despesas de capital (gastas com bens imóveis).⁷⁶

Em relação às normas acima colocadas, o que chama a atenção é o valor investido pelo Governo nos cursos de qualificação profissional. Se o custo aluno-hora-aula é de R\$4,36 e os cursos devem ter 200h, então o valor total investido pelo Governo na qualificação profissional de cada aluno trabalhador é de R\$872,00. Vale lembrar que o número máximo de alunos por turma deve ser 30, segundo o edital. Esses alunos receberão material didático, vale-transporte e lanche nos locais das aulas.

À título de comparação, o valor anual previsto para ser gasto pelo Governo em 2012

⁷⁶ Despesas correntes: aquelas despesas do governo que se realizam de forma contínua, uma vez que estão ligadas à sua manutenção. São permanentes, pois, tais modalidades de despesas governamentais. Daí o seu nome: Despesas Correntes. Caso venham a faltar, certamente decorrerão prejuízos no curto, médio e longo prazos, seja para o próprio ente governamental e/ou para a coletividade em geral: para o ente governamental, pois se ressentirá de uma contraprestação direta em bens e serviços, necessários ao seu regular funcionamento; para a coletividade, visto que esta não poderá usufruir, total ou parcialmente, de um serviço público prestado ou colocado à sua disposição, para sua utilização, efetiva ou em potencial. Em última análise, podemos dizer que as Despesas Correntes compreendem o universo dos gastos do governo imprescindíveis à sua sobrevivência e/ou à prestação dos serviços públicos. Disponível em: <www.editoraferreira.com.br/publique/media/toque_32_alipio_reis.pdf> Acesso em: 02 Feb 2012.

com o aluno das séries iniciais do Ensino Fundamental em Alagoas é de R\$2,096,68.⁷⁷ O custo aluno-hora-aula no Ensino Fundamental (carga horária de 800h) ficará em torno de R\$2,68. Em 2010, o gasto médio anual nacional com alunos da Educação Infantil foi de R\$2.942,00, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental foi de R\$3.859,00 (custo aluno-hora de R\$4,82), no Ensino Médio o gasto foi de R\$2.960,00 (custo aluno-hora de R\$3,70) e no Ensino Superior o gasto foi de R\$17.972,00 por aluno.⁷⁸ Verificamos que por ser um curso com carga horária reduzida, o Governo pode lançar mão de maior investimento no custo aluno-hora-aula dos cursos de qualificação do PLANSEQ.

No que diz respeito aos critérios para seleção de propostas de qualificação profissional enviadas pelas instituições demandantes, o edital do PLANSEQ deixa claro os seguintes pontos a serem verificados:

a) Capacidade da instituição para executar a proposta: a instituição demandante deve comprovar a experiência com cursos de qualificação, demonstrar capacidade direta de execução dos cursos, possuir estrutura gerencial adequada às ações de qualificação social e profissional e apresentar sua equipe pedagógica (nível de graduação de cada membro, data da conclusão do nível de graduação, experiência profissional dos últimos três anos); e

b) Características metodológicas da proposta: a instituição demandante deve demonstrar a adequação de sua proposta ao PNQ e ao PLANSEQ do setor sucroalcooleiro, a apropriação de sua metodologia ao público alvo e aos objetivos perseguidos, comprovação da qualificação do coordenador e equipe de supervisão dos cursos previstos, comprovação da capacidade das instalações para o desenvolvimento dos cursos, Plano de Trabalho sintético, adequação do planejamento do Plano de Trabalho (orçamento, cronograma de desembolso e de execução) aos objetivos e metas do curso de qualificação previsto.

Cada proposta de curso a ser contratado deve, ainda, apresentar a descrição de: objetivos, conteúdos, metodologia, tipos de atividades, carga horária, cronograma de execução, especificação de ações estruturantes e do material didático. Os materiais produzidos para a execução de cada curso contratado devem ser disponibilizados à SPPE/MTE para uso em ações diversas (por exemplo, divulgação, estudo, reprodução, arquivamento).

⁷⁷ Ver: <www.fn.de.gov.br/index.php/fundeb-legislacao> Acesso em: 02 Fev 2012.

⁷⁸ Ver:<http://portal.inep.gov.br/estatisticas-gastoseducacao-despesas_publicas-p.a._paridade.htm> Acesso em: 02 Fev 2012.

O convênio das instituições demandantes com o MTE será anulado nas seguintes ocorrências:

I- o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas; II- constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informações em qualquer documento apresentado; e III- a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.12).

2.4.4 A formação integral e a participação social no PLANSEQ

Observando a tabela que mostrou os cursos ofertados, podemos ver que esses cursos de qualificação abrangem numerosas áreas de ocupação do setor sucroalcooleiro. Cada curso, portanto, só prepara o trabalhador para apenas uma função dentro do complexo processo produtivo canavieiro, sendo assim, ao que parece, a formação oferecida pelo Estado é bastante parcelar, voltada para o aprendizado de um ofício em específico. No entanto, o Governo estabelece que:

Para garantir a formação integral dos trabalhadores, conforme a resolução do CODEFAT no. 575/2008, a metodologia pedagógica a ser adotada deverá valorizar os seus saberes e experiências, incentivando-os ao diálogo e a participação nas diferentes atividades propostas, a fim de permitir o desenvolvimento de suas potencialidades de iniciativa, criatividade e espírito crítico. Além disso, como se sabe o compartilhamento do conhecimento tácito dos trabalhadores, isto é, pré-existente, é condição para o enriquecimento do conhecimento explícito, isto é, formalmente estabelecido e, portanto, principal fonte da inovação, exclusividade de ambientes com postura democrática, dialógica e pró-ativa. Assim, ao final do processo pedagógico, espera-se constatar a formação de profissionais com o seguinte perfil: trabalhadores capazes de tomar decisões operacionais, críticos das ordens emitidas e, de certa maneira, inovadores. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.78).

Lembremos que no documento do PNQ, matriz referencial do PLANSEQ, há a defesa de uma qualificação profissional voltada para a formação integral dos trabalhadores:

O PNQ deve contribuir para promover a integração das políticas e para a articulação das ações de qualificação social e profissional do Brasil e, em conjunto com outras políticas e ações vinculadas ao emprego, ao trabalho, à renda e à educação, deve promover gradativamente a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para: I – A formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as; (...) (MTE, PNQ, 2003, p.26, grifo nosso).

O documento do PNQ, conforme posto acima, defende como formação integral a elevação do patamar intelectual, técnico, cultural e cidadão dos trabalhadores. Diferentemente, o edital do PLANSEQ define que a formação integral do trabalhador compreende a tomada de decisões operacionais, a crítica das ordens emitidas e a capacidade de inovação. Obviamente há um desencontro no entendimento do Governo acerca do que é a

formação integral. Entendemos que esse desencontro acaba fragilizando mais ainda a parca possibilidade desta formação integral vir a se efetivar entre os trabalhadores. Por fim, o que fatalmente ocorre é que a formação integral acaba se transformando num Frankenstein a serviço do capital, já que a capacidade de inovação, de tomada de decisões operacionais e a posição crítica frente às ordens emitidas (e se há uma crítica ao processo de produção, deve haver também uma sugestão de melhoria para o mesmo) só pode resultar em uma racionalização e aprimoramento cada vez maior do processo produtivo. Essa é a formação integral defendida pelo PLANSEQ.

Maiores detalhes também estão colocados no edital do PLANSEQ relacionados à carga horária dos cursos:

I. mínimo de 90% (noventa por cento) de ações formativas denominadas cursos, aulas teóricas e práticas, que não poderão ter carga horária inferior a 40 (quarenta) horas; II. até 10% (dez por cento) de ações formativas denominadas seminários, complementar às ações denominadas cursos; III. carga horária média de 200 h (duzentas horas) quando considerado o conjunto das ações formativas, salvo quando, justificativa fundamentada do proponente for aceita pela equipe técnica da SPPE-MTE. § 1º O programa dos cursos deverá contemplar no mínimo 70% (setenta por cento) e no máximo 80% (oitenta por cento) da carga horária total em conteúdos específicos, ressalvados casos especiais, devidamente justificados e previamente aprovados pelo MTE. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.17-18, grifo nosso).

Ao analisarmos esse trecho, podemos verificar que o Governo estabelece que do total de horas destinadas aos cursos de qualificação, entre 70 e 80% devem ser destinadas ao trabalho com conteúdos específicos do curso. O que sobra para os conteúdos ditos gerais é algo em torno de 20 a 30% da carga horária total.

No que diz respeito aos conteúdos que devem estar presentes nos cursos de qualificação, o edital do PLANSEQ traz as seguintes definições:

a) comunicação verbal e escrita, leitura e compreensão de textos, raciocínio lógico-matemático – conteúdos básicos; b) saúde e segurança no trabalho, educação ambiental, direitos humanos, sociais e trabalhistas, relações interpessoais no trabalho, informação e orientação profissional - conteúdos básicos obrigatórios; c) conteúdos específicos das ocupações: processos, métodos, técnicas, normas, regulamentações, materiais, equipamentos e outros – conteúdos específicos; d) empoderamento, gestão, autogestão, associativismo, cooperativismo, melhoria da qualidade e da produtividade – conteúdos específicos. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.29-30).

No trecho acima percebemos uma divisão no rol de conteúdos que devem estar presentes nos cursos de qualificação, segundo o Governo. Essa separação é feita em

conteúdos básicos e específicos. Lembremos que o Governo estabelece antes que a carga horária para conteúdos específicos deve estar entre 70 e 80%. Os demais conteúdos (básicos) devem se concentrar num tempo entre 20 e 30%. Para nós, levando em conta os conteúdos definidos (tanto os específicos, quanto os básicos), a pretensão do Governo de oferecer aos trabalhadores uma formação integral nos cursos de qualificação fica, por mais essa razão, inviabilizada. Em primeiro lugar, porque o que dá substância aos conteúdos básicos (os que, aparentemente, poderiam contribuir de alguma forma para uma formação para além do posto de trabalho a ser ocupado) acaba por se vincular muito mais ao setor produtivo do que à formação humana em geral; em segundo lugar, mesmo que esses conteúdos básicos tragam alguma possibilidade de formação mais ampla, a limitação da carga horária destinada a eles acaba por ceifar tal possibilidade. Ao que parece, o objetivo mesmo do Governo, na verdade, é dar ao trabalhador uma formação específica e, ousamos dizer, parcelar já que prepara o trabalhador para uma exercer uma função bastante particular dentro do processo produtivo.

Outra questão a ser assinalada é que não fica claro, no arrolamento das ocupações a serem ofertadas nos cursos de qualificação, em que medida a participação social, tão propalada em todos os documentos analisados, foi possibilitada na escolha dos cursos, os quais estão inteiramente voltados para o processo produtivo no interior das usinas de cana. O edital do PLANSEQ afirma que: "Os cursos de QSP deverão oferecer obrigatoriamente conteúdos, devidamente aplicados à realidade local, às necessidades do/a trabalhador/a e ao mercado de trabalho." (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.30, grifo nosso). Se houve participação na escolha dos cursos a serem ofertados, parece que esteve restrita ao que o mercado de trabalho (leia-se: os usineiros de cada um dos Estados, em consonância) apontou como sendo as ocupações relevantes para o PLANSEQ sucroalcooleiro. Não é demonstrado no edital do PLANSEQ como os trabalhadores participaram da definição dos cursos ofertados.

Continuando a análise do edital do PLANSEQ, verificamos que o documento deixa claro que tipo de entidades são elegíveis para a execução das ações de qualificação. Estas entidades não devem ter fins lucrativos, segundo o edital, e devem comprovar constituição legal mínima de 3 (três) anos e, ainda, atuação na área da qualificação. Tais instituições não podem participar das comissões de concertação e não podem ter qualquer irregularidade frente ao MTE e demais órgãos do Governo. São elas:

I. centros e institutos federais de educação profissional e tecnológica, escolas públicas profissionais e técnicas federais, estaduais e municipais, ou escolas de ensino médio integrado à educação profissional, empresas públicas e outros órgãos da Administração Pública, inclusive de administração direta de âmbito federal, estadual e municipal, incumbidos regimental ou estatutariamente do ensino, pesquisa ou extensão ou que comprovadamente executem ações de qualificação social e profissional; II. universidades públicas definidas na forma da Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e outras instituições públicas de ensino superior, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação, na sua área de especialidade, em especial por meio de suas pró-reitorias de extensão; III. serviços nacionais sociais e de aprendizagem; IV. centrais sindicais, confederações empresariais e de trabalhadores, sindicatos, outras entidades representativas de setores sociais organizados, que comprovem a existência em sua organização administrativa de órgãos específicos de qualificação social e profissional: escolas, institutos, centros e fundações; V. fundações, institutos, universidades, faculdades, centros de ensino profissionalizante – Proeps e outras entidades comprovadamente especializadas na qualificação social e profissional; VI. entidades não governamentais sem fins lucrativos que comprovadamente realizem atividades de qualificação social e profissional; VII. entidades não governamentais sem fins lucrativos da área de tecnologia, pesquisa ou inovação. (MTE, EDITAL PLANSEQ, 2010, p.23, grifo nosso).

Pelo que está posto do edital do PLANSEQ, item IV, as ONGs (enquanto entidades representativas de setores sociais) estão entre as entidades autorizadas pelo Governo para executarem as ações do PLANSEQ. Consta no edital, ainda, que qualquer entidade que comprovar a realização de ações de qualificação (item V) poderá ser credenciada para executar os cursos do PLANSEQ; assim, pelo que está posto do documento, estas podem ser de qualquer natureza, públicas ou privadas. Entendemos que agindo desta forma, o Governo cede a responsabilidade das políticas de qualificação para todo e qualquer tipo de entidade, desde que mesma comprove que está apta para a realização dos cursos. Muitos pesquisadores (conforme já citamos com MONTAÑO, 2002) vem demonstrando que estas parcerias que o Governo estabelece acabam por beneficiar instituições particulares, desencadear uma corrida por recursos públicos e precarizar o ensino que é oferecido.

Após toda a análise e considerações tecidas até aqui, encaramos que chega a hora de discutir a razão pela qual surgem tantos obstáculos no caminho das ações estatais quando se trata de fornecer uma formação de qualidade para os trabalhadores, voltada integralmente para os seus interesses. É por isso que o próximo capítulo, ao finalizar nossa dissertação, traz a discussão imprescindível a respeito do conceito do Estado e dos limites de suas políticas quando se trata de atender aos interesses da classe trabalhadora. Sigamos nesta direção.

3 O ESTADO MODERNO CAPITALISTA E A CLASSE TRABALHADORA

Chegamos ao terceiro e último capítulo de nossa dissertação. Este momento traz para si a responsabilidade de demonstrar, ancorado na ontologia marxiana, os limites que o Estado moderno capitalista traz intrínsecos a si mesmo quando se trata de atender, via políticas públicas, às necessidades da classe proletária.

Vimos no primeiro capítulo que o sistema do capital vem enfrentando desde a década de 1970 uma crise em sua estrutura de funcionamento, lançando mão de novos mecanismos produtivos visando a recuperação das taxas de lucros. Estes novos modelos produtivos exercem ampla influência do posicionamento tomado pelo Estado na execução de suas políticas, no nosso caso, as políticas de qualificação profissional.

No segundo capítulo, analisamos uma das políticas do Estado, o Plano Setorial de Qualificação (PLANSEQ), inserida dentro do Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e voltada para a qualificação profissional de trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Foi possível constatar que o texto da política investigada já traz vestígios da limitação do Estado no tocante ao atendimento das demandas proletárias, visto que acaba por transformar a política de qualificação num instrumento a favor da acumulação do capital.

É de nosso interesse, portanto, explicar neste terceiro capítulo a razão pela qual o Estado age limitadamente com as políticas que implementa. Para isso, começaremos revisitando algumas obras de Marx no intuito de perceber como o pensador conceitua a política em várias obras e, conseqüentemente, momentos de sua trajetória intelectual. Consideramos que a análise conceitual nos concederá uma base teórica para a crítica posterior dos limites do Estado. Em seguida, faremos uma discussão, ancorada também em referencial marxiano e marxista, sobre os limites propriamente ditos da ação estatal em favor da classe proletária. Sigamos, então.

3.1 Retomando o conceito de Estado em Marx

Marx, ao nos deixar um legado teórico riquíssimo, resultado de uma vida dedicada aos estudos da sociedade civil de sua época, não escreveu somente sobre o sistema do capital e seu velado desumano mecanismo de funcionamento - o qual rouba o produtor de seu direito de usufruir daquilo que produziu, colocando toda esta riqueza nas mãos do capitalista -, mas, também, é autor de uma complexa e rica teoria acerca da Política traduzida na figura do

Estado, demonstrando como este serve como um complemento imprescindível do capital para a exploração do trabalho.

Diante disto, neste capítulo, temos o intuito de analisar um pouco mais detidamente as ideias de Marx acerca do Estado por meio de uma pesquisa bibliográfica em algumas de suas principais obras. Para tanto, a investigação segue uma linha do tempo que vai de 1843 a 1871, compreendendo os seguintes textos: Para a questão judaica (1843), Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano (1844), Manifesto do Partido Comunista (Marx e Engels, 1848), As lutas de classes na França de 1848 a 1850 (1850), O 18 Brumário de Luís Bonaparte (1852) e A guerra civil em França (1871). Com este estudo pretendemos compreender como o conceito de Estado em Marx vai se desenvolvendo em proporção ao amadurecimento de seu horizonte teórico e dos dados de realidade que marcaram cada contexto em que as referidas obras foram escritas. A escolha das obras se deu por sua importância para o tema em estudo, obviamente, e também pela proximidade que tivemos das obras através das disciplinas cursadas durante o Mestrado.

Sem mais delongas, passemos, então, para nosso estudo, o qual será dividido pelas análises separadas de cada obra a que fizemos menção.

3.1.1 Para a Questão Judaica (1843)

Nossa primeira incursão na pesquisa sobre o pensamento diacrônico de Marx acerca do conceito de Estado se dará por meio da investigação na obra Para a Questão Judaica, escrita entre Agosto e Dezembro de 1843, quando Marx tinha 25 anos, e publicada no ano de 1844, nos Anais Franco-Alemães⁷⁹.

Em 1843, a Gazeta Renana, jornal onde Marx trabalhava, foi fechada pelos censores do governo prussiano. Marx recusou o convite do governo para ser redator no diário oficial, optando por mudar-se para Paris. Na capital francesa, Marx assume a direção dos Anais Franco-Alemães e é apresentado a várias sociedades secretas de socialistas e comunistas. Neste ano, as obras Crítica da filosofia do Direito de Hegel e Para questão judaica são

⁷⁹ Os Anais Franco-Alemães foram publicados em Paris sob a direção de Marx e Arnold Ruge em língua alemã. Apenas um número, duplo, foi impresso em Fevereiro de 1844, esse trazia as obras de Marx: Sobre a Questão Judaica e Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Introdução, assim como as obras de Engels: Esboços para Uma Crítica da Economia Política e A Situação em Inglaterra; “O Passado e o Presente”, de Thomas Carlyle. A principal razão para o desaparecimento da revista foram as divergências de princípio entre Marx e o radical burguês Ruge.

concluídas. É ainda em 1843 que dá-se o casamento de Marx com Jenny von Westphalen.

O texto de Para a Questão Judaica é uma resenha crítica feita por Marx de dois escritos de Bruno Bauer (A Questão Judaica e A capacidade dos judeus e dos cristãos hodiernos para se tornarem livres), o qual significou um rompimento teórico-metodológico entre Bauer e Marx, mas não o fim da relação cortês que existia entre os dois.

Os anos de 1800-1850 mostraram a Marx e a Bauer uma situação de miséria na Alemanha, traduzida pela carência material e pelo atraso sócio-político, considerando-se os vizinhos Inglaterra e França. Além de ser ainda um país essencialmente rural e de economia agrária, a situação sócio-política alemã era especialmente grave: boa parte de seu território ainda permanecia dentro do Ancien Régime⁸⁰. Um avanço em direção à modernização se deu com a ocupação napoleônica, mas, com a derrota de Napoleão, o movimento posto em marcha foi freado e com o reinado de Frederico Guilherme III (1770-1840), deu-se curso a uma política de reversão da democratização antes conseguida.

A Alemanha da época permanecia então articulada numa liga de 39 Estados, a Confederação Germânica, que não significava um Estado Nacional unificado, mas, um conjunto de Estados com diversas representações políticas e dominação da nobreza fundiária.

A economia alemã foi dando tímidos sinais de crescimento com o desenvolvimento das indústrias metalúrgica, de bens de consumo e de transporte. Esse avanço fez com que o proletariado crescesse e o número de camponeses fosse reduzido. Neste contexto, a burguesia industrial começou a retomar suas pautas, entrando em conflito com a nobreza feudal.

Entretanto, os movimentos de luta da burguesia ainda apresentavam debilidades e o proletariado ainda era principiante na luta política. Ficou então a cargo da intelectualidade jovem alemã nos anos de 1830-1840 o papel de relevo no defrontamento com a situação atrasada da Alemanha. Essa juventude era portadora de um rico legado cultural, no qual as concepções de Hegel eram dominantes. Mas, dentro do sistema hegeliano havia uma cisão:

⁸⁰ O Antigo Regime ou Ancien Régime (do francês) refere-se originalmente ao sistema social e político aristocrático estabelecido na França, sob as dinastias de Valois e Bourbon, entre os séculos XIV e XVIII. Durante o Antigo Regime, a sociedade francesa encontrava-se dividida em três ordens, estamentos ou estados: o clero (Primeiro Estado), a nobreza (Segundo Estado) e o Terceiro Estado, que representava a burguesia, os artesãos e trabalhadores urbanos e os camponeses. Cada Estado tinha direito a um voto nas decisões das assembleias (Estados Gerais). Essa divisão era considerada injusta, pois a nobreza e o clero, que nesse sistema tinham direito a um voto cada, compunham na verdade um só grupo, já que o Estado era vinculado à Igreja Católica na época.

A 'cisão' [...] é a que opunha os hegelianos que se apegavam ao sistema de Hegel (no qual cabia perfeitamente a ideia de um "fim da história", assinalada no plano político pela aceitação do Estado prussiano como um "Estado racional") àqueles que se agarravam ao método do mestre (para o qual o movimento, inclusive o da história, era imparável) – os primeiros constituíam a direita hegeliana; os segundos, a esquerda hegeliana. (NETTO, 2008, p.14, grifo do autor)⁸¹.

A miséria alemã foi enfrentada pelos jovens intelectuais hegelianos, que perceberam no terreno filosófico perpassado pela religião o caminho para o confronto com as instituições sócio-políticas da Alemanha. As ideias desses jovens, representados por Bruno Bauer, foram animadas por um espírito liberal que denotava ousadia naquele ambiente servil.

Quando Bauer ministrou um curso na universidade de Berlim, Marx o assistiu e dele se aproximou, participando ambos do Clube dos Doutores. Bauer, nove anos mais velho que Marx, era um conhecido intelectual e brilhante aluno de Hegel. Tomou uma postura liberal no plano religioso e político, sendo alvo de protestos por parte dos velhos hegelianos. Os jovens hegelianos e o Clube dos Doutores foram caçados e Bauer exonerado do cargo de professor da Universidade de Berlim. Com obras publicadas entre 1841-1842, Bauer rompe com a religião, mas, isso não o leva ao Materialismo. "Sua crítica ao cristianismo estava fundada num racionalismo idealista que concebia a história como criação de uma 'consciência universal' que avança na medida em que é impulsionada pela crítica filosófica." (p.16 - ver nota 3).

A obra renovadora de Bauer continha limitações em dois pontos: a proposta de liberdade no plano puramente espiritual e a ilusão dos liberais de contar com o apoio estatal na luta contra a miséria alemã.

Ao intensificar sua crítica à religião, Bauer foi se tornando radicalmente liberal, mas as perseguições que sofreu reduziram suas preocupações políticas a especulações fantasiosas e a um cristianismo abstrato. Nos anos posteriores a 1849, Bauer caiu em decadência e sua influência desapareceu, tornando-se em seus últimos anos profundamente conservador.

Neste texto, quando Marx faz a crítica a Bauer, encontra-se num momento intelectual em definição: troca o curso de Direito pelo de Filosofia e alinha-se com a esquerda hegeliana.

Sem ver perspectivas na vida acadêmica em razão das perseguições políticas, Marx decidiu-se pelo jornalismo, trabalhando na Gazeta Renana, onde assumiu a direção editorial.

⁸¹ Fragmento retirado do prólogo à edição brasileira de Para a Questão Judaica (Expressão Popular, 2009).

Nesse jornal, Marx faz algumas constatações:

[...] de um lado, percebe [...] que nos conflitos políticos estão em jogo interesses econômico-sociais colidentes e que o papel arbitral e neutro do Estado é uma aparência; de outro, verifica a vacilação e a covardia da burguesia liberal, que prefere os conchavos e os acordos à luta consequente pelos seus proclamados ideais de liberalismo. (NETTO, 2008, p.19).⁸²

Diante de suas descobertas, Marx constata a debilidade do liberalismo e a incapacidade da filosofia hegeliana em contemplar os problemas históricos concretos.

Neste mesmo momento surgem duas novas influências intelectuais para Marx: Ludwig Feuerbach (1804-1875) – suas obras fazem Marx transitar definitivamente para o materialismo – e Moses Hess (1812-1875), que despertou o interesse de Marx pelos movimentos anticapitalistas.

Em Outubro de 1843, Marx se casou e se fixou em Paris passando por um momento decisivo de sua trajetória intelectual. Estudou teoria política e iniciou sua crítica da filosofia de Hegel, sobretudo da sua teoria de Estado. A partir de então, Marx se assumiu como um comunista. Neste momento resoluto, Marx escreve *Para a Questão Judaica*, onde evidencia sua negação ao liberalismo. Aqui, Marx encontra-se numa vertente democrática radical em curso para uma futura perspectiva revolucionária, quando romperá definitivamente com as ideias de Bruno Bauer.

Em *Para a Questão Judaica*, entretanto, há entre Marx e Bauer apenas discordâncias. A obra trata da condição cívico-política dos judeus na Alemanha, o que também está ligado à situação miserável do povo alemão.

Quando a Confederação Germânica é estabelecida, fica decretado o Estado cristão e aos judeus é vedado o direito ao exercício das funções públicas que outrora possuíam.

Nos anos de 1840, entrou em pauta a questão judaica encabeçada pelos liberais e liderada por Bauer. Seu ponto de argumentação parte da ideia de que é o caráter religioso do Estado que impede a emancipação dos homens.

A liberdade universal ainda não é, na França, lei, a questão judaica também ainda não está resolvida, porque a liberdade legal – [a de] que todos os cidadãos [Bürger] são iguais – está limitada na vida (que ainda está dominada e fracionada pelos privilégios religiosos) [...] (BAUER apud MARX, 2009, p.43).

⁸² Ver nota 3.

Bauer, por consequência, acredita ser inconsistente a reivindicação dos judeus em querer que o Estado abra mão de sua filiação religiosa se eles mesmos não estão dispostos a isso. Assim, Bauer, desqualifica a luta dos judeus por sua emancipação e coloca o cristianismo como religião de caráter universal e o judaísmo como religião particular, o que inabilita o povo judeu para a emancipação.

A solução proposta por Bauer é a renúncia da religião por cristãos e judeus em favor de um racionalismo ilustrado e idealista. Bauer dá à questão judaica um tratamento religioso.

Teria de ser suprimido todo o privilégio religioso, em geral (portanto também o monopólio de uma igreja privilegiada), e se alguns, ou muitos, ou mesmo a esmagadora maioria, ainda acreditassem ter de cumprir deveres religiosos, este cumprimento teria de lhe ser concedido como pura coisa privada. Não há mais religião quando não há mais nenhuma religião privilegiada. (BAUER apud MARX, 2009, p.43).

Marx, ao contrário, confere um tratamento político à questão judaica. A crítica de Marx a Bauer inicia-se por determinar que tipo de emancipação está em xeque. “Não basta de modo algum investigar quem deve emancipar, quem deve ser emancipado. A crítica tinha uma terceira coisa a fazer. Tinha de perguntar: de que espécie de emancipação se trata?” (MARX, 2009, p.44, grifo do autor).

Marx defende que a emancipação política concedida pelo Estado laico não significará a emancipação do homem da religião: “O Estado pode, portanto, ter se emancipado da religião, mesmo quando a esmagadora maioria ainda é religiosa” (Ibidem, p.48, grifo do autor). Para Marx, a conquista da emancipação política dos judeus não os obriga a renunciar sua religião e sua cultura, mas, emancipados politicamente, não só os judeus, mas todos os membros da sociedade permanecerão cativos humanamente. Para Marx, o deslocamento da religião do campo do Estado para o campo privado da sociedade civil, essa cisão do público e do privado, serve de complemento para a emancipação política, ou seja, essa divisão do cidadão e do homem religioso é a própria emancipação política, é a forma como politicamente um homem se emancipa da religião (p.53).

Assim, a emancipação humana não está diretamente ligada à emancipação religiosa:

A emancipação política relativamente à religião não é a emancipação consumada, a [emancipação] desprovida de contradição, relativamente à religião, porque a emancipação política não é o modo consumado, o [modo] desprovido de contradição, de emancipação humana. (MARX, 2009, p.48, grifo do autor).

Marx também afirma que Estado e religião são compatíveis:

A religião é, precisamente, o reconhecimento do homem por um atalho. Por um mediador. O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem. Assim como Cristo é o mediador a quem o homem imputa sua divindade, todo o seu constrangimento religioso, também o Estado é o mediador para o qual ele transfere toda sua não-divindade, toda sua ingenuidade humana. (MARX, 2009, p.49, grifo do autor).

Em sua argumentação, Marx evidencia a expressão moderna do Estado como repressão alienada dos interesses gerais em detrimento das particularidades (e é assim que o Estado se estabelece como universalidade), retratando sua dinâmica de funcionamento:

O Estado político completo é, pela sua essência, a vida genérica do homem em oposição à sua vida material. Todos os pressupostos dessa vida egoísta continuam a subsistir fora da esfera do Estado na sociedade civil, mas como propriedades [Eigenschaften] da sociedade civil. Onde o Estado político alcança o seu verdadeiro desabrochamento, o homem leva – não só no pensamento, na consciência, mas na realidade, na vida – uma vida dupla, uma [vida] celeste e uma [vida] terrena: a vida na comunidade política (em que ele se [faz] valer como ser comum) e a vida na sociedade civil (em que ele é ativo como homem privado, considera os outros homens como meio, se degrada a si próprio à [condição] de meio, e se torna o brinquedo de poderes estranhos). O Estado político comporta-se precisamente para com a sociedade civil de um modo tão espiritualista como o Céu para com a Terra. Está na mesma oposição a ela, triunfa dela do mesmo modo que a religião [triumfa] do constrangimento do mundo profano – i. e., na medida em que ele igualmente tem que reconhecê-la, estabelecê-la de novo, [tem igualmente] que deixar de ele próprio se dominar por ela. O homem, na sua realidade mais próxima, na sociedade civil, é um ser profano. Aqui onde ele se [faz] valer a si próprio e aos outros como indivíduo real – é um fenômeno não-verdadeiro. No Estado, ao contrário – em que o homem vale como ser genérico -, ele é o membro imaginário de uma soberania imaginada, é roubado da sua vida individual real e repleto de uma universalidade irreal. (MARX, 2009, p.50-51, grifo do autor).

Mais adiante, Marx considera que a emancipação política, mesmo sendo um avanço, uma forma de liberdade superior a da ordem feudal, não é ainda a emancipação humana.

Toda a emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, a indivíduo egoísta independente; por outro, a cidadão, a pessoa moral.

Só quando o homem individual retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais -, se tornou ser genérico, só quando o homem reconheceu e organizou suas forças próprias [forças próprias] como forças sociais e, portanto, não separa mais de si a força social na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana. (MARX, 2009, p.71, grifo do autor).

Quando Marx escreveu Para a Questão Judaica ainda não tinha realizado uma análise rigorosa do capitalismo. Mas, já naquele momento, Marx percebeu o fetichismo que estava por trás da mercadoria dinheiro, que lhe apareceu como o espírito do capitalismo, o qual, já reconhecia Marx, é incompatível com qualquer ideal humanista.

Com base na leitura desta obra, podemos perceber que a Política, segundo Marx, não é uma esfera neutra diante dos conflitos econômico-sociais, o Estado toma partido de uma das classes sociais: a classe dos proprietários.

A emancipação na esfera da política, segundo Marx, contém em si contradições, pois, só é capaz de separar o cidadão genérico do homem privado, fazendo com que os interesses universais dos homens sejam reprimidos e condensados nos interesses particulares dos cidadãos. É por este mecanismo que a esfera do Estado aparece falsamente como lugar do universal, obscurecendo sua face de defensora dos interesses particulares.

3.1.2 Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social”, de um prussiano (1844)

Continuando nossa análise acerca do pensamento marxiano sobre Política, temos o pouco conhecido texto Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social” de um prussiano, tornado público entre os dias 7 e 10 de Agosto de 1844 – mesma época de publicação da obra Para a Questão Judaica. Neste texto, a tese central defendida por Marx é a de que o Estado mantém uma dependência ontológica em relação a sociedade civil.

No ano de 1844, Marx conheceu a Liga dos Justos (que mais tarde tornar-se-ia Liga dos Comunistas) e iniciou a proveitosa amizade com Friedrich Engels. Além de Glosas Críticas, Marx também escreveu neste ano os Manuscritos Econômico-filosóficos. Por causa da obra Glosas Críticas, a pedido do governo prussiano, Marx é expulso da França em 1845. Mudou-se, então, para Bruxelas, onde escreveu o primeiro trabalho em parceria com Engels: A Sagrada Família. Ainda em 1845, a dupla começou a redigir A Ideologia Alemã e Marx elaborou As Teses sobre Feuerbach.

Conforme já esclarecido anteriormente, nesta conjuntura histórica a Alemanha encontrava-se atrasada política e socialmente. O movimento da burguesia ainda era fraco, mas lutava para se livrar do jugo feudal. As ideias de democracia, Estado e atividade política estavam na ordem do dia nos debates dos intelectuais burgueses. Marx, neste momento de sua trajetória intelectual, acentua seus pensamentos no âmbito filosófico – o que o faz se perguntar pelo fundamento ontológico do homem e chegar à conclusão de que o trabalho é o fundamento do ser social -, para mais tarde se centrar nos estudos da economia política.

No mês de junho de 1844 eclodiu na província alemã de Silésia uma revolta de

trabalhadores direcionada a banqueiros e industriais contra as condições degradantes de trabalho na tecelagem em que trabalhavam. Segundo Arnold Ruge (o prussiano), os trabalhadores se revoltaram porque se sentiam postos à parte da comunidade política. Para Marx (2010, p.75), entretanto,

[...] a comunidade da qual o trabalhador está isolado é uma comunidade inteiramente diferente e de uma outra extensão que a comunidade política. Essa comunidade, da qual é separado pelo seu trabalho, é a própria vida, a vida física e espiritual, a moralidade humana. A essência humana é a verdadeira comunidade humana.

A revolta dos trabalhadores foi violentamente reprimido pelo rei da Prússia, Frederico Guilherme IV. O episódio repercutiu enormemente na Alemanha e também fora do país por representar o primeiro movimento de revolta de trabalhadores alemães.

Diante destes fatos, Ruge escreve um artigo no jornal *Vorwärts!* (do alemão, Avante!) e sua principal afirmação é a de que a sociedade alemã ainda não percebeu o caráter universal da necessidade de uma reforma social porque é atrasada politicamente: “É impossível, para um país não político como a Alemanha, compreender que a miséria parcial dos distritos industriais é uma questão geral e muito menos que representa um problema para o conjunto da sociedade.” (RUGE apud MARX, 2010, p.42). Sobre isso, o professor Ivo Tonet, ao escrever a apresentação das Glosas, comenta que:

O equívoco metodológico consiste, pois, em tomar a esfera da política, que é parte, momento da totalidade social, como princípio, como fundamento da inteligibilidade dos fenômenos sociais. A pretexto de defender a autonomia dos diversos momentos do ser social e de evitar o economicismo, a ciência burguesa suprimiu os nexos íntimos, essenciais, entre economia e política, e a subordinação ontológica da segunda à primeira. (2010, p.16, grifo do autor).

Marx direciona duras críticas àquele posicionamento de Ruge, fazendo comparações com países avançados politicamente como a Inglaterra e a França: “(...) se a burguesia não política da Alemanha é incapaz de tomar consciência da importância universal de uma miséria parcial, a burguesia da política Inglaterra é capaz de desconhecer a importância universal de uma miséria universal (...)” (MARX, 2010, p.50). Marx afirma que assim como a ciência social burguesa, a Economia Política, atribui os males sociais a diversos motivos, sem chegar à raiz da questão, o pensamento político também não é capaz de perceber a razão dos problemas sociais.

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e a compreendê-los o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais. (MARX, 2010, p.62).

Marx assinala que a revolta dos trabalhadores silesianos traz à luz a diferenciação entre os pólos político (perspectiva burguesa) e social (expressão do trabalho): “Com efeito, assim como a impotência da burguesia alemã é a impotência política da Alemanha, assim a disposição do proletariado alemão – ainda que prescindindo da teoria alemã – é a disposição social da Alemanha.” (MARX, 2010, p.70).

Neste texto, no que diz respeito ao Estado, quatro proposições são colocadas:

(1) Estado e sociedade civil mantém uma relação de dependência ontológica: “Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo.” (MARX, 2010, p.60);

(2) O Estado está voltado para os interesses das classes dominantes: “Se o Estado quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela” (MARX, 2010, p.61);

(3) O Estado não tem poder para acabar com os males sociais: “O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição” (MARX, 2010, p.60);

(4) O Estado deve ser abolido:

A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações - é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 2010, p.78).

É em Glosas Críticas que Marx traz pela primeira vez a diferenciação entre revolução política e revolução social. Para o pensador, a revolução política consiste apenas na busca de

determinadas classes pelo fim do isolamento político do Estado e do poder, assim sendo, encerra o ponto de vista de uma totalidade abstrata. Já a revolução social traz o prisma da verdadeira totalidade, uma vez que é a luta do homem, enquanto indivíduo singular real, contra sua desumanização e separação da comunidade humana.

Ao realizar a leitura deste texto percebemos que Marx, por todos os argumentos que apresenta, é levado a asseverar que a revolução socialista deve começar pela tomada do poder político e que a sociedade comunista não pode vir a existir sem a destruição do Estado.

Para Marx, o intelecto político é limitado e incapaz de compreender as razões dos males que afligem a sociedade porque pensa dentro do âmbito da política, sendo assim, fica pela lógica de seu pensamento, impossibilitado de ver que o Estado está na raiz dos males sociais.

Marx, em *Glosas Críticas*, deixa claro que a política é luta de uma determinada classe pelo poder, por isso mesmo é que os proletários para conquistarem o poder para si devem se valer da luta política, desvencilhando-se, entretanto, da política tão logo consigam colocar em evidência a alma social do seu movimento.

3.1.3 Manifesto do Partido Comunista (1848)

No ano de 1848, Marx é expulso de Bruxelas pelo governo belga. Junto com Engels, transfere-se para Colônia (Alemanha), onde fundam o jornal *Nova Gazeta Renana*. Em Londres, foi publicada a primeira edição do *Manifesto Comunista*

Nesta primeira metade do século XIX, Marx e Engels entram na Liga dos Justos⁸³ num momento em que essa reexaminava seus referenciais políticos e ideológicos. Netto, em sua apresentação à obra em questão, afirma que:

Com efeito, em nível histórico-universal, a primeira metade do século XIX constitui o espaço em que a dinâmica econômico-social posta em marcha pela burguesia heroica e empreendedora dos dois séculos anteriores configura a sociedade civil e o Estado segundo os seus particulares interesses de classe, apresentados como interesses gerais na luta contra as barreiras anticapitalistas herdadas e próprias da sociedade feudal. Trata-se do espaço histórico em que o desenvolvimento capitalista

⁸³ A Liga dos Justos, derivada da liga dos Proscritos criada dez anos antes, era uma associação de trabalhadores, principalmente artesãos alemães emigrados, e se caracterizava por confusas concepções: conspirativismo e mistura de filosofia alemã, socialismo francês e utopismos.

liquida ou subordina as instituições econômicas precedentes e engendra as suas próprias instituições sócio-políticas. Trata-se, em suma, do coroamento da constituição da ordem societária comandada pelo movimento do capital, redefinindo radicalmente as relações sociais e de classes. (1998, p.XVIII, grifo do autor).

Em junho de 1847, no seu I Congresso, com a presença de Engels, a Liga se transformou radicalmente passando a se chamar Liga dos Comunistas, mudando a antiga palavra de ordem de “Todos os homens são irmãos” para “Proletários de todos os países, unidos!”. Era preciso então um programa de ações para a nova organização num momento histórico em que a questão operária estava na ordem do dia. Naquele momento, várias propostas foram formuladas.

Entre novembro e dezembro de 1847, no II Congresso da Liga dos Comunistas, Marx e Engels ficaram incumbidos de redigir o programa da Liga e a isso dedicaram-se no período de Dezembro de 1847 e Janeiro de 1848. Já em Fevereiro de 1848, três mil cópias do Manifesto foram impressas.

A 24 de Fevereiro de 1848 espalha-se por toda a Europa a revolução que teve como saldo imediato a derrota dos movimentos populares e democráticos. Os confrontos de 1848 traziam à luz a nova divisão de classes entre proprietários e proletários, resultantes da dominância burguesa sobre o regime feudal, lançando as bases para o desenvolvimento urbano industrial moderno – o qual é objeto de discussão no Manifesto.

Até então, frequentemente as demandas dos segmentos vinculados ao trabalho apareciam indistintas dos projetos burgueses, subsumidas na aspiração revolucionária da igualdade, da fraternidade e da liberdade. O trabalho, nos confrontos sócio-políticos, surgia também e ainda subordinado ao capital. É nas jornadas de 1848 que se patenteia o radical antagonismo entre ambos [...]. 1848, numa palavra, explícita, em nível histórico universal, a ruptura do bloco histórico que derruiu a ordem feudal: trouxe à consciência social o ineliminável antagonismo entre capital e trabalho, burguesia e proletariado. (NETTO, 1998, p.XIX, grifo do autor).

O protagonismo burguês centra-se no conservadorismo, na emancipação política e na figura do cidadão, ou seja, naquilo que era compatível com a lógica de acumulação e valorização do capital. A emancipação humana caberá apenas ao proletariado.

O significado de 1848 é precisamente este: com a derrota das aspirações democrático-populares, determinada pelo comportamento de classe da burguesia, o proletariado se investe, em nível histórico-universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico-concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. Assim, no plano prático-político, a revolução de 1848 tem um significado inequívoco: trouxe à cena sócio-política uma classe que, a partir daqueles confrontos, pode aceder à consciência dos seus interesses

específicos – viabilizou a emergência de um projeto sócio-político autônomo, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto-percepção classista do proletariado. (NETTO, 1998, p.XX, grifo do autor).

O Manifesto fica incumbido, então, da responsabilidade de ser o projeto sócio-político do proletariado, quando esse se reveste do estatuto de classe para si. No momento de sua elaboração, entretanto, é preciso ter clareza de que o pensamento econômico de Marx ainda estava por receber a maturidade demonstrada nos escritos d'O Capital.

No Manifesto, Marx e Engels já dispõem das referências teórico-metodológicas fundamentais com que trabalharão pelo resto de suas vidas – nele, a sua modalidade original de processar teoricamente o material histórico-social está posta; porém, a exploração e o tratamento desse material ainda distam muito do que obterão na sua trajetória ulterior. (NETTO, 1998, p.XXIV, grifo do autor).

O movimento operário não por acaso esteve no centro da produção de Marx e Engels, e sim, por consequência da sua concepção teórica, já que

Uma teoria social assentada numa ontologia do ser social que credita ao trabalho o fundamento da socialidade não tem no proletariado um elemento externo e contingente: identifica nele o sujeito concreto de sua razão de ser – donde a consequente ultrapassagem da subordinação política a que o proletariado parece estar condenado, donde o congruente protagonismo que lhe é conferido. (NETTO, 1998, p.XXVIII).

A redação do Manifesto mostra que a tradição teórico-cultural progressista deveria ser assumida pelo proletariado na busca por uma sociedade livre e emancipada. A filiação de Marx e Engels a este movimento operário promoveu uma profunda transformação nos seus rumos históricos.

Muito resumidamente, o núcleo duro da transformação promovida por ambos, ainda que o contributo pessoal de cada um deles tenha sido distinto, consiste em ter elaborado teoricamente a perspectiva de classe necessária para fundar o projeto comunista revolucionário. E é no Manifesto que, pela primeira vez, aparece plenamente este traço constitutivo do projeto comunista – traço que haverá de demarcar, visceralmente, a radicalidade revolucionária da inspiração marx-engelsiana de proporções reformistas (desenvolvidas no interior ou no exterior do universo proletário). (NETTO, 1998, p.XXXVI, grifo do autor).

O desenvolvimento da ordem burguesa e da economia capitalista até os anos de 1850 serviram de arranques para que a classe operária alcançasse seu protagonismo político, mas, isso só poderia se converter em efetividade por meio da atividade orientada destes homens. “No caso do proletariado, a perspectiva de classe só é revolucionária se se fundar numa correta compreensão da sociedade e de si mesmo; neste caso, a correção teórica é uma questão política de vida ou de morte para o protagonismo revolucionário do proletariado [...]” (NETTO, 1998, p.XLIV). No Manifesto três pontos distintos, mas, imbricados estão postos: a

perspectiva de classe, a análise teórica e a proposta política fundada na análise teórica.

No momento em que escreviam o Manifesto, Marx e Engels também já tinham clareza da importância das ações do sujeito social (classista) na história: “Compreendiam que a ação política eficaz não podia derivar unilateralmente da 'vontade do sujeito' nem da sua passividade diante do movimento social; ao contrário, a ação política eficiente deveria ultrapassar as antíteses do 'voluntarismo' e do 'fatalismo' [...]” (NETTO, 1998, p.XLVIII).

Já no texto do Manifesto, Marx e Engels se referindo ao espetacular desenvolvimento da burguesia após suplantado o regime feudal, afirmaram que, com o fim da monarquia absoluta, a burguesia, ademais as outras conquistas (estabelecimento da grande indústria e domínio do mercado mundial), conseguiu também o poderio político: “O executivo do Estado moderno não é mais do que um comitê para administrar os negócios coletivos de toda a classe burguesa.” (MARX; ENGELS, 1998, p.7). A centralização política decorre disto, aliada à centralização dos meios de produção e da propriedade: “Províncias independentes, quase apenas aliadas, com interesses, leis, governos e direitos alfandegários diversos, foram reunidas numa nação, num governo, numa lei, num interesse nacional de classe, numa fronteira alfandegária” (MARX; ENGELS, 1998, p.10, grifo do autor). Assim, a burguesia estabelece seu domínio econômico e político.

Marx e Engels falam no Manifesto da tendência que o capitalismo traz (desenvolvimento da grande indústria) à união dos proletários de todos os lugares enquanto classe, partido político, e não mais como operários singulares, o que pode levar à luta dessa classe contra a burguesia, e afirmam: “todas as lutas de classes são lutas políticas” (MARX; ENGELS, 1998, p.16). Assim, segundo Marx e Engels,

O proletariado utilizará o seu domínio político para ir arrancando todo o capital das mãos da burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado como classe dominante, e para aumentar o mais rápido possível a massa das forças produtivas. (MARX; ENGELS, 1998, p.29-30).

O referido domínio político do proletariado será de natureza diferente do domínio político exercido pela burguesia porque será um movimento autônomo da imensa maioria da população em favor também da imensa maioria.

Com a revolução proletária e a passagem do proletariado à classe dominante, ter-se-á a conquista da democracia pela luta revolucionária do proletariado. Com o passar do tempo,

segundo Marx e Engels, as diferenças de classes desaparecerão, os indivíduos se associarão e o poder público se livrará de seu caráter político, já que: “Em sentido próprio, o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra” (MARX; ENGELS, 1998, p.31).

Ao final do confronto de classe, a velha forma de sociabilidade burguesa será substituída pela associação dos indivíduos “em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (Ibidem, p.31).

Aqui, mais uma vez, Marx e Engels deixam claro que o proletariado deve se utilizar da luta política para poder pôr em marcha a construção de uma sociedade igualitária, comunista, mas, diferenciam a tomada do poder político pela burguesia daquela realizada pelo proletariado, assinalando que esse se organizará num movimento representado os interesses da maioria da população em detrimento dos interesses na minoria burguesa, o que contrasta com o poder político nas mãos da burguesia, que nada mais é que o exercício da tirania de uma pequena parte da população sobre a imensa massa proletária. Fica claro aqui que o poder político é o poder de opressão de uma classe contra a outra, sendo assim suas ações são parciais e nunca universais.

3.1.4 As lutas de classe na França de 1848 a 1850 (1850)

Nesta obra, que é originalmente uma série de artigos políticos organizados sob um título único, Marx, que durante o período revolucionário de 1848-1849 estava exilado em Londres, vai analisar post festum estes dados de realidade com base em sua concepção materialista da história, percebendo os acontecimentos políticos à luz de suas causas econômicas, tendo como plano de fundo a relação entre as classes sociais e o vislumbre de que a verdadeira luta girava em torno da disputa do Estado.

Na Primavera de 1850, Marx se dedicou a estudar a economia dos dez últimos anos, percebendo que a crise comercial mundial de 1847 foi a parteira das revoluções de Fevereiro (iniciada dia 24 na França) e Março (dia 13 em Viena e dia 18 em Berlim) de 1848, enquanto o novo período de crescimento econômico de 1849-1850 foi a força de que se precisava para acabar com os anseios revolucionários, culminando no Golpe de Estado de Luís Bonaparte em 2 de Dezembro de 1851.

Após a breve vitória do proletariado em 1848, as massas, embora irreprimíveis, ainda

não tinham idéia de que caminho seguir a partir de então, não compreendiam o verdadeiro sentido da emancipação buscada. Mas, este não era o principal entrave: a economia carecia ainda de um amadurecimento tal que permitisse o fim do modo de produção capitalista. A burguesia se colocava ao lado dos governos e saudava os soldados que reagiam contra os proletários. Para Engels, muitas lições deixou a revolução de 1848-1850:

Onde quer que se trate de transformar completamente a organização da sociedade, cumpre que as próprias massas nisso cooperem, que já tenham elas próprias compreendido de que se trata, o motivo pelo qual dão seu sangue e sua vida. Isto é o que nos ensinou a história dos últimos cinquenta anos. Mas para que as massas compreendam o que é necessário fazer é mister um trabalho longo e perseverante; [...] ([19], p.106).

Em As lutas de classe na França, Marx fala sobre as fraudes dentro do Estado francês que favoreciam, desviando quantias enormes de dinheiro, frações da burguesia banqueira que ocupavam cargos políticos durante o período da Monarquia de Julho, a qual tomou o poder depois da derrota da revolução.

A Monarquia de Julho, depois de toda a roubalheira, foi substituída por um governo provisório, também formado por representantes da burguesia republicana. Os proletários queriam do governo provisório a proclamação da república – e com ela, o sufrágio universal – e em Fevereiro foram ouvidos. Com a república, "O que o proletariado conquistava era o terreno para lutar pela sua emancipação revolucionária, mas, não, de modo algum, a própria emancipação (...)" (MARX, [19], p.117). Isto porque a República de Fevereiro de 1848 fez demonstrar a completa dominação política da burguesia e incorporava junto à aristocracia financeira todas as demais classes possuidoras. "A República não encontrou resistência alguma, nem de fora, nem de dentro. E isto a desarmou. Sua missão já não consistia em transformar revolucionariamente o mundo, mas, apenas, em adaptar-se às condições da sociedade burguesa" (MARX, [19], p.121).

A República, para se livrar do grande déficit de que padecia e proteger o capital, colocou sobre os ombros dos camponeses um novo imposto e estes passaram a vê-la de forma diferente, bem como ao proletariado, o qual lhes parecia um festeiro que as suas custas comemorava. A emancipação requerida pelo proletariado, bem como as promessas que lhe haviam sido feitas, também se converteram num fardo impossível de suportar para a República, era preciso então tirá-lo de cena. A saída encontrada foi opor uma fração proletária à outra. Contra os proletários se insurgiram os lupemproletários sob a forma de Guardas-móveis e um exército operário industrial, as Oficinas Nacionais. Mas, essas últimas não

cumpriram sua função, transformando-se num exército para a revolta a favor do proletariado e, por isso, ganharam o ódio da burguesia.

Cada vez ficava mais clara para Marx a verdadeira natureza da República:

A República proclamada pela assembleia Nacional, a única República legítima, é a República que não apresenta nenhuma arma revolucionária contra a ordem burguesa. Pelo contrário, é a reconstituição política dessa ordem, a reconstrução política da sociedade burguesa, numa palavra, a República burguesa. ([19], p.128).

Logo os operários foram empurrados pelas circunstâncias para a luta contra burguesia, uma vez que perceberam como ilusória qualquer melhoria de suas condições de vida dentro da República burguesa. "Ao transformar a sua sepultura em berço da República burguesa, o proletariado obrigara esta, ao mesmo tempo, a manifestar-se na sua forma pura, como o Estado cujo fim confessado é eternizar a dominação do capital e a escravidão do trabalho [...]" (MARX, [19], p.131).

A 25 de Junho explode a Revolução comandada pela burguesia republicana e essa ao chegar ao poder, esmagando os operários, logo tratou de tomar medidas a seu favor, sempre no intento de salvar a propriedade privada. Isso não favoreceu, entretanto, os pequenos burgueses endividados, aos quais eram direcionadas as garras de seus credores. Assim, surge uma declaração aberta de guerra contra o republicanismo burguês.

Os camponeses, para os quais a República representava o arrecadador de impostos, insurgiram-se contra ela a 10 de Dezembro de 1848. Tentaram derrubar a República dos ricos e colocar Napoleão como seu imperador. Para isso, receberam apoio dos proletários e da pequena burguesia, ambos interessados na volta de Napoleão. O exército também votava em Napoleão, contra a Guarda Móvel. Votar em Napoleão, em última instância, significava votar contra a República burguesa. A 20 De Dezembro Luís Napoleão é proclamado presidente. Mas, com a proposição de seus ministérios, a 27 de dezembro, de conservação do imposto do sal, a figura heróica de Napoleão logo se desfez diante dos camponeses. A Constituinte, para manter a simpatia dos camponeses, reduziu a um terço o imposto do sal.

Com a vitória de Napoleão, a Constituinte e o Ministério passaram a disputar poder entre si. No fim, a Assembleia Constituinte é destruída e a 28 de Maio a assembleia Legislativa é colocada em seu lugar. O Partido da Ordem (classe burguesa), em disputa com o Partido Vermelho (operários e pequenos burgueses) e com Os Amigos da Constituição

(republicanos burgueses), acaba conseguindo a maioria na Assembleia Legislativa.

Com a Assembleia Nacional legislativa completou-se a formação da República constitucional, isto é, da forma republicana de governo em que se constitui a dominação da classe burguesa e, portanto, a dominação conjunta das duas grandes frações monárquicas que compõem a burguesia francesa: os legitimistas e os orleanistas coligados, o partido da ordem. (MARX, [19], p.159, grifo do autor).

Em As lutas de classes na França, acreditamos existir um ponto interessante a ressaltar nas considerações de Marx acerca da República proclamada na França, a qual denomina como sendo uma nova consolidação da política voltada para os interesses da burguesia. E ainda que a tarefa do Estado é eternizar a relação de dominação do capital sobre o trabalho.

3.1.5 O 18 Brumário (Dezembro de 1851 a Março de 1852)

Em 1851, Marx dedicou-se intensamente aos estudos de Economia na biblioteca do Museu Britânico. Recebeu e aceitou a proposta de trabalho como redator do jornal New York Daily Tribune. E foi publicado em Colônia, por intermédio do editor Hermann Becker, o tomo Ensaios Escolhidos de Marx. No ano seguinte, 1852, finalizou o conjunto de artigos reunidos sob o título de O 18 brumário de Luís Bonaparte.

Nesta obra, Marx, com seu profundo conhecimento da história francesa, narra acontecimentos que culminaram com um golpe de Estado na França feito por Luís Napoleão. Neste e em outros textos, a dialética é apresentada como teoria do conhecimento e modo de ser do real. Aqui estão colocadas a teoria da luta de classes e suas diferentes manifestações diante dos acontecimentos, essa luta de classes que, segundo Marx, “ (...) criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói (...)” (1978, p.8).

A concepção de Marx acerca do Estado aparece nesta obra contrariando a ideia dominante de que o mesmo representa a vontade geral e enfatizando sua relação com os interesses das classes dominantes.

Êsse poder executivo, com sua imensa organização burocrática e militar, com sua engenhosa máquina do estado, abrangendo amplas camadas com um exército de funcionários totalizando meio milhão, além de mais meio milhão de tropas regulares, êsse tremendo corpo de parasitas que envolve como uma teia o corpo da sociedade francesa e sufoca todos os seus poros, surgiu no tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar. Os privilégios senhoriais dos senhores de terras e das cidades transformaram-se em outros tantos atributos do poder do Estado [...] (MARX, 1978, p.113, sic).

São discutidos também na obra o envolvimento do exército na política e, ainda, a manifestação dos ideais da social-democracia (na época, uma coalizão entre pequenos burgueses e operários).

O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio de não acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar êsse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Êsse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia. (MARX, 1978, p.48, sic).

As diversas ligações recíprocas entre economia e política estão aqui esboçadas, além da relação entre modo de produção, relações de produção e ideologia.

No livro, Marx relata os acontecimentos na França que vão desde Fevereiro de 1848 até Dezembro de 1851, iniciando com o período da Constituição da República, passando pela ditadura burguesa e, posteriormente, pela eleição de Bonaparte para presidente em 10 de Dezembro de 1848, com o fim da Assembleia Constituinte e criação da Assembleia Legislativa. Chega à República Constitucional e finalmente à 2 de Dezembro de 1851, quando Bonaparte sai vitorioso de um Golpe de Estado, acabando com o regime parlamentar. A burguesia, pressionada pela intensidade da luta de classes, deixa ela mesma de exercer seu mando direto sobre as principais instâncias do Estado e transfere esse mando para um poder militar que, em última instância, tentará de todas as formas assegurar o funcionamento da sociedade burguesa.

Neste período da história francesa, a burguesia, a pequena-burguesia, os proletários e os camponeses estavam envolvidos numa longa trama política. Não obstante, a pequena-burguesia, a burguesia, ocupando cargos dentro do Estado e o presidente Bonaparte é que se enfrentavam todo o tempo lutando por seus interesses. As diferentes frações da burguesia entravam constantemente em conflito para verem o poder do Estado a serviço de seus rendimentos comerciais. Neste momento histórico, o sufrágio universal foi abolido, novos impostos foram colocados para a população; dentro da esfera do Estado a pequena-burguesia, a burguesia, representados por seus respectivos partidos políticos, e Napoleão iam criando mecanismos sob a forma de leis para verem seus negócios prosperarem.

E tôdas as instituições do Estado, o Senado, o Conselho de Estado, o legislativo, a Legião de Honra, as medalhas dos soldados, os banheiros públicos, os serviços de utilidade pública, as estradas de ferro, o état major (estado-maior) da Guarda Nacional com a exceção das praças, e as propriedades confiscadas à Casa de Orléans – tudo se torna parte da instituição do suborno. Todo pôsto do exército ou na máquina do estado converte-se em meio de suborno. (MARX, 1978, p.125, sic).

Nesta obra, Marx sustenta duas importantes teses: a primeira é a de que o Estado não é representante de uma vontade universal, mas, sim, de interesses particulares da burguesia. E (segunda tese) para que sua função última seja cumprida é necessário que a corrupção e o suborno sejam a ordem do dia dentro do máquina estatal, tendo em vista que o Estado tem por intenção manter, para a massa da população, a imagem de que é o seu representante maior, enquanto isso, dentro de seu aparelho burocrático, dentro das instituições do Estado, tudo se torna um meio para o roubo velado e para o favorecimento das frações burguesas.

3.1.6 A Guerra Civil em França (1871)

Em A Guerra Civil em França, Marx anuncia acontecimentos relacionados com a luta de classes entre burgueses e proletários franceses e com a recorrente tentativa dos primeiros desarmarem os segundos, por lhes parecerem sempre uma ameaça. Os operários se ergueram contra as medidas tomadas pelo governo para o seu desarmamento e contra a iniciativa da guerra Franco-prussiana.

A 26 de Março de 1871, a Comuna de Paris, mais importante luta operária do período em que Marx e Engels viveram, é proclamada, tomando várias resoluções em favor dos proletários. Tudo isso numa Paris cercada por tropas do governo. Mas, o que era a Comuna? Marx nos responde que:

[...] ela era uma forma política inteiramente expansiva, ao passo que todas as formas anteriores de governo têm sido marcadamente repressivas. Era este o seu verdadeiro segredo: ela era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a apropriadora, a forma política, finalmente descoberta, com a qual se realiza a emancipação econômica do trabalho. (1984, p.68-69).

A Comuna se dividia em dois polos: os blanquistas (maioria) e os membros da Associação Internacional dos Trabalhadores – os proudhonianos. Os primeiros, responsáveis pelos atos políticos; os segundos, pelos econômicos. A Comuna, contrariando as ideias de blanquistas e proudhonianos acabou por basear suas ações na organização da grande indústria em associações operárias - sendo estas unificadas numa grande federação - e na organização nacional constituída pela livre federação de todas as comunas. O poder dos operários, sabia a

Comuna, não poderia ser exercido no seio das velhas relações de poder e, por isso, era necessário o rompimento com a forma burguesa do Estado.

Em que consistia a qualidade característica do Estado, até então? A sociedade tinha criado originalmente os seus órgãos próprios, por simples divisão do trabalho, para cuidar dos seus interesses comuns. Mas estes órgãos, cuja cúpula é o poder de Estado, tinham-se transformado com o tempo, ao serviço dos seus próprios interesses particulares, de servidores da sociedade em senhores dela. Como se pode ver, por exemplo, não meramente na monarquia hereditária, mas igualmente na república democrática. (ENGELS, 1984, p.21).

Nesta obra, Marx mostra que os operários franceses, ingleses e alemães se dão as mãos, opondo-se às iniciativas de guerra entre a França e a Prússia. Para Marx, todas as guerras de rapina (marcadas pelo roubo) eram motivadas pelos interesses das classes dominantes e também tinham o intuito de enfraquecer o movimento proletário revolucionário.

A 18 de Março a Comuna - os proletários, o auto-governo dos produtores – ergue-se sobre Paris contra os abusos do poder governante. Diante disso, Marx afirma que

Mas a classe operária não pode apossar-se simplesmente da maquinaria do Estado já pronta e fazê-la funcionar para os seus próprios objetivos.

O poder centralizado do Estado, com seus órgãos onnipresentes: exército permanente, polícia, burocracia, clero e magistratura – órgãos forjados segundo o plano de uma sistemática e hierárquica divisão de trabalho – tem origem nos dias da monarquia absoluta, ao serviço da classe média nascente como arma poderosa nas suas lutas contra o feudalismo. [...] Do mesmo passo em que o progresso da indústria moderna desenvolvida, alargava, intensificava o antagonismo de classe entre capital e trabalho, o poder de Estado assumia cada vez mais o carácter do poder nacional do capital sobre o trabalho, de uma força pública organizada para a escravização social, de uma máquina de despotismo de classe. Depois de qualquer revolução que marque uma fase progressiva na luta de classes, o carácter puramente repressivo do poder de Estado abre caminho com um relevo cada vez mais acentuado. (1984, p.62-63, sic).

A ofensiva armada do governo, traições e negligências da Guarda Nacional fizeram com que os comunardos fossem vencidos.

Neste texto, segundo Marx, o Estado, voltado para seus (da burguesia) interesses particulares, deixou de estar a serviço da sociedade para se colocar como uma força acima dela. Marx afirma que em virtude dessa natureza da política enquanto força de opressão de uma classe pela outra, os proletários devem partir para a conquista do poder político, mas, não simplesmente se apossando da máquina estatal, pois esta, tal como se encontra erguida não pode servir a outra classe que não a dos burgueses, colocando-se como um poder nacional de escravização social do capital sobre o trabalho. É preciso que, tão logo os proletários tomem o poder político em suas mãos, comecem por modificar os órgãos que constituem o poder

centralizado do Estado, conforme fez a Comuna em suas medidas, transformando-o em um instrumento de superação da ordem social do capital, com os objetivos fundamentais e articulados reciprocamente de (1) combater todas as instâncias do domínio burguês que fundamentam a produção e a reprodução do capital e de (2) contribuir para a objetivação de novas relações sociais não mais determinadas e mediadas pela valorização do capital.

Com base nessa primeira parte do capítulo, que versa sobre o conceito de Política em Marx, pudemos constatar que para tratar o tema da Política, muitas vezes, o autor se refere ao Estado, seja aquele da época da monarquia absoluta ou o Estado moderno burguês. Profundamente envolvido e interessado pelos acontecimentos que marcaram a sociedade de sua época, Marx foi, a partir dos dados de realidade que analisava, tecendo, alargando e complexificando sua teoria crítica sobre o Estado.

De acordo com os textos de Marx (e alguns de Marx e Engels) estudados, ficou-nos claro que o autor considera que à Política é vedada a possibilidade de neutralidade e que o Estado se coloca sempre a favor da classe economicamente dominante, ou seja, da classe burguesa. Já que o Estado não é representante de uma vontade universal, mas, sim, de interesses particulares, para que sua função seja cumprida sem o conhecimento (e a revolta daí decorrente) da população é necessário que a corrupção e o suborno estejam na ordem do dia no âmbito das ações do aparato estatal.

Marx e Engels afirmam no Manifesto que o Estado Moderno não é mais que um comitê de negócios dos proprietários burgueses. Assim, a burguesia não somente centraliza os meios de produção, mas, também, o poder político. Cabe, conseqüentemente, ao Estado a tarefa de perpetuar a dominação do capital sobre o trabalho.

Segundo Marx afirma no texto *Glosas Críticas*, o intelecto político é dotado de limitações e não compreende que o Estado nasce da contradição entre as classes sociais, a qual gera os males sociais. Sendo assim, o pensamento político não pode chegar à raiz dos problemas que afligem a sociedade sob pena de ter de condenar-se a si. Assim é que os intelectuais políticos, ou seja, aqueles que assumem o posto de vista da política, atribuem às mais diversas causas, inclusive aos seus adversários políticos, a culpa pela miséria que assola a vida dos trabalhadores.

De suas descobertas, Marx retira a conclusão de que a emancipação humana de todos

os indivíduos, o comunismo, não pode se dar sem a destruição do Estado. Entretanto, antes de destruí-lo, o proletariado deve conquistar para si o poder político, já que a política se constitui na dominação de uma classe pela a outra. A diferença deste movimento estará no fato de que a conquista do poder político pelo proletariado não será mais a dominação da maioria do povo pela minoria burguesa, mas, sim, a grande massa do povo no poder em detrimento dos mesquinhos representantes da burguesia. Marx deixa claro que no momento em que os proletários tomarem o poder político em suas mãos, devem começar a modificar os órgãos que constituem o poder centralizado do Estado, colocando-os a favor da classe produtora.

E, finalmente, assim que o proletariado puser em marcha a alma social de seu movimento, a partir do momento em que não houver mais classes sociais, o Estado será completamente abolido e a sociedade passará a ser regida pelo poder dos produtores associados, os quais promoverão uma substancial igualdade social.

Após esta incursão no pensamento marxiano acerca do Estado, passemos, finalmente, para o exame propriamente dito dos limites da ação do Estado em favor da classe proletária. Limites estes que começaram a ser apontados nos textos dos documentos do PNQ e do PLANSEQ analisados e que agora pretendemos desvelar de forma mais incisiva.

3.2 Os limites da ação do Estado em favor da classe proletária

Começamos esta parte de nosso estudo enfatizando que o mesmo tem como pressuposto a impossibilidade da neutralidade no processo de análise e desvendamento das relações que compõem a totalidade social, uma vez que esta é composta por classes sociais antagônicas. Deve-se, então, esclarecer que é privilegiado aqui o ponto de vista da classe proletária, ou seja, daquela classe de trabalhadores coletivos que produzem mais-valia e convertem a natureza em meios de produção e de subsistência, sem os quais nenhum tipo de sociedade poderia existir. Esta mesma classe a qual abriga os trabalhadores do setor sucroalcooleiro, público-alvo da política de qualificação profissional antes analisada.

O intuito da investigação realizada neste momento específico e, para nós, mais importante do trabalho é perceber quais os limites que as ações estatais apresentam em se tratando de atender efetivamente às demandas da classe proletária.

Assim, o percurso que escolhemos percorrer para a consecução de nosso objetivo foi o seguinte: acentuar o trabalho com fundamento do ser social, apresentar sinteticamente a

gênese do capital e do Estado, demonstrar a forma de funcionamento da engrenagem Capital-Estado e, por fim, diante das evidências postas, apontar o único horizonte que se põe para a classe proletária, a fim de que essa possa se libertar verdadeiramente da escravização assalariada.

3.2.1 Trabalho: categoria fundante do ser social

Os homens e mulheres que compõem as sociedades possuem necessidades – individuais ou coletivas – que para serem satisfeitas requerem a produção e a distribuição de bens, ou seja, de riqueza social. A atividade econômica configurada nesta produção e distribuição de produtos tem como base o trabalho, que se torna, então, indispensável para que a sociedade possa se manter e se reproduzir.

Toda a riqueza social é historicamente produzida quando homens e mulheres por meio do trabalho transformam matérias naturais em produtos que satisfarão suas necessidades.

Este trabalho realizado pela espécie humana é de natureza bastante diferente se comparado com a atividade engendrada por outras espécies animais. Vejamos as razões disto: (1) o trabalho requer a mediação de instrumentos (produzidos pelos próprios sujeitos que trabalham) entre a atuação do homem sobre a natureza:

A criação de instrumentos de trabalho, mesmo nos níveis mais elementares da história, coloca para o sujeito do trabalho o problema dos meios e dos fins (finalidades) e, com ele, o problema das escolhas: se um machado mais longo ou mais curto é ou não adequado (útil, bom) ao fim a que se destina (a caça, a autodefesa etc.). (NETTO; BRAZ, 2009, p.32, grifo do autor).

(2) Também são requeridos dos homens pelo trabalho habilidades e conhecimentos adquiridos pela experimentação e transmitidos pela linguagem e pelo aprendizado. Por fim, (3) as formas de o trabalho atender às necessidades humanas e essas próprias necessidades são variadas, a depender do desenvolvimento histórico das forças produtivas.

Tais características não se verificam nas atividades que a natureza determina, são, antes, uma nova forma de atividade própria de uma única espécie animal, a espécie humana.

O ato do trabalho se diferencia também porque é precedido por uma antecipação mental de suas finalidades, uma prefiguração do sujeito no que diz respeito aos resultados que almeja conseguir por meio do trabalho.

Não é importante saber em que medida o fim a ser alcançado corresponderá mais ou menos à idealização (prefiguração) do sujeito; importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir de um fim proposto pelo sujeito. (NETTO; BRAZ, 2009, p.32, grifo do autor).

Tal prefiguração é indispensável ao trabalho, que só se realiza quando aquela teleologia se objetiva, ou seja, no momento em que, pela ação concreta, a matéria natural é transformada. Tem-se, assim, que o trabalho se processa em meio a uma indissociável ligação entre os planos subjetivo e objetivo. Melhor dizendo, o sujeito prefigura as finalidades que serão objetivadas na transformação material da natureza pelo trabalho.

As experiências (ou saberes) imediatas que o trabalho oferece ao sujeito são por esse generalizadas e universalizadas através de um sistema de comunicação. Assim é que o trabalho tanto requer, como impulsiona a criação de uma linguagem articulada “que além de aprendida, é condição para o aprendizado. Através da linguagem articulada, o sujeito do trabalho expressa as suas representações sobre o mundo que o cerca” (NETTO; BRAZ, 2009, p.33, grifo dos autores).

A comunicação torna-se importante, ainda, pelo fato de que o trabalho sempre se configura como atividade coletiva, o que pressupõe que os conhecimentos necessários para realizá-lo devem também ser coletivizados. Tal transmissão de conhecimentos marca a atividade laborativa e confere a essa um caráter substantivamente social.

Como se pode observar, portanto, o trabalho não transforma apenas a matéria natural, pela ação dos seus sujeitos, numa interação que pode ser caracterizada como o metabolismo entre sociedade e natureza. O trabalho implica mais que relação sociedade/natureza: implica uma interação no marco da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e a sua organização. O trabalho, através do qual o sujeito transforma a natureza (e, na medida em que é uma transformação que se realiza materialmente, trata-se de uma transformação prática), transforma também o seu sujeito: foi através do trabalho que, de grupos de primatas, surgiram os primeiros grupos humanos – numa espécie de salto que fez emergir um novo tipo de ser, distinto do ser natural (orgânico e inorgânico): o ser social. (NETTO; BRAZ, 2009, p.34, grifo do autor).

Deste modo, temos que o trabalho enquanto ação exercida exclusivamente por seres humanos é a forma através da qual se cria a riqueza social que satisfaz as necessidades humanas e faz dos seres humanos, seres sociais, constituindo como tal a humanidade.

Ao longo da história humana, os tipos de transformação da natureza pelo trabalho sofreram mudanças traduzidas nas novas formas de produção material da vida em sociedade.

Porém, mesmo com todas estas mutações, a natureza continuou sendo fator indispensável para a manutenção da vida.

3.2.2 Natureza, trabalho e ser social

Sendo a natureza formada por todos os seres orgânicos e inorgânicos existentes no universo, esta se impõe como a unidade articuladora de todos os seres: os que podem e os que não podem se reproduzir.

Da relação dos seres vivos (orgânicos) com os seres inorgânicos, exercida ao longo de milhões de anos, resulta a constituição de organismos animais novos e complexos: os mamíferos primatas, e foi a partir desses, (segundo as pesquisas científicas consideradas honestas) “através de outro salto qualitativo, sobre o qual carecemos de conhecimentos detalhados [...], que surgiu a espécie humana” (NETTO; BRAZ, 2009, p.36, grifo do autor). Portanto,

Trata-se, mesmo, de um outro salto – o surgimento da espécie humana não configura uma necessidade da evolução biológica nem o desdobramento de uma programação genética: foi uma autêntica ruptura nos mecanismos e regularidades naturais, uma passagem casual como a da natureza inorgânica à orgânica e foi precedida, certamente, de modificações ocorrentes numa escala temporal de largo curso. A espécie humana desenvolve-se como um outro novo tipo de ser, até então inexistente, e cujas peculiaridades não se devem à herança biológica nem a condições geneticamente predeterminadas: um modo de ser radicalmente inédito, o ser social, dotado de uma complexidade de novo tipo e exponencialmente maior que a verificável na natureza (inorgânica e orgânica). (NETTO; BRAZ, 2009, p.36, grifo do autor).

Uma atividade está na essência deste novo salto, sendo ela responsável pela distinção daqueles seres do restante dos outros seres vivos e executada com vistas à sua sobrevivência. Tal atividade é que gerou mudanças consistentes nas relações exercidas entre estes novos seres, as quais não existiam antes na natureza; e, ao longo de milhões de anos, esta atividade de que falamos foi adquirindo características específicas que a transformaram no trabalho.

Noutras palavras: foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal. Ou, se se quiser: o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade). (NETTO; BRAZ, 2009, p.37, grifo do autor).

Sendo o ser social fundado pelo trabalho, tem-se que as demais categorias que compõem a totalidade deste ser (ciência, educação, direito, linguagem, política, religião) são também fundadas pelo trabalho. Tais categorias mantêm para com o trabalho uma dependência ontológica, e entre si, uma relação de determinação recíproca.

Assim, o trabalho, como a categoria que funda a nova realidade, fez derivar outras categorias, a exemplo da ciência, da religião, da educação, da política etc. Mas isto não significa dizer que, pelo fato de ser uma categoria originária e central, as atividades dos homens, ante toda a complexidade adquirida no mundo atual, possam se reduzir ao trabalho. (BERTOLDO, 2009, p.96).

Ao se constatar que o trabalho é a categoria fundante do ser social, torna-se de fácil compreensão o fato de que a realidade é radicalmente histórico-social, produzida pela atividade social dos homens, podendo ser por eles radicalmente modificada.

É por meio do trabalho que o ser social articula simultaneamente sua subjetividade com a objetividade posta diante de seus olhos, sendo que esta tem prioridade em relação àquela. No ato do trabalho, marcado pelo intercâmbio entre homem e natureza, isto é revelado com muita clareza: tomemos a construção de uma casa, por exemplo, a ação de construção requer que venha à tona a subjetividade, mas, é imprescindível que se busquem na natureza os meios para isso. A ausência de condições materiais adequadas impede totalmente o empreendimento. A subjetividade aqui é submetida à objetividade.

Assim, tem-se que os pólos da subjetividade e objetividade formam uma totalidade inseparável, fato que confirma a afirmação marxiana de que os homens produzem as circunstâncias, mas, também são por elas produzidos.

A cisão entre subjetividade e objetividade não pode ser algo natural, mas, sim, social, acontecendo num determinado momento da história. Conforme já afirmamos, cada forma de sociabilidade (modo de produção) terá um modo específico de trabalho e é a divisão de classes típica do modo de produção capitalista que vai produzir a divisão entre os pólos da subjetividade e da objetividade, dando origem à divisão social do trabalho e a um tipo diferente de trabalho: o trabalho abstrato.

Ao contrário da comunidade primitiva, onde aqueles pólos (subjetividade e objetividade) eram harmônicos, na sociabilidade inaugurada pelo capital o ser social dá lugar ao ser singular que só se torna indivíduo social ao se apropriar privadamente da riqueza produzida pelo trabalho. A apropriação privada, juntamente com o individualismo são exigências do modo capitalista de produção.

Vale ressaltar também que o trabalho, além de sua centralidade ontológica, possui também uma centralidade política. Isso quer dizer que a classe proletária no atual sistema econômico tem o protagonismo na tarefa fundamental de dirigir a superação do modo de

produção capitalista e erguer outro radicalmente novo, voltado inteiramente para sua liberdade. Mais adiante, voltaremos a tratar da centralidade do trabalho no processo revolucionário.

Passemos agora para o estudo do modo de funcionamento da sociabilidade capitalista e de seu correlato na política, o Estado.

3.2.3 O surgimento do Capital e do Estado

Já de início, devemos ter claro que o capital não é uma entidade material específica, mas uma relação social totalizadora entre uma classe que explora e outra que é explorada.

O capital é resultado da apropriação privada que os homens fazem surgir na história da humanidade entre o período bárbaro e a civilização quando, ao descobrirem novos materiais e com eles construírem novos instrumentos de trabalho, puderam produzir para além de suas necessidades, gerando um excedente que foi apropriado por uma parte da sociedade, em detrimento da exploração e escravização de outra.

O desenvolvimento de todos os ramos da produção, criação de gado, agricultura, ofícios manuais domésticos tornou a força de trabalho do homem capaz de produzir mais do que o necessário para a sua manutenção. Ao mesmo tempo, aumentou a soma de trabalho diário correspondente a cada membro da gens, da comunidade doméstica ou da família isolada. Passou a ser conveniente conseguir mais força de trabalho, o que se logrou através da guerra; os prisioneiros foram transformados em escravos. Dadas as condições históricas gerais de então, a primeira grande divisão social do trabalho, ao aumentar a produtividade deste, e por conseguinte a riqueza, e ao estender o campo da atividade produtora, tinha que trazer consigo - necessariamente - a escravidão. Da primeira grande divisão social do trabalho, nasceu a primeira grande divisão da sociedade em duas classes: senhores e escravos, exploradores e explorados. (ENGELS, 2010, p.57).

Dentro de um processo crescente de expansão e acumulação e por meio de uma divisão social hierárquica do trabalho é gerada uma imensa riqueza apropriada por uma classe que, diante disso, se tornou dominante. A socialização dessa riqueza se torna, então, uma impossibilidade se tal relação de apropriação e exploração for mantida.

Os interesses mais vis – a baixa cobiça, a brutal avidez de prazeres, a sórdida avaréza, o roubo egoísta da propriedade comum – inauguram a nova sociedade civilizada, a sociedade de classe. [...] E a nova sociedade, através desses dois mil e quinhentos anos de sua existência, não tem sido senão o desenvolvimento de uma pequena minoria às expensas de uma grande maioria explorada e oprimida; e continua a sê-lo, hoje mais do que nunca. (ENGELS, 2010, p.32).

Assim, o capital surge como resultante do trabalho acumulado produzido pela

exploração já referida. A necessidade ascendente de se obter lucros é a incontável condição desta forma de controle sociometabólico totalizador, não sendo, pois, uma colocação dos desejos humanos, que são antes subjugados por ela (necessidade de obter lucro) e é por ela que a exploração acontece. A lógica incontável de obtenção do lucro subjugam até mesmo o capitalista, que tem de atender aos imperativos de acumulação do capital, sob pena de perecer no "selvagem" mercado capitalista.

É verdade que esta característica torna este sistema mais dinâmico do que todos os modos anteriores de controle sociometabólico juntos. Contudo, o preço a ser pago por esse incomensurável dinamismo totalizador é, paradoxalmente, a perda de controle sobre os processos de tomada de decisão. Isto não se aplica apenas aos trabalhadores [...], mas até aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante. Eles têm de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio. (MÉSZÁROS, 2009, p.97-98, grifo do autor).

Em se tratando da subjugação e da alienação a que são submetidos pelo sistema do capital capitalistas e trabalhadores, é preciso ter clareza acerca da diferença substancial dessa alienação para as duas classes em questão, estabelecida por Marx n' A Sagrada Família:

O proletariado e a riqueza são opostos. Como tal, constituem uma totalidade. Ambos são produto do mundo da propriedade privada. A questão é saber qual o lugar específico que cada um dos dois ocupa nesta contradição. Não basta dizer que são duas faces do mesmo todo. A propriedade privada enquanto propriedade privada, enquanto riqueza é forçada a perpetuar sua própria existência; o mesmo acontece com o proletariado. A propriedade privada que encontrou sua satisfação em si mesma é o lado positivo da contradição.

Inversamente, o proletariado é forçado, enquanto proletariado, de abolir-se a si mesmo e ao mesmo tempo abolir o seu contrário, do qual ele depende, que faz dele o proletariado: a propriedade privada. Ele é o lado negativo da contradição, a angústia no âmago da contradição, a propriedade privada desintegrada e se desintegrando.

A classe dominante e a classe proletária representam a mesma alienação humana. No entanto, a primeira se sente à vontade nesta alienação; ela aí encontra uma confirmação, ela reconhece nesta alienação seu próprio poder, possuindo nela a aparência de uma existência humana; a segunda se sente destruída nesta alienação, vendo aí sua impotência e a realidade da sua existência desumana. Empregando uma expressão de Hegel, ela é, no aviltamento, a revolta contra esse aviltamento, revolta para a qual é levada necessariamente pela contradição que opõe sua natureza humana a sua situação na vida, que constitui a negação franca, categórica, total dessa natureza.

No seio desta contradição, o proprietário privado é, portanto, o partido conservador, o proletário, o partido destruidor. Do primeiro emana a ação que mantém a contradição, do segundo, a ação que a destrói. (MARX, 2001, p.37).

Após esta diferenciação, voltemos ao sistema do capital. Esse traz uma novidade em relação aos modos anteriores de produção: a coerção para que o homem seja explorado se encontra separada do processo imediato de opressão no local de trabalho.

Para que a exploração capitalista possa acontecer, o ideário de liberdade e igualdade da nova classe que vai surgir com o sistema capitalista, a burguesia, passa a ser largamente difundido. Assim, no sistema capitalista, é difundida a ideia de que os homens são tidos como livres e iguais jurídica e politicamente para buscar a satisfação dos seus interesses. Tal liberdade é validada pelo contrato social.⁸⁴

Por trás destas ideias está o pilar da concepção filosófica burguesa: o indivíduo precede ontologicamente a sociedade, o que implica no fato de que o indivíduo tem a sua essência posta antes mesmo de sua entrada no meio social. Assim, o indivíduo, ao nascer, já traz consigo sua natureza humana, mas essa para ser explicitada necessita das relações sociais. Estas relações serão organizadas por meio do contrato social.

Este contrato necessita, entretanto, de um poder incontestável que o legitime e que o faça ser cumprido. Como consequência desta necessidade é que surge o Estado, a instituição que, ao assegurar as condições do contrato social, será responsável pela transformação dos indivíduos, inicialmente auto-centrados, em seres sociais organizados. Assim, segundo a concepção burguesa, o Estado é que vai reunir os indivíduos, que já são ontologicamente indivíduos humanos, em sociedade.

É a crítica inaugurada por Marx que vai se contrapor radicalmente a este conjunto de ideias ao afirmar que a natureza humana é resultado da interação entre subjetividade e objetividade, e que a realidade é radicalmente histórica e social, ou seja, os homens se constroem a si mesmos e a natureza do indivíduo é resultado da sua atividade social. Os indivíduos criam-se a si mesmos ao mesmo tempo em que criam a realidade social.

Separando o produtor dos meios de produção e se apropriando do trabalho excedente, o capital gera uma ausência insanável de unidade entre produção e controle (radicalmente

⁸⁴ Contrato social (ou contratualismo): indica uma classe abrangente de teorias que tentam explicar os caminhos que levam as pessoas a formar Estados e/ou manter a ordem social. Essa noção de contrato traz implícito que as pessoas abrem mão de certos direitos para um governo ou outra autoridade a fim de obter as vantagens da ordem social. Nesse prisma, o contrato social seria um acordo entre os membros da sociedade, pelo qual reconhecem a autoridade, igualmente sobre todos, de um conjunto de regras, de um regime político ou de um governante. O ponto inicial da maior parte dessas teorias é o exame da condição humana na ausência de qualquer ordem social estruturada, normalmente chamada de "estado de natureza". Nesse estado, as ações dos indivíduos estariam limitadas apenas por seu poder e sua consciência. Desse ponto em comum, os proponentes das teorias do contrato social tentam explicar, cada um a seu modo, como foi do interesse racional do indivíduo abdicar da liberdade que possuiria no estado de natureza para obter os benefícios da ordem política. As teorias sobre o contrato social se difundiram entre os séculos XVI e XVIII como forma de explicar ou postular a origem legítima dos governos e, portanto, das obrigações políticas dos governados ou súditos. Thomas Hobbes (1651), John Locke (1689) e Jean-Jacques Rousseau (1762) são os mais famosos filósofos do contratualismo.

opostos), produção e consumo (o consumo absurdamente amplo em poucos lugares e o desumano não atendimento das necessidades básicas de bilhões de pessoas) e produção e circulação (a força de trabalho é sujeitada para que as mercadorias circulem globalmente) que, por sua vez, darão origem a uma profunda e insolúvel contradição traduzida nos antagonismos sociais advindos da relação entre capital e trabalho, que ao longo da história, inevitavelmente, provocaram crises cíclicas e na contemporaneidade desencadearam uma crise estrutural.

Sob a necessidade de um controle político totalizador que impeça as contradições de se tornarem incontroláveis, o capital surge simultaneamente com o Estado moderno e mantém com esse uma relação de co-determinação: “(...) o Estado moderno imensamente poderoso – e igualmente totalizador – se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o complementa de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais (...)” (MÉSZÁROS, 2009, p.98, grifo do autor).

Assim, temos que a origem ontológica do Estado, ou seja, aquilo que está na sua essência, é a divisão da sociedade em classes irreconciliáveis, o trabalho excedente que gera a propriedade privada. Os elementos fundamentais do Estado são: (1) território, “ (...) o Estado caracteriza-se, em primeiro lugar, pelo agrupamento dos seus súditos de acordo com uma divisão territorial (...) ” (ENGELS, 2010, p.61), (2) forças armadas:

A necessidade dessa força pública especial deriva da divisão da sociedade em classes, que impossibilita qualquer organização armada espontânea da população [...] é formada não só de homens armados como, ainda, de acessórios materiais, os cárceres e as instituições coercitivas de todo gênero, desconhecidos pela sociedade da gens. (ENGELS, 2010, p.61-62).

E ainda, (3) impostos: “Para sustentar essa força pública, são exigidas contribuições por parte dos cidadãos do Estado: os impostos (...)” (ENGELS, 2010, p.62); e (4) burocracia: “Donos da força pública e do direito de recolher os impostos, os funcionários, como órgãos da sociedade, põem-se então acima dela (...)” (ENGELS, 2010, p.62). A função social do Estado é a manutenção da exploração:

Acabava de surgir, no entanto, uma sociedade que, por força das condições econômicas gerais de sua existência, tivera que se dividir em homens livres e escravos, em exploradores ricos e explorados pobres; uma sociedade em que os referidos antagonismos não só não podiam ser conciliados como ainda tinham que ser levados a seus limites extremos. Uma sociedade desse gênero não podia subsistir senão em meio a uma luta aberta e incessante das classes entre si, ou sob o domínio de um terceiro poder que, situado aparentemente por cima das classes em luta, suprimisse os conflitos abertos destas e só permitisse a luta de classes no campo

econômico, numa forma dita legal. O regime gentilício já estava caduco. Foi destruído pela divisão do trabalho que dividiu a sociedade em classes, e substituído pelo Estado. (ENGELS, 2010, p.61).

Assim, “O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno” (MÉSZÁROS, 2009, p.106). Sendo o sistema do capital incapaz de resolver permanentemente suas inerentes contradições, estas podem apenas ser corrigidas, ajustadas, porém, nunca resolvidas, o que só poderia acontecer com a destruição do sistema do capital e do Estado.

O Estado moderno constitui a única estrutura corretiva compatível com os parâmetros estruturais do capital como modo de controle sociometabólico. Sua função é retificar – deve-se enfatizar mais uma vez: apenas até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital – a falta de unidade em todos os três aspectos referidos na seção anterior. (MÉSZÁROS, 2009, p.107).

O Estado moderno, como uma força que emerge da sociedade e é separada do corpo social, surge então para corrigir as contradições do capital e suas brutais conseqüências para a humanidade, mas, sem contrariar suas leis de funcionamento, antes as favorecendo e, por conseqüência, contrariando os interesses da classe proletária.

O Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é 'a realidade da idéia moral', nem 'a imagem e a realidade da razão', como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da 'ordem'. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2010, p.61).

Entretanto, conforme já foi dito no capítulo anterior, deve-se ter claro que:

O Estado jamais encontrará no Estado e na organização da sociedade o fundamento dos males sociais, [...]. Onde há partidos políticos, cada um encontra o fundamento de qualquer mal no fato de que não ele, mas o seu partido adversário, acha-se ao leme do Estado. Até os políticos radicais e revolucionários já não procuram o fundamento do mal na essência do Estado, mas numa determinada forma de Estado, no lugar da qual eles querem colocar uma outra forma de Estado. (MARX, 2010, p.58-59).

O surgimento do Estado obviamente está ligado ao fato de que o trabalho no sistema do capital não perde seu caráter ontológico – já que isso é próprio de sua natureza, mas passa a ser também abstrato, causando estranhamento em sua forma assalariada, produtora de mais-valia, de valores de troca e de riqueza a ser apropriada por outrem.

Cabe ao Estado o papel de produzir o consenso entre os homens por coerção ideológica (e, quando necessário, física), assim a exploração econômica da condição de classe se dá sem a imprescindível coerção física que compareceu nas formas de exploração dos modos de produção anteriores.

A realidade – que ao mesmo tempo camufla e permite que sejam conhecidas suas leis de funcionamento – sendo interpretada pela cientificidade burguesa, esconde com êxito a exploração assalariada regulada pelo contrato social e legitimada no capitalismo pelo Estado, pois, diante do Estado e da sociedade civil o trabalhador é levado a pensar que é livre e igual aos demais trabalhadores e ao seu patrão, passando despercebida para ele a violência contida na relação própria do capitalismo, de dominação de uma classe sobre outra.

Supõe-se que o contrato de trabalho seja livremente firmado por ambas as partes. Mas considera-se livremente firmado desde o momento em que a lei estabelece no papel a igualdade de ambas as partes. A força que a diferença de situação de classe dá a uma das partes, a pressão que esta força exerce sobre a outra, a situação econômica real de ambas; tudo isso não interessa à lei. Enquanto dura o contrato de trabalho, continua a suposição de que as duas partes desfrutam de direitos iguais, desde que uma ou outra não renuncie expressamente a eles. E, se a situação econômica concreta do operário o obriga a renunciar até à última aparência de igualdade de direitos, a lei - novamente - nada tem a ver com isso. (ENGELS, 2010, p.21).

Sob a sua tão proclamada condição de cidadão⁸⁵, o trabalhador aceita ser explorado porque julga ser ele mesmo o culpado pela situação em que se encontra, encarando como natural a profunda desigualdade existente na sociedade, não buscando as raízes que estão na sua base. Tonet, ao escrever notas introdutórias ao texto *Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”*, de Karl Marx, afirma que:

[...] a emancipação política, expressa pela cidadania e pela democracia, é, sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser ainda uma liberdade essencialmente limitada, uma forma de escravidão. A inclusão dos trabalhadores na comunidade política não ataca os problemas fundamentais deles, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados), mas não podem ser plenamente livres sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados). (TONET, 2010, p.26).

Diante da cidadania é que a consciência de classe é inviabilizada e o que surge em seu lugar são os movimentos de questões únicas. Vale ressaltar que algumas destas demandas das

⁸⁵ A cidadania ao mistificar a desigualdade e transformar todos os homens em iguais encobre a base que sustenta a não-realização da igualdade plena, dragando todas as energias democráticas como se através dela fosse possível avançar. A democracia burguesa funciona por meio da noção de cidadania que é o máximo de emancipação que o capitalismo pode permitir.

chamadas questões únicas, como a causa da mulher e a questão ambiental são não-integráveis ao capital. O trabalho como uma demanda também não-integrável pelo capital, uma vez que trabalho e capital são forças antagônicas, coloca-se como a única força com energia para pôr em xeque toda a estrutura da sociedade capitalista, unindo todas as questões únicas simultaneamente imbricadas nele à questão de classe.

O trabalho não é apenas não integrável [...] mas – precisamente como a única alternativa estrutural viável para o capital – pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade. (MÉSZÁROS, 2009, p.96, grifo do autor).

Sendo o fundamento ontológico de toda forma social e como única alternativa ao capital, o trabalho, conforme nos mostra Mézszáros, é a força capaz de suplantar este modo atual de produção e substituí-lo por uma nova forma de relação entre homem e natureza e dos homens entre si, a qual vise à produção de bens para a satisfação humana e não para a acumulação de capital.

3.2.4 O funcionamento da engrenagem Economia-Política

O capitalismo é o primeiro sistema econômico da história que faz uma disjunção entre economia e política, o que faz com que suas respectivas funções sejam exercidas por esferas diferentes. No entanto, há uma dependência ontológica e uma autonomia relativa da política para com a economia e uma determinação recíproca entre as duas categorias.

Antes de adentrarmos a esta discussão, é preciso ter clareza sobre o que é a economia e o que é a política. Sobre economia, Tonet esclarece que:

Entendemos por economia o conjunto das relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza para produzir os bens materiais necessários à sua existência. Trata-se, portanto, de forças dos indivíduos, que são colocadas em comum, transformando-se, assim, numa força coletiva no processo de transformação da natureza. É evidente que isto implica, sempre, um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas e certo tipo de relações de produção. Como os homens produzem e o que produzem são os elementos fundamentais que constituirão a base de qualquer forma de sociabilidade. (TONET, 2010, p.5).⁸⁶

No capitalismo, tem-se que o desenvolvimento das forças produtivas não se dá de forma a atender igualmente as necessidades de todos os homens, como nas comunidades primitivas. Assim, dentro do sistema do capital, nada pode estar da mesma maneira a favor

⁸⁶ Fragmento do texto “Trabalho associado e revolução proletária”.

das duas classes antagônicas (capitalistas e trabalhadores). No capitalismo, as forças produtivas estão sob o controle privado de uma minoria.

Falando sobre a política, Tonet deixa claro que:

Entendemos por política aquela dimensão da atividade humana que, nascendo da propriedade privada (divisão social do trabalho, classes sociais), expressa o embate entre as classes sociais acerca da organização da sociedade, tendo esta por núcleo a produção e a apropriação da riqueza. A existência de classes sociais implica, necessariamente, a exploração e a dominação de uma(s) sobre a(s) outra(s). A reprodução da sociedade sob esta forma implica, por sua vez, a separação e a privatização de determinadas forças sociais (nucleadas pelo Estado) para a defesa de interesses particulares. (TONET, 2010, p.11).⁸⁷

Assim, tem-se que o poder político se configura como força social separada da sociedade, objetivada em determinadas instituições e posta a serviço de uma parte da sociedade (aquela proprietária dos meios de produção e intercâmbio).

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2010, p.62).

O poder político, enquanto privatização de forças sociais que antes eram pertencentes a toda a sociedade, passa a se tornar um poder estranho e hostil a ela, por isso mesmo pode ser considerado como sinônimo de alienação. A política, privatizada sob a forma do Estado, faz parecer coletivos os interesses de uma parcela particular da sociedade civil, a dos proprietários, defendendo-os e garantindo sua efetivação. A classe proletária, cujos interesses não se confundem com os da classe proprietária, só pode então sentir-se alheia, estranha mesmo aos ditames deste poder político.

É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória [...]. Daqui se depreende que todas as lutas no seio do Estado, a luta entre a democracia, a aristocracia e a monarquia, a luta pelo direito de voto, etc., etc., são apenas formas ilusórias que encobrem as lutas efetivas das diferentes classes entre si [...]; depreende-se igualmente que toda a classe que aspira ao domínio, mesmo que o seu domínio determine a abolição de todas as antigas formas sociais da dominação em geral,

⁸⁷ Ver nota 86.

como acontece com o proletariado, deve antes de tudo conquistar o poder político para conseguir apresentar o seu interesse próprio como sendo o interesse universal, atuação a que é constringida nos primeiros tempos. (MARX; ENGELS, 2010, p.18).

O caráter negativo da política própria da sociedade de classes se põe porque essa não faz parte da essência do ser social. Política aqui é luta de classes antagônicas pelo poder, por isso mesmo o poder político conseguido é sempre parcial e não universal.

A política, dada a forma como se constitui, não pode evitar a substituição da autêntica universalidade da sociedade por sua própria parcialidade, impondo assim seus próprios interesses sobre os dos indivíduos sociais, e apropriando-se, para si própria, do poder de arbitrar os interesses parciais conflitantes em nome de sua universalidade usurpada. (MÉSZÁROS, 2009, p.565).

No processo histórico, entretanto, a política tal como se põe (enquanto luta pelo poder) terá concretamente um sentido positivo, pois o proletariado deverá se utilizar preliminarmente do poder político para lutar contra a burguesia capitalista e destruir a atividade de dominação de uma classe sobre outra, colocando em seu lugar a auto-atividade, o trabalho associado. Segundo Tonet,⁸⁸ "A política pode ser um instrumento nas mãos dos trabalhadores para preparar o terreno para a revolução social, destruindo a velha máquina do Estado para que possa entrar em cena a alma do socialismo, o trabalho associado, nada mais." (2010, p.31).

Conforme explicitado anteriormente, capital e Estado mantêm entre si uma reciprocidade dialética, um não pode existir sem o outro, “ [...] a base socioeconômica do capital é totalmente inconcebível separada de suas formações de Estado [...]” (MÉSZÁROS, 2009, p.117), mas, suas funções estruturais são diversificadas e, por isso, separadas. O capitalista (enquanto personificação do capital) tem sob seu poder o comando dos meios de produção, da exploração do trabalhador e da extração da mais-valia. O Estado é responsável pelo comando político que fornece as garantias para que a reprodução da esfera econômica possa seguir sem ter que lidar com os conflitos por ela gerados. Foi o que constatamos quando analisamos o PLANSEQ do setor sucroalcooleiro, pois, a política de qualificação conjuga-se às variadas necessidades que este setor produtivo apresenta para se desenvolver.

Com isso, é importante asseverar que o Estado não é pura superestrutura do capital, ele tem legalidades próprias e também sua própria superestrutura (aparato jurídico-legal) para decidir de que forma irá atuar no intuito de assegurar a reprodução do sistema capitalista. Acerca disso, Mézáros explica que:

⁸⁸ Nas notas introdutórias ao texto *Glosas Críticas*, de Marx.

[...] seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura. [...] o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria superestrutura – a que Marx se referiu apropriadamente como “superestrutura legal e política” – exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais. [...] Da mesma forma, é perfeitamente inútil perder tempo tentando tornar inteligível a especificidade do Estado em termos da categoria da ‘autonomia’ (especialmente quando se expande esta idéia para significar “independência”) ou de sua negação. Como estrutura de comando político abrangente do sistema do capital, o Estado não pode ser autônomo, em nenhum sentido, em relação ao sistema do capital, pois ambos são um só e inseparáveis. Ao mesmo tempo, o Estado está muito longe de ser redutível às determinações que emanam diretamente das funções econômicas do capital. (2009, p.119, grifo do autor).

A disjunção que marca os campos de atuação do poder econômico e do poder político, citada no início deste tópico, não é acidental, mas, bastante útil ao sistema, pois permite que do ponto de vista político haja um tipo de emancipação (política) para os indivíduos que, entretanto, permanecem cativos da desigualdade produzida na base material da sociedade.

Assim, sendo os indivíduos considerados livres na esfera política, a posição por eles ocupadas na esfera material passa a ser encarada como consequência das escolhas que fez na vida; diante desta “liberdade de ação” dos indivíduos, qualquer questionamento da profunda desigualdade que reside na base econômica é destituído de razão. Portanto, não há alteração que possa ser feita, nem correção que possa ser realizada fruto de uma ação política do Estado, já que os males sociais são fruto das escolhas dos indivíduos.

Quanto mais poderoso é o Estado e, portanto, quanto mais político é um país, tanto menos está disposto a procurar no princípio do Estado, portanto no atual ordenamento da sociedade, do qual o Estado é a expressão ativa, autoconsciente e oficial, o fundamento dos males sociais e compreender-lhes o princípio geral. O intelecto político é político exatamente na medida em que pensa dentro dos limites da política. Quanto mais agudo ele é, quanto mais vivo, tanto menos é capaz de compreender os males sociais. (MARX apud MÉSZÁROS, 2009, p.564, grifo do autor).

O capital encontra no Estado o campo onde os conflitos podem ser amenizados, já que na esfera da política todas as tensões podem ser administradas sem que se questione a causalidade fundamental dos conflitos. O PLANSEQ é, para nós, um exemplo disto, uma vez que a oferta de qualificação por parte do Estado brasileiro acaba por mistificar a situação de desemprego entre os trabalhadores. A qualificação aparece para o trabalhador qualificado como um remédio para o desemprego, já as causas fundantes deste desemprego, que muitas vezes permanece mesmo depois do curso de qualificação, jamais são reveladas.

No cenário social, notamos que as lutas travadas pelos movimentos apenas na esfera da política acabam absorvendo muitos princípios liberais, já que atuam omitindo a questão de

classe fundada na base material da sociedade. Ao cair nesta armadilha, os movimentos sociais de luta pela emancipação política dentro do Estado deixam de trazer à tona os elementos (classes sociais) da luta pela emancipação humana, a única que pode verdadeiramente tornar livres os homens. Os movimentos de luta, ao aceitarem estes pressupostos liberais, abrem mão de reconstituir a totalidade, de resgatar o elemento fundante das desigualdades, permanecendo na fragmentada abordagem do real, residindo apenas no plano fenomênico, sem tocar nos fundamentos da base de reprodução material da sociedade.

Voltando a pensar na atuação do Estado a favor do capital, tem-se como um desdobramento disto o fato de que o aparato estatal também atende a demandas dos trabalhadores, respondendo a algumas de suas pressões, não podendo, porém, permitir que a classe explorada opere com o mesmo estatuto da exploradora. Entretanto, no processo atual de crise estrutural do capital, as concessões a favor da classe proletária estão ficando cada vez mais escassas, inviabilizando até mesmo as lutas parciais, com vistas à emancipação política.

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. Assim, nenhuma “questão única” pode, realisticamente, ser considerada a “única questão”. (MÉSZÁROS, 2009, p.95).

O Estado, como estrutura totalizadora abrangente de comando político do capital, jamais agirá com igual eficiência para classes que são antagônicas. Todo o aparato jurídico-legal protege primeiro e incondicionalmente a propriedade privada dos meios de produção, deixando os interesses da classe proletária em segundo plano, o que marca sua ineficiência diante desta classe. Conforme já vimos, para Marx, “Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela (...)” (2010, p.61).

Essa sua ineficiência é justificada pelo fato de que ele [o Estado] não surge na história para resolver os problemas sociais, mas, sim, para corrigi-los, tal ineficiência no plano das políticas sociais é que lhe permite auxiliar eficientemente na reprodução do sistema do capital.

Como auxiliar da opressão de classe, o Estado precisa se adaptar às novas formas de produção da base econômica, assumindo novas funções exigidas pelo capitalismo. Quando não está sendo útil ao capital, a forma assumida pelo Estado pode ser rapidamente modificada, passando da democracia à ditadura sem que o sistema econômico seja transformado. A relação de complementaridade entre Estado e capital se faz de tal modo que uma crise capitalista abala também os pilares políticos. Por isso é que se configura numa profunda ilusão pensar que a alteração do modo como funciona o Estado pode alterar a forma como se organiza sociedade civil, aqui entendida como as relações econômicas que os homens estabelecem entre si num determinado momento histórico, isto porque não existe uma cisão entre Estado e sociedade civil, entre estes há uma imbricação:

Com efeito, essa dilaceração, essa infâmia, essa escravidão da sociedade civil é o fundamento natural em que se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis. (MARX, 2010, p.60).

É preciso reafirmar que o capital não aceita nenhum poder acima de si e as restrições que o poder político coloca só podem ser efetivadas se forem passíveis de absorção pelo capital, e ainda, de serem colocadas a seu favor. O Estado não pode, então, ser outra coisa senão um poder a serviço do capital.

Assim, a ênfase na necessidade de abolir o Estado para resolver as contradições da sociedade civil articula-se à idéia de que o Estado e a política em geral, como a conhecemos, são, por sua própria natureza, incapazes de abolir a si mesmos. (MÉSZÁROS, 2009, p.565).

Isto comprova que a luta pela participação democrática no Estado nada mais pode ser além de uma estratégia de defesa do trabalho na busca por direitos (que podem ser concedidos e retirados pelo capital), permanecendo aí intocada a forma capitalista de produção material, com suas contradições inerentes e sua antagônica relação entre trabalhadores e capitalistas.

3.2.5 O horizonte que se põe para a classe proletária

Já foi afirmado que a luta pela emancipação política dentro da esfera do Estado fica cativa das conquistas permissíveis pelo sistema do capital. Diante disso, o horizonte que se põe para a classe proletária é a luta não-democrática, a luta socialista pela emancipação humana, uma vez que somente a luta com este caráter permite não só questionar a base da exploração de classe, mas também de construir novas mediações para suplantá-la. Não há outra saída para a classe proletária nos dias de hoje senão a revolução socialista enquanto

ofensiva contra o capital, num enfrentamento de problemas historicamente postos.

Aqui se estabelece a destruição do sistema do capital e a criação de um novo modo de produção da base material, o comunismo, como possibilidade real e necessidade urgente para a humanidade. Tal possibilidade se ergue sobre o pressuposto de que os homens fizeram sua história até agora e continuarão fazendo-a. Isso permite dizer que é perfeitamente possível que estes façam sua história daqui para frente de modo radicalmente diferente. Outro dado importante é que a consciência pode ir ganhando uma lucidez a respeito da totalidade social cada vez maior, sobretudo diante da situação de profunda desigualdade social e crise a que vem sendo submetida a humanidade nos últimos tempos. A transição do capitalismo para o socialismo tem na consciência da classe proletária um papel decisivo.

É preciso, entretanto, levar em consideração que as tentativas de instituir o socialismo em diversas partes do mundo (URSS, Cuba, China, Vietnã, Ucrânia) não lograram êxito e em todos estes países o capitalismo não foi suplantado. Nestas nações, a vitória foi conseguida em favor do capital, nelas houve nada mais que uma reestruturação das formas de acumulação capitalista e o conjunto de transformações econômicas e políticas a que se deu curso nada mais fez que levar a classe proletária a uma perspectiva reformista. Os sindicatos e partidos de trabalhadores passaram a ser instrumentos de negociação com o capital para obter ganhos parciais. A possibilidade de revolução aos poucos foi saindo de cena.

Tais experiências, sobretudo, a da União Soviética se configuram então como entrave para o processo revolucionário hoje:

O fato é que o caminho revolucionário foi identificado com revolução de tipo soviético. Este, sim, era tido como o desdobramento prático das idéias revolucionárias de Marx, embora adaptadas à situação concreta. Ora, em resumo, as revoluções de tipo soviético sempre significaram a tomada do poder para, por meio dele, realizar as transformações em direção ao socialismo. O que significa dizer que caberia à política (centralizada no Estado) o papel de capitanear a construção do socialismo. (TONET; NASCIMENTO, 2009, p.18).

Aqui vale ressaltar que:

Esta idéia de um “Estado socialista” surgiu exatamente das circunstâncias concretas em que se deu a revolução soviética. Surgiu não porque os revolucionários tivessem uma visão instrumentalista do Estado, mas precisamente da impossibilidade de que a “alma social” do socialismo afluísse, dadas as condições concretas e objetivas. (TONET; NASCIMENTO, 2009, p.37).

Diante dos desdobramentos destas experiências as opiniões se dividem: para os

conservadores, o fracasso de todas aquelas tentativas revolucionárias é a prova cabal da inviabilidade do socialismo. Para alguns revolucionários o que faltou àquelas experiências foi a dimensão democrática, por isso sua luta pelo socialismo democrático.

O saldo destas tentativas revolucionárias resultou na consideração por boa parte dos teóricos da esquerda de que todas foram de fato experiências revolucionárias - tem-se aqui, portanto, uma determinada concepção de socialismo - e o debate gira em torno de por que e quando fracassaram. Ao buscarem respostas para estas perguntas, formularam-se também novas propostas para tornar o socialismo possível. Dessa forma é que esta facção da esquerda vem contribuindo para o rebaixamento da consciência dos trabalhadores, já que não coloca mais claramente a supressão do capital como perspectiva. Para Tonet,

A esquerda pensa que a revolução nunca teve êxito porque se menosprezou a democracia. Ao contrário, o fracasso se deveu, essencialmente, ao fato de que, onde as tentativas se deram, sequer era possível instaurar a democracia – que é a forma da emancipação política – porque não havia condições materiais para realizar as transformações sociais capazes de permitir a ultrapassagem da democracia e a construção da autêntica comunidade humana. (2010, p.34).⁸⁹

O que não se pergunta dentro das discussões da maioria dos partidos de esquerda é se de fato houve socialismo naqueles países. Aliás, duvidar do caráter socialista daquelas experiências chega a ser o mesmo que desqualificar toda a luta de pessoas que deram suas vidas pela causa. Ocorre que se não for questionado o passado, não será possível construir um futuro diferente. É preciso aprender com os erros das tentativas anteriores de instituir o socialismo para que este possa ser um horizonte concreto a ser perseguido daqui em diante.

Deve-se partir da premissa de que uma revolução efetivamente socialista deve ter como elemento central a centralidade do trabalho no processo revolucionário e não a centralidade da política. A primeira questão diz respeito ao fato de que é o trabalho o ato fundante do ser social e, portanto, só pode ser ele o elemento fundante de uma nova sociedade. Assim sendo, a centralidade política do trabalho significa que o proletariado revestido de poder enquanto classe tem o protagonismo no processo revolucionário com vistas a romper com o trabalho alienado do capitalismo, isso porque a classe proletária “ [...] é a única que, pela sua própria natureza (resultante de sua situação no processo de produção) se opõe de modo radicalmente antagônico ao capital [...]” (TONET; NASCIMENTO, 2009, p. 38). No lugar do trabalho assalariado, por meio de uma mudança radical no modo de

⁸⁹ Trecho retirado das notas introdutórias que o autor escreveu para o texto de Karl Marx, Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”.

produção material, deve ser colocado o trabalho associado, livre, consciente, coletivo e universal, vida real da classe proletária.

Trata-se de uma forma de intercâmbio com a natureza, [...], de uma produção da riqueza material, feita por indivíduos livres, isto é, senhores das suas decisões. Embora sujeitos às leis da natureza, são eles que decidem, [...], o que deve ser produzido, como deve ser produzido e como deve ser repartido o fruto do trabalho. Isto significa, [...], que o produto do trabalho tem como único objetivo atender as necessidades humanas e não acumular capital. Daí porque trabalho associado e valor de uso formam uma unidade incindível. (TONET, 2010, p.7).⁹⁰

Já a centralidade da política estabelece-se quando se atribui ao Estado a tarefa de controlar o capital e conduzir o processo de transformação social, o que dado sua natureza já citada é impossível.⁹¹

Ao que parece, todas as tentativas revolucionárias que se sucederam até aqui tiveram na política o papel central. Não obstante, muitos teóricos de esquerda – ao não questionarem o caráter socialista das experiências revolucionárias, mas somente tentarem formular novos caminhos a partir delas – consideram que a transição socialista deve abarcar a idéia de Estado amplo de direito onde haja a plena participação das pessoas e em cima disto constroem uma teoria positiva do Estado e da política, base da já referida democracia socialista. Para esta teorização, no socialismo democrático haverá uma articulação harmônica entre valor de troca e valor de uso. A pergunta é: como pode haver valor de troca no comunismo?

Retornando à questão das tentativas revolucionárias, tem-se que em todas elas a propriedade privada foi abolida no plano jurídico. Por isso mesmo, o socialismo não conseguiu se erguer. Então não seria suficiente acabar com a propriedade privada para acabar com o capitalismo? Sim, seria. Mas acabar de fato com a propriedade privada, não suprimi-la jurídica e politicamente, por meio da instauração do trabalho associado. Somente assim é que o sistema do capital pode ser suplantado.

Outra condição fundamental para que o socialismo possa se desenvolver até chegar ao comunismo é o alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, disso depende a instauração do trabalho associado. Isso fará com que seja possível produzir a abundância de bens materiais que satisfará as necessidades de todos os homens. Conforme já aludido, nas experiências revolucionárias anteriores não havia essa abundância nem forças produtivas

⁹⁰ Texto “Trabalho associado e revolução proletária”.

⁹¹ O fundamento do Estado é a sociedade civil, dessa forma, ele não pode contrariar sua lógica e acabar com a propriedade privada, com o capital. O Estado nasce com sua natureza e função social determinadas, definidas para manter uma parcela da sociedade civil na sua posição de classe privilegiada.

suficientemente desenvolvidas para fornecê-las, as carências humanas logo começaram a se colocar diante da falta de condições objetivas para a emergência da subjetividade revolucionária.

Sem este alto nível de desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho, para produzi-la, precisará ser intensificado no intuito de criar meios de satisfação de necessidades suficientes para todos, desenvolvendo rapidamente e em grande escala as forças produtivas. Com isso, os trabalhadores são novamente submetidos ao trabalho forçado, o que gerará novos conflitos. Marx e Engels atentaram para essa possibilidade histórica já em 1845, em *A Ideologia Alemã*, da seguinte forma:

Por outro lado, este desenvolvimento das forças produtivas (que implica já que a existência empírica atual dos homens decorra no âmbito da história mundial e não no da vida local) é uma condição prática prévia absolutamente indispensável, pois, sem ele, apenas se generalizará a penúria e, com a pobreza, recomeçará paralelamente a luta pelo indispensável e cair-se-á fatalmente na imundície anterior. (MARX e ENGELS, 2010, p.19-20).

Para que o socialismo seja implantado, faz-se ainda extremamente importante que os trabalhadores possam desenvolver sua consciência revolucionária. Isto pode acontecer, sobretudo, diante da agudização das contradições que se apresentam no real, no momento em que os conflitos se tornarem tão graves que a velha maquinaria do Estado não possa mais corrigi-los. Isto se justifica pelo que já foi afirmado antes: a consciência é fruto da relação entre a subjetividade e a realidade objetiva.

Tendo sido formada a consciência revolucionária, os trabalhadores enquanto classe devem partir, por meio da construção de novas mediações baseadas em parâmetros específicos, para a conquista do poder; isso significa reabsorver aquele poder que deles foi separado. Aqui se coloca a centralidade política do trabalho.

O início da reabsorção pelos trabalhadores das forças políticas (forças sociais separadas, alienadas e colocadas contra os trabalhadores) que agora estão nas mãos do Estado deve se dar no período de transição do capitalismo para o socialismo num processo que deverá arrastar o mundo todo. Tais forças só serão reabsorvidas e unidas completamente no comunismo, ali não mais pela classe proletária, mas por toda a sociedade.

Daí em diante, uma das tarefas dos trabalhadores é realizar todas as atividades antes desempenhadas pelo Estado. Isto significará que todas as forças sociais antes objetivadas em

aparelhos do Estado serão colocadas sob o controle dos produtores. As forças armadas, por exemplo, passarão a ser exercidas pelos próprios produtores armados.

O que foi sinteticamente descrito acima seria uma revolução política com alma social, a típica revolução proletária.

[...] se é parafrásico ou absurdo uma revolução social com alma política, é racional, ao contrário, uma revolução política com alma social. A revolução em geral – a derrocada do poder existente e a dissolução das velhas relações – é um ato político. Por isso, o socialismo não pode efetivar-se sem revolução. Ele tem necessidade desse ato político na medida em que tem necessidade da destruição e da dissolução. No entanto, logo que tenha início a sua atividade organizativa, logo que apareça o seu próprio objetivo, a sua alma, então o socialismo se desembaraça do seu revestimento político. (MARX, 2010, p.78).

O que aconteceu nas experiências revolucionárias anteriores foram revoluções sociais com alma política, como desdobramento disto mantiveram-se as classes sociais.

Vale ressaltar que a conquista do poder acima colocada não é o mesmo que a tomada do poder do Estado, uma vez que esta última significa apropriar-se dele e querer colocá-lo a serviço da classe proletária. Isto seria o mesmo que mudar a natureza burguesa do Estado, o que não é possível. A tomada do poder do Estado faz com que a propriedade privada seja abolida somente sob forma de estatização dos meios de produção e isto não é socialismo. Apenas transferir a propriedade dos meios de produção dos burgueses para o Estado não basta, pois isto faria com que o Estado tomasse a propriedade em nome da sociedade, mudando apenas a titularidade e mantendo o caráter privado das forças produtivas. O Estado como força criada num determinado momento da história dos homens deve ser abolido para que sua base fundamental – classes sociais – também desapareça.

Portanto, o Estado não tem existido eternamente. Houve sociedades que se organizaram sem ele, não tiveram a menor noção do Estado ou de seu poder. Ao chegar a certa fase de desenvolvimento econômico, que estava necessariamente ligada à divisão da sociedade em classes, essa divisão tornou o Estado uma necessidade. Estamos agora nos aproximando, com rapidez, de uma fase de desenvolvimento da produção em que a existência dessas classes não apenas deixou de ser uma necessidade, mas até se converteu num obstáculo à produção mesma. As classes vão desaparecer, e de maneira tão inevitável como no passado surgiram. Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da roca de fiar e do machado de bronze. (ENGELS, 2010, p.63).

Já no socialismo, a propriedade individual é o acesso de todos à riqueza, no sentido de transformar todos os homens em proprietários das riquezas produzidas e não apenas uma

pequena fração da sociedade, como no capitalismo. Tonet e Nascimento nos explicam que:

Para Marx, a essência da revolução (como emancipação humana) está numa transformação das relações de produção que instaure o controle livre, consciente e coletivo dos produtores sobre o processo de produção. Somente na medida em que essas transformações se realizassem, os homens seriam verdadeiramente humanos, verdadeiramente livres e verdadeiramente sujeitos da sua história. A partir daí, com uma produção abundante e voltada para o atendimento das autênticas necessidades humanas e não para a reprodução do capital, os homens poderiam trabalhar menos (e de uma forma mais digna) dispondo, então, de muito tempo efetivamente livre para dedicar-se a atividades mais propriamente humanas. (2009, p.33-34).

No socialismo, os homens poderão em plenitude voltar a se encontrar com sua dimensão fundante, terão de volta sua vida real que é a auto-atividade, o trabalho associado criador e socializador da riqueza produzida em favor da plena satisfação das necessidades humanas. É este o horizonte que deve ser perseguido pela classe proletária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final deste trabalho e nas últimas linhas que nos restam, pretendemos apresentar algumas das principais constatações que a pesquisa nos possibilitou alcançar.

A análise do documento do PLANSEQ do Setor Sucroalcooleiro Nacional, criado em 2007 pelo Governo Lula, deixou-nos claro o abismo que há entre as promessas proferidas pelo Governo no documento do Plano e as condições de sua objetiva realização.

Este abismo existente é fruto de vários fatores, mas, o principal deles é a impossibilidade de o Estado de agir plenamente em favor da classe proletária, sendo as ações direcionadas para esta classe sempre perpassadas pelos limites impostos pelo capital. O que se explica pela sua natureza de classe e sua função de aparato político totalizador do capital.

Além disso, conforme nos mostra Mézáros, a crise estrutural por que passa o sistema do capital dificulta ainda mais a consecução de ganhos para a classe proletária.

O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão. Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa própria época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam [...], o sistema do capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais. (MÉSZÁROS, 2009a, p.95, grifo do autor).

Os principais traços dessa "nossa própria época histórica" se revelam em algumas graves questões, conforme vimos no Capítulo 1. O mundo vem presenciando violentas revoltas de trabalhadores em vários países, inclusive da Europa, e a também violenta repressão do Estado a estes movimento. O cenário histórico em que as quedas nas taxas de lucro do capital conduziram à derrocada do Estado de Bem-Estar Social marcou o início de um período de recessão que vem se arrastando desde a década de 1970. Os EUA, centro financeiro mundial, tem se confrontado com os sérios problemas sociais causados pela crise que enfrenta devido a sua altíssima dívida pública. Vários bancos já decretaram falência. O Estado está progressivamente sobrecarregando suas contas numa operação de "salvamento" do sistema financeiro e do capital industrial, e para conter o endividamento decorrente disto,

aumenta os impostos a serem pagos pela população e privatiza serviços públicos. A produção destrutiva de meios de produção e de bens de consumo e a exaustão decorrente dos recursos naturais são também tristes sinais dos nossos tempos.

Na tentativa de conter todos estes aspectos de sua crise, o sistema do capital põe em prática medidas para administrar suas contradições, as quais redundam em novas formas de organização do trabalho e de gestão da produção, tendo vista a recuperação das taxas de acumulação do sistema do capital global em crise. Esta reformulação dos modelos produtivos atende pelo nome de reestruturação produtiva.

Na reestruturação produtiva, após a crise do fordismo, entra em cena o modelo toyotista de produção, o qual, pudemos constatar, resume-se numa brutal racionalização do trabalho. Diante disto, o que vimos foi a subsunção real do trabalho ao capital, traduzida principalmente pela intensificação das atividades laborativas, polivalência e responsabilização do trabalhador pelo sucesso ou fracasso da empresa.

Outro traço do toyotismo é a mudança na gestão da produção, fortemente marcada pela automatização. Os processos produtivos fabris são agora altamente mecanizados, resultando em redução do trabalho vivo e conseqüente perda de postos de trabalho. O exército industrial de reserva aumenta em todas as partes do mundo.

Para os trabalhadores, este crescente desemprego é uma das conseqüências mais nefastas da reestruturação produtiva. Desemprego este que, como vimos, não atinge somente a população pouco qualificada, mas, também, os trabalhadores super-qualificados. Com tanta força de trabalho disponível, o capital pode exercer sua exploração em margens cada vez maiores. A desregulamentação das relações trabalhistas, a terceirização e o trabalho informal são tristes reflexos deste quadro, verificado também no Brasil.

Estas mudanças no setor produtivo, que ocasionaram um verdadeiro desmonte nos direitos trabalhistas, requereram mudanças também no plano ideológico, é quando ganha mais força o Neoliberalismo, cuja principal característica é a oposição à interferência do Estado nas diretrizes da economia. As principais conseqüências da adoção mundial do modelo neoliberalista, conforme vimos, foram o "desmantelamento do aparato burocrático do Estado, desverticalização produtiva, flexibilização do mercado de trabalho e desregulamentação da economia." (TEIXEIRA, 1998, p.224).

No Brasil, as políticas de inspiração neoliberal foram amplamente difundidas pelos governos Collor de Melo, FHC e Lula. Aqui tomaram corpo medidas como o alinhamento político às diretrizes dos organismos internacionais (FMI, BM), a desestatização dos serviços públicos (privatização da Vale do Rio Doce, Petrobrás), a permissão da entrada do capital especulativo estrangeiro no Brasil, as políticas sociais de cunho compensatório, o ataque aos servidores públicos (achatamento salarial, reforma previdenciária e sindical), a flexibilização das formas de contratação do trabalho e a conformação das políticas de qualificação profissional aos ditames do setor produtivo.

Este último ponto abordado foi confirmado pelo estudo que fizemos no Capítulo 2 da dissertação, quando estudamos os documentos do PNQ e do PLANSEQ.

No documento do PNQ encontramos expressões mistificadoras como desenvolvimento sustentável da economia, possibilidade de negociação na relação entre capital e trabalho, democracia como agente das transformações sociais, trabalho como categorial de explicação da sociedade, autonomia dos trabalhadores, política de qualificação como fator de construção social e formação integral dos trabalhadores. Apesar da beleza dos termos, o confronto deles com a realidade objetiva, regida pelo modo de produção capitalista, e com a natureza de classe e função social do Estado nos mostrou a inviabilidade total de sua efetivação.

Já o Plano Setorial de Qualificação aparece claramente identificado com as demandas do setor sucroalcooleiro, uma vez que se reveste do caráter de solução para o problema do desemprego gerado pela mecanização da colheita da cana, forte tendência do setor.

A capitulação das "boas intenções" do Estado, demonstradas no documento do PLANSEQ, ocorre diante dos fatos que emergem da realidade objetiva, em que o emprego de máquinas no processo produtivo substitui quase que totalmente o trabalho vivo e gera poucos novos postos de trabalho. Assim, conforme vimos, o objetivo do PLANSEQ do setor sucroalcooleiro era qualificar inicialmente 12.600 trabalhadores, mas, a meta estabelecida pelo governo de inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho era de apenas 30% do total de qualificados. Pelo estabelecimento desta tímida meta, o Governo parece admitir que os postos de trabalho estão ficando cada vez mais escassos no setor sucroalcooleiro, o qual é incapaz, portanto, de absorver àquela numerosa força de trabalho.

Ainda assim, o documento é enfático ao destacar que a qualificação é o fator chave para a manutenção dos empregos. O que vimos, no entanto, foi que a oferta de qualificação acabou se tornando para o Estado um fator de ocultamento da drástica perda de postos de trabalho ocasionada pela crise do capital e pela reestruturação produtiva. Agindo dessa forma, o Estado mantém a relação de exploração em perfeito funcionamento, atribuindo aos trabalhadores a responsabilidade pela consecução ou manutenção de seus empregos, visto que a qualificação já está sendo ofertada e, para o Governo, ela é a porta de entrada para o mercado de trabalho.

Por fim, no Capítulo 3, ao analisarmos o conceito de Estado em Marx e aos limites do Estado ao atender as demandas da classe proletárias, percebemos que, de acordo com os textos de Marx (e alguns de Marx e Engels) estudados, à Política é vetada a possibilidade de neutralidade e que o Estado se coloca sempre a favor da classe economicamente dominante, ou seja, da classe burguesa. Já que o Estado não é representante de uma vontade universal, mas, sim, de interesses particulares, para que sua função seja cumprida sem o conhecimento (e a revolta daí decorrente) da população é necessário que a corrupção e o suborno estejam na ordem do dia no âmbito das ações do aparato estatal.

Marx e Engels afirmam no Manifesto Comunista que o Estado Moderno não é mais é que um comitê de negócios dos proprietários burgueses. Assim, a burguesia não somente centraliza os meios de produção, mas, também, o poder político. Cabe, conseqüentemente, ao Estado a tarefa de perpetuar a dominação do capital sobre o trabalho.

Segundo Marx afirma no texto das Glosas Críticas, o intelecto político é dotado de limitações e não compreende que o Estado nasce da contradição entre as classes sociais, a qual gera os males sociais, sendo assim, o pensamento político não pode chegar à raiz dos problemas que afligem à sociedade sob pena de ter de condenar-se a si mesmo. Assim é que os intelectuais políticos atribuem às mais diversas causas, inclusive aos seus adversários políticos, a culpa pela miséria que assola a vida dos trabalhadores.

De suas descobertas, Marx retira a conclusão de que a emancipação humana de todos os indivíduos, o comunismo, não pode se dar sem a destruição do Estado. Entretanto, antes de destruí-lo, o proletariado deve conquistar para si o poder político, já que a política se constitui na dominação de uma classe pela a outra. A diferença deste movimento estará no fato de que a conquista do poder político pelo proletariado não será mais a dominação da maioria do povo

pela minoria burguesa, mas, sim, a grande massa do povo no poder em detrimento dos mesquinhos representantes da burguesia. Marx deixa claro que, no momento em que os proletários tomarem o poder político em suas mãos, devem começar a modificar os órgãos que constituem o poder centralizado do Estado, colocando-os a favor da classe produtora.

Diante do que foi exposto, torna-se clara a impossibilidade de haver um tipo de atuação do Estado que seja total e permanentemente favorável aos interesses da classe proletária. Isto porque o Estado existe para garantir que a exploração típica da sociedade capitalista possa acontecer sem maiores problemas, controlando os conflitos e protegendo, em primeiro lugar, a propriedade privada.

Sendo assim, os proletários não podem se ater à ideia de que o Estado poderá intervir em seu favor, isto porque mesmo os ganhos parciais que lhes são concedidos pela esfera da política podem e devem ser retirados, sobretudo em tempos de crise, tão logo não possam mais ser assimilados pelo sistema do capital em sua crescente e incontrolável ânsia pela acumulação de lucros.

Dessa forma, o único horizonte que põe para a classe proletária é a revolução socialista, uma vez que somente essa possibilitará a destruição deste tipo de sociedade calcada em classes antagônicas e promoverá a emancipação humana que livrará os trabalhadores proletários da exploração assalariada. Tudo isso por meio do trabalho associado, o qual fará com que os homens voltem a se encontrar com sua dimensão fundante, a única a permitir que todas as suas necessidades possam ser totalmente satisfeitas.

E, finalmente, assim que o proletariado puser em marcha a alma social de seu movimento, a partir do momento em que não houver mais classes sociais, o Estado será completamente abolido e a sociedade passará a ser regida pelo poder dos produtores associados, os quais terão em suas mãos condições objetivas de promover uma substancial igualdade social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Flávio Anício. **Reestruturação produtiva, Estado e educação no Brasil de hoje**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 24., 2001, Caxambu. Anais eletrônicos... Caxambu: UFMG, 2001. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#gt9>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Uma esquerda fora do lugar: o Governo Lula e os descaminhos do PT**. Campinas: Armazém do Ipê; Autores Associados, 2006.

ARCARY, Valério. **O capitalismo pode conhecer uma “morte natural”?: anotações sobre um prognóstico marxista de crise final**. Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/valerio/>>. Acesso em: 14 nov. 2011.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. Maceió: EDUFAL, 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação: PNQ**. 2003. 52 p. Disponível em: <http://www.trabalho.al.gov.br/configuracao/arquivos/manuais/Pnq_2003_07.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2012.

_____. **Plano Setorial de Qualificação: PLANSEQ's**. 2007. 54p. Disponível em: <www.mte.gov.br/pnq/planseq.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2012.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAVALCANTI, Luiz Otávio. **O que é o governo Lula**. São Paulo: Editora Landy, 2003.

CIAVATTA, Maria; TREIN, Eunice. A transformação do trabalho e a formação profissional na sociedade da incerteza. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 30., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos**... Caxambu: UFMG, 2007. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/index.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2011.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Disponível em: <http://www.intersindical.inf.br/formacao/engels/origem_familia_propriedade_privada_estado.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2010.

FERRETI, Celso. Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 59, p. 225-269, ago. 1997.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A educação como campo social de disputa hegemônica. In: _____. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996. p.25-58.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-132, abr. 2003.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**. 15. ed. Trad. Dario Canali. Porto Alegre: L&PM, 1998.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos. Trabalho e a educação do trabalhador: desafios atuais. In: BERTOLDO, Edna; MAGALHÃES, Belmira (Org.). **Trabalho, educação e formação humana**. Maceió: EDUFAL, 2005. p. 243-255.

LEITE, Márcia de Paula; RIZEQ, Cibele Saliba. **Flexibilidade e precarização do trabalho: a experiência brasileira**. Disponível em: <lasa.international.pitt.edu/LASA97/leiterizek.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2011.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Brasil de Lula: 2003**. Disponível em: <http://sergiolessa.com/Novaartigos_etallil.html>. Acesso em: 27 out. 2011.

MACÁRIO, Epitácio. O trabalhador de novo tipo para o capital. In: BERTOLDO, Edna; MAGALHÃES, Belmira (Org.). **Trabalho, educação e formação humana**. Maceió: EDUFAL, 2005. p. 203-220.

MARX, Karl. **O 18 brumário e cartas a Kugelman**. 4. ed. Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O capital: crítica da economia política: livro 1**. 29. ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo "o rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano"**. Trad. Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **A guerra civil em França**. Trad. Eduardo Chitas. Lisboa: Edições Avante, 1984.

_____. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: _____. **Karl Marx/ Friedrich Engels: obras escolhidas**. v.1 São Paulo: Alfa-Omega, [19-]. p.93-198.

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos (1844): o trabalho alienado (primeiro manuscrito)**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap01.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2012a.

_____. A mercadoria. In: _____. **O capital**. v. 1. Livro 1. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/ocapital-v1/vol1cap01.htm#1>>. Acesso em: 8 fev. 2012b.

_____. **Para a questão judaica**. Trad.: José Barata Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **A sagrada família**: crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores. São Paulo: Centauro, 2001.

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____; _____. **A ideologia alemã**. Disponível em: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/aideologiaalema.pdf>>. Acesso em: 4 ago. 2010.

MENELEU NETO, José. Desemprego e luta de classes: as novas determinidades do conceito marxista de exército industrial de reserva. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. p.75-107.

MÉSZÁROS, István. A crise em desdobramento e a relevância de Marx. In: _____. **A crise estrutural do capital**. Trad. Francisco Raul Cornejo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009b. p. 17-30.

_____. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Trad. Sérgio Lessa; Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2009a.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e a questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORATO, Aline Nomeriano. A proposta de educação do trabalhador fundada na noção de competência: possibilidades e limites. In: BERTOLDO, Edna; MAGALHÃES, Belmira (Org.). **Trabalho, educação e formação humana**. Maceió: EDUFAL, 2005. p.103-129.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROCHA, Magno Matheus da. **Governo Lula**: mudança ou continuísmo? São Paulo: Scortecci, 2003.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, Edlene Pimentel. A questão social em debate. **Praia Vermelha -UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 62-83, 2004.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano nacional de educação**: por uma outra política educacional. Campinas: Autores Associados, 1998.

SILVA, Sidartha Sória e. **Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil**. Brasília, DF: Fundação Milton Campos; Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2001.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. Modernidade e crise: reestruturação capitalista ou fim do capitalismo? In: TEIXEIRA, Francisco José Soares; OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho.

2 ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. p.15-74.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O Neoliberalismo em debate. In: _____; OLIVEIRA, Manoel Araújo de (Org.). **Neoliberalismo e reestruturação produtiva**: as novas determinações do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. p.195-252.

TONET, Ivo. **Marxismo e educação**. Disponível em: <<http://www.ivotonet.xpg.com.br/>>. Acesso em: 2 jan. 2012.

_____; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Alfa-omega, 2009.

VIEIRA, Ana Cristina Nascimento Cavalcante. A reforma da educação profissional e o currículo: considerações acerca da identidade profissional hoje. In: BERTOLDO, Edna; MAGALHÃES, Belmira (Org.). **Trabalho, educação e formação humana**. Maceió: EDUFAL, 2005. p.130-145.